

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COORDENADORIA ESPECIAL DE MUSEOLOGIA
CURSO DE MUSEOLOGIA

MARLI FAVERO

**TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O
CAMPO MUSEAL CATARINENSE:
UM ESTUDO SOBRE O NÚCLEO DE ESTUDOS MUSEOLÓGICOS/UFSC
1997-2013**

Florianópolis (SC)
2019

MARLI FAVERO

**TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O
CAMPO MUSEAL CATARINENSE:
UM ESTUDO SOBRE O NÚCLEO DE ESTUDOS MUSEOLÓGICOS/UFSC
1997-2013**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Museologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Museologia.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Letícia Borges Nedel

Florianópolis (SC)
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Favero, Marli

Trajatória das políticas públicas para o campo museal
catarinense : um estudo sobre o Núcleo de Estudos
Museológicos / Marli Favero ; orientador, Leticia Borges
Nedel, 2019.
204 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Museologia,
Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Museologia. 2. Núcleo de Estudos Museológicos. 3.
Políticas públicas. 4. Campo Museal Catarinense. 5.
Universidade Federal de Santa Catarina e Fundação
Catarinense de Cultura. I. Borges Nedel, Leticia . II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Museologia. III. Título.

MARLI FAVERO

**TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O
CAMPO MUSEAL CATARINENSE:
UM ESTUDO SOBRE O NÚCLEO DE ESTUDOS MUSEOLÓGICOS/UFSC
1997-2013**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Bacharel em Museologia aprovado em sua forma final pelo Curso de Museologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis (SC), 16 de dezembro de 2019.

Banca Examinadora:

Prof.^a Letícia Borges Nedel, Dr.^a

Orientadora

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Thainá Castro Costa Figueiredo Lopes, Dr.^a

Universidade Federal de Santa Catarina

Fábio Andreas Richter, Dr.^o

Fundação Catarinense de Cultura - FCC

AGRADECIMENTOS

Muitos são os agradecimentos a serem feitos!

A tarefa se torna menos árdua com o auxílio dos colaboradores, que são desde os familiares, os entrevistados, os funcionários e estagiários das instituições e principalmente os professores e o orientador neste processo, que acaba sendo uma gestação solitária.

À minha mãe, Nelsa, que sempre esteve vigilante quanto aos cuidados comigo. À meu pai, Virginio, *in memoriam*, que sempre estimulou a busca pelo conhecimento, sem necessidade de subestimar os outros. Aos meus irmãos, Airton, Arlei, Cleomir e André, sempre na retaguarda, à disposição e estimulando. Ao meu esposo, Amauri, cuja tolerância só a cumplicidade pode conceber.

Aos entrevistados Elizabete (Betinha), Gelci (Peninha), Fernando e Francisco, cujas contribuições foram fundamentais. Às estagiárias Letícia e Mônica, do Núcleo de Estudos Açorianos (NEA/UFSC). À Sueli e à Denize pelos relatos.

À Marcela, do Museu Universitário Oswaldo Rodrigues Cabral (MARquE). À Renilda, pela contribuição gráfica. Às heroicas professoras Thainá Castro Costa Figueiredo Lopes e Renata Cardozo Padilha, da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que me deixavam ciente da complexidade da pesquisa, mediante as possibilidades de recorte e de avanços no decorrer do trabalho. E, finalmente, à intrépida professora e orientadora Letícia Borges Nedel, simplesmente, incansável!

A todos esses competentes profissionais e a essas encantadoras pessoas, portanto, minha gratidão! Pois, sem seus auxílios eu não teria chegado até aqui.

O fim significa também um novo recomeço;
Uma história termina para outra começar.
Fernando Pessoa

RESUMO

Este trabalho enfoca a criação e consolidação do Núcleo de Estudos Museológicos (NEMU), vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O estudo baseia-se na análise de documentos textuais e de entrevistas com os principais atores sociais envolvidos. A parceria firmada entre a UFSC/Museu Universitário “Oswaldo Rodrigues Cabral” e a então Secretaria de Cultura e Comunicação/Fundação Catarinense de Cultura (FCC) teve como objetivo principal a capacitação dos profissionais de museus de Santa Catarina, em um momento em que as políticas públicas culturais e museológicas no estado ainda eram incipientes. Em linhas gerais, este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) pretende elucidar as razões e os meios pelos quais foi constituída essa parceria, buscando compreender seus objetivos e o relacionamento que mantiveram com os museus de Santa Catarina, de um lado uma entidade federal e, de outro, a estadual, no período de 1997 a 2013.

Palavras-chave: Núcleo de Estudos Museológicos. Políticas públicas. Campo Museal Catarinense. Universidade Federal de Santa Catarina. Fundação Catarinense de Cultura. Museu Universitário Oswaldo Rodrigues Cabral.

ABSTRACT

This paper presents a study about the creation and consolidation of the Museum Studies Center (NEMU), linked to the Federal University of Santa Catarina (UFSC), through the analysis of documents and interviews with the main social actors involved. The partnership signed between the UFSC/University Museum and the Secretary of State for Tourism, Culture and Sport/Santa Catarina Culture Foundation (FCC) had as its main objective the training of museum professionals in Santa Catarina, at a time when cultural and museum public policies were incipient. In general terms, the TCC intends to survey and analyze the information on how this partnership was formed and how they met the demand of the museums of Santa Catarina, on the one hand a federal entity and, on the other, the State, from 1997 to 2013.

Keywords: Center for Museological Studies. Santa Catarina Museal Field. Federal University of Santa Catarina. Santa Catarina Foundation of Culture. Oswaldo Rodrigues Cabral University Museum.

LISTA DE ABREVIATURAS

ACL	Academia Catarinense de Letras
CEOM	Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina
CFC	Conselho Federal de Cultura
CIC	Centro Integrado de Cultura
CNRC	Cadastro Nacional de Referência Cultural
COREM	Conselho Regional de Museologia
DEMU	Departamento de Museus
DIRPATRI	Diretoria de Patrimônio
DPPC	Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural
FCC	Fundação Catarinense de Cultura
FCFFC	Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes
FNPM	Fundação Nacional Pró-Memória
FUCRI	Fundação Educacional de Criciúma
GEOMU	Gerência de Organização e Funcionamento de Museus
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOM	Conselho Internacional de Museus
ICOFOM	Sub-Regional de Teoria dos Museus para a América Latina e o Caribe
IHGSC	Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MARquE	Museu de Arqueologia e Etnologia/UFSC Professor Oswaldo Rodrigues Cabral
MASC	Museu de Arte de Santa Catarina

MEC	Ministério da Educação e Cultura
MINC	Ministério da Cultura
MU	Museu Universitário
NEMU	Núcleo de Estudos Museológicos
ONU	Organização das Nações Unidas
PEM	Política Estadual de Museus
PNM	Política Nacional de Museus
SECARTE	Secretaria de Arte
SED	Secretaria de Estado da Educação
SEM/SC	Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina
SOL	Secretaria da Organização do Lazer
SPHAN	Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura
UNIBAVE	Universidade Barriga Verde
UNIVALE	Universidade do Vale do Itajaí
UNIVILLE	Universidade da Região de Joinville
UNIPLAC	Universidade do Planalto Catarinense
UNOESC	Universidade do Oeste de Santa Catarina
UNOCHAPECÓ	Universidade Comunitária da Região de Chapecó
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 BREVE CONTEXTO DA POLÍTICA CULTURAL E MUSEOLÓGICA	23
2.1 No Brasil	23
2.2 A situação dos museus	35
2.3 No estado de Santa Catarina	38
3 A CRIAÇÃO DO NÚCLEO DE ESTUDOS MUSEOLÓGICOS – NEMU / UFSC	
3.1 Os antecedentes	45
3.2 Apresentação do projeto para a criação do NEMU e sua oficialização	50
3.3 Sobre o funcionamento do NEMU	55
3.4 A dinâmica do NEMU, por meio dos Encontros Regionais	57
3.5 A extinção do NEMU/UFSC	61
4 A CONVIVÊNCIA ENTRE UFSC/NEMU E A FCC/SEM/SC	64
4.1 As parcerias	64
4.2 Alguns descompassos	64
4.3 Outras questões	69
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
6 REFERÊNCIAS	76
7 ANEXOS	85
Anexo 1	Quadro comparativo das políticas culturais de Santa Catarina (1987 a 2006).
Anexo 2	Portaria de criação do Núcleo de Estudos Museológicos e de aprovação do Regimento Interno do NEMU, de 3 dez. 1997.
Anexo 3	“Ata de criação” do Núcleo de Estudos Museológicos, de 14 mar. 1997.
Anexo 4	Decreto Estadual nº 615, de 1991 – que institui o Sistema Estadual de Museus e o Museu Nacional do Mar – Embarcações Brasileiras.
Anexo 5	Política Estadual de Museus: Ciclo de Discussões. FCC.

- Anexo 6 Decreto Estadual nº 4.163, de 2006 – que institui o Sistema Estadual de Museus – SEM/SC.
- Anexo 7 Divulgação para III Encontro Catarinense de Museus, a ser realizado na UNISUL/Tubarão (SC), publicado na edição 48 do Boletim da Comissão Catarinense do Folclore de dez. 1996.
- Anexo 8 Proposta de criação do Núcleo de Estudos Museológicos, sem data.
- Anexo 9 Ofício da Prefeitura de Ibirama, de 3 mar. 1997 com “Análise” e “Sugestões” sobre a proposta de criação do NEMU.
- Anexo 10 Texto de produção de Elizabete Neves Pires, sobre o Histórico e ações do NEMU, sem data. (Arquivo pessoal de Elizabete N. Pires)
- Anexo 10A Planilha com as reuniões sobre processo de formalização do NEMU: de março a dezembro 1997.
- Anexo 10B Of. Circ. nº 001/MU/97, de 14 mai. 1997, do Museu Universitário “Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral”. Convocação para a III reunião do NEMU, a ser realizada em 6 jun. 1997, em Lages/SC.
- Anexo 11 Ata da IV reunião geral do Núcleo de Estudos Museológicos, de 15 ago. 1997, realizada em Joinville/SC.
- Anexo 12 Of./GR/Nº 353/2000, de 8 dez. 2000, da Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC, de Chapecó/ SC.
- Anexo 13 Minuta do Termo de Convênio, de 1999, da UFSC, de 1999.
- Anexo 14 Ofício nº 005/02, de 24 jun. 2002 do Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado. Peninha como Coordenador do NEMU.
- Anexo 15 Ofício nº 190/MUU/04, de 12 jul. 2004, do Museu Universitário/UFSC. Francisco como coordenador do NEMU.
- Anexo 16 Tabela com os Encontros Regionais do NEMU, de 1997 a 2011.
- Anexo 17 Fôlder do XIII Encontro do NEMU: Mafra/SC e Rio Negro /PR, de 9 a 11 abr. 2001.
- Anexo 18 Levantamento dos municípios que participam das reuniões do NEMU, sem data. (Arquivo pessoal de Elizabete N. Pires)
- Anexo 19 Fôlder do IV Encontro de Museus Luso-Brasileiros, promovido pelo NEMU, realizado de 22 a 24 mar. 2004, no Campus/UFSC. Florianópolis.

Anexo 20 Ofício nº FCC 1689/05, de 21 jul. 2005, da Fundação Catarinense de Cultura, Florianópolis/SC. Proposta de Convênio FCC/UFSC.

Anexo 21 Documento em formato de Ata, de 02 jan. 2004. Reunião do NEMU.

8 APÊNDICE

152

APÊNDICE A - Entrevista transcrita de Francisco do Vale Pereira

APÊNDICE B - Entrevista transcrita de Elizabete Neves Pires (Betinha)

APÊNDICE C - Entrevista transcrita de Gelci José Coelho (Peninha)

APÊNDICE D - Entrevista transcrita de Fernando Romero

APÊNDICE E - Áudio transcrito de Denize Gonzaga Santos

APÊNDICE F - Áudio transcrito de Sueli Maria Vanzuita Petry

APÊNDICE AA - Perguntas ao entrevistado Francisco do Vale Pereira

APÊNDICE BB - Perguntas à entrevistada Elizabete Neves Pires (Betinha)

APÊNDICE CC - Perguntas ao entrevistado Gelci José Coelho (Peninha)

APÊNDICE DD - Perguntas ao entrevistado Fernando Romero

1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem o propósito de investigar a criação e a consolidação do Núcleo de Estudos Museológicos (NEMU), vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em um contexto no qual as políticas públicas para o campo museológico ainda eram incipientes.

Antes de prosseguir, entretanto, tomo a liberdade de expor um breve relato sobre a decisão de escolha desta temática como consequência do meu envolvimento com o processo investigado neste trabalho.

Com formação em Educação Artística, e especialista em Psicopedagogia, atuei como professora de Artes em escolas públicas e privadas por 15 anos. Em julho de 2004, por migrar da então Secretaria de Estado da Educação e Inovação¹ para a Fundação Catarinense de Cultura (FCC)², fiquei à disposição da, na ocasião, Diretoria de Patrimônio (DIRPATRI). Neste momento, o Sistema Brasileiro de Museus (SBM) estava na iminência de ser criado, o que se consolidou por meio de decreto 5.264, de 5 de novembro de 2004³. O Estado, também neste período, optou por adotar a Política Nacional de Museus (PNM)⁴ e iniciava as tratativas de implementar a Política Estadual de Museus (PEM), delegando essa função à minha pessoa, subordinada que estava à DIRPATRI.

Foi então que fiz contato com a ex-gerente da Gerência de Organização e Funcionamento de Museus (GEOMU), extinta em 2003⁵, Elizabete Neves Pires (Betinha), para me auxiliar nessa implantação. O setor havia ficado um ano e seis meses sem um responsável direto, e Betinha foi a última funcionária a dirigi-lo. Nesse processo de discussão e formação

¹ LEI COMPLEMENTAR nº 243, de 30 de janeiro de 2003. (revogada pela Lei Complementar nº 284/2005). Disponível em:

http://www.portaldoservidor.sc.gov.br/ckfinder/userfiles/arquivos/Legislacao%20Correlata/Reforma_Administrativa/2003_-_Lei_Complementar_N_243%2C_de_30_de_janeiro_de_2003.pdf. Acesso em: 8 dez. 2019.

² A Fundação Catarinense de Cultura, pessoa jurídica de direito público, foi criada oficialmente em 24 de abril de 1979 pelo Decreto Estadual nº 7439. “Tem como missão valorizar a cultura por meio de ações que estimulem, promovam e preservem a memória e a produção artística catarinense.” Disponível em: <http://www.cultura.sc.gov.br/a-fcc/sobre/historico>. Acesso em: 30 nov. 2019.

³ Assinado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi substituído pelo decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, pela então presidenta Dilma Rousseff. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5264.htm. Acesso em: 8 dez. 2019.

⁴Para mais informações, acessar:

http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/01/politica_nacional_museus.pdf

⁵ Este ano é presumível devido a ajustes de nova estrutura administrativa, quando de posse de nova administração de governo estadual. Corroborada por pesquisa de Rafael Pereira Oliveira, *Políticas culturais e o campo museal em Santa Catarina* (1987 – 2006). Dissertação (Mestrado em Administração). Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/90138/245621.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 ago. 2018.

de Grupo de Trabalho (GT), para a formatação da PEM, o NEMU foi uma das entidades convidadas a enviar representantes para compor os trabalhos. E, portanto, o Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina (SEM/SC), iniciava sua trajetória.

Paralelamente à consolidação da PEM, em março de 2010, o Estado, por meio da FCC, promoveu concurso público, disponibilizando cargos de analista técnico em gestão cultural – museólogo para atender ao quadro da fundação e do Museu Nacional do Mar – Embarcações Brasileiras.⁶ Cabe aqui um breve esclarecimento: foram disponibilizadas quatro vagas para Florianópolis e duas para São Francisco do Sul. Houve um total de quatorze inscritos para a capital e dois para São Francisco. Com relação a este último, os candidatos não conseguiram atingir a pontuação mínima exigida e, portanto, foram eliminados. As quatro vagas de Florianópolis foram preenchidas, porém o quarto candidato já tinha optado por assumir uma vaga em um concurso realizado no município de Blumenau. Como nenhum outro inscrito atingiu a pontuação mínima exigida para ocupar esta quarta vaga, apenas 3 museólogos foram efetivados para o quadro da FCC.

Como coordenadora do SEM/SC, os recebi sete meses depois, o que fez com que durante a convivência com esses profissionais, eu tenha me sentido estimulada a cursar Museologia na UFSC⁷. Concomitantemente a isso, e após ouvir muito a respeito da presença do NEMU no campo museal, uma situação me intrigou: por que a participação do Estado era praticamente invisível nos discursos dos profissionais de museus e quase não aparecia nas falas dos parceiros que conveniaram com a UFSC? Essa dúvida me fez ter o interesse inicial de obter mais informações sobre essa parceria e de deixar registrada a trajetória deste núcleo no campo museal catarinense.

Essa indagação, pois, me fez chegar a uma problemática de pesquisa, qual seja, compreender as razões e condições em que ocorreu a parceria entre a Universidade Federal de Santa Catarina e a Fundação Catarinense de Cultura (GEOMU/FCC; SEM/SC/FCC), a partir da criação e consolidação do Núcleo de Estudos Museológicos (NEMU/UFSC).

Uma das hipóteses sustentadas é a de que a extrema carência existente ao fim da década de 1990 de políticas públicas específicas para a área de atuação dos museus teria sido uma das razões que levaram dois funcionários – um da esfera federal (Universidade Federal de Santa Catarina) e outro da estadual (a então Secretaria de Cultura e Comunicação)⁸ – a se unirem e

⁶ É um dos museus administrados pelo governo do estado de SC, por meio da FCC.

⁷ Curso de graduação criado em 30 de setembro de 2009, pela Resolução Nº. 030/CEG/2009. UFSC/Órgãos Deliberativos Centrais.

⁸ Segundo dissertação de Rafael Pereira Oliveira, a secretaria cuja pasta respondia pela cultura recebeu diferentes nomes ao longo dos anos. A última denominação dada foi Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte. Tal

darem início a um movimento⁹ que envolveu outras instituições parceiras pelo interior do estado. Conversas informais entre Gelci José Coelho (Peninha), então funcionário do Museu Universitário “Oswaldo Rodrigues Cabral” (UFSC)¹⁰, e Elizabete Neves Pires (Betinha), na ocasião funcionária da Fundação Catarinense de Cultura (FCC), iniciaram já em 1995, culminando em 1997 com a sua criação do NEMU por portaria. Ou seja, foi promovida inicialmente por meio das relações interpessoais cujo trabalho conjunto durou quase uma década.

Sua criação teve como finalidade propiciar à UFSC um instrumento que viabilizasse “(...) o desenvolvimento de ações interdisciplinares e multi-institucionais relacionadas às questões museológicas e museográficas, para [...] formular políticas museológicas e culturais [...] nos diferentes campos de atuação da museologia no Estado de Santa Catarina”.¹¹ Entre os seus objetivos, estava a capacitação profissional dos trabalhadores de museus catarinenses, garantindo-lhes acesso a cursos teóricos sobre patrimônio, museus, turismo, ação educativa e cultural em museus, além de oficinas cujos temas versavam sobre as rotinas e técnicas empregadas nesses espaços – o que significa pensar desde a missão, a coleta, o registro documental das peças, a conservação, a restauração do acervo, a interação com o público, enfim, as etapas necessárias para se qualificar um museu.

Considera-se, nesse sentido, este objetivo como principal, pois além de ter sido o que predominou como ação do núcleo durante todos os anos em que ele atuou no estado, era uma necessidade já manifestada pelos profissionais da área antes da criação do NEMU. É o que afirma o cientista social Fernando Romero, no jornal *Cultura*, quando alerta para o fato de que “inauguram-se museus sem quaisquer critérios de coleta de acervo, sem pessoal com um mínimo de capacitação e, o que é pior, sem condições de sobrevivência por falta de recursos materiais”¹².

Essa não consciência levantada por Romero, quer seja pelo poder público ou pela iniciativa privada, tende a promover um ambiente confuso, quer dizer, não há um projeto museográfico que facilite o entendimento do público sobre os conceitos que o museu quer

órgão foi extinto em 12 de junho de 2019, por meio da Lei Complementar nº 741, Art. 46, do estado de Santa Catarina. (ver anexo 1).

⁹ Entendo este início como um movimento, pois o NEMU ainda não estava consolidado.

¹⁰ “Em maio de 1993, o Museu completou vinte e cinco anos de existência e passou a ser denominado Museu Universitário “Oswaldo Rodrigues Cabral”, por meio da Resolução n.º 106/Cun, de 26 de outubro de 1993, em homenagem a seu idealizador, fundador e primeiro diretor.” Disponível em: <https://museu.ufsc.br/memoria/>. Acesso em: 30 nov. 2019.

¹¹ Regimento interno aprovado pela Portaria 008/PRCE/97, de 3 de dezembro de 1997. (ver anexo 2).

¹² ROMERO, Fernando. O papel modificador dos museus. *Cultura*, ano 1, n. 0, p. 5, set./out. 1988. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/jornais/cultura/CULT1988000.pdf>. Acesso em: 2 out. /2019.

passar enquanto uma instituição cultural inserida em determinado contexto e local. É o que o ele ainda comenta, mediante a complexidade de um patrimônio de natureza material: a forma muitas vezes descontextualizada com que é exposto e o verdadeiro desafio proposto ao público visitante de fazê-lo decifrar as exposições:

(...) uma boa parte de nossos museus não têm proposta definida; não dizem para que servem (...). O resultado é que ao usuário não se proporciona uma leitura didática das exposições e o que fica para ele é a lembrança de uma série de peças exóticas (...), que não têm nenhuma relação entre si (...). (ROMERO, 2019).

Essa manifestação não ocorria isoladamente, mas se insere em uma conjuntura de vazio não tanto administrativo, mas de política de gestão, que provoca uma tomada de iniciativa por parte dos profissionais da área. Tal atitude foi demonstrada em ata de 14 de março de 1997¹³ pela museóloga do IPHAN Angela Paiva, na reunião que tratou sobre a criação e a instalação do NEMU. Paiva, ao posicionar-se em relação à criação de mais uma entidade cultural, mostrou sua insatisfação com o contraste entre a abundância de instituições e a escassez de ações efetivamente práticas. Sendo estas muito mais urgentes que as primeiras, sugeriu o seguinte: “(...) que seja formado um grupo de ‘cabeças pensantes’ que possam propor e realizar ações”. Tal proposta viria, meses depois, em dezembro do mesmo ano, a ser um dos papéis do núcleo.

As questões que impulsionaram a iniciativa de formar o NEMU têm, portanto, como base a busca de saídas pelos próprios profissionais de museus, que se mobilizaram para abastecer a formação técnica do campo por seus próprios meios. Na procura de apoio e soluções, mobilizaram recursos e buscaram parcerias, começando por procurar Peninha, à época museólogo do Museu Universitário (UFSC), e Betinha, da então GEOMU/FCC. Na falta de diretrizes políticas de Estado, tanto em âmbito federal quanto estadual, a situação fez com que ambos “abraçassem a causa” e buscassem outras parcerias que aderissem a essa necessidade social, com o objetivo de motivar e transformar esses espaços, tornando-os simbólicos e com significados para os diferentes públicos pertencentes àquele cenário, como manifesta Isaura Botelho, na revista *São Paulo em perspectiva*: “(...) cada indivíduo ergue à sua volta, e em função de determinações de tipo diverso, pequenos mundos de sentido que lhe permitem uma relativa estabilidade”.¹⁴

É diante dessas circunstâncias e da necessidade de proporcionar equilíbrios sociais, que os seres humanos estabelecem seus hábitos e sua interação e sociabilidade, “(...) elaboram seus

¹³ Ver anexo 3.

¹⁴ BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e Políticas públicas. *São Paulo em perspectiva*, v. 15, n. 2, p. 74, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000200011&script=sci_abstract. Acesso em: 30 ago. 2019.

modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas”.¹⁵ Ao promover a qualificação dos profissionais e conseqüentemente dos museus, procura-se entender de que maneira a UFSC e a FCC criaram mecanismos para colaborar com essas instituições. Isso nos direciona às questões desta pesquisa, de saber como é que se chegou à criação e à consolidação de um núcleo que tinha como objetivo atender às demandas dos museus do estado. Criação esta que, conforme afirma Betinha, em entrevista concedida para esta pesquisa, iria auxiliar no cumprimento das demandas já solicitadas ao setor de responsabilidade desta funcionária, já que havia carência de funcionários e especialistas na FCC. Segundo relata, nas ações da gerência, trabalhavam com ela apenas duas pessoas, Valério Carioni e Dolores Caroline Tomaselli. Com a saída de Dolores, Betinha se viu “muito sozinha pra dar conta, de atender todas as demandas, todas as solicitações de assessoria aos municípios”.¹⁶ Fernando Romero corrobora essa afirmação, ao afirmar, também em entrevista, que ela teria sido “uma heroína de ter segurado essa peteca”.¹⁷

Na primeira fase deste estudo, tentou-se compreender, contextualizar, assim como identificar os profissionais que participaram desse processo. Percebeu-se, pois na investigação, que os documentos, sejam eles oficiais ou elaborados posteriormente, não estão concentrados em um único endereço físico, e, ainda, não estão organizados de maneira sistemática, o que torna o processo de pesquisa mais moroso. Foram localizados poucos documentos primários e poucas evidências que sinalizam convênios firmados pela UFSC com instituições parceiras. Alguns documentos que se pode considerar como atas de reuniões foram bastante importantes para o entendimento do processo, visto conter relatos, sugestões e insatisfações com o contexto e com a situação na qual o campo se encontrava naquele momento. Infelizmente, não foram encontradas listas de presença dos Encontros Regionais, promovidos pelo NEMU.

A metodologia empregada na investigação consistiu na exploração crítica de fontes documentais primárias e secundárias. Em virtude da não localização de algum fundo documental do NEMU, no qual estivessem acessíveis os documentos estruturantes do núcleo, a contribuição dos entrevistados pode ser considerada como fundamental, pois não havendo nenhuma outra informação que ampliasse as informações dos documentos encontrados, ou os contextualizasse, a própria história pesquisada deixaria de ter significado, pela incompreensão que tal ausência poderia causar.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Entrevista concedida à Marli Favero em 12 de setembro de 2019, no espaço gastronômico Iguarias Conceito, antigo Café das Artes, situado à rua Esteves Júnior, centro de Florianópolis/SC. (ver apêndice B).

¹⁷ Entrevista concedida à Marli Favero em 24 de setembro de 2019, no restaurante Quintal Gourmet, localizado à rua Doutor Carlos Corrêa, Agrônômica, Florianópolis/SC. (ver apêndice D).

Foram realizadas quatro entrevistas presenciais com os atores envolvidos na constituição e na consolidação do NEMU, de forma individual. Obedeceram, grosso modo, a um roteiro previamente elaborado com questões semiestruturadas e discursivas. Foram gravadas por meio de aparelho telefônico e posteriormente transcritas, também com o intuito de serem disponibilizadas para pesquisa. Três atores participaram diretamente do NEMU (Peninha, Betinha e Francisco do Vale Pereira), sendo que um deles atuou tanto como membro do NEMU quanto parceiro representante da FCC (Betinha); o quarto (Fernando), participou como colaborador indireto do NEMU¹⁸. Todos os quatro entrevistados contribuíram, a partir de 2004, de forma direta ou indireta, na consolidação da PEM/FCC. As entrevistas foram realizadas entre setembro e novembro de 2019, todas em Florianópolis (SC), exceto a de Peninha, que ocorreu em sua residência, que fica de frente à praça Inácio Paulo Darli e próxima à Igreja Nossa Senhora do Rosário, localizada na região da Enseada do Brito, no município de Palhoça/SC. Por entender que são imprescindíveis a uma pesquisa a diversidade possível de depoimentos de atores que participaram do processo de consolidação do NEMU, dois depoimentos também se fizeram também importantes, apesar de não terem sido previstos na elaboração do projeto. Um deles foi coletado de uma representante do público participante, à época estudante de História/UFSC, Denize Gonzaga Santos, e o outro, de um dos parceiros conveniados com a UFSC, a Fundação Cultural de Blumenau (SC), que está aqui representada pela historiadora Sueli Maria Vanzuita Petry, atual diretora do patrimônio¹⁹ no referido município. Portanto, compuseram os depoimentos mais dois áudios, que foram enviados por meio do aplicativo whatsapp e estarão transcritos ao fim deste trabalho.²⁰

Entre as fontes escolhidas para esta pesquisa, estão fôlderes com a programação de encontros, atas e outros documentos comprobatórios, identificados, sendo apenas alguns anexados a este trabalho. Os documentos pesquisados foram localizados em dois espaços físicos. Na sede do Núcleo de Estudos Açorianos da Secretaria de Arte (SeCArte/UFSC), foram

¹⁸ Elizabete Neves Pires é graduada em História pela UFSC, especialista em Museologia pela UDESC/Florianópolis. Atuou como gerente, de 1994 a 2002, na Gerência de Organização e Funcionamento de Museus (GEOMU), vinculado à então Diretoria de Patrimônio, da FCC. Fernando Romero é graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), doutor em Literatura pela UFSC. Servidor público estadual, da FCC, inativo desde 2008. Francisco do Vale Pereira é graduado em História pela UFSC, atual acadêmico de Museologia/UFSC. Servidor público federal, vinculado à atual Secretaria de Arte (SeCArte/UFSC). Atual Coordenador do Núcleo de Estudos Açorianos (NEA). Gelci José Coelho é graduado em História pela UFSC, especialista em Museologia pela Universidade de São Paulo (PUC). Servidor público federal, da UFSC, inativo desde 2008.

¹⁹ Diretoria de Patrimônio Histórico Museológico da Secretaria de Cultura e Relações Institucionais/Prefeitura Municipal de Blumenau.

²⁰ Sueli Maria Vanzuita Petry o enviou no dia 4 de dezembro de 2019 e Denize Gonzaga Santos no dia 5 do mesmo mês.

encontrados documentos como fôlderes dos eventos promovidos pelo NEMU, projetos orçamentários, fotografias, recorte de jornal, ofícios, minuta de convênio da FCC à UFSC, comunicados/convite para os profissionais de museus a respeito dos encontros e outros, documentos estes selecionados por mim²¹. Concomitantemente, soube que havia alguns documentos do NEMU no Museu de Arqueologia e Etnologia (MARquE/UFSC). Fiz contato por meio eletrônico com a diretora do museu, que me encaminhou para a Divisão de Museologia. Com 2 consultas presenciais consegui selecionar e fotografar o que era de interesse específico. Os documentos que estão no MARquE são numerosamente menores e também não estão sistematicamente organizados. Desconhece-se as razões pelas quais parte dos documentos está no NEA e parte no MARquE. Na Divisão de Museologia, do MARquE, os documentos selecionados foram fôlderes, ofícios e comunicados/convite do NEMU.

Em especial, após seleção da ex-gerente da GEOMU/FCC, Elizabete Neves Pires (Betinha), recebi por meio digital listagem dos encontros regionais, histórico com informações sobre as oficinas ministradas até 2006, lista de conveniados, contatos dos membros do GT, lista de municípios participantes das reuniões, entre outros.

A ideia inicial do projeto de pesquisa era mais abrangente. A intenção era explorar como funcionara a parceria entre a UFSC e a FCC, que ocorreu entre 1997 e 2013, no momento em que as políticas públicas para o setor eram incipientes. E como essas 2 entidades conviveram simultaneamente a partir de 2003, quando essas políticas públicas passaram a ser fortemente consolidadas por marcos regulatórios de âmbito federal e nas unidades federativas. Contudo, houve a necessidade de redimensionar a pesquisa proposta, mediante a constatação de que essa área de museus em Santa Catarina estava administrativamente capitaneada pelo NEMU, o que aponta a pesquisa de Rafael Oliveira. Então, juntamente com a orientadora, tomei a decisão de ajustar o projeto, isto é, contar prioritariamente como foi a criação e a trajetória do núcleo, incluindo em paralelo as principais ações que a parceria entre NEMU/UFSC e SEM/SC/FCC efetuaram para atender à demanda dos museus do estado.

Salienta-se que se procurou levantar o maior número possível de documentos que tratassem do tema em questão, que permitissem a sua contextualização e que trouxessem informações substanciais para o entendimento do processo de criação e consolidação do núcleo. Isso significa que, no período que compreendeu esta pesquisa, não foi possível localizar

²¹ Mesmo antes de ter acesso físico aos documentos, Francisco do Vale Pereira esclareceu que eles estavam encaixotados e que não haviam passado por nenhum critério de seleção e arquivamento. Foram 6 consultas presenciais, sendo que em cada uma os documentos foram selecionados e fotografados. A maior parte dos documentos foram digitalizados e enviados para meu endereço eletrônico pelas estagiárias do setor.

informações sobre todas as reuniões e sobre todos os Encontros Regionais, assim como seus respectivos documentos primários.

Diante da escassez de documentos estruturantes a respeito do NEMU, como por exemplo convênios assinados entre as parcerias com a UFSC, portarias de nomeação para a coordenação do NEMU, contatei por meio digital e telefone a atual coordenadora de apoio administrativo da Secretaria de Cultura e Arte (SECARTE/UFSC), Ana Lúcia Moraes, para verificar a existência desses documentos. Apesar de todas as tentativas, a coordenadora deu retorno, porém não enviou os documentos por mim solicitados, e sim somente a portaria da coordenação do NEA.

Para melhor explicação desta pesquisa, este trabalho foi dividido em 3 capítulos. O primeiro, intitulado *Breve contexto da política cultural e museológica*, retrata de forma cronológica os principais marcos sobre a construção da política cultural e museológica do Brasil, de Santa Catarina, e a situação dos museus. Como suporte teórico da pesquisa, os artigos intitulados “Da modernização a participação: a política federal de preservação dos anos 70 e 80” e “Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio”, da socióloga Maria Cecília Londres Fonseca, contribuíram para a história da construção do conceito de patrimônio cultural no Brasil; já os da historiadora Letícia Julião, “O Sphan e a cultura museológica no Brasil” e “Apontamentos sobre a História do Museu”, trataram, respectivamente, de trazer esclarecimentos sobre o fortalecimento dos museus do ponto de vista técnico e financeiro, e sobre a historicidade do campo da Museologia no Brasil e a participação do SPHAN na área; o da historiadora Lia Calabre, “Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas”, trouxe a narrativa sobre a construção e a consolidação da política cultural brasileira; o da socióloga Myrian Sepúlveda dos Santos, “Políticas da Memória na Criação dos Museus Brasileiros”, colaborou com informações sobre pesquisas relativas aos processos na construção dos museus brasileiros, e “Museu e Museologia em Gilberto Freyre”, para o entendimento da construção de políticas públicas para a cultura; o da museóloga Maria Tereza Scheiner, “Repensando o museu integral: do conceito às práticas”, contribuiu para o entendimento das narrativas relacionadas à construção da Museologia como ciência; o do antropólogo José do Nascimento Jr., “Museus e Políticas: apontamentos de uma cartografia”, trouxe luz sobre a construção/trajetória da Política Nacional de Museus; a dissertação do historiador Thiago Juliano Sayão, “Nas veredas do Folclore. Leituras sobre política cultural e identidade em Santa Catarina”, trouxe reflexões sobre a historiografia da política cultural, tradições e identidade em Santa Catarina; por último, a dissertação de Rafael Pereira Oliveira, “Políticas culturais e o campo museal em Santa Catarina (1987-2006)”, contribuiu para esclarecer aspectos político-administrativos dos

governos de Santa Catarina na participação/construção da política cultural e museológica do estado.

O segundo capítulo trata da *criação do Núcleo de Estudos Museológicos (NEMU)*, tendo como base as entrevistas dos principais atores sociais envolvidos. Neste, foram abordadas as razões de sua criação, as parcerias e sua efetiva consolidação por meio dos Encontros Regionais realizados entre março de 1997 e julho de 2011, período em que atendeu a todas as regiões do estado com orientações teóricas e oficinas temáticas. Os dois principais autores utilizados para subsidiar a pesquisa são Thiago Juliano Sayão, com o mesmo estudo anteriormente referido, por tratar de forma aprofundada a busca por uma hegemonia na cultura catarinense, a pluralidade de tradições trazidas pelos imigrantes e a estabilidade após identificar que esse mosaico cultural poderia ser o diferencial a ser explorado pelo turismo na multiplicidade de identidades em Santa Catarina, que se refletem na política cultural; e Rafael Pereira Oliveira, que com o mesmo trabalho contribuiu para o esclarecimento de aspectos político-administrativos dos governos de Santa Catarina, mais especificamente como cada um fomentou e se articulou com relação aos setores e equipamentos específicos para a construção de uma política cultural e museológica de estado, durante o período de criação e de consolidação do NEMU.

No terceiro capítulo, descreveu-se sobre *a convivência entre UFSC/NEMU e a FCC/SEM/SC*, como ocorreu a relação entre ambos, utilizando as entrevistas, documentando a convivência paralela à construção dos marcos regulatórios na implantação do SEM/SC, dos descompasso existentes e da presença de ambos no campo museal em Santa Catarina. Utilizou-se como suporte teórico os autores José Reginaldo dos Santos Gonçalves, que auxiliou na compreensão da dimensão do patrimônio cultural em/na sua representação simbólica; Mário Chagas e José do Nascimento Jr., que ajudaram a compreender a construção/trajetória da Política Nacional de Museus; e novamente empregou-se as duas dissertações, de Thiago Juliano Sayão, que conclui que o mosaico cultural do estado poderia ser o diferencial a ser explorado pelo turismo na multiplicidade de identidades, que se refletem na política cultural e no emprego dessas características nos museus de Santa Catarina, e de Rafael Pereira Oliveira, pelos mesmos motivos acima mencionados.

Por meio desta pesquisa exploratória, empregando a análise dos documentos primários e secundários, e entrevistas, este estudo de caso pretendeu contribuir para o amadurecimento do setor, principalmente no que diz respeito à construção da política museológica catarinense.

2 BREVE CONTEXTO DA POLÍTICA CULTURAL E MUSEOLÓGICA

2.1 No Brasil

É sabido que o país possui uma trajetória recente no que tange à legitimação das políticas culturais e que a instabilidade gerada pelas peculiaridades da questão político-administrativa reflete diretamente na implantação e na continuidade de políticas específicas para o setor cultural.

Com relação a isso, em palestra no III Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (ENECULT), sobre Políticas Culturais no Brasil, Lia Calabre esclarece que, segundo Eduardo Nivón Bolán, “a política cultural como uma ação global e organizada é algo que surge no período pós-guerra, por volta da década de 1950. [...]. A institucionalização da política cultural é uma característica dos tempos atuais.”²²

Por sua vez, Maria Cecília Londres Fonseca nos relata, em estudo minucioso sobre as ações político-culturais do governo federal no que tange à preservação do patrimônio cultural brasileiro, tanto no anos 30 quanto nos anos 70, que ainda nas primeiras décadas do século XX muitos intelectuais brasileiros e estrangeiros visitaram as cidades históricas em Minas Gerais, produziram documentação, publicaram artigos literários, em revistas principalmente, “alertando a ameaça de perda irreparável dos monumentos de arte colonial”²³. Fonseca comenta também que intelectuais estavam como o escritor Mário de Andrade, o pesquisador Rodrigo Melo Franco de Andrade, o arquiteto Lúcio Costa, assim como o engenheiro português Ricardo Severo, que palestrava em 1914 sobre a arte tradicional no Brasil, e “visavam as cidades históricas e produziam documentação a respeito”²⁴. Do mesmo modo, a importância de se registrar esses estudos relevantes para a preservação do patrimônio artístico nacional foi comentada na Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de 1937, por Franco de Andrade, que denota “injustiça” e “exagero” na observação de um escritor inglês de que ninguém no Brasil parecia ter interesse nessas questões.²⁵ Segundo o pesquisador, os

²² CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: III ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA (ENECULT), Salvador, Bahia-Brasil, 23 a 25 maio 2007. Disponível em: <http://rubi.casarui Barbosa.gov.br/bitstream/fcrb/451/2/Calabre%2c%20L.%20-%20Políticas%20Culturais%20no%20Brasil>. Acesso em: 4 out. 2019.

²³ FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. *Patrimônio e Memória*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/MinC-IPHAN, 2005, p. 94. [cap. 3].

²⁴ Idem, p. 95.

²⁵ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Programa. In: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937, p. 3: “no one in Brazil seems to have the very slightest interest in these things. There is na absolute lack of information”

trabalhos eram “consideráveis e valiosos”, apesar de estarem “dispersos em folhetos, jornais e revistas, cuja procura requer esforço e paciência”.²⁶

Alguns intelectuais, do movimento modernista²⁷ e outros, pregavam a ideia de que a arte deveria transmitir a identidade brasileira; de que era necessário quebrar e traçar um caminho de ruptura com os padrões europeizados, em vigor até o momento. Era, portanto, uma República²⁸ recente em busca de sua identidade, cujo marco oficial dos modernistas brasileiros foi a Semana de Arte Moderna, em fevereiro de 1922, em São Paulo. Fato é que neste mesmo ano, no Centenário da Independência, foi criado o Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro. Outros movimentos, como o Manifesto Regionalista de Gilberto Freyre²⁹, publicado em 1926, estavam mobilizados em sensibilizar os governos dos estados, que continham um significativo acervo de monumentos históricos e artísticos, em especial em algumas regiões, nas quais a urgência de preservação era maior. Em resposta, os estados criaram as Inspetorias Estaduais de Monumentos Históricos, em 1926 a de Minas Gerais; em 1927 a da Bahia e, em 1928, a de Pernambuco. Na mesma década de 1920, o governo federal, por meio de iniciativa do Museu Nacional e também do Congresso Nacional³⁰, elaborou anteprojeto³¹ de lei e instrumentos legais para a defesa desse patrimônio histórico e artístico nacional. Porém, todos foram considerados inviáveis porque esbarravam na proteção à propriedade privada, assegurados pela Constituição em vigor e porque “(...) a proposta formulada visava mais à proteção de bens arqueológicos do que os históricos”.³²

O fato de intelectuais, não somente mineiros, como também cariocas, paulistas etc., terem passado a identificar em Minas Gerais o “berço de uma civilização brasileira”, a “proteção dos monumentos históricos e artísticos mineiros – e, por consequência, do resto do país – [...] [tornou-se] parte da construção da tradição nacional”.³³ E, assim, a construção da política pública cultural no Brasil se deu por meio da categoria do patrimônio material, do barroco e da

²⁶ Idem.

²⁷ Surgido em um momento de insatisfação política, o Modernismo no Brasil foi desencadeado a partir de influências das tendências artísticas das vanguardas europeias. É considerado um divisor de águas na arte brasileira. Considera-se como antecedente a Semana de 22, em 1917, momento em que houve a polêmica exposição da artista brasileira Anita Malfatti, que voltara da Alemanha trazendo um novo estilo de pintura.

²⁸ Primeira fase da República, denominada República Velha, que se estendeu de 1889 a 1930.

²⁹ Para saber mais, cf.: <http://www.ufrgs.br/cdrom/freyre/freyre.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2019.

³⁰ Em 1926, o deputado pernambucano Luis Cedro, em 1924, o poeta mineiro Augusto de Lima e, em 1930, o deputado baiano José Vanderlei de Araújo Pinho e, em 1925 o jurista mineiro Jair Lins.

³¹ O professor Alberto Childe, à época conservador de antiguidades clássicas do Museu Nacional, foi encarregado pelo então presidente da Sociedade Brasileira de Belas Artes e Diretor do Museu Nacional, Prof. Bruno Lobo, a redigir esse anteprojeto. PINTO, Antonio Carlos Brasil. *Turismo e Meio Ambiente: aspectos jurídicos*. Campinas: Papirus Ed., 1998, p. 16.

³² Idem.

³³ FONSECA, Op. cit., 2005, p. 92.

salvaguarda dos vestígios históricos e artísticos nacionais, quando, a partir de 1920, o Estado considerou viável o seu engajamento político na questão. Nesse sentido, mesmo que os grandes museus nacionais já estivessem em funcionamento, “(...) não se dispunha de meios para proteger os bens que não integravam essas coleções, sobretudo os bens imóveis”.³⁴

Na década de 1930, segundo artigo de Calabre, o “(...) Estado brasileiro passou por um processo de reforma administrativa que tentou implantar políticas governamentais específicas e com alcance nacional para uma série de setores”.³⁵ Com a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em 16 de julho de 1934, o Estado passou a interferir de forma mais incisiva nas relações de trabalho e na vida social, por meio da educação, da saúde e da cultura. Esta é a primeira constituição que contém dispositivo atribuindo ao Estado deveres de proteção do patrimônio: “(...) cabe à União [...] proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País (...)”.³⁶ Quer dizer, é uma formalização na Carta Magna que reverbera também aos estados e municípios.

Pode-se dizer, nesse contexto, que a permanência de Gustavo Capanema como ministro da Educação e Saúde, de 1934 a 1945, foi frutífera para a continuidade das políticas públicas para a área, pois a cultura, que estava nesta época sob os cuidados deste mesmo ministério, segundo Calabre, recebeu “atenção especial”³⁷ na sua gestão, culminando com a criação, em 1938, do Conselho Nacional de Cultura (CNC), cujo objetivo era coordenar as atividades concernentes ao “desenvolvimento cultural” realizadas pelo Ministério de Educação e Saúde (MES). Logo, a Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 1937, tratou dos atentados cometidos contra o patrimônio cultural³⁸, sendo “equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional”³⁹.

Entretanto, décadas antes, já havia, de acordo com Fonseca, denúncias de intelectuais sobre a degradação das cidades históricas brasileiras, que alertaram sobre o descaso e “dilapidação do que seria um ‘tesouro’ da Nação”. Diante disso e da possibilidade de responsáveis, elites e Estado, virem a responder por essa falta de atenção com o patrimônio

³⁴ Idem, p. 81.

³⁵ CALABRE, Op. cit., 2007, [n.p.].

³⁶ BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, 1934. [Cap. II – da Educação e da Cultura, artigo 148]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 4 dez. 2019.

³⁷ CALABRE, Lia. Política Cultural no Brasil: um histórico. In: I Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (ENECULT), Salvador, Bahia-Brasil, 14 e 15 de abril 2005. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecul2005/LiaCalabre.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2019.

³⁸ Neste momento, eram considerados patrimônio os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza.

³⁹ BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 4 dez. 2019.

cultural, tornou-se necessária a mobilização por parte do Congresso Nacional, das instituições culturais, dos governos estaduais e da imprensa, com vistas a debater sobre um tratamento adequado ao patrimônio material.

Foi nesse contexto que, em 1937, foi aprovada lei que cria o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN⁴⁰ – instituição que, segundo pesquisa de Marcela Virgínia Thimoteo da Silva, era vinculada ao Ministério da Educação e Saúde, e que atendia exclusivamente ao patrimônio histórico e artístico nacional.⁴¹ Em se tratando de analisá-la, Fonseca, nesse aspecto, atenta para o fato de que ela deve ser vista dentro do contexto do movimento modernista e da instauração do Estado Novo, fatos estes que “marcaram a vida cultural e política do Brasil na primeira metade do século XX”.⁴²

E então a questão da preservação se torna um tema relevante no cenário nacional, respaldada por outras decisões que estavam sendo fomentadas, as Cartas Patrimoniais⁴³, que desde 1931 são elaboradas por especialistas e instituições competentes, também sob a influência do movimento europeu do pós-Primeira Guerra, quando os países destruídos pelo conflito acordaram para a emergência de reconstruir a sua memória coletiva.

Por certo, na concepção de Fonseca, a temática do patrimônio surge no país alicerçada por duas conjecturas, quais sejam, “(...) o caráter ao mesmo tempo universal e particular das autênticas expressões artísticas e a autonomia relativa da esfera cultural em relação às outras esferas da vida social”⁴⁴, isso em circunstâncias de regime autoritário, o que, pode-se dizer, tem na criação do SPHAN uma base estruturante para o desenvolvimento das políticas públicas da área cultural.

E a busca da particularidade – diz-se, algo que representasse o país – e da universalidade – como algo que identificasse um bem coletivo – encaminha os modernistas para o que se apresenta como a construção de uma “autêntica tradição nacional”⁴⁵.

⁴⁰ Ao longo dos anos, como se pode perceber, recebeu diferentes denominações: SPHAN Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1946; DPHAN Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1946-1970; IPHAN Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1979-1981; SPHAN Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1979-1981; SPHAN Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1981-1985; SPHAN Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1985-1990; IBPC Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, 1990-1994 (CIA, 2004, p.85). A partir de 1994 voltou a ser Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). SILVA, Marcela Virgínia Thimoteo da. Artigo. DO SPHAN AO IBRAM: subsídios para compreender a produção documental dos museus do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). *Revista Eletrônica Ventilando Acervos*, v. 3, n. 1, p. 65, nov. 2015. Disponível em: http://ventilandoacervos.museus.gov.br/wp-content/uploads/2015/11/05_Artigo04.pdf. Acesso em: 27 set. 2019.

⁴¹ Idem, p. 92. (Lei nº 378/1937, regulamentada pelo decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937).

⁴² FONSECA, Op. cit., 2005, p. 82.

⁴³ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso em: 12 set. 2019.

⁴⁴ FONSECA, Op. cit., 2005, p. 92.

⁴⁵ Idem, p. 95.

Nesse sentido, o sociólogo Stuart Hall, ao refletir sobre a noção de sujeito sociológico, nos faz refletir sobre a questão das culturas nacionais. Ele afirma que “é difícil conservar as identidades culturais intactas”⁴⁶, principalmente com as mudanças culturais provocadas nas sociedades modernas, que se tornaram complexas e expostas a influências externas e globais. Na Primeira e na Segunda Guerra Mundial, por exemplo, houve uma corrida abrupta em salvaguardar o que ainda havia, bem como em proteger os bens mais suscetíveis, como a identidade cultural de cada povo, já que milhares perderam seu sistema de representação cultural, ou, os que careciam dele, como o povo brasileiro, de uma hegemonia cultural, uma simbologia universal:

O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem. A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” - entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a “nós próprios” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, “sutura”) o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis.⁴⁷

Quanto ao campo museológico, em período de regime ditatorial, sobre o fortalecimento dos museus, do período de 1930 a 1950, Letícia Julião nos aponta que houve investimento de recursos e de produção de conhecimento técnico, tendo o SPHAN se feito “(...) presente também no conjunto de ações museais (...)”⁴⁸, pela primeira vez realizadas em locais fora do eixo Rio-São Paulo. Essas ações visavam mudanças para além de “questões de gosto ou de procedimentos museológicos”⁴⁹, prática esta que tinha a intenção de trazer padrões mais inovadores de “exibir e de ver objetos”.⁵⁰ Nesse sentido, a atuação de Rodrigo Melo Franco como diretor foi bastante significativa, pois ele se preocupava com um rigor técnico na gestão de coleções, inclusive demandando a “peritos e artistas pareceres que consubstanciavam suas decisões”.⁵¹

⁴⁶ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p. 74.

⁴⁷ Idem, p. 11-12.

⁴⁸ Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás, Pernambuco e, sobretudo, Minas Gerais. JULIÃO, Letícia. O Sphan e a cultura museológica no Brasil. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 142, jan-jun. 2009. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1550/999>. Acesso em: 27 ago. 2018.

⁴⁹ Idem, p. 143.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Idem, p. 145.

O fato é que, com o objetivo de “[...] investigar, perpetuar, perenizar e transmitir à sociedade o patrimônio cultural e natural do mundo, presente e futuro, tangível e intangível”⁵², em 1946, foi criado o Conselho Internacional de Museus - ICOM⁵³, em Paris, e, em 1948, estabelecida a representação do órgão, no Brasil⁵⁴. Ainda no mesmo ano, corroborando com a concretização das legislações de cunho cultural, ganham ainda mais respaldo com a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos⁵⁵, adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU⁵⁶), resolução 217 A III, em 10 de dezembro de 1948. Assim, em seu art. 27, §1º, que afirma que “todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios”, fica claro que ninguém pode ser cerceado de participar de quaisquer manifestações culturais e do desenvolvimento tecnocientífico promovido pela ciência.

Alguns anos após a criação da representação nacional do órgão do ICOM no Brasil, este comitê realizou em Ouro Preto/MG, em 1956, o 1º Congresso Nacional de Museus⁵⁷, com apoio

⁵² “El ICOM es la organización internacional de museos y profesionales de los museos cuya finalidad es investigar, perpetuar, perennizar y transmitir a la sociedad el patrimonio cultural y natural mundial, presente y futuro, tangible e intangible.” Disponível em: <https://icom.museum/es/sobre-nosotros/misiones-y-objetivos/>. Acesso em: 20 fev. 2020.

⁵³ Criado após o final da Segunda Grande Guerra, o ICOM é uma organização não governamental ligada à UNESCO. NASCIMENTO JUNIOR, José do; CHAGAS, Mário (orgs.). *Política Nacional de Museus*. Brasília: MinC, 2007, p. 16. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/01/politica_nacional_museus.pdf. Acesso em 12 set. 2019.

⁵⁴ “O ICOM Brasil, foi fundado em 09 de janeiro de 1948, tem como objetivo promover a cooperação, a assistência mútua e o intercâmbio de informação entre seus membros, profissionais de museus e instituições culturais admitidas na categoria de membros individuais, residentes e em atividade no país, por membros institucionais, membros associados e beneméritos. Sua diretoria é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Consultivo e Conselho Fiscal.” Disponível em: http://www.icom.org.br/?page_id=12. Acesso em: 20 fev. 2020.

⁵⁵ Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 6 dez. 2019.

⁵⁶ Organização das Nações Unidas.

⁵⁷ “Os anos 1950 foram marcados por movimentações do Icom e da Unesco para buscar informações e conhecimento sobre museus, seus espaços, suas atividades e seu corpo técnico. Impulsionados por demandas externas, os profissionais do campo tomaram um conhecimento mais amplo sobre as atividades realizadas nos mais diferentes museus, buscando desenvolver reuniões e encontros que discutissem questões e problemáticas envolvendo museus. O incentivo à cooperação cultural entre os estados sinaliza que as instituições deveriam atender a objetivos de uma política externa. Em resposta às demandas geradas pela Unesco, o Brasil sediou o primeiro seminário nacional destinado a discutir temáticas relacionadas a museus. O trabalho contínuo entre essas agências, em conhecer, preservar e difundir o patrimônio cultural, agregando museus e seus profissionais, ocasionou sucessivos eventos internacionais que abordaram temáticas nesse âmbito, a saber: o Primeiro Seminário Internacional da Unesco, sobre a Função Educativa dos Museus, realizado em 1952 em Nova Iorque; o Segundo Seminário Internacional da Unesco, em Atenas em 1954 ainda sobre a função educativa dos Museus; e o foco desta pesquisa, o 1º Congresso Nacional de Museus em 1956, em Ouro Preto. (...) O Primeiro Congresso Nacional de Museus teve início às 14 horas do dia 23 de julho de 1956, na cidade de Ouro Preto, na Escola de Minas e Metalúrgica (antiga residência dos governadores). Segundo as matérias e o relato de Florisvaldo dos Santos Trigueiros (1958), participaram do Congresso cerca de 140 congressistas, vindo dos mais diversos estados.” Disponível em: <http://www.encontrosmuseologia.fci.unb.br/index.php/1encontro/1encontrosmuseologia/paper/view/34>. Acesso em: 20 fev. 2020.

do Museu Nacional⁵⁸. Nessa esteira da consolidação do patrimônio cultural, Calabre vê na criação, em 1959, do Ministério de Assuntos Culturais da França, um marco internacional para o setor, já que produziu “[...] ações que se tornaram referência para diversos países ocidentais”.⁵⁹ Ao denotar a falta de tradição em pesquisas sobre políticas públicas, principalmente das que tratam da área da cultura, a autora revisita, pois, de maneira mais genérica, as últimas quatro décadas, e verifica “uma série de iniciativas na direção da elaboração de linhas de atuação política”⁶⁰, apesar das descontinuidades. Isso sinaliza um incalculável desperdício de receitas financeiras e humanas, segundo ela. Quer dizer, há a interrupção na elaboração de propostas que teriam como objetivo de atender à sociedade nas suas necessidades culturais.

Ainda como um dos resultados das discussões ocorridas no 1º Congresso Nacional de Museus e de encontros posteriores, foi criada a Associação Brasileira de Museologistas, em 1963, sendo a atual Associação Brasileira de Museologia, que foi a primeira entidade de profissionais de museus brasileira e tinha

a finalidade de congregar os técnicos e cientistas dos museus e seus auxiliares, bem como as pessoas em geral interessadas nos problemas museológicos; zelar pela defesa dos direitos e interesses dos que trabalham em museus e instituições afins; incentivar o intercâmbio cultural e científico dos museus, promover cursos, conferências e difundir os conhecimentos museológicos através de publicações.⁶¹

De acordo com Calabre, quando da 1ª reunião nacional dos Conselhos de Cultura, em 1968, o presidente do Conselho Federal de Cultura, Josué Montello, manifestou que esse encontro “significava o primeiro passo para a construção de um Sistema Nacional de Cultura”.⁶²

À medida que paulatinamente os direitos individuais e liberdade de imprensa foram sendo promovidos pelo contexto de redemocratização política no Brasil, a partir do fim dos anos de 1970⁶³, e que se ampliou o conceito de patrimônio e preservação, a UNESCO deu as coordenadas e criou-se um aparato de legislação para lhe dar respaldo. Segundo Fonseca, houve

⁵⁸ Segundo relatório, o Museu Nacional levou quatorze técnicos. CARVALHO, José Cândido de Melo. Relatório Anual de 1956, p. 14. Disponível em: [http://flanelografo.com.br/impermanencia/biblioteca/RAMN%20\(1956\).pdf](http://flanelografo.com.br/impermanencia/biblioteca/RAMN%20(1956).pdf). Acesso em: 4 dez. 2019.

⁵⁹ CALABRE, Op. cit., 2007, [n.p.].

⁶⁰ CALABRE, Op. cit., 2005, [n.p.].

⁶¹ PORTO, Cláudia (org.). *Linha do tempo* – Ensino de Museologia no Rio de Janeiro e Minas Gerais. [n.p.]. Disponível em: <https://corem2r.org/linha-do-tempo/>. Acesso em: 5 dez. 2019.

⁶² Histórico. Portal do Sistema Nacional de Cultura. Ministério da Cidadania/Secretaria Especial da Cultura. Disponível em: <http://portalsnc.cultura.gov.br/historico-2/>. Acesso em: 1 out. 2019.

⁶³ “O período chamado de “redemocratização” compreendeu os anos de 1975 a 1985, entre os governos dos generais Ernesto Geisel e João Figueiredo e as eleições indiretas que devolveram o poder às mãos de um presidente civil.” Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/redemocratizacao/>. Acesso em 20 fev. 2020.

uma mudança de paradigma, promovida pela indústria, do design e da informática, que pretendeu avançar na criação de uma identidade brasileira. Isto é, mesmo que as ciências sociais (a história e sobretudo a antropologia) estivessem em conformidade com essa “reorientação de uma prática implementada pelo Estado desde 1937 – a preservação de bens culturais”⁶⁴, o impulso para essas novas diretrizes ocorreu por fomento da indústria. Isso quer dizer que a área do patrimônio cultural, que era estritamente técnica, passou a ser vista dentro do campo das possibilidades de uma releitura às posições de Mário de Andrade, cujo anteprojeto elaborado para o SPHAN sobre a diversidade cultural e valorização das culturas popular, ameríndia e afrodescendente foi recuperado por Aloísio Magalhães⁶⁵, com a criação, posteriormente, do Cadastro Nacional de Referência Cultural (CNRC), em 1975.

Sobre a ampliação do conceito de patrimônio e preservação, a museóloga Tereza Cristina Scheiner aponta que “(...) as propostas e realizações de uma prática museológica voltada para o social não são originárias – e nem exclusivas – da Declaração de Santiago⁶⁶, nem do movimento que se autodenominou Nova Museologia”⁶⁷. Segundo ela, essas discussões já estavam ocorrendo nas Assembleias promovidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura – UNESCO, como na 7ª conferência, em 1962, na Holanda, em que enfatizava a preocupação “[...] com a relação entre museus e a preservação do patrimônio natural e cultural da humanidade [...]”, como também ocorreu, em 1968, na 8ª, na Alemanha, na qual o ICOM recomendou que os museus estivessem “[...] mais abertos ao público jovem, ampliando o número de programas culturais para jovens, numa atmosfera de maior participação [...]”, e, ainda, na 9ª conferência, realizada na França, em 1971, que trouxe, em sua resolução nº 1, que “os museus devem estar, antes de tudo, a serviço de toda a humanidade”; e que “a principal meta dos museus é a educação e a transmissão de informação e do conhecimento, por todos os meios disponíveis”.⁶⁸

⁶⁴ FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências Culturais: Base para Novas Políticas de Patrimônio. In: IPHAN, Inventário Nacional de Referências Culturais: Manual de Aplicação. Brasília: IPHAN/ Minc/DID, 2000, p. 12. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf. Acesso em: 2 set. 2018.

⁶⁵ Aloísio Barbosa Magalhães (Recife, Pernambuco, 1927 - Pádua, Itália 1982). Pintor, designer, gravador, cenógrafo, figurinista. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa10144/aloisio-magalhaes>. Acesso em: 2 set. 2019.

⁶⁶ Declaração da mesa-redonda de Santiago do Chile – ICOM, 1972. Disponível em: <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/legislacao/museologia/3-1972-icom-mesa-redonda-de-santiago-do-chile.html>. Acesso em 20 fev. 2020.

⁶⁷ SCHEINER, Tereza Cristina. Artigo: Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n1/a03v7n1.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.

⁶⁸ Idem.

Nessa percepção de dilatação do conceito de patrimônio, o antropólogo José do Nascimento Jr. e o museólogo Mário Chagas observam que, a partir dos anos de 1970, “(...) a museologia e os museus no Brasil passam por um grande processo de transformação e amadurecimento”⁶⁹, momento em que os especialistas tiram os objetos do centro das atenções e passam a focar as relações destes com o homem, dando maior ênfase à pesquisa e à análise e tratando os museus como “processos e práticas culturais de relevância social”⁷⁰. Essa ressignificação do objeto, as relações com o homem, a cultura, o ambiente e as tipologias de museus, implicaram uma reavaliação do entendimento sobre seus acervos. Quer dizer, o conceito de museu foi ampliado, quando se passou a considerar não mais somente os seus objetos, mas também os seus processos.

Com relação a esse processo de busca por maior elasticidade do conceito de patrimônio e de inserção das sociedades não contempladas até então — desde as Conferências do ICOM (UNESCO), da Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972) e de experiências museais desenvolvidas no México, na França, na Suíça, em Portugal e no Canadá —, a criação do Movimento Internacional da Nova Museologia (MINOM⁷¹) expandiu o conceito museal para além dos muros institucionais e de maior complexidade com as práticas sociais, no envolvimento com a transformação de valores simbólicos, como na viabilidade de que “[...] casas, fazendas, escolas, fábricas, estradas de ferro, músicas, minas de carvão, cemitérios, gestos [...]”⁷², e outros, são passíveis de musealização.

Nesse contexto, fazendo parte do processo de abertura política brasileira, em 1970, ocorreu o 1º Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da área Cultural, Prefeitos de Municípios interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais, em Brasília (DF), estes convocados pelo então Ministro da Educação Jarbas Passarinho (1969-1974)⁷³, indicado que foi pelo então presidente da República, general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974)⁷⁴. Ao abrir os trabalhos deste encontro, o ministro manifestou “(...) todo o apoio à

⁶⁹ NASCIMENTO JUNIOR, José do; CHAGAS, Mário. Museu e Política: apontamentos de uma Cartografia. In: *Caderno de diretrizes museológicas*. 2. ed. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Departamento de Museus e Centros Culturais; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006, p. 12. Disponível em: http://www.cultura.mg.gov.br/files/Caderno_Diretrizes_I%20Completo.pdf. Acesso em: 6 out. 2019.

⁷⁰ Idem.

⁷¹ MINOM-ICOM (International Movement for a New Museology). Criado em Portugal, em 1985.

⁷² NASCIMENTO JUNIOR, José do; CHAGAS, Mário (orgs.). *Política Nacional de Museus*. Brasília: MinC, 2007, p. 20.

⁷³ Para saber mais, acessar: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jarbas-goncalves-passarinho>. Acesso em: 5 dez. 2019.

⁷⁴ Para saber mais, acessar: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/medici/>. Acesso em: 5 dez. 2019.

política de proteção aos monumentos, à cultura tradicional e à natureza”⁷⁵, política essa apresentada em relatório pelo diretor da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), de cuja incumbência era a execução do estabelecido no Compromisso de Brasília. Acatando as recomendações do Conselho Federal de Cultura, o referido documento foi consolidado “através de unânime aprovação” e “as resoluções adotadas no documento ora por todos subscrito (...)”⁷⁶. Em documento que registrou tal compromisso, Lucio Costa⁷⁷ manifestou que

apesar da deficiência dos meios, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – obra da vida de Rodrigo M. F. de Andrade – tem procedido ao restauro de monumentos – talha, pintura, arquitetura – em todo o país; mas no acervo de cada região há obras significativas e valiosas cuja preservação escapa à alçada federal; é, pois, chegado o momento de cada Estado criar o seu próprio serviço de proteção vinculado à universidade local, às municipalidades e à D.P.H.A.N., para que assim participe diretamente da obra penosa e benemérita de preservar os últimos testemunhos desse passado que é a raiz do que somos – e seremos.

Já em Salvador (BA), em outubro de 1971, ocorreu o II Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil⁷⁸, no qual foram ratificadas, unanimemente, as resoluções adotadas no Compromisso de Brasília⁷⁹. Desta vez, entretanto, recomendou-se outras providências, principalmente visando ao turismo. O documento dele resultante, denominado agora de Compromisso de Salvador, teve como recomendações, entre outras, a criação do Ministério da Cultura, e de Secretarias ou Fundações de Cultura no âmbito estadual [...]; a convocação dos órgãos responsáveis pelo planejamento do turismo, no sentido de que voltem suas atenções para os problemas da valorização, utilização e divulgação dos bens naturais e de valor cultural especialmente protegidos por lei [...]; que os Governos estaduais promovam, através de órgão competente, a elaboração do calendário das

⁷⁵ COSTA, Lúcio. Compromisso de Brasília. I Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes d Representantes de Instituições Culturais. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 3 abr. 1970, [n.p.]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf>. Acesso em: 30 set. 2019.

⁷⁶ Idem.

⁷⁷ Em 1937, assumiu a direção da Divisão de Estudos de Tombamentos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), permanecendo até aposentar-se, em 1972. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/lucio_costa. Acesso em: 5 dez. 2019.

⁷⁸ Participaram, na ocasião, os governadores de estado, os secretários de estado e demais representantes dos governadores, os prefeitos de municípios interessados, além dos presidentes e representantes de instituições culturais convocados.

⁷⁹ Tal documento foi elaborado na primeira edição deste encontro, realizado em Brasília em abril de 1970, no qual, segundo o ministro Jarbas Passarinho, foi realizado fundamentalmente para “conscientizar administradores, públicos ou particulares, para evitar que obras de arte, que são a forma de comunicação intemporal dos homens de talento, se percam pela falta de zelo, ou sejam destruídas deliberadamente”. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Anais_II_Encontro_Governadores%201971.pdf. Acesso em: 5 dez. 2019.

diferentes festas tradicionais e folclóricas [...] que visem difundir e preservar as tradições folclóricas de seus respectivos Estados”⁸⁰, como fator de desenvolvimento econômico local e regional.

Como mencionado anteriormente, em 1975, o governo federal criou o Centro Nacional de Referência Cultural⁸¹ (CNRC), cuja responsabilidade foi dada a Aloiso Magalhães, reconhecidamente um dos que colaborou na “atualização” do conceito de “patrimônio cultural” adotado desde 1937, no Brasil. No Recife, um ano depois, foi realizado o 1º Encontro de Dirigentes de Museus – evento promovido pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS) e apoiado pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC, cujo documento resultante, intitulado “Subsídios para a implantação de uma política museológica brasileira”, foi, segundo Myrian Sepúlveda dos Santos, uma tentativa do instituto de contribuir para a elaboração de uma política nacional de cultura. Era o início de um processo de elaboração, no âmbito da Museologia, de uma política nacional de cultura.⁸² Na sequência, em 1979, foi criada a Fundação Cultural Pró-Memória (FNPM), “que abrigou, durante aproximadamente uma década, um conjunto expressivo de museus não atendidos pela política cultural do [...] SPHAN”⁸³. A FNPM estabeleceu o Programa Nacional de Museus, em 1983, “que desenvolveu projetos especiais visando à revitalização dos museus brasileiros”,⁸⁴ posteriormente dando origem ao Sistema Nacional de Museus.

⁸⁰ II Encontro de Governadores, 1973, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: IPHAN, 1973, p. 27; 377; 378. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Anais_II_Encontro_Governadores%201971.pdf. Acesso em: 5 dez. 2019.

⁸¹ Segundo artigo de Amanda Gabrielle de Queiroz Costa, “a expressão ‘Referência Cultural’ (hoje bastante presente no Iphan), trazia uma forma flexível de ver a cultura. Era um conceito mais próximo da nova antropologia, que entendia que a cultura estava em constante mudança, portanto impossível de ser cristalizada. Para Aloísio, os bens culturais seriam indicadores de um caráter brasileiro, e esse caráter somente se revelaria através das trajetórias dos bens culturais. Isso só seria possível se a pesquisa acessasse o ‘ponto de vista nativo’. Dessa necessidade, Magalhães, com o apoio de Gomes e Murtinho, cria oficialmente, em 1º de julho de 1975, o CNRC, em formato de um grupo de trabalho, a partir do convênio multi-institucional, firmado pelo Ministério da Indústria e do Comércio (MIC) e o Governo do Distrito Federal, que assegurava os recursos para os estudo e viabilização do projeto. O Centro funcionava nas dependências da antiga Reitoria da Universidade de Brasília (UnB), uma das instituições conveniadas. Eram conveniados também a Secretaria de Educação e Cultura, o Ministério da Indústria e do Comércio, e a Secretaria de Tecnologia Industrial”. Disponível em: http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1346437321_ARQUIVO_artigoANPUHRS.pdf. Acesso em: 22 fev. 2020.

⁸² SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museu e Museologia em Gilberto Freyre. In: CHAGAS, Mário de Souza. Museu, museologia e pensamento social brasileiro. *Cadernos do CEOM*, ano 18, n. 21 – Museus, pesquisa, acervo e comunicação, 2005, p. 32. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2270>. Acesso em: 5 dez. 2019.

⁸³ NASCIMENTO JUNIOR, José do; CHAGAS, Mário (orgs.). Política Nacional de Museus. Brasília: MinC, 2007, p. 17. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/01/politica_nacional_museus.pdf. Acesso em: 12 set. 2019.

⁸⁴ Idem, p. 18.

Finalmente, em 1985, foi criado o Ministério da Cultura (MinC), desmembrando-se do Ministério da Educação (MEC), cuja convivência existia desde 1953⁸⁵. A criação de um Ministério exclusivo para a cultura foi considerada como uma das grandes conquistas da redemocratização do país⁸⁶, principalmente por reconhecer a sua importância “(...) para a construção da identidade nacional”⁸⁷. Com o fortalecimento do setor, em 1986, foi criado o primeiro Sistema Nacional de Museus, subordinado à Fundação Pró-Memória e tendo como principal objetivo articular e apoiar financeiramente projetos museológicos. Já a primeira legislação federal sobre incentivo fiscal à produção cultural foi criada por meio da lei nº 7.505⁸⁸, em 2 de julho de 1986, mais conhecida como Lei Sarney.

Em 1988, no entanto, a Constituição Federal Brasileira contemplou o patrimônio cultural em sua “amplitude e complexidade”⁸⁹: no art. 216⁹⁰, mais especificamente, há a ampliação do conceito de bens culturais, que passaram a ser considerados material e imaterialmente⁹¹, isto é, para além dos monumentos de pedra e cal, considerando outras formas, expressões e conjuntos de bens culturais que não estavam contemplados nas constituições anteriores.

E para melhor organizar essa conquista na política cultural brasileira, foi criada uma legislação específica para o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial⁹², decretada no ano de 2000 e que obedece às seguintes categorias: saberes, celebrações, formas de expressão e lugares, ou seja, as práticas culturais coletivas, as representações, as expressões, os lugares, os conhecimentos e as técnicas que os grupos sociais reconhecem como parte integrante do seu patrimônio cultural.

⁸⁵ Ministério da Educação. História. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/97-conhecaomec-1447013193/omec-1749236901/2-historia>. Acesso em 24 fev. 2020.

⁸⁶ Sistema Nacional de Cultura. Histórico. Cita: Calabre, 2009. <http://portalsnc.cultura.gov.br/historico-2/>

⁸⁷ Ministério do Turismo. Secretaria Especial da Cultura. História. Disponível em: <http://cultura.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/historico/>. Acesso em: 24/02/2020.

⁸⁸ Sistema Nacional de Cultura. Histórico. <http://portalsnc.cultura.gov.br/historico-2/>

⁸⁹ VAL, Andréa Vanessa da Costa; CAÇADOR, Tânia Mara. NOTA HISTÓRICA. As constituições brasileiras e o patrimônio. *Jurisprudência Mineira*, Belo Horizonte, a. 59, n. 186, p. 17. Disponível em: <https://bd.tjmg.jus.br/jspui/bitstream/tjmg/537/1/NHv1862008.pdf>. Acesso em: 5 out. 2019.

⁹⁰ Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp. Acesso em: 2 ago. 2019.

⁹¹ Registro da biografia de Aloisio Magalhães, no sítio do IPHAN: “Ao utilizar termos como o “saber-fazer”, ao se preocupar com os modos de produção artesanal, ao institucionalizar uma abordagem socioeconômica do cultural, que se preocupava com os conhecimentos e alternativas de desenvolvimento local, ao priorizar o produto cultural como processo, na relação direta com o agente produtor e seu meio-ambiente, Aloísio Magalhães inseriu no discurso sobre patrimônio cultural o sujeito homem em suas mais diversas manifestações. Seu legado está na Constituição brasileira e na consagração do patrimônio imaterial.” Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3216>. Acesso em: 24 fev. 2020.

⁹² BRASIL. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm. Acesso em: 12 set. 2019.

A partir de 2003, com a mudança de governo federal, construiu-se uma legislação de grande envergadura para setores relacionados ao patrimônio cultural e aos museus, estimulando, por exemplo, a pluralidade cultural e a valorização de projetos relacionados a grupos minoritários: denominada Política Nacional de Museus, reverberando para os estados brasileiros, foi democraticamente discutida pela comunidade museológica.⁹³ Como aponta Nascimento, com isso, houve, por meio do MinC, o desenvolvimento de “um plano de implementação de políticas públicas sem precedentes na história do Brasil contemporâneo”.⁹⁴ Neste mesmo ano, foi criada a Coordenação de Museus e Artes Plásticas, vinculada à Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas/MinC, com o intuito de fortalecer politicamente o campo. Em 2004, foi oficialmente criado o Sistema Brasileiro de Museus para cumprir uma das premissas da Política Nacional de Museus. Cinco anos depois, o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), órgão vinculado ao MinC que seria o gestor dessa política. No ano seguinte, o Plano Nacional de Cultura⁹⁵ foi criado como um marco regulatório, após discussões em fóruns, seminários e consultas públicas realizadas desde 2005 pela sociedade civil organizada, com o “(...) objetivo de orientar o desenvolvimento programas, projetos e ações culturais que garantam a valorização, o reconhecimento, a promoção e a preservação da diversidade cultural existente no Brasil”⁹⁶.

2.2 A situação dos museus

Em linhas gerais, a história dos museus brasileiros passou por diferentes momentos no século XIX. Pode-se dizer que, com a chegada da Família Real Portuguesa, em 1808, foram empreendidos esforços para nos aproximarmos da civilização europeia. Dez anos depois, foi criado o Museu Real, hoje Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, que, segundo aponta Santos, teve “(...) o objetivo de propagar os conhecimentos e estudos das ciências naturais no Brasil”⁹⁷. Reunidos em acervo, de acordo com a autora, mobílias, armas e artefatos diversos eram expostos para que o público sentisse admiração pelos imperadores e pelas famílias

⁹³ NASCIMENTO JUNIOR, José do; CHAGAS, Mário (orgs.). *Política Nacional de Museus*. Brasília: MinC, 2007, p. 22. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/01/politica_nacional_museus.pdf. Acesso em 12 set. 2019.

⁹⁴ Idem, p. 21.

⁹⁵ Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm. Acesso em: 6 dez. 2019.

⁹⁶ Plano Nacional de Cultura. Ministério da Cidadania/Secretaria Especial da Cultura. *Entenda o plano*. Disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br/entenda-o-plano/>. Acesso em: 6 dez. 2019.

⁹⁷ SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Políticas da memória na criação dos museus brasileiros*, p. 124. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/36>. Acesso em: 6 dez. 2019.

abastadas por conta de suas riquezas. Demais museus criados neste período constituíram suas coleções com objetos locais encontrados especificamente na região.⁹⁸ Quer dizer, esses objetos contavam histórias que não remetiam a contextos mais universais, o que fazia diferentemente o Museu Nacional, que “procurou colecionar não só o que o Brasil possuía de mais caro aos europeus, objetos relacionados a sua natureza, quanto objetos cobiçados [...], como múmias, sarcófagos e objetos egípcios (...)”⁹⁹.

A partir dos anos de 1890, essas instituições passaram a focar em pesquisa, seja de botânica, linguística, arqueologia, ou zoologia, com predomínio das ciências naturais, e a produzir estudos, artigos e relatórios de cunho científico para revistas, mantendo intercâmbio regular com instituições internacionais. Isso nos aponta que antes mesmo de as universidades e de os institutos exercerem essas funções (pesquisa, formação e capacitação, comunicação patrimonial e preservação), os museus já estavam, de certa forma, cumprindo este papel¹⁰⁰. Mediante a rapidez das transformações econômicas, políticas e sociais, que estavam ocorrendo na primeira metade do século XX e, a consequente autoafirmação por meio do nacionalismo, também no Brasil, Gustavo Barroso retoma a proposta de criação de um Curso de Museus (proposto no Decreto 15.596, de 02/08/1922, quando da criação do Museu Histórico Nacional-MHN)¹⁰¹, visando à formação técnica especializada dos profissionais de museus. Esse crescimento do número de museus, é apresentado no caderno de Subsídios para a elaboração de planos museológicos¹⁰² pelo IBRAM, que informa que

a notável proliferação de museus iniciada nesta década prolongou-se e ampliou-se nos anos 40 e 50, atravessou a Segunda Guerra Mundial e a denominada Era Vargas, atingindo, com vigor, os chamados anos dourados. (RANGEL, 2008, p. 3).

⁹⁸ Idem, p. 125.

⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰ “A formação e a instauração de museus no Brasil devem ser situados no interior de um movimento maior, ao qual Sturtevant (1985) deu o nome de “A era dos museus”. A partir de fins do século XIX (e até meados da década de 1920), inicia-se o período de apogeu de um tipo de instituição que passará a cumprir papel cada vez mais relevante enquanto local de ensino e produção científica (...)”. SCHWARCZ, Lília K.M. O nascimento dos museus brasileiros. 1870-1910. In: MICELI, Sérgio. *História das Ciências Sociais do Brasil*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais/IDESP, 1989, p. 21. v. 1.

¹⁰¹ A dissertação de Eliza Regina Cordeiro, “Criação e implantação do Curso de Graduação em Museologia na Universidade Federal de Santa Catarina, com o advento do Reuni”, traz um aspecto importante: “[...] no próprio decreto que estabeleceu a organização e a estruturação do MHN, foi inserida, a criação de um curso técnico ‘comum ao Museu Histórico Nacional, a Biblioteca Nacional e ao Arquivo Nacional’ com a finalidade de formar oficiais para o Museu e amaunenses para o Arquivo e a Biblioteca. O curso daria uma formação básica e geral aos técnicos em arquivos, bibliotecas e museus.” (SÁ, 2013, p. 43 apud SCHWARCZ, 2016, p. 75). Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/169083/342135.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 nov. 2019.

¹⁰² CADERNO DO IBRAM. Subsídios para a elaboração de planos museológicos. Capítulo I - Museus no Brasil: História e Política, 2016, p. 13.

O Curso de Museus formou técnicos de todas as regiões do país e foi realizado no Museu Histórico Nacional, durante 44 (quarenta e quatro anos)¹⁰³ e, atualmente, está instalado na Universidade do Rio de Janeiro (Unirio). A museóloga Scheiner nos aponta que nos anos quarenta, cinquenta e sessenta, do século XX, foram bastante significativos para o desenvolvimento da Museologia como campo disciplinar. Foi nesse período que foi definido o conceito de “museu” pelo ICOM e que foi redigida a Carta de Santiago (1972). Da mesma forma, “(...) a criação do ICOFOM¹⁰⁴ (1976) influiu de maneira decisiva nesse processo, somando-se a textos importantes [...] e dando ensejo à elaboração de documentos de trabalho”¹⁰⁵ que constituem atualmente um arcabouço teórico da Museologia.

A partir da década de 1940, houve uma proliferação dos museus, como colocado anteriormente nesta pesquisa e, como bem observa Chagas, “não se traduz apenas em termos de quantidade; ela implica uma nova forma de compreensão dos museus e um maior esforço para a profissionalização do campo”¹⁰⁶. Sendo então criado um segundo curso de graduação em Museologia em Salvador, na Bahia, em 1969¹⁰⁷. Somente em 2004, por iniciativa de uma instituição particular, foi criado o terceiro curso de Museologia no país, em Orleans (SC), o primeiro na região Sul do Brasil, na UNIBAVE – Centro Universitário Barriga Verde.

¹⁰³ Idem p. 11: “O Curso de Museus foi instituído pelo Decreto-Lei nº 21.129, de 07 de março de 1932. Para Gustavo Barroso, “o curso estava destinado a ser fonte de ensinamento e cultura, de devoção à história pátria e seminário de formação e aperfeiçoamento de funcionários técnicos”. (SIQUEIRA, 2009, p. 68). Em 1944, devido ao seu crescimento e qualificação, o Curso de Museus equiparou-se a uma formação universitária e percebeu-se a necessidade de vinculá-lo à Universidade. Assim, em 1977, o curso passou a integrar a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (Fefierj), embora continuasse funcionando nas instalações do MHN. Dois anos depois, a Fefierj assumiu a denominação de Universidade do Rio de Janeiro (Unirio), e, em agosto do mesmo ano, o curso foi transferido do MHN para as dependências da universidade, hoje Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.”

¹⁰⁴ O Comitê Sub-Regional de Teoria dos Museus para a América Latina e o Caribe do Conselho Internacional de Museus, foi criado em Haia, Países Baixos, em 1989, durante a Conferência Geral do ICOM “Museus, Geradores de Cultura”, com o intuito de cumprir os objetivos gerais do Comitê Internacional e, ao mesmo tempo, consolidar um movimento museológico latino-americano de alto nível acadêmico. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/icofom.lam.oficial/about/?ref=page_internal. Acesso em: 23 fev. 2020.

¹⁰⁵ SCHEINER, Tereza Cristina. Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Cienc. Hum.*, Belém, v. 7, n. 1, p. 16, jan.-abr. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n1/a03v7n1.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2019.

¹⁰⁶ CHAGAS, Mário. Museus, memórias e movimentos sociais. In: *Cadernos de Sociomuseologia*, Portugal, n. 41, 2011, p. 10. Disponível em: <https://revistas.ulufona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/212>. Acesso em: 6 dez. 2019.

¹⁰⁷ “Em 1969, foi fundado o segundo curso de Museologia do país, vinculado à Universidade Federal da Bahia (UFBA), pela iniciativa do professor, arqueólogo e historiador Valentin Calderón de La Vara. O curso da Bahia teve uma formação diferenciada em relação ao já citado Curso de Museus, de 1932. No início do seu funcionamento, em 1970, o curso atuou com uma grade curricular considerada avançada para o período, oferecendo aulas transdisciplinares com envolvimento das áreas de Sociologia, Filosofia, História e Antropologia, e com algumas disciplinas específicas na formação do museólogo. O curso da UFBA contribuiu tanto para a formação de profissionais que atuariam nos museus, quanto para a construção da Teoria Museológica.” CADERNO DO IBRAM. Subsídios para a elaboração de planos museológicos. Capítulo I - Museus no Brasil: História e Política. 2016, p. 17.

Atualmente, o curso da UNIBAVE não está mais ativo. Em 2009, foi criada a graduação em Museologia na Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis. Segundo a dissertação de Cordeiro¹⁰⁸, “atualmente, (...) o País conta com 16 cursos de graduação, quatro cursos em nível de pós-graduação (mestrados e doutorado), além de cursos de especialização e técnicos, oferecidos por instituições de todas as regiões do País (IBRAM, 2015).”

Esse processo de marcos regulatórios das políticas culturais e o amadurecimento do setor museológico tem levado ao entendimento de que museus são práticas e processos socioculturais, como cita na legislação em vigor, no Estatuto de Museus, lei nº 11.904¹⁰⁹, de 2009:

Art. 1º. Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Parágrafo único. Enquadrar-se-ão nesta Lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades.

Há que se considerar que em se tratando de políticas públicas a legislação é fundamental, porém, não é respaldo suficiente para garantir a continuidade das ações; há necessidade de engajamento da sociedade civil organizada para manter e reivindicar o direito de participação na continuidade de construção desse processo. Na sequência, um breve relato sobre as políticas culturais em Santa Catarina.

2.3 No estado de Santa Catarina

Segundo Rafael Pereira Oliveira, em sua pesquisa sobre as políticas culturais e o campo museal no período de 1987 a 2006, Santa Catarina já dispunha de diversas instituições de atuação cultural específica subordinadas ao Estado quando da instalação de uma instituição para gerir as políticas culturais, em 1979, momento no qual são criadas a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo e a Fundação Catarinense de Cultura (FCC)¹¹⁰. A recém-criada FCC seria a

¹⁰⁸ Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/169083/342135.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 fev. 2020.

¹⁰⁹ Conselho Federal de Museologia. Disponível em: <http://cofem.org.br/legislacao/legislacao/#lei-11904>. Acesso em: 12 set. 2019.

¹¹⁰ Lei nº 5.516 de 28 de fevereiro de 1979. Disponível em: <http://www.cultura.sc.gov.br/a-fcc/sobre/historico>. Acesso em: 13 ago. 2019.

executora da política de desenvolvimento cultural elaborada pela Secretaria, que passara a abrigar as unidades do antigo Departamento de Cultura, criado em 1961, quais sejam: Artes, Ciências e Letras. A divisão de Ciências, especialmente, cuidava da área de ciências humanas e sociais, e por isso atendia às demandas relacionadas aos museus. Dentre as entidades existentes, vinculadas ao Estado, quando da criação da FCC, destacam-se a Biblioteca Pública, inaugurada em 1855; o Museu de Arte Moderna de Florianópolis (MAMF), criado em 1949, posteriormente passando a ser o Museu de Arte de Santa Catarina (MASC) e o Conselho Estadual de Cultura (CEC), criado em 1961, porém, regulamentado¹¹¹ somente em 1967.¹¹²

Muitos intelectuais catarinenses, como demonstra o estudo do historiador Thiago Juliano Sayão, faziam parte dessas entidades públicas como funcionários e, ainda, de instituições reconhecidas na esfera nacional e estadual, como a Comissão Catarinense de Folclore, o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC) e a Academia Catarinense de Letras (ACL).¹¹³ Instituições afins se propagavam por todo o país, entretanto eram formadas pela classe intelectual conservadora que pensava a cultura como um campo neutro da sociedade.¹¹⁴

O documento Compromisso de Brasília¹¹⁵, de abril de 1970, demonstra que alguns desses intelectuais estavam representando Santa Catarina, sendo os seguintes os que assinaram: professor Jaldir Bhering Faustino da Silva (Secretário de Estado de Educação e Cultura) e membro da ACL; Carlos Humberto Pederneiras Corrêa (então Diretor do Departamento de Cultura do Estado, professor da UFSC e membro da ACL e do IHGSC); Oswaldo Rodrigues Cabral (professor UFSC e membro da ACL e IHGSC). Imbuídos de participar da política cultural identitária que o governo federal estava estimulando por meio do turismo, enaltecendo as tradições e o folclore regionalista, eles veem a oportunidade que Santa Catarina tanto buscou,

¹¹¹ Lei nº 4.086, de 27 de novembro de 1967. Disponível em: http://leis.alesec.sc.gov.br/html/1967/4086_1967_Lei.html. Acesso em 25 ago. 2019.

¹¹² OLIVEIRA, Rafael Pereira. Dissertação. p. 79-81. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/90138/245621.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 ago. 2018.

¹¹³ SAYÃO, Thiago Juliano. *Nas veredas do Folclore - leituras sobre política cultural e identidade em Santa Catarina (1948-1975)*. Dissertação (Mestre em História), Universidade Federal de Santa Catarina, 2004, p. 15. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/87915/204242.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 ago. 2019.

¹¹⁴ ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e identidade nacional*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 91 apud SAYÃO, Op. cit., p. 57.

¹¹⁵ COSTA, Lucio. Compromisso de Brasília. I Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 3 abr. 1970. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf>. Acesso em: 30 set. 2019.

já que o estado teve dificuldades em um “arranjo” de uma hegemonia cultural, devido às imigrações que recebeu ao longo dos anos. É o que comenta Sayão no trecho a seguir:

O Estado era visto então como um problema pelos gestores e interlocutores das políticas públicas, tendo em vista a sua fragmentação econômica e cultural. Por outro lado, toda essa variedade de culturas transformava-se em produto inserido numa lógica de mercado, atualizando-se funcionalmente em meio a um mundo liberal de incessantes trocas econômicas.¹¹⁶

Essa preocupação em relação a esse “mosaico”, usando termo de Oswaldo Rodrigues Cabral, que dá segundo ele “um colorido agradável e simpático” ao estado¹¹⁷, é discutida entre os intelectuais e responsáveis pela política pública estadual. Nesse contexto, a professora Zuleika Mussi Lenzi, então Secretária de Estado da Cultura e Esporte, quando questionada, em entrevista ao *Jornal Cultura* (1988), de que maneira o governo deveria agir no que tange às suas ações enquanto uma instituição da área da cultura, já que o estado é “culturalmente multifacetado”¹¹⁸, afirma, em linhas gerais, que é necessário um mapeamento sobre as peculiaridades da cultura catarinense – respeitando as diversidades –, possibilitando estabelecer a política cultural.

Diante desse contexto nacional e dessa vontade do governo estadual de aproveitar esse “complexo cultural” do ponto de vista econômico, a historiadora Maria Bernardete Ramos Flores, em seu livro sobre a Oktoberfest, denota que antes mesmo da sua consolidação, ainda na década de 1970, o então prefeito Renato Vianna já havia manifestado interesse em investir no turismo local, especificamente na construção de casas em estilo enxaimel, com o objetivo de vincular essa arquitetura a uma tradição alemã.¹¹⁹ Inclusive, uma lei municipal¹²⁰ foi sancionada com o intuito de conceder benefícios fiscais à população incentivando a construção dessas edificações. É sobre isso que Eric Hobsbawm e Terence Ranger tratam em *A invenção*

¹¹⁶ SAYÃO, Op. cit. 2004, p. 19.

¹¹⁷ CABRAL, Oswaldo Rodrigues et al. *Povo e tradição em Santa Catarina*. Florianópolis: Edeme, 1971, p. 41; 42; 51.

¹¹⁸ Novos rumos para a Cultura. *Jornal Cultura*. Jornal da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte e Fundação Catarinense de Cultura. Florianópolis, ano 1, n. 0, set./out. 1988, p. 3. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/jornais/cultura/CULT1988000.pdf>. Acesso em: 2 out. 2019.

¹¹⁹ FLORES, Maria Bernadete Ramos. *Oktoberfest: turismo, festa e cultura na estação do chopp*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

¹²⁰ FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. *Jornal Boi de Mamão*. Especial Colonização Alemã em Santa Catarina. Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura, n. 6, nov. 1981, p. 14. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/jornais/boidemam%C3%A3o/BOI1981006.pdf>. Acesso em: 29 out. 2019.

A lei a que se refere é a lei nº 2.262 de 30 de junho de 1977. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/b/blumenau/lei-ordinaria/1977/227/2262/lei-ordinaria-n-2262-1977-concede-favores-fiscais-a-casas-tipicas-que-forem-construidas-na-area-urbana-de-blumenau-revoga-a-lei-n-1909-72-e-das-outras-providencias?q=enxaimel>. Acesso em: 6 dez. 2019.

das tradições. Neste caso, a tentativa de se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado, portanto artificial, quando se deseja estruturar, segundo eles, “alguns aspectos da vida social” de maneira “imutável e invariável”¹²¹.

Nesse sentido, a pesquisa de Sayão¹²² nos traz informações sobre as estratégias pensadas pelo estado para botar em curso um processo que integraria esses “fragmentos”. Perante o fato de que o governador¹²³ percebeu que os catarinenses estariam recebendo menos verbas federais em relação aos vizinhos gaúchos, paranaenses e paulistas, por conta dessa regionalização, já que o polo irradiador/aglutinador não estaria sendo da capital para o interior, a estratégia adotada se resumiu em, primeiro lugar, em transformar a capital em um centro de serviços; segundo, concentração de recursos para que a capital seja um grande centro urbano, polo de desenvolvimento, catalisador e irradiador da cultura catarinense; terceiro, sobrepor recursos em “outros centros de dinamismo comprovado”, estabelecendo um desenvolvimento planejado na Capital.

E assim o governo do Estado colocou em prática políticas para tornar esse “mosaico” harmônico, com o intuito de promover uma mudança de paradigma em relação ao discurso anterior, que entendia como hegemônicas tradições como a germânica, em um momento, e açoriana em outro. Desta vez, havia a intenção de construir “(...) uma identidade cultural coletiva, baseada na variedade de culturas”, cada qual possuindo sua representação no cenário cultural catarinense.

Ainda nessa mesma linha de investimento nas tradições, percebe-se pelas reportagens o investimento pelos governos municipais relacionados ao “restauro” ou à “recuperação” de seus bens patrimoniais de pedra e cal. Em específico, de maneira pioneira, pode-se dizer, a criação, em 1977, na cidade de Itajaí, da Câmara de Patrimônio Histórico, teve o intuito de criar ações sistemáticas para recuperar o que ainda seria possível das primeiras colonizações, dos vicentinos, dos açorianos e alemães. Elaborando documento base intitulado “Itajaí Marco Zero”, o município passou a ter orientação no que diz respeito à preservação do patrimônio histórico e artístico, podendo ter “(...) até mais força moral para atuar na comunidade”¹²⁴. A cidade de Joinville, por sua vez, criou, dois anos depois, a “Zona Especial Comercial”, com o objetivo de preservação, ao contrário da cidade de Blumenau que, com lei criada em 1975,

¹²¹ HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). *A invenção das tradições*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p. 10.

¹²² SAYÃO, Op. cit., p. 43.

¹²³ SAYÃO apud LOHN, 2002, p. 59.

¹²⁴ FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. *Jornal Boi de Mamão*. Especial Colonização Alemã em Santa Catarina. Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura, n. 6, nov. 1981, p. 10. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/jornais/boidemam%C3%A3o/BOI1981006.pdf>. Acesso em: 29 out. 2019.

visava “(...) muito mais o aspecto econômico, com a atração de turistas, que a preservação de cultura e do patrimônio histórico”¹²⁵.

Dentro dessa perspectiva, Fernando Romero, então coordenador da Unidade de Museus, comenta em sua entrevista sobre as ações da FCC neste período:

Eu entrei em 1979, com a fundação recém-fundada, e fui trabalhar direto na área de Patrimônio, e nos dedicavam naquela época a fazer os primeiros mapeamentos culturais e os primeiros levantamentos das cidades históricas de São Francisco, Laguna e Florianópolis, principalmente de patrimônio edificado. Fiquei nessa área até 1986, quando foi criado o Sistema Nacional de Museu, e no próximo ano, 1987, (...) é criado o Sistema Estadual de Museus, que eu passei a coordenar (...).¹²⁶

Com a criação do Sistema Nacional de Museus, em 1986 (extinto quatro anos depois), segundo ele, Santa Catarina ficou bastante dependente desse sistema, administrado pelo Ministério da Cultura. Isto é, o Estado pela primeira vez adotou uma política específica, apesar de ainda incipiente e subordinada à federação:

Então foi aí que nós nos organizamos e criamos o Sistema Estadual de Museu, que, na verdade, não funcionava como hoje, assim, como um colegiado. Era mais uma articulação nossa com os municípios de Santa Catarina. Nunca houve um órgão que discutisse essas questões todas. A gente trabalhou mais respondendo a demandas de cada região, de cada município. As oficinas de Museologia, as primeiras oficinas de Museologia, trouxemos gente do Ministério da Cultura, também, pra ministrar essas oficinas, e também o Peninha, o Gelci Coelho, daqui, (...) nós criamos o primeiro boletim do Sistema Estadual de Museus, que era distribuído por praticamente toda Santa Catarina. E a gente também trabalhou na captação de recursos do governo do estado e também na apresentação de projetos dos museus de Santa Catarina no sistema nacional. (...) Então foi... Eu considero uma época muito profícua e de organização do campo museal em Santa Catarina.

Em 1991, então, a Diretoria de Patrimônio instituiu o decreto nº 615¹²⁷, que criou o Sistema Estadual de Museus, com a finalidade de “(...) instalar uma rede de comunicações e intercâmbio entre os museus [...]”; “proporcionar uma organização global dos espaços museológicos do Estado”; “aprimorar os contatos técnicos da Fundação Catarinense de Cultura com os museus do Estado, destes museus entre si e com outras entidades culturais”, além de integrar instituições museológicas e criar o Museu Nacional do Mar. Questionado a respeito, Romero, apesar de não ter participado ativamente deste momento – ficou sabendo por trabalhar à época no Museu Histórico de Santa Catarina –, afirma que “(...) foi feito à revelia da fundação, dos técnicos”.¹²⁸

¹²⁵ Idem, p. 12.

¹²⁶ Entrevista concedida à Marli Favero em 24 de setembro de 2019. (ver apêndice D).

¹²⁷ Ver anexo 4.

¹²⁸ Entrevista concedida a Marli Favero em 24 de setembro de 2019. (ver apêndice D).

Portanto, apesar de o decreto já fomentar a criação de políticas públicas mais sólidas voltadas para a área, na prática ocorreu de modo diferente. De acordo com relato de Betinha, as ações eram focadas no Museu Nacional do Mar – Embarcações Brasileiras, de São Francisco do Sul (SC). Essa lacuna, até 2002, período em que Betinha respondia pela GEOMU, vai ser mais bem explicada no capítulo 3, no qual se falará sobre o Núcleo de Estudos Museológico.

A partir de 2004, diferentemente, o Estado passou a fomentar as políticas públicas para o campo museal pela FCC – momento no qual houve a implantação do Sistema Brasileiro de Museus¹²⁹, ao adotar a Política Nacional de Museus, promovendo discussões (anexo 5) com o setor. Envolvendo profissionais de museus, instituições e profissionais de áreas afins, o intuito era formalizar um documento base da Política Estadual de Museus, que seria aprovado no I Fórum Estadual de Museus, em 2005, ocorrido em Florianópolis (SC). A aprovação deste documento por decreto (anexo 6), entretanto, só aconteceu no ano seguinte, legitimando o marco regulatório para dar continuidade a outras conquistas necessárias.

No mesmo ano, de 2004, o primeiro curso de graduação em Museologia do estado foi criado, especificamente o primeiro no Sul do país, em Orleans (SC), promovido pela instituição privada Universidade Barriga Verde (UNIBAVE), curiosamente após trinta anos da criação do de Salvador (BA). Ainda em 2006, para executar o que previa o referido decreto, e pela inviabilidade de realizar um fórum naquele momento, o SEM/SC começou os preparativos para a primeira eleição do Comitê Gestor, que ocorreu por meio digital.

A lei que institui o Comitê Gestor foi aprovada em 2006 e, em 2007, foi realizada a primeira eleição de representantes. Esse primeiro Comitê atuou de 2007 a 2009 e teve uma prorrogação de mandato até 2010 quando foram eleitos, no II Fórum Estadual de Museus, em Joinville/SC os representantes (...).

Após cinco anos da realização deste primeiro fórum, o IIº Fórum Estadual de Museus foi realizado, desta vez em Joinville. Nele, sete representantes do Comitê Gestor foram eleitos por voto secreto, sendo um representante de cada esfera administrativa, e outros três indicados pelas instituições COREM 5ª Região, FCC, NEMU, sendo que todos tomaram posse em 2007. Essa representação foi baseada no decreto nº 5.264, de 5 de novembro de 2004, da PNM, que norteou o Decreto do SEM/SC, nº 4.163, de 29/03/2006 (anexo 6). Foram, então, eleitas as representações de: museus federal; estadual; municipal; privado ou misto; museus universitários; organizações sociais, museus comunitários, ecomuseus e grupos étnicos

¹²⁹ BRASIL. Decreto nº 5264, de 5 de novembro de 2004. Brasília, DF: Presidência da República. Institui o Sistema Brasileiro de Museus, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5264.htm. Acesso em: 6 dez. 2019.

culturais e entidades organizadas que tenham efetiva atuação na área museológica do estado. No ano seguinte, o SEM/SC promoveu o III Fórum Catarinense de Museus, em Chapecó. Nele, foi aprovado um novo decreto estadual, sob o nº 599¹³⁰, contendo como uma das principais alterações a mudança da participação do Comitê Gestor, eleito por região museológica do estado, não mais pelo modelo de esfera administrativa. Houve nova eleição para o conselho gestor. Nesta época, exatamente em 2010, a FCC/SEM/SC recebeu os três primeiros museólogos aprovados em concurso público do estado, promovido pela Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL) e FCC, após intensa reivindicação dos parceiros Comitê Gestor, Conselho Estadual de Cultura, Diretoria de Patrimônio, entre outros, conforme já explicitado nesta mesma pesquisa. Três anos depois, foi realizado o IV Fórum Catarinense de Museus, em Florianópolis. Na ocasião foi validado o Plano Estadual Setorial de Museus, texto “(...) construído pelos representantes das sete regiões museológicas [...] ao longo de três anos”.¹³¹

É preciso aqui salientar que proposta deste TCC previu a pesquisa até o ano de 2013, portanto, este primeiro capítulo se encerra aqui. No segundo, detalharemos a constituição do NEMU, isto é, os preparativos que antecedem a oficialização em dezembro de 1997. A apresentação de propostas para definir qual a melhor forma de administrar o núcleo, a partir de seu vínculo e implementação. Como funcionava o NEMU, qual a logística entre os parceiros e os encontros regionais.

¹³⁰ Disponível em: <http://leisestaduais.com.br/sc/decreto-n-599-2011-santa-catarina-dispoe-sobre-o-sistema-estadual-de-museus-de-santa-catarina-e-estabelece-outras-providencias>. Acesso em: 10 nov. 2019.

¹³¹ Disponível em: <http://www.cultura.sc.gov.br/forum-de-museus/historico-do-forum>. Acesso em: 8 dez. 2019.

3 A CRIAÇÃO DO NÚCLEO DE ESTUDOS MUSEOLÓGICOS (NEMU)

3.1 Os antecedentes

Conforme comentado na introdução deste trabalho, a criação do NEMU deveu-se à iniciativa de dois profissionais, que – diante das demandas recebidas nas instituições em que exerciam suas atividades profissionais – buscaram uma oportunidade de construir uma rede de apoio mútuo, que pôs em prática um projeto com repercussões bastante significativas.

O presente capítulo pretende estabelecer uma narrativa sobre esse processo, tomando-se como base os seus depoimentos, coletados por meio de entrevistas submetidas a uma análise crítica. Antes disso, entretanto, faz-se necessário apresentá-los e contar um pouco de sua trajetória. Analisando os capítulos anteriores desta pesquisa, observa-se a inconstância administrativa e política com relação às políticas públicas culturais. Fica demonstrada a constante reestruturação dos órgãos e setores a que são subordinados, principalmente em períodos de mudança de pleito eleitoral, reverberando a esfera federal na estadual e municipal. Tudo indica que foi a ausência de políticas públicas estáveis, quer dizer, um vazio da presença de órgãos competentes, de políticas comprometidas com alcance de médio a longo prazo, que levou esses dois profissionais a assumirem esse compromisso de criar um núcleo que atendesse à demanda.

Gelci José Coelho, conhecido como “Peninha”, ingressou na graduação de História da Arte¹³² em 1971, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), se tornou servidor público federal da mesma instituição, lotado no Departamento de História. Em meados da década de

¹³² Essa graduação, conforme expõe Cordeiro, p. 45, fez parte do novo modelo da Reforma Universitária, ocorrida por meio da Lei nº 5.540/68, que instituiu diversas mudanças relevantes nas instituições de ensino superior (BRASIL, 1968), destacando-se as que seguem: a) a criação dos departamentos, do sistema de créditos e do ciclo básico; b) organizou os currículos em ciclos básicos e profissionalizante; c) instituiu o vestibular classificatório em substituição ao eliminatório; d) aboliu a cátedra; e) as chefias de departamento passaram a ter caráter rotativo; f) institucionalizou a pesquisa; g) estabeleceu a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão; h) instaurou o regime de dedicação exclusiva dos professores, valorizando titulação e produção científica.” Por meio da publicação *UFSC 50 anos*, entre as mudanças, foi criado um Centro de Estudos Básicos, por meio do qual o aluno cursava áreas comuns, “(...) área esta escolhida no primeiro ingresso à Universidade”, para depois iniciar, “caso tivesse obtido nota suficiente”, o ciclo profissionalizante, fase na qual, supõe-se, provavelmente, que Peninha tenha optado por cursar História da Arte. NECKEL, Roselane; KÜCHLER, Alita Diana Corrêa (orgs.). *UFSC 50 anos: trajetórias e desafios*. Florianópolis: UFSC, 2010, p. 46. Disponível em: https://agecom.ufsc.br/files/2010/12/Livro_UFSC50Anos_2010_web.pdf. Acesso em: 2 dez. 2019.

1980, foi transferido para o Museu de Antropologia¹³³ da UFSC.¹³⁴ Em entrevista, como se pode observar a seguir, explica como se deu esse processo. Segundo relata, após ter sido apresentado ao professor e artista Franklin Joaquim Cascaes¹³⁵ e ouvido comentários no próprio departamento sobre a falta de uma dinâmica que movimentasse o museu, Peninha – feliz em ter tido contato com uma artista joesense – conversou com ele sobre como poderiam movimentar a instituição:

O Silvio Coelho dos Santos tentava montar ali coisas referente a aspectos da colonização açoriana, mas tinha o Cascaes, que tava abandonado, e foi lembrado por eles. E trouxeram pra ele montar esses conjuntos que ele fazia em escultura [...]. E eu fiquei tão entusiasmado com aquilo, que acabei descobrindo que o Franklin Cascaes era artista de São José... [...]. Aí eu fiquei tão orgulhoso, porque eu sou de São José! E eles diziam que em São José não tinha artista. E ele era de São José! (risos) [...] E já no primeiro momento [...] que eu conheci, eu convidei [...] se ele não queria ir numa exposição de arte coletiva, que tava acontecendo, e ia acontecer naquela noite, no Clube Doze de Agosto... E ele se dispôs, ele ficou entusiasmado [...] Aí com o Franklin Cascaes eu fiquei tão espantado, porque o homem... eu ganhei a primeira grande aula de arte da vida através dele olhando essa exposição coletiva. Foi bem interessante. E dali a gente começou a amarrar, e dá, dá, dá... Eu comecei a ir muito ao museu, e descobri que o Franklin Cascaes tinha o Menino Jesus, tamanho bebê, grande assim... Eu ouvi o Alroino Baltazar Eble, com outra pessoa, lá no Estudos Básicos, falando de que era o problema o museu, o museu não vai ninguém lá. [...]. Ninguém tem tradição de museu. [...]. Embora tivessem coisas super interessantes, mas não tinha frequência.

¹³³ Em 1965, era denominado Instituto de Antropologia. Em 1970, passou a se chamar Museu de Antropologia. A partir de 1978, foi transformado em Museu Universitário. Quinze anos depois, Museu Universitário Osvaldo Rodrigues Cabral. Atualmente, se chama Museu de Arqueologia e Etnologia Prof. Osvaldo Rodrigues Cabral, da UFSC (MARQUE/UFSC).

¹³⁴ Gelci José Coelho, segundo portaria nº 0326/GR/86, foi designado como componente de Grupo de Trabalho “(...) encarregado de proceder [...] estudos quanto a reorganização estrutural-funcional do Museu Universitário e condições para sua ampliação”, juntamente com Neusa Maria Bloemer, Arlindo Stefano, Augusto César Zeferino, Jorge Emmanuel Feijo, Luiz Carlos Halfpap e Maria Jose Reis, função que exerceu até 31 de julho de 1986. Em portaria nº 0493/GR/88, Peninha, desta vez, foi designado, como museólogo, para exercer a função de confiança de diretor da Divisão de Museologia do Museu Universitário, isso de 15 de junho a 26 de maio de 1992, tendo sido, em 20 de maio, dispensando deste cargo (portaria nº 0966/GR/92). Em 20 de maio de 1992, conforme portaria 0967/GR/92, foi designado Chefe da Divisão de Museologia, até ser dispensado em 28 de maio de 1996. Em 20 de outubro de 1992, pela portaria 1942/GR/92, passou a responder também pela direção do Museu Universitário, pelo período de 19 a 31 de outubro de 1992. Quatro anos depois, passou a exercer a função de diretor do museu até o período de sua aposentadoria, em 2008. Disponível em: <http://notes.ufsc.br/aplic/portaria.nsf>. Acesso em: 11 out. 2019.

¹³⁵ Franklin Cascaes, “(...) ao longo de sua vida (1908-1983), antes, pois, do explosivo aumento demográfico e turístico do litoral catarinense, exerceu funções do cotidiano em pequenas comunidades dedicadas à pesca e à agricultura artesanal e sobressaiu como artífice de objetos pesqueiros, plasmador de imagens e desenhista, atividades que ele aprimorou como professor da Escola de Aprendiz de Artífices de Santa Catarina e como funcionário do Museu de Antropologia da UFSC. Por sete décadas, ele observou e registrou os traços culturais (sociais, linguísticos, religiosos, fantasmagóricos, míticos...) da sociedade do seu ambiente social”. Disponível em: <https://editora.ufsc.br/estante-aberta/>. Acesso em: 2 dez. 2019. Sua ligação com o Museu Universitário se deu em 1972, quando Cascaes começou a ser transferido, segundo relato do então diretor Luis Carlos Halfpap, informação corroborada pelo professor Silvio Coelho dos Santos, também na publicação sobre os 30 anos do referido museu. De acordo com Coelho dos Santos, um convênio, a seu pedido, foi firmado com a prefeitura, o que fez o artífice ficar na instituição por dois ou três anos. Foi nesse mesmo período que o acervo foi removido de sua casa para o museu, e logo, entre 1976 e 1980, “(...) foram construídas duas salas [...] onde o Cascaes instalou suas exposições”. Museu Universitário – UFSC 30 anos, Florianópolis, [s.d]. Disponível em: https://museu.paginas.ufsc.br/files/2010/02/revista_mu_ufsc_30anos.pdf. Acesso em: 2 dez. 2019.

E eu ouvia ele dizer isso e disse que sabia... “- Eu sei como fazer pra levar gente!” [...] Eu lembrei de coisas que eu tinha visto do Franklin Cascaes... Um anjo estilizado de piteira, que eu tinha visto... [...] E eu tinha visto a Bienal em 1972, e a Bienal foi os alunos do curso da universidade, tinha um grupo que fazia teatro, artes plásticas, e faziam intercâmbio com a Universidade Gama Filho, do Rio de Janeiro, com a Delci Canela, professora de arte. E no retorno, acabamos vendo a Bienal. [...] Mas aquilo pirou. Daí como aquela extravagância toda da Bienal, em conversa com o Franklin Cascaes, e o Menino Jesus, e um anjo de piteira que ele tinha feito num presépio. [...] ele acabou criando um tema que era muito popular na Ilha, nossa tradição, que era a montagem dos presépios... E ele adorava essa coisa dos presépios... E acabamos montando um presépio falando já de preservação da natureza, a delicadeza da natureza da Ilha de Santa Catarina, um presépio todo em vegetais, que foi uma loucura! Era uma coisa extraordinária, fora do comum! Tão incomum que os grandes da UFSC ficaram apavorados... Gente importante se reuniu e disseram que aquilo era um absurdo. Permitir uma coisa daquelas dentro da universidade, na frente do museu? E eu ouvi isso, e achei “pronto, já era um sucesso!” Era a polêmica que eu tava buscando... ah, é o sucesso, é o sucesso! [...] Menina, foi tanta gente pra ver o tal do presépio, tanta gente! Pela primeira vez, literalmente, a comunidade invadiu o câmpus pra ver o tal do presépio. E ao ver o presépio, arrastava pra ver o museu. E aquilo criou uma roda viva, uma bola de neve... [...] Aí a grande dinâmica do museu começou aí. E por causa disso tudo eles me transferiram do Departamento de História pra trabalhar com o Franklin Cascaes no museu. Aí fiquei dez anos trabalhando com ele. Nesse ínterim, acabei indo fazer o curso de especialização em Museologia.¹³⁶

Foi devido à repercussão do presépio que Peninha, à medida que passou a ser constantemente solicitado a ajudar os museus em diferentes locais do estado, veio a tomar contato com outros museus e, conforme contou, assim descobriu que o problema principal deles era a falta de documentação, a desorganização, a precariedade: estava tudo “à la vonté”, “desagradável”.¹³⁷ Depois de ter sido apresentado a Franklin Cascaes pela então diretora Anamaria Beck – antropóloga que havia sido sua professora – e convidado por Alroino Baltazar Eble, passou a trabalhar no setor de Cultura Popular¹³⁸ do Museu da UFSC, auxiliando Cascaes.

Em 1985, conseguiu uma licença de três anos para especializar-se em Museologia, no MASP, em São Paulo, sendo que, a partir de 8 de março de 1988, começou a contribuir como associado do Conselho Regional de Museologia de São Paulo (COREM/SP), tendo sido devidamente registrado como museólogo.¹³⁹ No retorno ao museu, por volta deste mesmo ano,

¹³⁶ Entrevista concedida à Marli Favero em 26 de setembro de 2019. (ver apêndice C).

¹³⁷ *Idem*.

¹³⁸ Supõe-se, pelo depoimento de Luis Carlos Halfpap – que atuou como diretor no período entre 1986 e 1992 –, concedido à revista comemorativa de 30 anos do museu, que, no início da década de setenta, a instituição “passou a ter três setores: o de Arqueologia, criado basicamente pelo professor Cabral, o de Etnologia indígena, criado pelo professor Sílvio Coelho dos Santos, e o de Cultura popular, criado graças à vinda do acervo do professor Cascaes e do próprio artista, pois aqui trabalhou por um bom período de tempo”. Museu Universitário – UFSC 30 anos, Florianópolis, [s.d]. Disponível em: https://museu.paginas.ufsc.br/files/2010/02/revista_mu_ufsc_30anos.pdf. Acesso em: 6 dez. 2019.

¹³⁹ Conforme o decreto nº 91.775, de 15/10/1985, que regulamenta a Lei nº 7.287, de 18.12.1988. Conselho Federal de Museologia – COFEM. Disponível em: <http://cofem.org.br/aceso-a-informacao/legislacao/decretos-e-normativas/>. Acesso em: 02 nov. 2019

exerceu funções de chefia, atuando como diretor da instituição de 1996 a 2008¹⁴⁰, quando se aposentou por tempo de serviço.

Em entrevista ao Jornal da Secretaria de Estado da Cultura e Esporte, e Fundação Catarinense de Cultura, do ano de 1988, na reportagem sobre “Os produtores e a relação Estado/Cultura”, Peninha dá um demonstrativo do que pensava a respeito da assessoria técnica prestada às instituições culturais pelo interior de Santa Catarina, quando diz o seguinte:

o que vemos hoje é uma desvinculação muito grande entre o litoral e o resto do Estado – que não admite, e com razão, ser chamado de "interior". Entendo que precisamos passar mais informações para o público, que secularmente nada recebe mas que costuma aceitar de bom grado o que lhe é repassado. Na área dos museus sentimos o grave problema da falta de visitação, porque museu ainda é sinônimo de coisa velha, mortuário, depósito, antiquário. E, embora de alguns anos para cá houvesse uma evolução, com vários municípios querendo resgatar sua história, ainda há uma grande falta de consideração pelos profissionais e lugares – como em Laguna e São José – onde tudo é feito por conta própria, sem assistência técnica. Aí entram as mesquinhas políticas, a falta de civilidade e de compreensão das pessoas, o bairrismo, a mentalidade tacanha e o provincianismo. Outro mal são muitos funcionários públicos que não têm qualificação e passam todo o tempo esperando pelo salário do fim do mês.¹⁴¹

Nesse contato com os museus do estado, Peninha descobriu que a orientação técnica da qual esses profissionais podiam dispor provinha da Gerência de Organização e Funcionamento de Museus (GEOMU), setor da Fundação Catarinense de Cultura (FCC)¹⁴² (anexo 1) ligado à Diretoria de Patrimônio que desde 1994 era gerenciado por Betinha¹⁴³ (anexo 1). Ao falar sobre sua chegada à recém-criada GEOMU, ela relata que a preocupação do diretor de patrimônio era direcionada, ou seja, “só se resumia ao Museu Nacional do Mar”, instituição subordinada ao governo de Santa Catarina, localizada em São Francisco do Sul (SC)¹⁴⁴ (anexo4). Entretanto, havia muitos mais museus a serem atendidos, o que a fez trabalhar dentro das possibilidades que se apresentavam, que não eram favoráveis também devido à quantidade reduzida de funcionários no setor:

¹⁴⁰ *Memória*. Disponível em: <https://museu.ufsc.br/memoria/>. Acesso em: 26 set. 2019.

¹⁴¹ Os produtores e a relação Estado/Cultura. *Jornal Cultura*. Jornal da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte e Fundação Catarinense de Cultura. Florianópolis, ano 1, n. 0, set./out. 1988, p. 6. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/jornais/cultura/CULT1988000.pdf>. Acesso em: 2 out. 2019.

¹⁴² Autarquia estadual subordinada à Secretaria de Educação, Cultura e Esporte. Para mais detalhes referentes aos nomes das secretarias e dos setores da FCC ao longo dos anos, ver OLIVEIRA. Rafael Pereira. 2007, p. 113. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30371195.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2018.

¹⁴³ Funcionária em cargo de confiança de 1994 a final de 2002, na GEOMU/DIRPATRI/FCC. Essa Gerência foi extinta no início de 2003, supõe-se, devido à mudança administrativa proposta pelo novo governo. Segundo pesquisa de Rafael Pereira Oliveira, no período de 2003 a 2006, havia a Diretoria e a Gerência de Patrimônio.

¹⁴⁴ O Museu Nacional do Mar foi criado pelo decreto estadual nº 615, de 12 de setembro de 1991.

As primeiras ações o que que era. Eu tentei atender a demanda, a procura de informações que havia. Trabalhavam comigo duas pessoas, o Valério Carioni (...), a Dolores Caroline Tomaselli (...) e nós duas é que mais faziam estas ações de imediato. Mas em relação ao NEMU foi a partir de 95, mais foi quando a Dolores saiu da Fundação e eu me vi muito sozinha pra dar conta, de atender todas as demandas, todas as solicitações de assessoria aos municípios.¹⁴⁵

Diante dessa situação, somada, segundo Rafael Pereira Oliveira, ao “reforço às etnias formadoras (...), a estruturação de museus históricos voltados a este resgate (...) e o foco da Diretoria de Patrimônio no patrimônio edificado”¹⁴⁶, Betinha buscou contato com Peninha, por sua especialização em Museologia e experiência no Museu Universitário, para ambos conversarem sobre a falta de capacitação dos profissionais dos museus catarinenses. Portanto, tiveram essa iniciativa e consenso, pois ambos passavam pelas mesmas situações, a de serem solicitados para “ajudar” os museus dos municípios. De acordo com Betinha, em sua entrevista, quando perguntada se quem teve “a ideia súbita” foi o Peninha, afirmou que

foi de ambos. Foi uma necessidade minha, de eu não dar conta de dar os atendi..., das assessorias, e o Peninha, por ser museólogo era muito procurado pelos municípios, pelos museus municipais, e foi daí que eu passei uma tarde e depois dessa tarde eu não, não saía lá do Museu Universitário e foi nessas conversas que nós, quem sabe a gente não cria algum mecanismo, alguma coisa que a gente possa ajudar a esses municípios, uma vez que as informações estão tudo aqui na Capital, né? A Fundação, a Gerência e foi a partir da nossa união, eu vi necessidade de atender e ele não dar conta de atender sozinho¹⁴⁷.

Foi nessas idas e vindas entre a FCC e o Museu Universitário, que a partir de 1995, quando ambos se reuniam com o objetivo de buscar soluções no atendimento às demandas, que a “sementinha” do núcleo, na expressão de Betinha, estava sendo germinada. Ainda sem denominação e sem contornos, com apenas uma ideia inicial que foi amadurecendo, eles foram buscando adeptos, apoios institucionais e definições de como seria possível materializar essas solicitações que vinham do interior.

Peninha, por sua vez, comenta que sua participação no Núcleo de Estudos Açorianos (NEA)¹⁴⁸ contribuiu para a criação do NEMU, pelo fato de o NEA ter tanto facilitado a circulação entre os pares quanto servido de modelo para a estruturação do núcleo museológico:

¹⁴⁵ Entrevista concedida à Marli Favero em 12 de setembro de 2019. (ver apêndice B).

¹⁴⁶ OLIVEIRA, Op. cit., p. 136.

¹⁴⁷ Entrevista concedida à Marli Favero em 12 de setembro de 2019. (ver apêndice B).

¹⁴⁸ ALVES, Jói Clétison; PEREIRA, Francisco do Vale. *Apresentação do NEA*. UFSC. Disponível em: <https://nea.ufsc.br/sobre/>. Acesso em: 03 nov. 2019.

Então daí eu fazia parte do Núcleo de Estudos Açorianos (...) que é um trabalho ao longo do litoral, e ele tinha ali toda a formalidade, tudo... Aí com aquela formalidade a gente adaptou pra criar o Núcleo de Estudos Museológicos.¹⁴⁹

Essa adaptação, conforme se pôde ver, foi promovida pelo fato de Peninha também ter participado de projetos do NEA, o que facilitou a comunicação, os trâmites necessários e o apoio com a infraestrutura, já que ambos, ele enquanto funcionário, e o NEA enquanto setor, estavam subordinados à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão¹⁵⁰. Sendo assim, Betinha e Peninha buscaram apoio e contataram outros profissionais e instituições, com perfil alinhado com a educação, com a cultura e com o patrimônio cultural, também de outras regiões do estado, com a finalidade de formatar um documento-base para que essa discussão fosse compartilhada e ampliada para agregar mais interessados em aprimorar os serviços prestados pelos profissionais desses setores, das casas de memória, dos museus e casas de cultura. Betinha deixa isso claro em seu depoimento, quando afirma que a iniciativa teve alguns envolvidos:

(...) desde o início, o que que a gente fazia? A gente procurou algumas pessoas, tipo, Ângela Paiva¹⁵¹, a Maria Teresa Collares¹⁵², a [Maria da] Graça [Prudêncio]¹⁵³, algumas pessoas do CEOM¹⁵⁴, a Iáscara [Almeida Varela]¹⁵⁵, algumas pessoas que trabalhavam com esta questão de políticas culturais, políticas públicas, né, porque... Ah... não tinha, não existia isso em... em relação à Santa Catarina. (...) ¹⁵⁶

3.2 Apresentação do projeto para a criação do NEMU e sua oficialização

A partir desses contatos, a ideia começou a receber outras adesões, e os encontros começaram a ocorrer. Conforme afirma Betinha, em entrevista, eles ocorreram a partir de 1995, na UFSC, “(...) na grande maioria das vezes lá no Museu Universitário, onde tinha auditório”.¹⁵⁷ A julgar por documentos encontrados no NEA e, também, pelos enviados por Betinha, os encontros do grupo começaram a ser realizados de forma sistemática a partir de 14 de março de

¹⁴⁹ Entrevista concedida a Marli Favero em 26 de setembro de 2019. (ver apêndice C).

¹⁵⁰ Cf.: <https://estrutura.ufsc.br/secretarias/>. Acesso em: 3 nov. 2019

¹⁵¹ Na ocasião, servidora pública federal/museóloga do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, Florianópolis (SC).

¹⁵² Na ocasião, servidora pública estadual/FCC, especialista em Gestão Políticas Públicas/Projetos Culturais

¹⁵³ Na ocasião, servidora pública estadual/FCC, historiadora.

¹⁵⁴ Cf.: <https://www.unochapeco.edu.br/ceom/info/sobre-o-ceom>. Acesso em: 3 nov. 2019.

¹⁵⁵ Na ocasião, professora da Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC).

¹⁵⁶ Entrevista concedida à Marli Favero em 12 de setembro de 2019. (ver apêndice B).

¹⁵⁷ Idem.

1997. Em pesquisa nos periódicos da época, encontrou-se um convite para o III Encontro Catarinense de Museus (anexo 7), a ser realizado em Tubarão (SC). Tal evento também é citado em proposta¹⁵⁸ de criação do NEMU, que se supõe tenha sido encaminhada pelo Museu Universitário às instituições do setor cultural, para que a analisassem e apresentassem sugestões. Isso pode ser evidenciado pela correspondência do município de Ibirama (SC), encontrada também no NEA e no MARquE, datada de 3 de março de 1997, sendo precisamente uma resposta de Marcelo Blanck¹⁵⁹, por meio da qual ele se manifesta com relação à criação do núcleo. Para ele, ela vem “como um espaço para oportunizar o desenvolvimento da prática e visitação aos museus”.¹⁶⁰ Sugere, ainda, o envolvimento entre os departamentos de história das universidades com fins de pesquisa científica e preparação de professores “conscientes”. Do mesmo modo, apresenta sugestões no que se refere aos objetivos específicos da referida proposta, fazendo dois apontamentos: em um deles, propõe, que os itens 1 e 3¹⁶¹ sejam pensados conjuntamente, já que, entende-se que, tendo Santa Catarina uma formação étnica diversa, a integração entre os museus catarinenses por si só já fomentaria os caminhos para “construir vias de acesso a intercâmbio de exposições”; em outro, sugere também que o item 2¹⁶² seja ligado aos itens 5 e 6¹⁶³, que, como se pode observar, versam sobre procedimentos e métodos a serem aplicados nos acervos dos museus. Por fim, ressalta a importância da assessoria (objetivo mesmo dos cursos) via núcleo.

Salienta-se que tal encadeamento tem o intuito de contribuir para refletir por quanto tempo houve essa preparação e demonstra, ainda, o quanto o setor estava necessitando de uma postura mediante a condição existente, de carência de profissionais da área na FCC, para a efetiva constituição do NEMU.

O grupo de trabalho dos interessados em criar o NEMU¹⁶⁴ reuniu-se, então, dia 14 de março de 1997, no auditório de Centro de Convivência da UFSC, para “deliberar sobre a criação e instalação do ‘Núcleo de Estudos Museológicos’”.¹⁶⁵ Este encontro ocorreu um dia após a

¹⁵⁸ Proposta encontrada no NEA. (ver anexo 8).

¹⁵⁹ Não foi possível comprovar por meio de documentos qual era o cargo que ele ocupava na ocasião, já que o ofício não deixa isso claro, apenas que foi remetido pela Prefeitura de Ibirama, conforme selo impresso em relevo. No site Escavador, é informado que ele foi professor temporário (ACT) do ensino fundamental no período de 1993 a 1996 e técnico do Arquivo Histórico Municipal (CLT/Secretaria de Educação de Ibirama) entre 1997 e 1998. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/3995580/marcelo-blanck>. Acesso em: 2 dez. 2019.

¹⁶⁰ “Análise” e “Sugestões”, anexo ao ofício da Prefeitura de Ibirama (SC). (ver anexo 9).

¹⁶¹ “Item 1 – Promover a integração entre os museus catarinense”. “Item 3 – Construir vias de acesso a intercâmbio de exposições”.

¹⁶² “Item 2 – Fomentar a discussão e desenvolvimento de técnicas museais”.

¹⁶³ “Item 5 – Orientar os trabalhos em museus na questão da coleta de acervos, documentação, conservação e exposição”. Item 6 – Oferecer cursos versando sobre a questão museológica e museográfica. (...)”

¹⁶⁴ O documento com a assinatura dos participantes não foi localizado.

¹⁶⁵ “Ata de criação” do NEMU, de 14/03/1997. (ver anexo 3).

realização do I Fórum Estadual dos Dirigentes Municipais de Cultura, promovido pela FCC, em Florianópolis, momento em que foi “criada [...] e assinada por todos os dirigentes culturais”¹⁶⁶ a Carta de Florianópolis. No que diz respeito ao referido fórum, as palavras do então diretor-geral da FCC, Paulo Arenhart – que afirma que “a atuação da FCC é muito restrita em nível de Estado” e que “(...) é preciso criar mecanismos para interiorizar”¹⁶⁷ – reforçam a avaliação feita por Peninha, no início deste capítulo¹⁶⁸, já que ambos manifestam a preocupação em aproximar o litoral de Santa Catarina do seu interior, por meio das ações da Fundação Catarinense de Cultura. Essa seria uma forma de a instituição cumprir um de seus papéis: o de “promover a integração da comunidade, através de mobilização das escolas, associações, centros e clubes à área de animação cultural” (art. 2º - item V)¹⁶⁹. Esse também se tornaria um dos objetivos do NEMU, conforme seu regimento interno aprovado por meio de portaria da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da UFSC¹⁷⁰, ou seja, “promover a integração dos museus catarinenses” e “capacitar profissionalmente os trabalhadores em museus do estado de Santa Catarina”.

Apesar disso, anteriormente, em reunião de 14 de março de 1997, ocorrida no auditório do Centro de Convivência da UFSC, já estavam sendo elaboradas propostas que seriam votadas por profissionais representantes de diferentes instituições, conforme se pode perceber no quadro esquemático a seguir. Nele, constam os vínculos institucionais que o núcleo poderia manter, assim como o respectivo número de votos recebidos por cada proposta.

¹⁶⁶ FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. Etc... II Fórum acontecerá em Lages. *Ô Catarina*, n. 23, p. 14, maio/jun. 97, p. 14. Disponível em: <http://www.cultura.sc.gov.br/publicacoes/ocatarina/edicoes?limit=50&limitstart=50>. Acesso em: 31 ago. 2019, p. 14.

¹⁶⁷ FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. Etc... Fórum quer descentralizar ações da FCC. In: *Ô Catarina*, n. 22, mar./abr. 97, p. 15. Disponível em: <http://www.cultura.sc.gov.br/publicacoes/ocatarina/edicoes?limit=50&limitstart=50>. Acesso em: 31 ago. 2019.

¹⁶⁸ Os produtores e a relação Estado/Cultura. *Jornal Cultura*. Jornal da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte e Fundação Catarinense de Cultura. Florianópolis, ano 1, n. 0, set./out. 1988, p. 6. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/jornais/cultura/CULT1988000.pdf>. Acesso em: 2 out. 2019.

¹⁶⁹ ESTADO DE SANTA CATARINA. DECRETO Nº 7.439, de 24 de abril de 1979. Institui a Fundação Catarinense de Cultura e dá outras providências.

¹⁷⁰ Portaria 008/PRCE, de 3 de dezembro de 1997. (ver anexo 2).

Quadro 1 – Propostas encaminhadas para defesa e votação sobre a criação do NEMU.

PROPOSTAS	DESCRIÇÃO	Nº VOTOS
1ª PROPOSTA	Criação de núcleos de estudos museológicos através das universidades regionais – FURB, UNESC, UNC, UDESC, UNIPLAC, UNIVILLE, UNIVALI, UNOESC, UNISUL, sob a coordenação executiva da UFSC, FCC, UDESC E IPHAN.	Não recebeu votos
2ª PROPOSTA	Instalação de um fórum de discussão com uma executiva estadual formada a partir das entidades atuantes no estado.	13 votos
3ª PROPOSTA	Criação e instalação do “Núcleo de Estudos Museológicos da Universidade Federal de Santa Catarina”, como projeto piloto, podendo receber as universidades regionais e os museus como associados.	17 votos
TOTAL		30 votos

Fonte: Elaborado pela autora.¹⁷¹

Salienta-se que essas informações foram retiradas de documento denominado pela coordenação executiva de “ata de criação” e que é o registro mais antigo encontrado. Por esse motivo, ele é bastante importante para o entendimento do processo que culminou na criação do NEMU, pois ali constam relatos da situação do campo museal, assim como soluções e propostas para “a sistematização dos trabalhos na área museológica em Santa Catarina.”¹⁷²

De fato, após aprovação pela criação de um projeto piloto do NEMU, na UFSC, em 14 de março de 1997, o grupo presente formou uma coordenação executiva para sistematizar os trabalhos que seriam necessários para a legitimação do núcleo. A executiva foi composta por representantes de instituições privadas, públicas de direito privado, públicas municipais, públicas estaduais e públicas federais, conforme descritos na respectiva ata. Alguns dos representantes ainda seriam designados pelas instituições. Com isso, acredita-se, houve de fato uma sistematização em prol da oficialização do NEMU. Quer dizer, começou a ser discutida a sua organização administrativa, assim como houve uma busca mais efetiva de adesões.

O primeiro registro de que se tem notícia, conforme já mencionado, data de 14 de março de 1997, ocasião em que foi apresentada a proposta de criação do Núcleo de Estudos Museológicos da UFSC, aprovado “como projeto piloto, podendo receber as universidades

¹⁷¹ Documento criado a partir da “Ata de criação” do NEMU (14/03/1997). (ver anexo 3).

¹⁷² Sugestão da professora Maria de Nazaré de Matos Sanchez, Pró-Reitora de Cultura e Extensão da UFSC, atual Pró-Reitoria de Extensão (Proex).

regionais e os museus como associados” ou participantes. Do mesmo modo, foi formada a comissão executiva. Na sequência, em 11 de abril do mesmo ano, no Museu Universitário da UFSC, localizado em Florianópolis (SC), foi “discutida, principalmente, a necessidade de realização de cursos de aperfeiçoamento para os profissionais da área museológica”¹⁷³. Logo foi realizado o que foi considerado o I Encontro Regional do NEMU –, ocorrido em 6 de junho, quando um grupo de trabalho foi criado a fim de preparar documentos com vistas à formalização legal do núcleo. Houve neste momento a dúvida, de acordo com Betinha (anexo 10A), se o núcleo seria uma ONG, uma ONG ligada à UFSC ou núcleo da própria UFSC, decisão esta que foi tomada no dia 4 de julho, em Lages, excluindo-se a formatação do NEMU como uma ONG, visto as dificuldades de operacionalização de sua criação nesses moldes. Já no dia 15 de agosto, em Joinville, “(...) as discussões giraram em torno da necessidade de cursos para os trabalhadores de Museus e da redação da minuta da portaria de criação do NEMU/UFSC”¹⁷⁴ (anexo 11). Ficou decidido também que o próximo Encontro Regional seria realizado em Chapecó e nele seria “ministrado treinamento cujo tema seria definido em função das necessidades locais”¹⁷⁵.

Aqui toma-se a liberdade de interromper um pouco a narrativa que aborda essas primeiras discussões, para relatar que, por meio de entrevista, quando questionada sobre quem fazia as tratativas de oficinairo/palestrante, se era o município quem solicitava a oficina ou se era uma escolha da coordenação do NEMU, Betinha afirma que

era parceria. Era eu e o Peninha. O que que acontecia? Era definido o município [...] um mês, 15 dias antes, a gente [...] ía no município e ver as necessidades que aquele museu... porque geralmente é a mesma necessidade dos museus da região, e definia os palestrantes, as oficinas, e fazia parceria com a prefeitura. Aí o Peninha pedia uma coisa aqui, eu pedia uma coisa lá, a prefeitura dava uma coisa ali, era sempre assim... um jogo.¹⁷⁶

No último e terceiro Encontro antes da oficialização, houve a realização de uma mesa-redonda que tinha como intuito apresentar as intenções e os objetivos do NEMU, o que, segundo o historiador Francisco do Vale Pereira marcou o início de “(...) uma nova etapa de trabalhos na dinâmica do [núcleo]: as tão idealizadas oficinas temáticas”.¹⁷⁷

¹⁷³ Ver anexo 10.

¹⁷⁴ Ata da IV reunião geral do Núcleo de Estudos Museológicos. Joinville, em 15 ago. 1997.

¹⁷⁵ Ver anexo 10A.

¹⁷⁶ Entrevista concedida à Marli Favero em 12 de novembro de 2019. (ver apêndice B).

¹⁷⁷ PEREIRA, Francisco do Vale. A museologia revitalizada. In: *Jornal Universitário* – Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, n. 414, p. 3, nov. 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/188420/JU%20-%202010%20-%20414.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 2 dez. 2019.

Por fim, em 3 de dezembro de 1997, a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da UFSC criou o Núcleo de Estudos Museológicos (NEMU) e aprovou o regimento interno, por meio da portaria nº 008/PRCE/97:

O Núcleo de Estudos Museológicos - NEMU – que tem por finalidade propiciar à UFSC um instrumento que viabilize o desenvolvimento de ações interdisciplinares e multi-institucionais relacionadas as questões museológicas e museográficas para, através da soma dos esforços das diferentes instituições envolvidas, formular políticas museológicas e culturais de médio e longo (sic) prazo, nos diferentes campos de atuação da museologia no Estado de Santa Catarina.¹⁷⁸

3.3 Sobre o funcionamento do NEMU

Após a oficialização do NEMU, de acordo com regimento interno, artigo 4º, o próximo passo seria firmar os convênios com instituições públicas e/ou privadas, com o objetivo de executar os programas de trabalho e os objetivos elencados. Apesar de não terem sido localizados documentos que firmassem esses convênios, em ofício do gabinete do reitor da UNOESC¹⁷⁹, de Chapecó (SC), há menção que houve uma solenidade da assinatura de convênio, em 11 de dezembro de 2000, na UFSC. Este, portanto, é o único registro sobre essa parceria.

Em listagem sob a posse de Elizabete Neves Pires, constam instituições do Extremo-Oeste/Chapecó; de Florianópolis; Joinville; do Sul; do Vale do Itajaí e do Planalto. Os representantes destas seriam, portanto, os “responsáveis pela criação de alguns Núcleos Regionais”.

Dentre os documentos foi localizada uma minuta do Termo de Convênio, de 1999 na qual consta o seguinte: “para que entre si celebram a Universidade Federal de Santa Catarina” e as instituições que estiverem alinhadas a questões de salvaguarda do patrimônio cultural de sua região e, ou, município do estado de Santa Catarina.¹⁸⁰ Contudo, não foram localizados os Convênios efetivamente assinados e o Protocolo da solenidade de assinatura. A confusão que poderá ser sanada, caso os documentos sejam localizados e analisados, diz respeito à data da minuta e da efetiva solenidade de assinatura, conforme consta no documento mencionado pelo Reitor da UNOESC¹⁸¹, de dezembro de 2000.

¹⁷⁸ Ver anexo 2.

¹⁷⁹ Of./GR/Nº 353/2000, de 08 dez. 2000, da Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC. (ver anexo 12).

¹⁸⁰ Minuta do Termo de Convênio, da UFSC, de 1999. Arquivo Betinha. (ver anexo 13).

¹⁸¹ Ver anexo 12.

Outro assunto que merece destaque em se tratando de funcionamento e oficialização dos documentos do núcleo diz respeito à designação da coordenação do NEMU. Documentos como um ofício recebido da Fundação Universidade do Contestado, datado de 24 de junho de 2002, mencionam Gelci José Coelho como coordenador¹⁸² (anexo 14) e um ofício enviado do Museu Universitário, da UFSC, de 12 de julho de 2004 designando Francisco do Vale Pereira¹⁸³, são os únicos registros encontrados que especificam essa nomeação.

Diante dessa constatação, após a pesquisa dos documentos disponibilizados, entrou-se em contato com o Departamento de Administração da Secretaria de Arte – SeCArte/UFSC, a partir de 9 de outubro de 2019, por meio de mensagem digital e de telefonemas feitos diretamente à chefia do setor para mais esclarecimentos. Houve uma demonstração de empenho, em resposta digital recebida na data de 14 de outubro, porém, os documentos recebidos não eram coerentes ao solicitado. Novos contatos foram feitos; contudo, até o momento, não se obteve sucesso para sanar as dúvidas.

Em entrevista, Francisco¹⁸⁴ expõe sobre a representação que se fez necessária do NEMU como um setor que era da universidade:

A primeira designação oficial do Peninha como coordenador do NEMU vai se dar se não me engano em 2001, ou 2000, no ano de 2000, quando a professora Maria Nazaré Sanches, né, ela Pró-Reitora de Cultura e Extensão, ela vai então assinar a tal da portaria quando faz uma estruturação e uma visualização do organograma da universidade, e no organograma da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, da PRCE, vai aparecer, então, o NEMU, e tem que ter um vínculo de alguém para representar esse setor da universidade, e ali aparece o Peninha. Então, Gelci José Coelho é designado como coordenador. Ele fica alguns anos e depois ele vai declinar dessa coordenação em função de estar também acumulando a direção do Museu Universitário e... ele foi... categórico dizendo que não queria estar acumulando essas duas funções, apesar de continuar sendo a figura representativa do NEMU e... pronto, precisava designar uma outra pessoa, e... de conversas que eu tive com ele e até com colegas ali do Museu Universitário, e disseram “olha, então o Francisco vai ficar como coordenador”, “vamos fazer a portaria” e, pronto, aí fiquei oficialmente como coordenador com portaria (...).

Por seu turno, Betinha¹⁸⁵, afirma que – durante seu envolvimento – “(...) o coordenador do NEMU, de imediato, sempre foi o Peninha, porque o NEMU era da Universidade Federal de Santa Catarina. [...] Quem sempre foi o coordenador do NEMU foi o Peninha. (...)”.

¹⁸² Ofício nº 005/02, da Fundação Universidade do Contestado, de 24 jun. 2002, Caçador (SC). Peninha como coordenador do NEMU.

¹⁸³ Ofício nº 190/MU/04, do Museu Universitário/UFSC, de 12 jul. 2004. Francisco, como coordenador do NEMU. (ver anexo 15).

¹⁸⁴ Entrevista concedida à Marli Favero em 5 de novembro de 2019. (ver apêndice A).

¹⁸⁵ Entrevista concedida à Marli Favero, em 12 de setembro de 2019. (ver apêndice B).

Nesse sentido, Peninha¹⁸⁶, quando questionado sobre o papel de organização e coordenação do NEMU, afirma que a nomeação não era uma preocupação latente:

É... a gente nem estava preocupado com isso. A gente queria que acontecesse. [...] isso pouco importa! Importa é que a universidade dava um apoio e a Fundação Catarinense de Cultura também, né? Dava esse apoio... E a gente aproveitava pra poder realizar esse sonho de... garantir a valorização, a... da nossa herança cultural.

3.4 A dinâmica do NEMU por meio dos Encontros Regionais

Na prática, o NEMU já estava acontecendo desde 14 de março de 1997. Por certo, houve três reuniões administrativas e três Encontros Regionais até a formalização dos documentos e a consequente busca de apoiadores¹⁸⁷ (anexo 16). Nesse sentido, em um contexto no qual o campo ainda não estava consolidado, somado ao fato de que havia um grupo reduzido de profissionais que tomaram à frente do processo, a iniciativa foi bastante importante para a área no estado.

Quer dizer, aos poucos ele ia sendo reconhecido pelos envolvidos e aperfeiçoado do ponto de vista da estrutura administrativa. Isso pode ser notado pelo número de participantes e ministrantes nas oficinas, cujas informações podem ser assim sistematizadas: no I e no II Encontro, realizados em junho e agosto de 1997, respectivamente, não houve a realização de oficinas; no III Encontro, realizado em outubro de 1997, uma mesa-redonda e apenas uma oficina (temática) foi ministrada, ao passo que no IV, foram realizadas 3; no V Encontro, ocorrido seis meses depois, quatro delas. O VI Encontro, diferentemente, promoveu palestras (sobre Arqueologia), em vez de oficinas. Nas próximas edições, VII e VIII; IX e X, o número foi reduzido para duas e três oficinas, respectivamente. No XI, voltou a ter quatro oficinas; no XII, cinco; no XIII, seis e no XIV, sete. Depois, até o XVIII, variou entre oito e dez. O número máximo de oficinas ministradas em todo o período de existência do NEMU foi onze, o que ocorreu nas edições XIX, XXVII e XXIX. Sistemáticamente e de maneira geral, em 15 anos de história (1997-2011), foram realizados 33 Encontros Regionais, nos quais foram ministradas

¹⁸⁶ Entrevista concedida à Marli Favero em 26 de setembro de 2019. (ver apêndice C).

¹⁸⁷ Tabela com os Encontros Regionais do NEMU, de 1997 a 2011.

190 oficinas temáticas, 5 palestras e realizada 1 mesa-redonda, contemplando 28 municípios¹⁸⁸ (dos quais cinco¹⁸⁹ receberam oficinas mais de uma vez).

O mapa abaixo, para fins de melhor visualização, ilustra os municípios que receberam os Encontros Regionais do NEMU. Salienta-se que foi adaptado do mapa elaborado na publicação Guia de Museus de Santa Catarina, que ilustra as regiões museológicas adotadas pelo Sistema Estadual de Museus a partir do decreto nº 599¹⁹⁰, de 18 de outubro de 2011.

Figura 1 – mapa representativo dos Encontros Regionais do NEMU.¹⁹¹



Fonte: Guia de Museus de SC/Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte.

Fundação Catarinense de Cultura. – Florianópolis: FCC, 2014, p. 17.

Representação efetuada com base na Tabela dos Encontros Regionais do NEMU, de 1997 a 2011.

Curiosamente, no ano de 2001, o NEMU realizou, em Mafra/SC e em Rio Negro/PR (anexo 17), o XIII Encontro Regional. O município de Santa Catarina foi escolhido por sua

¹⁸⁸ Blumenau, Brusque, Caçador, Chapecó, Concórdia, Corupá, Criciúma, Curitibanos, Fraiburgo, Gaspar, Itajaí, Itapiranga, Joinville, Lages, Laguna, Mafra, Orleans, Pomerode, Porto Belo, Porto União, Rio do Sul, Rio Negrinho, Rio Negro (PR), São Francisco do Sul, São Joaquim, São José, Treze Tílias, Urussanga, Videira.

¹⁸⁹ Caçador, Chapecó, Itapiranga, Lages, Rio Negrinho e Rio do Sul.

¹⁹⁰ Disponível em: <http://leisestaduais.com.br/sc/decreto-n-599-2011-santa-catarina-dispoe-sobre-o-sistema-estadual-de-museus-de-santa-catarina-e-estabelece-outras-providencias>. Acesso em: 8 dez. 2019.

¹⁹¹ Adaptado pela bibliotecária Renilda Fátima de Oliveira a partir do original do *Guia de Museus de Santa Catarina*.

posição geográfica e pela existência do projeto CENPÁLEO e de seu museu da Terra e da Vida¹⁹².

Houve, pois, uma média de dois encontros por ano, obtendo-se a participação de 1.527 pessoas, sendo que do XVII ao XXXIII não constam números e das edições XXI, XXII, XXIII, XXIV foi acrescentada a palavra “inscritos”, totalizando 411 pessoas. Quer dizer, não se sabe se estes inscritos compareceram realmente ao evento. A sistematização das informações em tabela fez notar que, nos dois primeiros encontros (ambos em 1997), houve apenas um dia de evento. Nos três subsequentes, houve um aumento para dois dias. Da 6ª até a 25ª edição, passou a ter a duração de três dias; da 26ª até sua extinção, em 2011, de quatro dias.¹⁹³

Pelo que se pôde verificar, tanto por meio das entrevistas quanto por meio da reunião de informações sobre a trajetória do NEMU, não havia um planejamento a médio e longo prazo.

Depoimento de Betinha confirma isso quando ela relata que as tratativas eram definidas um mês ou quinze dias antes de o evento acontecer: “(...) a gente ia no município [...] ver as necessidades [...] e definia os palestrantes, as oficinas e fazia parceria com a prefeitura, e aí o Peninha pedia uma coisa aqui, eu pedia uma coisa lá, a Prefeitura dava uma coisa ali (...)”. Acrescenta que “o município que recebia bancava hospedagem e estadia dos palestrantes, *coffee break*, hospedagem, estadia, alimentação”. Com relação à divisão de custos, o transporte era alternado com a UFSC e os fôlderes geralmente eram providenciados pelo município; as instituições conveniadas nunca participaram das questões financeiras, de acordo com ela:

Era um jogo de cintura... Nossa! [...] O que acontecia sempre, a prefeitura que receberia o NEMU arcava com as despesas lá e aqui a gente corria atrás de passagens e da estrutura toda prá chegar a realização.¹⁹⁴

Diante dessas informações, afere-se que, à medida que o NEMU foi se desenvolvendo – apesar do fato de não haver orçamento dispensado exclusivamente para os eventos –, o número de oficinas desde 1997, pode-se dizer, foi progressivamente aumentando (exceto em alguns poucos encontros), chegando ao momento em que foram realizadas 11 delas, isso em 2007. Betinha e Peninha, em entrevista, atribuem isso ao reconhecimento das pessoas pelo trabalho que eles realizaram:

¹⁹² Fôlder XIII Encontro do NEMU, ocorrido em Mafra/SC e Rio Negro /PR, de 09 a 11 abr. 2001.

¹⁹³ As informações encontradas com Betinha estão organizadas até 2006. As demais foram compiladas de fôlderes do evento encontrados no NEA (em sua maioria) e no MARQUE. (ver anexo 10).

¹⁹⁴ Entrevista concedida à Marli Favero no dia 12 de setembro de 2019. (ver apêndice B).

(...) como diz o Peninha pelo reconhecimento nosso, ao NEMU, e ele sempre dizia óh, a gente não tem dinheiro pra pró-labore, a gente recebe bem, muito amor e carinho e sem beijinho... É uma peculiaridade do Peninha [...]. Então o NEMU cresceu, porque a gente... eu me sinto muito orgulhosa, e o Peninha também, pelo reconhecimento de pessoas como Maria Célia, que vinha da Bahia, Cristina Bruno, que vinha de São Paulo, a Maria de Lourdes Parreira Horta, que vinha do Rio, sabe, profissionais que vinham, se deslocavam e vinham aqui pra trabalhar, e era assim [...] chegava, a gente hospedava, botava numa van e ia lá pra Chapecó. Era super divertido, mas, super cansativo.¹⁹⁵

Outro documento localizado, relacionado aos eventos, é uma relação na qual constam 86 municípios catarinenses¹⁹⁶ (anexo 18) que participaram das reuniões do NEMU. Isso demonstra a capilaridade com que o NEMU atuou no estado e em regiões fronteiriças, oportunizando a troca de informações.¹⁹⁷

Há evidências de realização de outros três eventos que foram significativos para o fortalecimento do campo museal. No primeiro, intitulado Colóquios Museológicos, e realizado no campus da UFSC, em 8 e 9 de dezembro de 2003, um ponto importante serviu de reflexão: a Política Nacional de Museus, do MinC, lançada sete meses antes no Museu Histórico Nacional no Rio de Janeiro. O segundo, o IV Encontro de Museus Luso-Brasileiros, desta vez em parceria com o NEA, realizado um ano depois, no auditório da Reitoria da UFSC, pretendia reunir os museus que tinham como temática “aspectos da herança portuguesa” e orientá-los em sua organização, visto “a grande quantidade de pessoas que solicitam informações sobre os procedimentos junto aos museus”, carência esta percebida, segundo justificativa, após “os trabalhos desenvolvidos pelo NEA e pelo NEMU durante os Cursos de Mapeamento Cultural de Base Açoriana”.¹⁹⁸ Por último, segundo depoimento de Peninha, um reconhecimento por parte do DEMU/IPHAN/MinC, o 3º Fórum Nacional de Museus, ocorrido em 2008, no câmpus da UFSC, em Florianópolis. Tal evento, de abrangência nacional, segundo relatório¹⁹⁹, “teve como objetivo refletir, avaliar e estabelecer diretrizes para a Política Nacional de Museus (PNM) e para o Sistema Brasileiro de Museus (SBM)”.

(...) Depois nós conseguimos trazer o congresso de museus pra cá por causa do NEMU. (...) Eles podiam fazer em qualquer lugar, mas fizeram em consideração! Inclusive se dizia que o nosso sistema do Núcleo de Estudos Museológicos devia ser adotado no Brasil inteiro. O nosso sistema de oficinas assim (...).

¹⁹⁵ Idem.

¹⁹⁶ Relação dos municípios que participam das reuniões do NEMU, sem data. Arquivo Betinha.

¹⁹⁷ Desconhece-se o critério adotado para essa relação - se são de reuniões administrativas, das oficinas temáticas, quais são suas finalidades, além de não haver registro de data, o que faz com que não seja possível identificar de qual período se reporta, para fins de comparações.

¹⁹⁸ Fôlder do IV Encontro de Museus Luso-Brasileiros. Câmpus/UFSC. Florianópolis.

¹⁹⁹ <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/11/Relatorio-do-3-Forum-Nacional-de-Museus.pdf>

Presente na entrevista de Peninha²⁰⁰, a entrevistada Betinha manifesta que “[...] enquanto era Departamento de Museus, que não era o Instituto Brasileiro de Museus, o que era o coordenador, o Nascimento, as oficinas de capacitação que eles davam, ofereciam, eram baseadas na nossa experiência do NEMU (...)”.

Tal depoimento é um relato sobre a dimensão que o NEMU teria tomado, a ponto de influenciar as ações em âmbito federal. Isso é corroborado por Oliveira, no momento em que este coloca que o NEMU obteve, em 2003, quando da mudança de gestão do governo federal, “[...] o reconhecimento do Departamento Nacional de Museus e Centros Culturais do IPHAN (DEMU), que se espelha neste formato de demandas e necessidades regionais para criar o Programa de Formação e Capacitação em Museologia”.²⁰¹

3.5 A extinção do NEMU

Em entrevista, Francisco diz que a extinção foi abrupta e completa, expressando sua indignação mediante o descaso com que o núcleo foi tratado, sem nenhum comunicado antecipado ou uma justificativa.

Em janeiro de 2004, o NEMU convida os parceiros /membros do núcleo para uma reunião cuja pauta está explicitada à frente, no subcapítulo “Alguns descompassos”, e cujos questionamentos dos participantes demonstram descontentamento com a falta de infraestrutura, e se questionam se a UFSC seria responsável por maior apoio e da necessidade de renovar e ampliar os parceiros e reestruturar o NEMU. O fato é que isso, também demonstrado nas outras falas dos entrevistados, pode ter contribuído com o desfecho de sua extinção. Contudo, causa estranheza à atitude aparentemente radical – de não promover nem ao menos o diálogo – dos superiores frente a um grupo que atendeu e representou a UFSC durante 15 anos, não só pelo estado catarinense, como foi reconhecido e homenageado pelo setor, na esfera federal. Diante do questionamento da extinção, Francisco expõe que

(...) em nenhum momento foi que..., assim, conversado, foi consultado. [...] Foi ditatorial, foi ditatorial... [...] Foi uma decisão política, unilateral, autoritária (...). Total desconhecimento de causa! [...] E lembro de ter recebido o comunicado do... secretário de cultura da época dizendo que havia sido publicado a portaria de extinção do NEMU e que a partir daquele momento eu nem iria mais trabalhar na secretaria de cultura. Até... eu estava sendo convidado e, efetivamente fui, colocado à disposição do departamento de pessoal para que eu fosse colocado em qualquer outro lugar da universidade que não fosse a secretaria de cultura.²⁰²

²⁰⁰ Entrevista concedida à Marli Favero em 26 de setembro de 2019. (ver apêndice C).

²⁰¹ OLIVEIRA. 2007, p. 138.

²⁰² Entrevista concedida à Marli Favero em 5 de novembro de 2019. (ver apêndice A).

Não foi localizada nos documentos disponibilizados para consulta na administração do SeCArte/UFSC nenhuma portaria relacionada à função de coordenador e de extinção do NEMU. Apesar disso, segundo Francisco, em depoimento na entrevista, a extinção aconteceu em 2013. Outra suposição seria o fato de o NEMU estar participando à época, acredita-se, devido à sua expertise, do apoio ao projeto de criação do Curso de graduação em Museologia, no Centro de Comunicação e Expressão, da UFSC²⁰³. Após explicar que, com o surgimento do projeto REUNI²⁰⁴, houve um interesse na contratação de professores para os departamentos envolvidos na criação do curso, ele denota que talvez este seja um dos motivos de sua extinção:

(...) E daí surgiu um novo projeto. Então, é... Isso tudo talvez tenha contribuído pra esse... pra esse momento de, talvez, de apagamento, de tudo isso que tava sendo feito, talvez de... de retrocesso desse... é... desse processo que estava em andamento, e o NEMU vai entrar nessa, nessa...(...).

Quando, em entrevista, Betinha foi perguntada sobre razão de seu desligamento do NEMU, ela justifica o seguinte:

Eu deixei o NEMU, como eu te falei, em 2005, de Urussanga, por... Me desapontei com as pessoas, algumas pessoas do NEMU, e também não concordei a partir do momento que o NEMU virou um negócio. Jamais, em momento algum, enquanto eu, Betinha, eu e Peninha nunca, em nenhum momento, teve circulação de dinheiro. A gente fazia, a gente se rebolava pra conseguir uma passagem aqui, um fôlder, um correio, eu e o Peninha usávamos nossos cartões de crédito. (...) E eu saí do NEMU desapontada.²⁰⁵

E Peninha, quando questionado se a razão de o NEMU ter terminado ocorreu por conta da criação da graduação de Museologia na UFSC, ele responde o seguinte:

(...) o nosso afastamento é que fez com que... (...) o NEMU desaparecesse... (...) Foi a nossa... nós que tínhamos muito entusiasmo, entendíamos da beleza, da necessidade e da beleza do trabalho... Aí eu e a Betinha sentíamos isso, a gente sabia de que a gente estava contribuindo (...).²⁰⁶

²⁰³ Para melhor entendimento desta questão, segundo a coordenação da Graduação Especial de Museologia, estão disponíveis para pesquisa, nesta Coordenadoria, os 2 (dois) processos físicos que participaram para a criação do Curso de Museologia da UFSC.

²⁰⁴ Com o objetivo de “ampliar o acesso e a permanência na educação superior”, o governo federal iniciou em 2003 uma série de medidas que culminaram na criação do decreto nº 6.096/2007. Entre as ações do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, estava a ampliação da oferta de cursos noturnos. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>. Acesso em: 7 dez. 2019.

²⁰⁵ Entrevista concedida à Marli Favero em 12 de setembro de 2019. (ver apêndice B).

²⁰⁶ Entrevista concedida à Marli Favero em 26 de setembro de 2019. (ver apêndice C).

Em se tratando dos convênios, não se teve acesso a informações sobre uma suposta justificativa aos envolvidos, assim como aos profissionais de museus, acredita-se, pelo fato de as relações serem firmadas em sua maioria de maneira interpessoal.

Diante dos pontos apresentados, observa-se que muitos participantes da reunião do NEMU, ocorrida em janeiro de 2004, estavam descontentes em relação ao seu funcionamento. No caso de Betinha, o descontentamento teve consequências à sua saída, pois ocorreu a partir de sua percepção de que o NEMU “virou um negócio”. Peninha alega que “o [...] afastamento é que fez com que... (...) o NEMU desaparecesse... (...). Por sua vez, Francisco, que foi o último coordenador do NEMU, cita como motivo o seu envolvimento no “(...) apoio ao projeto de criação do Curso de graduação em Museologia, no Centro de Comunicação e Expressão, da UFSC (...)” e, ainda, a criação do curso de graduação de Museologia, no Centro de Filosofia e Humanas. Essas todas podem ter sido as razões da extinção do NEMU; entretanto, não há clareza suficiente para apontar a causa da extinção do núcleo, necessitando outra abordagem de pesquisa que tenha esse tema como foco.

No último capítulo deste trabalho, serão relatadas algumas particularidades que ocorreram durante a concomitância do NEMU/UFSC e do SEM/FCC, em um momento em que o primeiro ente possuía reconhecidamente o domínio do campo museal, em Santa Catarina.

4 A CONVIVÊNCIA ENTRE A UFSC/NEMU E A FCC/SEM/SC

4.1 As parcerias

As poucas informações para se entender mais claramente sobre a parceria entre UFSC e os conveniados²⁰⁷ aparecem no discurso dos seus membros do NEMU, mas de forma genérica e espaçada. O único documento ao qual se teve acesso e que menciona convênio entre UFSC e instituições superiores, encontrado no MARquE, conforme já mencionado, é uma resposta a um “ofício convite” – datado de 7 de dezembro de 2000 e encaminhado pelo então reitor ao reitor da UFSC, na ocasião Rodolfo Pinto da Luz –, do então reitor da UNOESC, Santo Rossetto, que indica a professora Lúcia Morosini Frazzon para representá-lo na solenidade de assinatura do Convênio entre o Núcleo de Estudos Museológicos - NEMU/UFSC e a Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC, a realizar-se no dia 11 deste mesmo mês.²⁰⁸

No entanto, independentemente de um convênio ter sido ou não formalizado, a gerente da GEOMU, de 1994 ao fim de 2002, Elizabete Neves Pires, manifesta em entrevista que ela colaborou na organização dos Encontros do NEMU, como representante da FCC, até fins de 2002, quando então houve a exoneração da sua função.

Outro dado relevante é um ofício, datado de 21 de julho de 2005, acompanhado de uma minuta de termo de convênio de cooperação técnica proposto pela FCC à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da UFSC, na ocasião capitaneada por Eunice Sueli Nodari, na qual se propõe “(...) o desenvolvimento de ações conjuntas entre FCC e o Núcleo de Estudos Museológicos – NEMU”, “(...) para implementação do Sistema Estadual de Museus”.²⁰⁹ Segundo consta, esta minuta já havia sido repassada em ano anterior (outubro de 2004) ao então coordenador do NEMU, Francisco do Vale Pereira, e a FCC retomou o assunto, para saber da “ainda” possibilidade de interesse da universidade, pois a fundação já havia iniciado a implantação do sistema estadual.

4.2 Alguns descompassos

A FCC, por meio da DIRPATRI, em 2004, inicia o processo de discussão da Política Estadual de Museus e convida os profissionais e outros colaboradores, como o NEMU e a ex-

²⁰⁷ Não foram localizados, até o momento, os documentos oficiais relacionados aos termos de convênios, de nenhuma das instituições ditas conveniadas.

²⁰⁸ Ofício enviado pelo reitor da UNOESC ao reitor da UFSC (OF./GR/Nº 353/2000, de 8 de dezembro de 2000). (ver anexo 12).

²⁰⁹ Minuta anexada ao Ofício nº FCC 1689/05, de 21 de julho de 2005. (ver anexo 20).

gerente da GEOMU Betinha por ainda estar atuando no referido núcleo (Betinha atuou até 2005), e no campo museal para debaterem tal política. Um grupo de trabalho (GT) foi criado com o intuito de “formular a redação da Política Estadual de Museus, do Decreto e da formatação do Sistema Estadual de Museus” para, então, serem “socializados no ciclo de discussões” – evento que seria promovido pela FCC, por meio da Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural²¹⁰ e da Gerência de Patrimônio Cultural²¹¹. Dentre os especialistas da área, estava representando o NEMU Francisco do Vale Pereira, como coordenador executivo.

Neste mesmo período, houve (de acordo com ofício emitido pela FCC e encontrado nos arquivos do NEA), diga-se, uma tentativa da referida fundação de firmar convênio com a UFSC para o “desenvolvimento de ações conjuntas”. Neste documento, a fundação pergunta se “ainda existe interesse [...] no referido Convênio e afirma que já havia iniciado a implantação do Sistema Estadual de Museus e que estava apoiando o encontro do NEMU em Curitiba²¹². Não se achou, entretanto, até o término desta pesquisa, qualquer documento que confirme a efetivação desse convênio.

Ao tratar dos arranjos de grupos de trabalho, que são viabilizados mais pelas relações interpessoais do que institucionais, eles podem causar estranheza por parte dos administradores. É provável que cada uma das instituições envolvidas adotou uma política de comprometimento, e pode-se dizer que se fez representar nos eventos necessários. Nesse sentido, entende-se que elas devam ser analisadas de forma individualizada. No caso deste trabalho, o foco principal é a UFSC/NEMU e a FCC/SEM.

Em sua entrevista, Peninha enaltece o apoio recebido da UFSC, na criação e consolidação do núcleo, quando se refere à chefia imediata e mesmo à Reitoria. Ele associa o “apoio” da UFSC pelo interesse de ela atuar socialmente e, porque não dizer, também de desenvolver políticas públicas.²¹³

(...) sabe por que que eu quero dizer que a gente conseguia tudo isso? Porque fazia parte da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão. E esse trabalho de extensão era muito valorizado. É a universidade fora do campus. (...) Por isso que eles davam apoio, porque essa coisa era interessante pra essa pró-reitoria. [...] a universidade sempre deu apoio.²¹⁴

²¹⁰ Neste momento, a arquiteta Simone Harger exercia a função de Diretora do Patrimônio/FCC.

²¹¹ Neste momento, capitaneada por mim.

²¹² XXIV Encontro Regional do NEMU, realizado nos dias 25, 26 e 27 de julho de 2005. Nele, houve um “encontro paralelo” que debateu a implementação do Sistema Estadual de Museus.

²¹³ Disponível em: <https://proex.ufsc.br/missao-visao-e-valores/>. Acesso em: 7 dez. 2019.

²¹⁴ Entrevista concedida a Marli Favero em 26 de setembro de 2019. (ver apêndice C).

Betinha, por seu turno, na mesma entrevista, também confirma esse apoio. Em especial, inclusive, faz questão de citar os nomes dos reitores: “(...) A gente teve muito apoio...Quando o professor Rodolfo Pinto da Luz²¹⁵ e o professor Lúcio foram reitor [sic], eles deram muito apoio pra nós.²¹⁶ Francisco confirma o apoio de Botelho em reunião do dia 2 de janeiro de 2004.²¹⁷

No entanto, não há entusiasmo por parte dela quando o apoio diz respeito à instituição em que atuava como gerente (GEOMU). Segundo ela, não havia ânimo, principalmente da “Direção de Fundação”²¹⁸, entendendo-se aqui como diretor geral, ou seja, o gestor que presidia a instituição: “(...) só quando eu ia pedir passagem, ou [...] diária... Todos os diretores de patrimônio me apoiaram. Direção de Fundação, as restrições haviam (sic) quando implicavam de eu pedir custas financeiras, aí sim tinha um...”²¹⁹. Nesse aspecto, nota-se que havia esses “ruídos” quando se fazia necessário aporte financeiro para a organização de um encontro do NEMU. Quer dizer, independentemente do evento, do município ou mesmo da demanda que fosse ser atendida, havia dificuldades para a FCC liberar orçamento para tal. Peninha ratifica as palavras de Betinha quando comenta da falta de apoio ao projeto do NEMU por parte da FCC:

É porque lá na Fundação tinha uma contrariedade... Até tinha “aquele um”, que dizia que o que a gente tava fazendo era muito bizantino. (...) (risos) E eu questioneei dele o que que ele queria dizer com isso, eu não sabia o que que ele queria dizer com isso. “– Ai, isso é muito bizantino!”. Ele era contra! Imagina ser contra um trabalho desse que estava integrando o estado?²²⁰.

Por sua vez, a pesquisa de Oliveira confirma as palavras de Betinha quando este manifesta que o governo não demonstra privilegiar o atendimento das carências dos museus catarinenses, pois parece que elas estavam sendo supridas pelo NEMU. Desse modo, ele também percebe a invisibilidade do Estado na participação da parceria com o NEMU – que parece estar materializada somente nas logos inseridas nos pôsteres dos Encontros Regionais:

(...) apesar da presença importante da Gerente de Museus da Fundação Catarinense de Cultura na criação e estruturação do NEMU, [...] a imagem do governo do Estado

²¹⁵ Mandatos de Reitor e Vice: 1996-2000 / 2000-2004: Rodolfo J. Pinto da Luz e Lúcio José Botelho. Mandato de Reitor e Vice: 2004-2008: Lúcio José Botelho e Ariovaldo Bolzan. Sítio: Disponível em: <https://estrutura.ufsc.br/reitores/>. Acesso em: 31 ago. 2019.

²¹⁶ Depoimento de Elizabete Neves Pires em entrevista concedida por Gelci José Coelho à Marli Favero, em 26 de setembro de 2019. (ver apêndice C).

²¹⁷ Ver anexo 21.

²¹⁸ Denominação utilizada de março de 1991 a fevereiro de 2007. Disponível em: <http://www.cultura.sc.gov.br/a-fcc/sobre/dirigentes-de-1979-a-2017>. Acesso em: 1º out. 2019.

²¹⁹ Entrevista concedida à Marli Favero em 12 de setembro de 2019. (ver apêndice B).

²²⁰ Entrevista concedida à Marli Favero em 26 de setembro de 2019. (ver apêndice C).

nunca esteve associada a esta iniciativa, talvez porque as iniciativas mais importantes estiveram sempre associadas a indivíduos e não às instituições.²²¹

Em relação a isso, Fernando Romero, quando perguntado em entrevista se havia chegado a notar as ações promovidas pelo NEMU e o impacto no campo museal catarinense, traz do mesmo modo como percepção a ausência da FCC nesse processo:

Sim, eu cheguei a perceber isso... E uma coisa que me chamou a atenção foi essa retração, essa ausência da fundação de cultura, que seria o órgão natural pra implementar essa política, né? Porque a universidade não tem essa função... Inclusive houve muita polêmica lá dentro da universidade né? Por que que a universidade tá fazendo isso, né? A universidade... Porque ela faz pesquisa, mas não capacitação num campo que ela inclusive não tem nem curso... Agora tem! Então, foi única e exclusivamente por causa da ausência da fundação por causa que se abandonou em termos de política essa área de museus. Ninguém... o governo simplesmente não... Não era prioridade do governo. (...) Eu falei do ponto de vista da política que eu achei que foi uma pena a Fundação ter se ausentado disso aí, e a universidade tomou esse espaço, né, que eu achei muito bom, porque alguém tinha que fazer isso... E realmente foi uma coisa muito importante... (...) Claro, o governo não fazia nada. O governo só dava a Betinha, o governo do estado. Claro, eles foram os protagonistas, e o Estado simplesmente se apagou. E aí com isso cada vez mais o Estado botava pra baixo, porque ele não aparecia.²²²

Outro ponto a se considerar é a indefinição apresentada no Regimento Interno do NEMU/UFSC, em seu artigo 7º, que menciona que “caberá à Coordenadoria Executiva [...] buscar apoio para viabilizar a execução das propostas formuladas”.²²³ Em termos de organização, portanto, o que se pôde perceber, também diante dos relatos dos entrevistados, é que não havia clareza de onde viria o apoio administrativo e financeiro e os meios necessários à execução dos trabalhos, isto é, logística, infraestrutura e principalmente quem financiaria tais custos, necessários para a manutenção e continuidade das ações do núcleo.

Tal situação é debatida, pois, nas muitas vezes citada reunião de 2 de janeiro, que trouxe como pauta dois assuntos bastante relevantes: a reestruturação do NEMU e a possibilidade de repassar a responsabilidade de gerenciamento do SEM para o NEMU. Sobre o primeiro, Josiane, que se supõe ser Joziane Roza de Oliveira²²⁴, aponta a sua importância como “reforço para suas ações e credibilidade para realização de convênios e parcerias com outras instituições culturais”.²²⁵ Já Andréia, que se supõe ser Andréia Dal Grande, funcionária da FCC, mais

²²¹ OLIVEIRA, Op. cit., p. 151.

²²² Entrevista concedida à Marli Favero em 24 de setembro de 2019. (ver apêndice D).

²²³ Portaria e Regimento Interno que cria o NEMU/UFSC, 008/PRCE. (ver anexo 2).

²²⁴ Supõe-se, pois, ao lado do nome está escrita a cidade (Chapecó). E segundo consta em seu currículo lattes, ela foi coordenadora do CEOM - Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina, programa permanente de extensão da Unochapecó, de 2000-2006. Disponível em: <http://twixar.me/LnvT>. Acesso em: 7 dez. 2019.

²²⁵ Documento 2 jan. 2004 reunião NEMU. (ver anexo 21)

especificamente da DIRPATRI, entra em outra questão, a de que “o NEMU sofreu uma crise depois que a FCC baniu de sua estrutura a gerência de Museus e no mesmo momento a Betinha saiu do cargo que ocupava na FCC, porque a FCC era uma central, junto com a UFSC”. Contrária e humildemente, Betinha afirma que sua “saída não impediu a continuidade dos trabalhos (...)”. Nesse ponto, convém esclarecer que ninguém assumiu a responsabilidade pelo setor de museus na FCC após a exoneração de Betinha (em fins de 2002), isso até julho de 2004, quando os assuntos do campo foram assumidos pela DIRPATRI, mais especialmente pela gerência de patrimônio. Francisco comenta a importância de realizar convênios entre outras instituições, o que é também abordado por Angela Paiva, que acredita ser também importante a reativação dos convênios já firmados. Josiane afirma que é preciso buscar novos objetivos, quais sejam “efetivar as parcerias com as instituições, pensar na participação junto ao Sistema Nacional de Museus [...]. Ter o NEMU oficializado com nomes, orçamentos, ações e convênios”.

Por seu turno, Ângela coloca que o NEMU era até o momento reconhecido mais como um movimento do que como uma instituição. Sobre o repasse da responsabilidade de gerenciamento do Sistema para o NEMU, intenção esta que, segundo Andréia, foi pensada pela FCC, houve discordância por parte de Iáscara, que disse o seguinte:

é absurdo, isto é função do estado, faz parte de uma política cultural, o NEMU pode ser um dos braços. [...] O NEMU é um realizador e precisa ser reconhecido como tal. O SEM deve ser papel da FCC com parcerias e gerenciamento junto a outros órgãos e instituições.²²⁶

O que se pode perceber das discussões levantadas nesta reunião é que, supõe-se, por conta de o estado não ter aderido ainda à Política Nacional de Museus – o que vai acontecer a partir de 20 de julho de 2004 –, não havia um eixo norteador que desse um encaminhamento às demandas e às necessidades do campo museal, o que dificultava a tomada de decisão por parte das pessoas envolvidas nesse momento com as políticas culturais. Portanto, essas situações citadas levam a refletir que há mais de uma razão de ter havido descompassos entre a convivência do NEMU e SEM. Quer seja pela falta de clareza sobre se o convênio foi efetivado ou não, quer seja pelo domínio do campo museal no estado, quer seja pela falta de marcos regulatórios por parte das políticas públicas do governo. Há que se considerar que, mesmo com o apoio da chefia imediata à gerente Betinha, da GEOMU, isso não foi o suficiente para que o Estado se tornasse presente nessa parceria.

²²⁶ Reunião NEMU, 2 jan. 2004 (ver anexo 21).

4.3 Outras questões

Por certo, o Estado, diante do campo museal que estava sendo norteado pelo NEMU, procurou aproximação com os profissionais de museus, justamente no momento em que houve consolidação de políticas públicas significativas para o setor museológico, de âmbito federal.

Além de promover a discussão da PEM por meio dos GTs, cuja coordenação ficou a cargo dos profissionais de museus que se dispunham para tal – notadamente profissionais e instituições mais articuladas político-administrativamente, como Fundação Cultural de Joinville, CEOM (Chapecó), NEMU, Fundação Cultural Criciúma, Fundação Cultural de Lages, Fundação Cultural de Caçador e Fundação de Cultura de São José –, também foram promovidas oficinas teórico-práticas por todo o estado. Havia então, no momento, dois entes públicos atuando no setor, o NEMU e o SEM, de 2004 a 2011 (sendo este ano a última data de encontro regional, promovido pelo núcleo). O acordo entre ambos era de que a agenda fosse divulgada antecipadamente para evitar que as ações ocorressem na mesma região e em períodos próximos. Os profissionais ministrantes eram da FCC, do DEMU/IPHAN e alguns autônomos, que atendiam tanto às oficinas do NEMU como as do SEM.

Vale ressaltar outras conquistas do NEMU que vão além da promoção dos Encontros Regionais, que se apresentam de forma subliminar, como a valorização dos profissionais, no pertencimento a um grupo de especialistas, que naquele momento não havia em nenhum outro lugar do estado. Isto é, tudo indica, principalmente pelas entrevistas, que o núcleo e os Encontros eram os únicos lugares de referência para a interlocução entre esses profissionais. Há, durante as entrevistas e os depoimentos recebidos, várias menções sobre o envolvimento afetivo-social que os encontros do NEMU proporcionaram aos participantes e mesmo aos profissionais envolvidos, para além das oficinas temáticas oferecidas. É o que manifesta a professora Sueli Maria Venzuita Petry, em áudio, e, do mesmo modo, Peninha:

(...) para ser bem franca, o momento da participação do NEMU era um momento de cordialidade, de trocas de experiências, que hoje temos esses encontros, mas não tem aquela marca que eu diria do NEMU.²²⁷

E era legal porque ao mesmo tempo no lugar onde a gente se implantava eles mostravam as seus talentos culturais lá. Era artesanato, era culinária, era o passeio, já fazia turismo também... turismo cultural, né? (...) Quem nos recebia fazia questão disso. E era legal, porque a gente acabava aprendendo mais sobre a nossa terra, né. (...) A minha preocupação era que estendesse pra todo o estado. Que todo o estado

²²⁷ Áudio transcrito de Sueli Maria Venzuita Petry. (ver apêndice F).

pudesse ter essa possibilidade de animação cultural, e (...) provocava, mais gente conhecia os acervos, mais gente sugeria soluções, né, e as cidades se organizavam.²²⁸

Denize Gonzaga Santos, participante do 29º Encontro Regional do NEMU, realizado em São José (SC), também entende o NEMU dentro dessa perspectiva. Para ela, os encontros proporcionaram a construção de uma rede de contatos que, até hoje, são benéficas para a sua atuação na área cultural:

Atualmente eu trabalho com produção de projetos na área de música, executo projetos na área de música e... faço alguns projetos na área de museus, mas em menos quantidade, no sentido de pesquisar e elaborar textos expositivos. Bom, [a] minha trajetória mostra um pouco... a experiência que eu tive no campo cultural, que eu acredito só tenha acontecido por conta desse contato que eu tive na 29ª edição do NEMU. Eu... assim, nesse sentido... eu tenho uma gratidão muito grande por esses profissionais que faziam esses cursos acontecerem e... agradeço muito essa oportunidade, e acredito que ele tenha contribuído nesse sentido: nessa rede de contatos que até hoje eu mantenho.²²⁹

Essa relação de confiabilidade que os profissionais dos museus criaram com os membros do NEMU é manifestada por Peninha, que, em entrevista, após pergunta que relata a dificuldade que esses profissionais passavam, comenta sobre o que significava, para alguns deles, ir trabalhar nos museus em alguns municípios:

(...) Então melhorou alguma coisa nas apresentações dos museuzinhos. Melhorou, começou a melhorar, mas as pessoas de maneira geral eram colocadas lá nos museus de castigo. Era assim, ó: um partido ganhou a eleição. Daí tem gente de carreira que eles tavam querendo castigar, mandavam pro museu. Ir trabalhar no museu era um castigo até então. Depois mudou. (...) Ir trabalhar no museu era uma honra!²³⁰

Francisco²³¹, por seu turno, ao relatar sobre o porquê de ele, como coordenador do NEMU, ter sido chamado para apresentar o cenário de Santa Catarina no Rio de Janeiro, quando do já referido lançamento da Política Nacional de Museus (2003), comenta sobre o que os encontros proporcionaram tanto aos profissionais de museus quanto aos ministrantes das oficinas:

Porque isso das ideias da caravana do NEMU, não é, então era conhecer a realidade local. (...) aonde fosse, era *in loco* que iríamos e verificávamos, né, conversávamos com as pessoas lá, visitávamos... Sempre o NEMU tinha, dentro da sua programação

²²⁸ Entrevista concedida à Marli Favero em 26 de setembro de 2019. (ver apêndice C).

²²⁹ Relato enviado à Marli Favero pelo whatsapp em 7 de dezembro de 2019. (ver apêndice E).

²³⁰ Entrevista concedida à Marli Favero em 26 de setembro de 2019. (ver apêndice C).

²³¹ Entrevista concedida à Marli Favero em 5 de novembro de 2019. (ver apêndice A).

uma parte cultural, não é, a tal das confabulações degustativas, que é o termo que o Peninha sempre primou de colocar...(…) Conhecer ou o museu local, ou um espaço cultural, ou um espaço de memória, ou um espaço turístico referencial de memória, não é... Então nós... (….) Sempre tinha uma questão bem local e uma questão nacional... (….) A valorização do local... (….) E, assim, a satisfação, a alegria e o desejo desses que vinham de fora, desses profissionais, de querer ir junto pra poder conhecer também essa realidade. Então quando Santa Catarina se mostrava, não era, assim, por relatos de outros, não é? Então o fato de Santa Catarina ter essa participação na... nesse grupo da formatação da Política Nacional de Museus se deve a isso, não é... (….) Duma realidade que foi conhecida...

A entrevistada Betinha reconhece que o NEMU ajudou muito os museus nos anos em que atuou, mas abre ressalvas quanto ao funcionamento dos chamados “núcleos regionais”, cuja representação foi definida em reunião do dia 15 de agosto de 1997. De acordo com ela, a ideia era ter vários núcleos pelo estado. Eles teriam autonomia para organizar, e receberiam dicas e orientações dos membros do NEMU. Mas isso nunca aconteceu, muito provavelmente pela falta de equipe que articulasse com os profissionais do interior.

(…) Se não partir da nossa iniciativa a realização dos encontros, não acontecia. E a gente falou, discutia em plenária: — Gente, a gente quer ser convidado pra vim participar do encontro regional que vocês organizam. [...] E isso nunca aconteceu. Sempre, desde que eu tive no NEMU, sempre era uma iniciativa daqui, da Universidade. A gente que tomava a iniciativa de criar os encontros regionais. E a nossa proposta, a nossa ideia, minha e do Peninha, era que houvesse núcleos, várias células.²³²

Sobre a criação do curso de graduação em Museologia na UFSC, o NEMU se manifesta como um dos apoiadores, na UFSC, como apresenta no seu projeto de criação do núcleo, no subtítulo denominado metodologia, “(...) permitindo as necessárias atividades fundamentais para a dinâmica museológica voltada para a pesquisa, ensino e extensão.”²³³ Também nas entrevistas, há manifestações sobre a criação do curso de graduação em Museologia, na UFSC, como diz Francisco, quando relata sobre a participação do NEMU, em 2003, em Brasília (DF), na construção do documento Base para a Política Nacional de Museus, sobre especificamente o Eixo 3: Formação e Capacitação de Recursos Humanos.

Eu lembro também que na hora da estruturação dessas, dessa, dessa, desse grupo de trabalho, a professora Maria Célia Teixeira²³⁴ ficou responsável pelo eixo de Educação e Formação. E dentro desse, desse grupo, ela convidou tanto o NEMU quanto a Fundação, convidou especificamente a Betinha, que tava lá, e eu, para

²³² Entrevista concedida à Marli Favero em 12 de setembro de 2019. (ver apêndice B).

²³³ Proposta de criação do NEMU.

²³⁴ Professora Maria Célia T. Moura Santos - museóloga/UFBA, foi coordenadora do eixo 3 (formação e capacitação de recursos humanos) da Política Nacional de Museus em 2003.

integrarmos esse grupo pra coordenar esse trabalho que seria feito em nível nacional, com... em alguns lugares, nem todos os lugares do Brasil, não é, mas em alguns lugares onde existia já alguma estrutura ou alguma... ou algum processo já de discussão do campo da Museologia. Então pessoas foram contatadas para fazer essa equipe, que iria discutir. Então nós trouxemos esse trabalho para Santa Catarina, que era discutir sobre isso, que era a criação de cursos de formação específica, cursos de graduação em Museologia, em universidades públicas, não é? Não se pensava e não se queria em universidades privadas por razões óbvias, né, é o direcionamento do curso, a demanda, o custo pra fazer um curso desse e tal... Então, isso foi uma questão que foi bem levantada. Depois, a continuidade dessas experiências de oficinas de capacitação, que já estavam sendo feitas em nível nacional, com equipes do DEMU, não é? É... E aí as experiências de Santa Catarina que estavam sendo destacadas nesse momento. É... depois é... montaram uma rede de... de professores e de profissionais da área da Museologia, não só de professores, que eram poucos, não é, mas de profissionais atuando em várias áreas...²³⁵

A participação do NEMU faz parte dos Eixos Programáticos, no eixo 3, da PNM, que consta no item 1: “Criação e implementação de um programa de formação e capacitação de recursos humanos em museus e Museologia, com a ampliação da oferta de cursos de graduação e pós-graduação (*stricto sensu* e *lato sensu*), além de cursos técnicos, cursos de extensão e oficinas nas diversas áreas de atuação dos museus.”²³⁶

O entrevistado Peninha a respeito da criação do curso de graduação da Museologia, na UFSC, manifesta que

Era o objetivo principal. Era criar um curso de graduação pra formar mais gente pra esse campo de atividade. (...) Eu não sei como é que tá, porque eu sonhava com a implantação do curso de graduação na UFSC...(...). Porque era um dos objetivos que a gente tinha. (...) Porque não era mais possível continuar com essa simplicidade, essa tentativa, essa tentativa toda do Núcleo, do NEMU, né? Era complicado, era difícil... E a gente não ia durar pra sempre! Então tinha que ter a formação de profissionais nessa área. E eu acreditava que o curso pudesse resolver bastante. E me deixa feliz saber que tá acontecendo, embora parece não é bem como eu gostaria, né, não sei) (...).²³⁷

Analisando o conteúdo exposto neste capítulo, observa-se que a semente foi plantada e que o NEMU contribuiu positivamente no campo museal catarinense, oportunizando que os profissionais conhecessem as bases operacionais e didático-pedagógicas para o setor, no reconhecimento das técnicas necessárias para atuar em um espaço que tem como compromisso as relações do universo do homem com os objetos expostos (ou não). Então, além de participar na construção das políticas para o setor museológico, contribuiu também com sua expertise de campo na construção da Política Nacional de Museus e no fomento aos cursos de graduação em

²³⁵ Entrevista concedida à Marli Favero em 5 de novembro de 2019. (ver apêndice A).

²³⁶ Política Nacional de Museus. Memória e Cidadania. Maio/2003. Eixos Programáticos, p. 11. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/02/politica_nacional_museus_2.pdf. Acesso em: 11 out. 2019.

²³⁷ Entrevista concedida à Marli Favero em 26 de setembro de 2019. (ver apêndice B).

Museologia, e ainda colaborou com o profissionalismo dos trabalhadores de museus e áreas afins.

Nesse sentido, o NEMU, pode-se concluir, contribuiu para o que Mário Chagas concebe como o papel dos museus, melhor dizendo, do “novo museu”:

O novo museu, assim concebido, deve orientar-se no sentido de colaborar, de alguma forma, para um melhor conhecimento do homem acerca de Si Mesmo, acerca da natureza e do organismo social onde vive, com o qual se relaciona profundamente. O museu que realiza a integração entre o homem, o meio ambiente e a sociedade (...) ²³⁸

²³⁸ CHAGAS, Mário. Um novo (velho) conceito de museu. In: *Cad. Est. Soc.*, Recife, v. 1, n. 2, p. 188, jul./dez. 1985.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Motivada em efetivar a pesquisa para conhecer como ocorreu a parceria entre a Universidade Federal de Santa Catarina e a Fundação Catarinense de Cultura na criação e consolidação do Núcleo de Estudos Museológicos – NEMU/UFSC, e, ainda, para saber mais sobre a dinâmica do núcleo quanto ao atendimento à demanda dos profissionais de museus, em uma conjuntura na qual havia, diga-se, um vazio de políticas de gestão do setor museológico, chega-se, então, às ponderações a seguir.

Primeiramente, entretanto, é preciso salientar que existe uma escassez de pesquisas que tratam do Núcleo de Estudos Museológicos (NEMU), situação que traz também a este trabalho uma responsabilidade no sentido de desvelar as fontes geradas por sua atuação em Santa Catarina. O único trabalho a que se teve acesso que retrata um pouco da sua trajetória é a dissertação de Rafael Pereira Oliveira, intitulada “Políticas culturais e o campo museal em Santa Catarina (1987-2006).

Contudo, foi possível apresentar dados que forneceram subsídios para a construção de um panorama histórico do NEMU cujas ações inicialmente foram realizadas entre dois entes, um federal, a UFSC, outro estadual, a FCC e, posteriormente, houve adesão de novos parceiros pelo estado.

Utilizando-se das entrevistas dos personagens mais envolvidos com o NEMU, tais como Gelci José Coelho (Peninha), Elizabete Neves Pires (Betinha) e Francisco do Vale Pereira, somadas aos documentos já expostos neste trabalho, pôde-se aferir que os objetivos constantes na sua portaria de criação (por sinal, bastante numerosos) demonstram que o campo estava se desenvolvendo e que as políticas públicas para a área ainda eram incipientes. Muito provavelmente por isso a ele foram delegadas, entre outras, responsabilidades como “discutir diretrizes para os museus de Santa Catarina”; “interferir de forma concreta e eficaz para a observância da legislação para a preservação do patrimônio cultural” e “defender junto aos dirigentes públicos e privados a necessidade de assegurar a efetivação e permanência dos profissionais de museus e a continuidade do seu trabalho nas instituições museais”.²³⁹ O fato é que, por meio dos trinta e três encontros regionais, atuou por todas as regiões do estado catarinense como um orientador de práticas a serem adotadas pelos museus. Isto é, como o Estado não se fazia presente de maneira mais efetiva – embora tivesse um funcionário disponível e atuante no NEMU –, as oficinas teórico-práticas, ministradas por especialistas,

²³⁹ Portaria de criação do NEMU e aprovação do regimento interno. (ver anexo 2).

levaram conhecimento, motivação e articulação por meio de uma rede de contatos, mesmo que não tenha havido, em termos financeiros, garantias de execução e continuidade das suas ações.

Esta pesquisa expôs, principalmente, o importante papel que o NEMU desempenhou em um período em que não havia marcos regulatórios de estruturação do setor como os implantados a partir de 2003. Sua atuação, por aproximadamente 15 anos, para além da preservação dos vestígios materiais, contribuiu também para a profissionalização da área quanto para a consolidação do campo museológico em Santa Catarina, quer seja pela disseminação do que havia sido construído enquanto política, quer seja pela oportunidade de conhecimento de técnicas empregadas no atendimento aos acervos e ao público, quer seja pelo apoio moral que estendeu aos trabalhadores de museus e afins.

Na questão relativa à problemática da pesquisa, apresentada na Introdução deste trabalho, concluo que, sim, houve avanços em elucidar as razões que levaram o Estado, por meio da FCC, a formar uma parceria com a UFSC, criando o NEMU. Mesmo assim, deixo como sugestão a necessidade de aprofundar a pesquisa mais especificamente sobre os documentos formais, como a assinatura dos convênios, as parcerias efetivadas pelo Estado, as listas de presença dos Encontros Regionais e outros documentos, que de certa maneira não só validariam como também oportunizariam novas descobertas e pesquisas.

Por mais que não tenha cumprido com todos os objetivos propostos inicialmente no regimento interno constantes na portaria de sua criação²⁴⁰, pode-se dizer que o núcleo fortaleceu o setor e contribuiu para a organização dos museus em seus diferentes aspectos, proporcionando, ainda, certa autonomia dos profissionais da área, autoconfiança e maior segurança quanto aos procedimentos aplicados tecnicamente. Há ainda de considerar a rede de contatos que ocorreu entre esses profissionais. Há ainda os desdobramentos quanto à expectativa na melhoria da qualidade expográfica, o senso crítico mais aguçado, as diferenças sendo questionadas e todos, provavelmente, tenderam a ser beneficiados sob a multiplicidade de olhares. O tempo de sua existência - quando as políticas públicas de Estado foram implantadas por meio de suas ações, de 1997 a 2002 (período em que a gerente Betinha, da GEOMU, participara como representante da FCC) ou até sua extinção efetiva, em 2013 -, pode-se concluir que o NEMU cumprira o papel a que se dispõe: o de atender à demanda dos museus catarinenses.

²⁴⁰ Ver anexo 2.

6 REFERÊNCIAS

ALOÍSIO Magalhães (verbetes). In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2019. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa10144/aloisio-magalhaes>>. Acesso em: 11 nov. 2019. Verbetes da Enciclopédia.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. *A metodologia e a universidade*. In: Fundamentos da metodologia científica: um guia para a iniciação científica. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BAUER, Jonei Eger. *A Construção de um Discurso Expográfico*: Museu Irmão Luiz Godofredo Gartner. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia). Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/121979>. Acesso em: 4 nov. 2019.

BOLETIM DA COMISSÃO CATARINENSE DO FOLCLORE. Florianópolis, ano XXXII, n. 48, dez. 1996, p. 144. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/Boletim%20de%20Folclore/boletim%20folclore/BFC1996D EZ048.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2019.

BOTELHO, Isaura. *Dimensões da cultura e Políticas públicas*. São Paulo em perspectiva, v. 15, n. 2, p. 73-83, 2001. Disponível em: http://www.guiacultural.unicamp.br/sites/default/files/botelho_i_dimensoes_da_cultura_e_politicas_publicas.pdf. Acesso em: 4 nov. 2019.

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o programa nacional do patrimônio imaterial e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 4 ago. 2000. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_n_3.551_de_04_de_agosto_de_2000.pdf. Acesso em: 28 out. 2019.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro: Casa Civil, 1937. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_Lei_n_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf. Acesso em: 30 out. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.904, de 15 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 15 jan. 2009. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/583529>. Acesso em: 1 dez. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009. Cria o Instituto Brasileiro de Museus, cria 425 cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 20 jan. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11906.htm. Acesso em: 1 dez. 2019.

CALABRE, Lia (org.). *Políticas culturais: olhares e contextos*. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa; São Paulo: Itaú Cultural, 2015. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/20.500.11997/7844>. Acesso em: 11 out. 2018.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: *III Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura* (Enecult), Salvador, Bahia-Brasil, 23 a 25 maio 2007. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/fcrb/451/2/Calabre%2c%20L.%20-%20Políticas%20Culturais%20no%20Brasil>. Acesso em: 4 out. 2019.

CALABRE, Lia; REBELLO, Deborah (org.). *Políticas culturais: conjunturas e territorialidades*. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa; São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/7843/1/762%20Ebook%20-%20POLCULTURAIIS_vol3.pdf. Acesso em: 11 nov. 2018.

CHAGAS, Mário. Um novo (Velho) conceito de Museu. *Cad Est. Soe.*, Recife, v. 1 n. 2 183-192, jul./dez. 1985.

COELHO, Teixeira (org.). *Cultura e educação*. São Paulo: Iluminuras; Itaú Cultural, 2011. Disponível em: http://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wp-content/uploads/itau_pdf/001816.pdf. Acesso em: 4 out. 2018.

Comitê Gestor do Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina: Histórico, Funções e Formação Atual. Site UNOCHAPECÓ. Chapecó, 2 ago. 2010. Disponível em: <https://www.unochapeco.edu.br/noticias/comite-gestor-do-sistema-estadual-de-museus-de-santa-catarina-historico-funcoes-e-formacao-atual>. Acesso em: 1 set. 2019.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS – ICOM/COMITÊ BRASILEIRO DO ICOM. Disponível em: http://www.icom.org.br/?page_id=12. Acesso em: 3 out. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL. Disponível em: <http://cnpcc.cultura.gov.br/historico-cnpcc/>. Acesso em: 4 out. 2019.

CORDEIRO, Eliza Regina. *Dissertação em Administração Universitária: Criação e Implantação do Curso de Graduação em Museologia na Universidade Federal De Santa Catarina, com o advento do Reuni*. UFSC. Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/169083/342135.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 30 nov. 2019.

COSTA, Lilian Araripe Lustosa da. Política cultural e a atuação do Conselho Nacional de Cultura (1961-1964). II Seminário Internacional de Políticas Culturais, 2011. Artigo. p.13. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_LilianAraripeLustosa_da_Costa_Politica_cultural_e_a_atuacao_do_Conselho_Nacional_de_Cultura.pdf. Acesso em: 12 out. 2019.

COSTA, Lucio. Compromisso de Brasília. In: *I Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e*

Representantes de Instituições Culturais. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 3 abr. 1970. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf>. Acesso em: 30 set. 2019.

COSTA, Rodrigo Vieira. Cultura e patrimônio cultural na Constituição da República de 1988: a autonomia dos direitos culturais. *Revista CPC*. São Paulo, n. 6, p. 21-46, maio/out. 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15623>. Acesso em: 10 set. 2018.

COSTA, Amanda Gabrielle de Queiroz. Os Projetos do Centro Nacional de Referência Cultural: Referenciamento da Cultura Brasileira. *Anais eletrônicos*. XI Encontro Estadual de História - 23 a 27 de julho de 2012. Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande (RS). Disponível em: http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1346437321_ARQUIVO_artigoANPUHRS.pdf. Acesso em: 22 fev. 2020.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspas e outros ensaios*. [s.l.]: Cosac Naify, 2009. Disponível em: <https://leiaufsc.files.wordpress.com/2017/08/manuela-carneiro-da-cunha-cultura-com-aspas.pdf>. Acesso em: 17 set. 2018.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm. Acesso em: 3 set. 2018.

ESTADO DE SANTA CATARINA. Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019. Dispõe sobre a estrutura organizacional básica da Administração Pública Estadual, no âmbito do Poder Executivo, e estabelece outras providências. Florianópolis, 12 jun. 2019. Disponível em: <http://leisestaduais.com.br/sc/lei-complementar-n-741-2019-santa-catarina-dispoe-sobre-a-estrutura-organizacional-basica-e-o-modelo-de-gestao-da-administracao-publica-estadual-no-ambito-do-poder-executivo-e-estabelece-outras-providencias>. Acesso em: 7 set. 2019.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: *Inventário Nacional de Referências Culturais: Manual de Aplicação*. Brasília: IPHAN/ Minc/DID, 2000. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf. Acesso em: 2 set. 2018.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *Da modernização a participação: A política federal de preservação dos anos 70 e 80*. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, ano 1996, n. 24. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=RevIPHAN&PagFis=8791&Pesq=>. Acesso em: 8 set. 2018.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Patrimônio e Memória. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/MinC-IPHAN, p. 80-129, 2005. [Cap. 3 – A fase heroica].

FREYRE, Gilberto. Manifesto Regionalista. 7. ed. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996. p. 47-75. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Antologia de*

Textos Fundadores do Comparatismo Literário Interamericano. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cdrom/freyre/index.htm>. Acesso em: 4 nov. 2019.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. Debate. A Incessante busca dos museus. *Ô Catarina*, n. 37, p. 3, nov./dez. 99. Disponível em: <http://www.cultura.sc.gov.br/publicacoes/ocatarina/edicoes?limit=50&limitstart=50>. Acesso em: 31 ago. 2019.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. Etc... Fórum quer descentralizar ações da FCC. In: *Ô Catarina*, n. 22, mar./abr. 97, p. 15. Acesso em: 31 ago. 2019. Disponível em: <http://www.cultura.sc.gov.br/publicacoes/ocatarina/edicoes?limit=50&limitstart=50>. Acesso em: 31 ago. 2019.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. Etc... II Fórum acontecerá em Lages. *Ô Catarina*, n. 23, p. 14, maio/jun. 97. Disponível em: <http://www.cultura.sc.gov.br/publicacoes/ocatarina/edicoes?limit=50&limitstart=50>. Acesso em: 31 ago. 2019.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. *Fórum de Museus*. Histórico. Disponível em: <http://www.cultura.sc.gov.br/forum-de-museus/historico-do-forum>. Acesso em: 5 nov. 2019.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE FLORIANÓPOLIS FRANKLIN CASCAES. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/franklincascaes/index.php>. Acesso em: 5 nov. 2019.

GARCIA, Edgar Jr. *Práticas regionalizadoras e o “mosaico cultural catarinense”*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/83626/236956.pdf?sequence=1&isAllOwed=y>. Acesso em: 12 out. 2019.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1995.

GOLDMANN, Márcio. Disponível em: www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/download/53937/57881/. Acesso em: 12 out. 2019.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. A identificação do Brasil. In: *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, MinC/IPHAN, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. *O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição*. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eh/v28n55/0103-2186-eh-28-55-0211.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O Patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

GOVERNO FEDERAL. IBRAM. Mapa estratégico. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Mapa-Estrategico-Ibram-2018.pdf>. Acesso em: 1 out. 2019.

GOVERNO FEDERAL. *Subsídios para a elaboração de planos museológicos*. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, 2016. 112 p. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/SubsidiosPlanosMuseologicos.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2020.

GUARNIERI, Waldisa Russio Camargo. O pensamento de Waldisa Rússio sobre a museologia. In: *Inf. & Soc.*, João Pessoa, v. 25, n. 3, set./dez. 2015.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. Disponível em: <https://leiaarqueologia.files.wordpress.com/2018/02/kupdf-com-identidade-cultural-na-pos-modernidade-stuart-hallpdf.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019.

IANNI, O. A Sociologia e o Mundo Moderno. In: *Tempo Social*, v. 1, n. 1, p. 7-27, 1989. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/83315>. Acesso em: 12 out. 2019.

IPHAN. GOVERNO FEDERAL. *Cartas Patrimoniais*. In: Portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso em: 4 out. 2019.

IPHAN. *Revista do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 1, p. 5, 1937. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat01_m.pdf. Acesso em: 5 out. 2019.

JORNAL BOI DE MAMÃO. Especial Colonização Alemã em Santa Catarina. Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura, n. 6, nov. 1981, 16 p. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/jornais/boidemam%C3%A3o/BOI1981006.pdf>. Acesso em: 29 out. 2019.

SIMÃO, Maristela. *A presença africana e afro-brasileira nos museus de Santa Catarina*. Tese (Doutorado em Museologia), Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2018. Disponível em: http://www.museologia-portugal.net/files/upload/doutoramentos/maristela_simao.pdf. Acesso em: 30 ago. 2019.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. In: *São Paulo Perspec.*, v. 15, n. 2, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000200011&script=sci_abstract. Acesso em: 30 ago. 2019.

Legislação sobre patrimônio cultural. Brasília: Câmara dos Deputados; Edições Câmara, 2010., n. 41. [série legislação] Disponível em: https://mpma.mp.br/arquivos/COCOM/arquivos/centros_de_apoio/cao_meio_ambiente/manuais/Noticia5575A4733.pdf. Acesso em: 3 out. 2019.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a História do Museu. In: *Caderno de diretrizes museológicas*. 2. ed. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Departamento de Museus e Centros Culturais; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus, 2006. Disponível em: http://www.cultura.mg.gov.br/files/Caderno_Diretrizes_I%20Completo.pdf. Acesso em: 20 set. 2018.

JULIÃO, Letícia. O Sphan e a cultura museológica no Brasil. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 141-161, jan-jun. 2009. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1550/999>. Acesso em: 27 ago. 2018.

KONRAD, Diorge. Caio Prado Junior: Uma idéia de revolução brasileira. In: *Portal Vermelho - a esquerda bem informada*. São Paulo, 8 mar. 2007 Disponível em: http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=653. Acesso em: 25 ago. 2018.

KORNIS, George. A cultura no pensamento (e na ação) de Celso Furtado: desenvolvimento, criatividade, tradição e inovação. *Novos estud.* – CEBRAP, São Paulo, n. 96, jul. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000200012. Acesso em: 3 out. 2019.

MEIRA, Márcio. Gestão cultural no Brasil: uma leitura do processo de construção democrática. In: RUBIM, Albino (org.). *Política Cultural e Gestão Democrática no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/07/Cultura-WEB-1.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2019.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES. FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos - Finep. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/empresas-estatais/palestras-e-apresentacoes/4-3-politica-salarial-finep.pdf>. Acesso em: 4 out. 2019.

MIZUKAMI, Luiz Fernando. *Redes e Sistemas de Museus: um estudo a partir do Sistema Estadual de Museus de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Museologia), Universidade de São Paulo – USP, 2014. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/103/103131/tde-12012015-122933/publico/LuizMREVISADA.pdf>. Acesso em: 11 out. 2018.

NASCIMENTO JUNIOR, José do; CHAGAS, Mário. *Museu e Política: apontamentos de uma Cartografia*. In: *Caderno de diretrizes museológicas*. 2. ed. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Departamento de Museus e Centros Culturais; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus, 2006. Disponível em: http://www.cultura.mg.gov.br/files/Caderno_Diretrizes_I%20Completo.pdf. Acesso em: 06 out. 2019.

OLIVEIRA, Rafael Pereira. *Políticas culturais e o campo museal em Santa Catarina (1987 – 2006)*. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina, 2007. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30371195.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2018.

POLITICA NACIONAL DE MUSEUS. MinC. 2007. 184 p. Disponível em:
http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/01/politica_nacional_museus.pdf.
Acesso em: 4 out. 2019.

PORTAL EDUCAÇÃO. Disponível em:
<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/cotidiano/cartas-patrimoniais/61157pesquisa>. Acesso em: 4 out. 2019.

RAFAEL, Maurício. *Políticas públicas para o campo museal: estudo sobre o “Programa de Capacitação Museológica” do Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado em Museologia), Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em:
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/103/103131/tde-26102017-081542/pt-br.php>.
Acesso em: 11 out. 2018.

REDEMOCRATIZAÇÃO. In: CORRÊA, Michelle Viviane Godinho. Infoescola. Navegando e Aprendendo. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/redemocratizacao/>. Acesso em: 23 ago. 2018.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política I*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REYS, Nathália Gianini. *DESCOBRINDO TRAJETÓRIAS: O Primeiro Congresso Nacional de Museus e seus desdobramentos no campo museológico brasileiro*. Simpósio temático 4 - História dos Museus e da Museologia. *I Encontro de Museologia da Universidade de Brasília*. 16 p.

RIBEIRO, Robson Orzari. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: textos de história da arte engajados na política de preservação no Brasil*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, 2012. Disponível em:
http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/279693/1/Ribeiro_RobsonOrzari_M.pdf.
Acesso em: 2 ago. 2019.

ROMERO, Fernando. O Papel modificador dos museus. *Jornal Cultura*. Jornal da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte e Fundação Catarinense de Cultura. Florianópolis, ano 1, n. 0, set./out. 1988. Disponível em:
<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/jornais/cultura/CULT1988000.pdf>. Acesso em: 2 out. 2019.

RUBIM, Albino (org.). *Política Cultural e Gestão Democrática no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/07/Cultura-WEB-1.pdf>. Acesso em: 3 set. 2019.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (orgs.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007. Disponível em:
<http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ufba/138/4/Políticas%20culturais%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 4 out. 2018.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Políticas da memória na criação dos museus brasileiros. In: *Cadernos de Sociomuseologia*, Portugal, v. 19, n. 19, jun. 2009. Disponível em:

<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/369>. Acesso em: 17 nov. 2019.

SAYÃO, Thiago Juliano. *Nas veredas do Folclore: leituras sobre política cultural e identidade em Santa Catarina (1948-1975)*. Dissertação (Mestre em História), Universidade Federal de Santa Catarina, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/87915/204242.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 ago. 2019.

SCHEINER, Tereza Cristina. Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, CIENC. HUM., Belém, v. 7, n. 1, jan.-abr. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n1/a03v7n1.pdf>. Acesso em: 29 set. 2019.

SCHWARCZ, Lilia K. M. O nascimento dos museus brasileiros. 1870-1910. In: MICELI, Sérgio. *História das Ciências Sociais do Brasil*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais/IDESP, 1989. v. 1.

SILVA, Frederico Barbosa da [et al.]. *Encontros com o futuro: prospecções do campo museal brasileiro no início do século XXI*. Brasília: IBRAM, 2014 (Coleção Museu, economia e sustentabilidade, 1). Disponível em: http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2015/01/EncontrosFuturo_Ibram2014.pdf. Acesso em: 04 out. 2018.

SILVA, Janine Gomes da; NEDEL, Letícia Borges. Dossiê Patrimônio e memória, convite para um diálogo. *Esboços: histórias em contextos globais* – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, Florianópolis, v. 18, n. 26, dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2011v18n26p1/22256>. Acesso em: 20 set. 2018.

SILVA, Marcela Virginia Thimoteo da. Artigo. DO SPHAN AO IBRAM: subsídios para compreender a produção documental dos museus do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). *Revista Eletrônica Ventilando Acervos*, v. 3, n. 1, nov. 2015. Disponível em: http://ventilandoacervos.museus.gov.br/wp-content/uploads/2015/11/05_Artigo04.pdf. Acesso em: 27 set. 2019.

SIMÃO, Maristela. *A presença africana e afro-brasileira nos museus de Santa Catarina*. Tese (Doutorado em Museologia). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa. 2017. Disponível em: Sistema Brasileiro de Museus. In: Portal do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM: Disponível em: <http://www.museus.gov.br/sistemas/sistema-brasileiro-de-museus/>. Acesso em: 1 out. 2019.

SISTEMA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA: VISÃO GERAL, EVOLUÇÃO E PERSPECTIVAS NO BRASIL. MinC, agosto/2004. Disponível em: <http://www.cari.org.ar/pdf/cultura.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2018.

SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS. Disponível em: <https://www.sc.gov.br/index.php/governo/acoesdegestao/cultura/sistema-estadual-de-museus-sem-sc>. Acesso em: 10 set. 2019.

Sistema Nacional de Cultura. Histórico. Brasília. Disponível em:
<http://portalsnc.cultura.gov.br/historico-2/>. Acesso em: 20 set. 2019.

Site UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/>. Acesso em: 3 out. 2019.

Site UNOESC - UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. Disponível em:
<https://www.unoesc.edu.br/>. Acesso em: 5 nov. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Disponível em:
<http://notes.ufsc.br/aplic/portaria.nsf>. Acesso em: 11 out. 2019.

VAL, Andréa Vanessa da Costa; CAÇADOR, Tânia Mara. NOTA HISTÓRICA. As constituições brasileiras e o patrimônio. *Jurisprudência Mineira*, Belo Horizonte, a. 59, n. 186. Disponível em: <https://bd.tjmg.jus.br/jspui/bitstream/tjmg/537/1/NHv1862008.pdf>. Acesso em: 5 out. 2019.

VARELLA, Guilherme. *Plano Nacional de Cultura: direitos e políticas culturais no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Azougue, 2014. Disponível em:
http://culturadigital.br/livroplanonacionaldecultura/files/2015/11/Plano-nacional-de-cultura_web2.pdf. Acesso em: 5 set. 2018.

ZULEIKA Mussi Lenzi. Novos rumos para a cultura. *Jornal Cultura*. Jornal da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte e Fundação Catarinense de Cultura. Florianópolis, ano 1, n. 0, set./out. 1988. Disponível em:
<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/jornais/cultura/CULT1988000.pdf>. Acesso em: 2 out. 2019.

7 ANEXOS

Anexo 1: Quadro comparativo das políticas culturais de Santa Catarina (1987 a 2006).

Tabela 10: Quadro comparativo das políticas culturais de Santa Catarina (1987 a 2006)

Período	1987-1991	1991-1994	1995-1999	1999-2002	2003-2006
Governo	Pedro Ivo / Casildo Maldaner	Vilson Kleinübing / Konder Reis	Paulo Afonso	Esperidião Amin	Luiz Henrique/ Eduardo Moreira
Partido	PMDB	PFL	PMDB	PPB/ PFL	PMDB/ PSDB
Plano	Rumo à Nova Sociedade Catarinense	Plano SIM	Viva Santa Catarina/ Cultura Viva	Santa Catarina: estado vencedor	Plano 15
Estrutura	Sec. de Cultura e Esporte FCC Unidade de Museus CEC inativo	Sec. de Educ., Cult. e Esporte FCC Dir. de Patrimônio/ GEOMU CEC deliberativo com 15 membros indicados pelo governo	Sec. de Cultura e Comunicação/ Sec. de Governo FCC (com status informal de secretaria) Dir. de Patrimônio/ GEOMU CEC consultivo com 12 membros indicados + 8 da sociedade civil organizada	Sec. de Governo/ Casa Civil FCC (sem autonomia) Dir. de Patrimônio/ GEOMU CEC mantém-se igual	Sec. da Organização do Lazer/ Sec. de Cult., Esporte e Turismo Secretarias Regionais FCC Dir. de Patrimônio Ger. de Patrimônio CEC mantém-se igual
Qto ao posicionamento político	Democrático	Liberal	Democrático/ Liberal	Tradicionalismo patrimonialista	Liberalismo
Qto aos valores orientadores	Pluralista	Nacionalista	Pluralista	Nacionalista	Trasnacionalista
Qto ao foco	--- ⁴⁹	Patrimonialista	Criacionista	Patrimonialista	Criacionista
Qto ao papel no campo	Regulador	Agenciador	Regulador	Produtor	Agenciador
Orientação predominante	Democrático-pluralista	Neoliberal	Democrático-pluralista	Patrimonialista	Neoliberal
Ações que afetaram a área do patrimônio	Sistema Estadual de Museus Oficinas Editais de financiamento aos museus Boletim informativo e técnico	Turismo cultural Proteção dos bens culturais/ Tombamentos Mapeamento das rotas migratórias Museu do Mar Modernização da comunicação visual dos museus estaduais	Efetivação dos Tombamentos Projeto Cultura Viva Editais de financiamento Parcerias com a iniciativa privada Apoio ao Nemu Criação da Lei de Incentivo	Resgate de tradições e do folclore – Festa das Etnias Resgate do Homem do Contestado Implantação da Lei de Incentivo Apoio ao Nemu Guia de Museus	Internacionalização da cultura Nova Lei de Incentivo com ampliação dos recursos Estímulo a criação de OS's Resgate e valorização do patrimônio imaterial Criação do Sistema Estadual de Museus

Fonte: Autor a partir de dados primários e secundários.

⁴⁹ Em virtude da orientação pluralista, o Estado não possui um foco único, mas busca abarcar a diversidade de manifestações artístico-culturais.

Anexo 2: Portaria de criação do NEMU e da Aprovação do Regimento Interno.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE CULTURA EXTENSÃO

Florianópolis, 03 de dezembro de 1997.

Portaria nº008/PRCE/97.

A Pró-Reitora de Cultura e Extensão da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 0649/GR/96,

RESOLVE:

1 - CRIAR o - Núcleo de Estudos Museológicos - NEMU, que tem por finalidade propiciar à UFSC um instrumento que viabilize o desenvolvimento de ações interdisciplinares e multi-institucionais relacionadas as questões museológicas e museográficas para, através da soma dos esforços das diferentes instituições envolvidas, formular políticas museológicas e culturais de médio e longo prazo, nos diferentes campos de atuação da museologia no Estado de Santa Catarina.

2 - APROVAR o Regimento Interno do Núcleo de Estudos Museológicos - NEMU, que passa a integrar a presente portaria na forma de anexo.

Prof.^a Maria de Nazaré de Matos Sanchez

1997/Portaria008.doc

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Núcleo de Estudos Museológicos - NEMU
Campus Universitário -- Trindade -- Cx. P.: 476
CEP 88040-900 -- Florianópolis -- Santa Catarina
Fone/Fax: (48) / /

Fonte: NEA/SECARTE/UFSC



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE CULTURA E EXTENSÃO
MUSEU UNIVERSITÁRIO PROF. OSWALDO RODRIGUES CABRAL

PORTARIA 008/PRCE

A Pró-Reitora de Cultura e Extensão da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a portaria nº 0649 /GR/96
RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Regimento Interno do Núcleo de Estudos Museológicos - NEMU/UFSC, criado pela Portaria 008/PRCE, de 05 /12/97.

Art. 2º - O NEMU, tem por finalidades propiciar à UFSC um instrumento que viabilize o desenvolvimento de ações interdisciplinares e multi-institucionais relacionadas as questões museológicas e museográficas para, através da soma dos esforços das diferentes instituições envolvidas, formular políticas museológicas e culturais de médio e longo prazo, nos diferentes campos de atuação da museologia no Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - São objetivos do NEMU/UFSC:

1. Promover a integração dos Museus catarinenses;
2. Fomentar a discussão e desenvolvimento de técnicas museais;
3. Construir vias de acesso à intercâmbio de exposições;
4. Discutir diretrizes para os Museus do Estado de Santa Catarina;
5. Orientar os trabalhadores dos Museus em questões da coleta de acervos, documentação, conservação e exposição;
6. Capacitar profissionalmente os trabalhadores em Museus do Estado de Santa Catarina;
7. Elaborar estudos sobre as atividades e o potencial dos Museus catarinenses;
8. Oportunizar a concretização de Colóquios Temáticos;
9. Elaborar programas de atendimento aos Museus;
10. Interferir de forma concreta e eficaz para a observância da legislação para a preservação do patrimônio cultural;
11. Oferecer um sistema de consultoria;
12. Elaborar, quando solicitado, pareceres museológicos - atestado de condições dos Museus e seus acervos científicos e educativos;
13. Elaborar pesquisas, produzir textos e artigos para discussão museológica;
14. Propiciar aos seus membros a participação em palestras, oficinas, cursos, congressos, simpósios, debates, encontros e reuniões científicas de natureza museológica;
15. Defender junto aos dirigentes públicos e privados a necessidade de assegurar a efetivação e permanência dos profissionais dos museus e a continuidade do seu trabalhos nas instituições museais.

Art. 4º - O NEMU/UFSC será composto por membros da Universidade Federal de Santa Catarina, com sede no Museu Universitário Prof. Osvaldo Rodrigues Cabral, integrado por

representantes de outras instituições públicas e privadas, convidadas a participar através de convênios para a execução dos programas de trabalho e consecução dos objetivos propostos.

Art. 5º - O NEMU/UFSC, subordinado administrativamente à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, apoiado pelo Escritório de Assuntos Internacionais, será dirigido por uma Coordenadoria Executiva, um Conselho Deliberativo e Grupos de Trabalho para finalidades específicas.

Art. 6º - A Coordenadoria Executiva será formada:

- I - 1 Coordenador Executivo;
- II - 1 Coordenador de Projetos e eventos;
- III - 1 Coordenador de Comunicação e coordenação Institucional;
- IV - 1 Secretário;

1º - Os membros da coordenação executiva, serão escolhidos entre, um representante da UFSC e das demais instituições envolvidas.

2º - O mandato dos membros da Coordenadoria Executiva será de 2 anos, prorrogável por mandatos sucessivos, podendo seus membros individualmente ou em conjunto, serem substituídos a qualquer tempo pelos respectivos dirigentes das instituições representadas, à pedido ou por indicação do conselho deliberativo.

Art. 7º - Caberá à Coordenadoria Executiva além da representação política do NEMU, coordenar os Grupos de Trabalho e buscar apoio para viabilizar a execução das propostas formuladas.

Art. 8º - O Conselho Deliberativo tem por função elaborar a política museológica, bem como operacionalizar, acompanhar, executar e avaliar projetos.

1º - O Conselho Deliberativo compreenderá:

- I - Todos os membros da Coordenadoria Executiva;
- II - 1 Representante de cada instituição envolvida com ações específicas do NEMU;
- III - 1 Representante por instituição externa à UFSC, envolvidas.

2º - O Conselho Deliberativo será presidido pelo Coordenador Executivo do NEMU, e na falta deste por um dos Coordenadores Executivos presentes.

Art. 9º - Para atender às necessidades e a dinâmica do NEMU, nas suas várias áreas de atuação - museologia e museografia - o Conselho Deliberativo poderá criar Grupos de Trabalho.

1º - Os Grupos de Trabalho serão constituídos por especialistas das diferentes instituições integrantes do NEMU, à razão de um representante por instituição e coordenado por um dos seus integrantes.

2º - Poderão, ainda, integrar os Grupos de Trabalho outros especialistas convidados.

3º - Os Grupos de Trabalho poderão ser dissolvidos:

- a) a pedido, ao se encerrarem os objetivos propostos;
- b) por vontade expressa da maioria de seus membros;
- c) por decisão do Conselho Deliberativo, quando entender que os mesmos não se harmonizam com as finalidades, objetivos e formas de funcionamento do NEMU como um todo.

Art. 10º - O Conselho Deliberativo reunir-se-á ordinariamente a cada 30 dias para apreciar, avaliar e deliberar sobre o andamento dos diferentes Grupos de Trabalho, cabendo propor à Coordenadoria Executiva encaminhamentos referentes a projetos.

1º - As reuniões ordinárias serão definidas através de calendário trimestral, repassado com antecedência às instituições envolvidas, convocando por escrito a cada reunião.

2º - Em se tratando de reunião extraordinária, caberá ao Coordenador Executivo fazer a convocação por escrito e com antecedência mínima de 48 horas.

3º - As reuniões realizar-se-ão alternadamente nas sedes das instituições envolvidas.

4º - As deliberações do Conselho Deliberativo serão aprovadas por maioria simples dos presentes à reunião, desde que representem mais de 1/3 dos seus integrantes.

Art. 11º - Será proposta pelo Conselho Deliberativo a substituição de seus membros que deixarem de comparecer em três reuniões consecutivas e quatro alternadas, inclusas as reuniões extraordinárias.

Art. 12º - Caberá à Coordenação Executiva agilizar junto às instituições envolvidas a viabilização das ações propostas, bem como apresentar nas reuniões ordinárias relatório do andamento dos projetos e atividades desenvolvidas.

Art. 13º - Caberá às instituições envolvidas, acatar as deliberações do Conselho Deliberativo do NEMU, no que se refere ao seus objetivos, enviando esforços concretos para viabilizar sua operacionalização.

Art. 14º - As reuniões dos Grupos de Trabalho deverão ocorrer no mínimo quinzenalmente, estabelecidas conforme calendário previamente acordado e estabelecido pelos membros do Grupo de trabalho e de conhecimento da Coordenadoria Executiva.


Art. 15º - Caberá ao Coordenador, além de representar o Grupo de Trabalho, organizar as reuniões de seu grupo, convidar especialistas indicados pelo grupo de trabalho, assessorar a coordenação executiva na elaboração de projetos da área específica, bem como manter registros escritos de todas as atividades do grupo.

Art. 16º - Os projetos elaborados serão, preferencialmente, multidisciplinares e interinstitucionais.

Art. 17º - Quando as propostas advindas dos Grupos de Trabalho não forem aprovadas pelo Conselho Deliberativo, o grupo proponente terá o direito de reapresentá-la na reunião seguinte.

Art. 18º - As questões omissas serão decididas pela Coordenação Executiva, ouvido o Conselho Deliberativo.

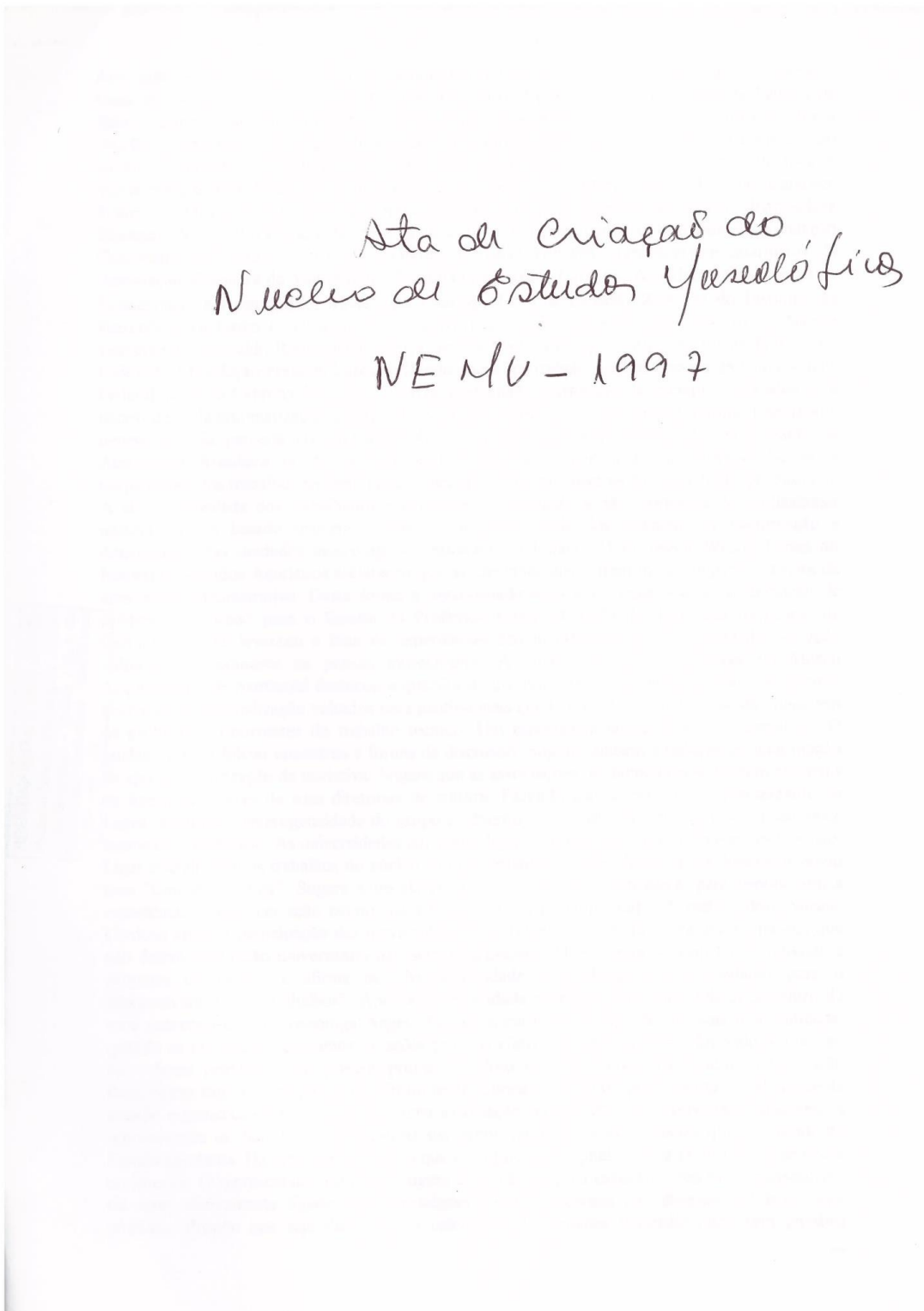
Art. 19º - Este regimento poderá ser alterado ou complementado, por deliberação de 2/3 dos membros integrantes do Conselho Deliberativo, presentes a reunião convocada para este fim.


Prof. Maria de Nazaré de Matos Sanchez
Pró-Reitora de Cultura e Extensão da UFSC

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Núcleo de Estudos Museológicos - NEMU
Campus Universitário -- Trindade -- Cx. P.: 476
CEP 88040-900 -- Florianópolis -- Santa Catarina
Fone/Fax: (48) /

Fonte: NEA/SECARTE/UFSC

Anexo 3: “Ata de criação” do Núcleo de Estudos Museológicos



Fonte: NEA/SECARTE/UFSC

Ata

Aos quatorze dias do mês de março de hum mil novecentos e noventa e sete, às nove horas e trinta minutos, reuniram-se no auditório do Centro de Convivência da Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Universitário - Florianópolis, os abaixo-assinados para deliberar sobre a criação e instalação do "Núcleo de Estudos Museológicos" (conforme documento proposta em anexo). Composta a mesa diretiva contou com a presença das seguintes autoridades: Professora Maria Nazaré, Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da Universidade Federal de Santa Catarina; Professor Wilson Francisco Farias, Presidente do Núcleo de Estudos Açorianos; Historiadora Elizabete Neves Pires, Gerente de Organização e Funcionamento de Museus da Fundação Catarinense de Cultura; Historiadora Dolores Carolina Tomaselli, representante catarinense da Associação Brasileira de Museologia; Restauradora Suzana Cardoso, Associação Catarinense de Conservação e Restauração; Museóloga Lourdes, 11ª Coordenação Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Museólogo Gelci José Coelho, Diretor do Museu Universitário Oswaldo Rodrigues Cabral; Cineasta Norberto Depizzolatti, Diretor de Patrimônio Cultural da Fundação Franklin Cascaes. Dando início aos trabalhos a Pró-Reitora da Universidade Federal de Santa Catarina fez uso da palavra, destacando a grandeza da iniciativa e ressaltando a necessidade da sistematização dos trabalhos na área museológica em Santa Catarina. Enfatizou a necessidade da parceria nos trabalhos objetivando o sucesso das ações. A representante da Associação Brasileira de Museologia esclareceu que fundamentalmente deve-se buscar a perpetuação dos trabalhos na área museológica dentro da perspectiva da capacitação profissional. A alta rotatividade dos trabalhadores em museus, associado a não existência de profissionais museólogos no Estado acarreta problemas na continuidade dos trabalhos de manutenção e dinamização das unidades museológicas existentes no Estado. O Professor Wilson Farias do Núcleo de Estudos Açorianos esclareceu que as universidades sofrem menor impacto na hora da alternância administrativa. Desta forma a universidade seria a via mais prática na definição de políticas "culturais" para o Estado. O Professor Edson D'Ávila da Secretaria Municipal de Cultura de Itajaí levantou a falta de experiências dos profissionais das universidades na ação cultural, especialmente na prática museológica. A Historiadora Cristina Alves do Museu Arqueológico de Sambaqui destacou a questão da profissionalização como necessária e urgente. Os cursos de especialização voltados para profissionais que já trabalham em museus, não resolvem os problemas decorrentes do trabalho técnico. Um especialista nunca será um museólogo. O núcleo pode viabilizar encontros e fóruns de discussão. Sugere também a redação de uma moção de apoio e valorização da iniciativa. Sugere que as associações de municípios se tornem parceiras da iniciativa através de suas diretorias de cultura. Fazendo uso da palavra o representante de Lages ressaltou a heterogeneidade do grupo e advertiu que a institucionalização do núcleo neste momento é temerário. As universidades em alguns lugares funcionam muito bem e em outros não. Ligar oficialmente os trabalhos do núcleo as universidades irá, em alguns casos, funcionar como uma "camisa de força". Sugere a instalação de uma comissão profissional para depois com a experiência prática em ação evoluir para um núcleo institucionalizado. A restauradora Suzana Cardoso apoia a participação das universidades mas ressalta que os funcionários de museus que não detém graduação universitária não sejam esquecidos. O Professor Wilson Farias defende a proposta do núcleo e afirma que há necessidade de "educar as universidades para o desenvolvimento dos trabalhos". Aprova a necessidade do núcleo assumir a liderança dentro de cada universidade. A museóloga Ângela Paiva demonstra preocupação de mais uma entidade, quando na verdade necessitamos de ações práticas efetivas. Sugere que seja formado um núcleo de "cabeças pensantes" que possam propor e realizar ações. A Diretora de Cultura de Tubarão Ruth Nunes sugere a criação de um fórum neste primeiro momento, para discutir a viabilidade de criação e instalação do núcleo ou de uma associação ou conselho de profissionais atuantes. A representante de São Joaquim registrou sua preocupação com as carências que o interior do Estado apresenta. Há uma lacuna entre o que é proposta na capital e o que efetivamente acontece no interior. O representante de Lages sugere a criação de uma executiva estadual, independente de estar efetivamente ligada às universidades, com a presença das diversas entidades aqui reunidas. Propõe que seja definido um calendário de reuniões regionais onde será possível

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Núcleo de Estudos Museológicos - NEMU
Campus Universitário -- Trindade -- Cx. P. 476
CEP: 88040-900 -- Florianópolis -- Santa Catarina
Via. Fax: (48)

A:\NEMU.DOC - mm

sistematizar ações concretas. Após duas horas de discussão e debates, os presentes à reunião deliberaram e a mesa dos trabalhos encaminhou três propostas para defesa e votação. As propostas são: **1ª proposta:** Criação de núcleos de estudos museológicos através das universidades regionais - FURB, UNESC, UNC, UDESC, UNIPLAC, UNIVILLE, UNIVALE, UMOESC, UNISUL, sob a coordenação executiva da UFSC, FCC, UDESC e IPHAN. **2ª proposta:** Instalação de um fórum de discussão com uma executiva estadual formada a partir das entidades atuantes no estado. **3ª proposta:** Criação e instalação do “Núcleo de Estudos Museológicos da Universidade Federal de Santa Catarina”, como projeto piloto, podendo receber as universidades regionais e os museus como associados. Colocando em votação, o plenário se manifestou com 17 votos a favor da 3ª proposta e 13 votos a favor da 2ª proposta, sendo que a 1ª proposta não recebeu manifestação de votos. Ficou deliberado que será criado o núcleo piloto na Universidade Federal de Santa Catarina coordenado pela seguinte executiva: Professor Nereu do Vale Pereira, Fundação Cultural Açorianista; Antúlio de Castro, Museu Histórico; Sérgio Sartori, UNIPLART; Mônica Haas, UNOESC; Museóloga Ângela Paiva, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Museólogo Gelci José Coelho, Museu Universitário Oswaldo Rodrigues Cabral; Historiadora Elizabete Neves Pires, Fundação Catarinense de Cultura; a ser designado; da Universidade de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina a ser designado; da Fundação Franklin Cascaes, Norberto Depizzolatti. Objetivando sistematizar os trabalhos foi marcada nova reunião com representantes de todos os municípios para o dia 11 de abril de 1997 tendo por local a auditoria do Centro de Convivência da Universidade Federal de Santa Catarina.

A:\NEMU.DOC - mm

Anexo 4: Decreto 615, de 10 set. 1991 – Institui o Sistema Estadual de Museus e cria o Museu Nacional do Mar – Embarcações brasileiras

DECRETO Nº 615, de 10 de setembro de 1991.

Institui o Sistema de Museus de Santa Catarina, cria o Museu Nacional do Mar-Núcleo das Embarcações Brasileiras, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 71, itens I e III, da Constituição do Estado,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o Sistema de Museus de Santa Catarina, vinculado à estrutura administrativa da Fundação Catarinense de Cultura.

Art. 2º - O Sistema de Museus de Santa Catarina tem os seguintes objetivos:

I - instalar uma rede de comunicações e intercâmbio entre os museus, existentes e por instalar, que referenciem os fatos geográficos, históricos, e culturais do Estado de Santa Catarina;

II - proporcionar uma organização global dos espaços museológicos do Estado e o cumprimento de seus objetivos culturais, educativos e turísticos;

III - aprimorar os contatos técnicos da Fundação Catarinense de Cultura com os museus do Estado, destes museus entre si e com outras entidades culturais, conforme suas especificidades, compatibilizando suas organizações com as diretrizes traçadas para o Sistema de Museus de Santa Catarina.

Art. 3º - Integrará o Sistema de Museus de Santa Catarina, as seguintes instituições:

I-Museu Nacional do Mar;

II - Museu Histórico de Santa Catarina;

III - Museu Nacional de Imigração;

IV - Museu de Arte Sacra de Santa Catarina;

V - Museu da Pré-História;

VI - Museu de Antropologia;

VII - Museu de Ciências Naturais.

Parágrafo único - O Sistema de Museus de Santa Catarina será implantado com aproveitamento dos espaços museológicos já existentes, compatibilizando a organização do atual ou futuro acervo, com as diretrizes traçadas para o Sistema.

Art. 4º - Fica criado o Museu Nacional do Mar-Núcleo das Embarcações Brasileiras, vinculado à Fundação Catarinense de Cultura.

Art. 5º - O Museu Nacional do Mar-Núcleo das Embarcações Brasileiras, funcionará nos prédios da antiga Companhia Hoepcke, na cidade de São Francisco do Sul, cedidos à Fundação Catarinense de Cultura, conforme Termo de Cessão de Direitos e Obrigações.

Art. 6º - O Museu Nacional do Mar-Núcleo das Embarcações Brasileiras, será administrado por um Conselho de Direção composto por membros indicados pelo Governador do Estado de Santa Catarina, Ministério da Marinha, Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural e Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul.

§1º - Cada uma das instituições-membro do Conselho de Direção deverá indicar representante para formar Comissão Superior de apoio ao Museu, que, na condição de patronos e em conjunto com a sua direção, buscará a participação de entidades públicas e privadas, dentro e fora do país, para a concretização dos objetivos do Museu Nacional do Mar - Núcleo das Embarcações Brasileiras.

§2º - Compete ao Conselho de Direção do Museu Nacional do Mar-Núcleo das Embarcações Brasileiras:

- I - aprovar anualmente o seu programa de trabalho;
- II - gerenciar a obtenção, no âmbito de suas instituições e fora dela, recursos e meios para sua valorização e ampliação;
- III - aprovar a prestação de contas e elaborar o orçamento anual do Museu.

§ 3º - o Conselho de Direção, por sugestão de um de seus membros, poderá aceitar a inclusão de novos representantes, indicados oficialmente e aprovados por maioria absoluta.

Art. 7º - Para a execução dos seus objetivos o Museu Nacional do Mar-Núcleo das Embarcações Brasileiras poderá conveniar com outras instituições públicas ou particulares, nacionais ou estrangeiras.

Art. 8º- A Fundação Catarinense de Cultura determinará, através dos instrumentos legais competentes e ouvidas as instituições conveniadas, a estrutura administrativa e o funcionamento do Museu Nacional do Mar-Núcleo das Embarcações Brasileiras.

Art. 9º - Os recursos necessários à instalação e manutenção do Museu Nacional do Mar-Núcleo das Embarcações Brasileiras correrão à conta do Orçamento da Fundação Catarinense de Cultura.

Art. 10 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 10 de setembro de 1991.
VILSON PEDRO KLEINUBING

Fonte: Arquivos FCC/SEM/SC

Anexo 5: Política Estadual de Museus SC: Ciclo de Discussões. DIRPATRI/FCC.

O GRUPO DE TRABALHO

Atualmente é composto por membros da FCC :

- *Simone Harger* - Diretora do Patrimônio Cultural
- *Marli Fávero* - Gerente de Patrimônio Cultural
- *Denise Thomasi* - Administradora do Museu da Imagem e do Som
- *Andréa Marques Dal Grande* - Arquiteta, especialista em Museologia

E especialistas na área de museus, representados por:

- *Francisco do Vale Pereira* - Coordenador Executivo do NEMU / UFSC
- *Gelci José Coelho (Peninha)* - Diretor do Museu Universitário - UFSC
- *Elizabete N. Pires* - Coord. do Eixo Programático 7º da PNM - MinC
- *Jáscara Varela* - Representante UNIPLAC - Universidade do Planalto Catarinense

O objetivo do Grupo de Trabalho é formular a redação inicial da **Política Estadual de Museus**, do **Decreto** e da formação do **Sistema Estadual de Museus**, para então serem socializados no ciclo de discussões.

Este boletim informativo é um ponto de partida de muitos que ainda virão. Não há como ser *democrático, coerente e comprometido*, se não houver a participação e efetiva dedicação de todos que pretendem ver aflorar este tão esperado momento.

Sua participação é muito importante!

Cordialmente,

Simone Harger
Diretora de Patrimônio Cultural

Marli Fávero
Gerente de Patrimônio Cultural

POLÍTICA ESTADUAL DE MUSEUS

- Ciclo de discussões -



ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA
DIRETORIA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
Rua Eduardo Gonçalves D'Ávila, 303, Bairro Santa Mônica
CEP 88035-490 - Florianópolis - SC
Fone: (48) 213.2000/2001 - FAX: (48) 213.2024
[http:// www.fcc.sc.gov.br](http://www.fcc.sc.gov.br) - e-mail: gepat@fcc.sc.gov.br

APRESENTAÇÃO

As notícias que vêm ao encontro de nossas ansiedades e ambições têm o poder de um bálsamo.

E a *Fundação Catarinense de Cultura* acredita estar trazendo este elixir para você que tem se dedicado e esperado pacientemente por este momento.

Chegou a hora de discutir a Política Estadual dos Museus, o sistema de funcionamento, o recadastramento e o planejamento das Oficinas de Capacitação de recursos humanos.

Santa Catarina já possui um Decreto vigente desde 1991, que trata do Sistema Estadual de Museus; necessitamos atualizar a redação do mesmo e, numa ação participativa, colocá-lo em prática.

O CAMINHO PERCORRIDO

Em julho do presente ano, a FCC esteve em Brasília representando SC, para participar do lançamento do Sistema Nacional de Museus. Durante o ano de 2003, o Ministério da Cultura convocou vários grupos de estudo de referência nacional na área museológica, para auxiliá-lo na preparação da Política Nacional de Museus. Nesta ocasião, o NEMU – Núcleo de Estudos Museológicos, entidade filiada a UFSC, deu sua contribuição por Santa Catarina.

PRÓXIMOS PASSOS

A FCC tem tido encontros frequentes com profissionais da área museológica, para alicerçar a base da Política Estadual de Museus e, a partir de então, poder socializar com todos os interessados, um ciclo de discussões que serão necessárias para alcançar os objetivos em comum.

Veja o cronograma:

CICLO DE DISCUSSÕES - CRONOGRAMA			
PROJETO EM PAUTA	DATA	PROCEDIMENTO	PROPOSTA
P o l í t i c a E s t a d u a l d e M u s e u s	A partir de 15/10/2004	A FCC enviará aos Museus e Secretarias de Cultura, através de e-mail, correio, ou pelo site da FCC, a cópia do projeto em pauta	Para alterar, sugerir e excluir
	Até 08/11/2004	Mediante às sugestões recebidas, a FCC fará a devida seleção por assunto, para serem apresentadas e discutidas no encontro presencial	Enviar à FCC, as sugestões do projeto em pauta
	Final de Novembro 2004	Este encontro objetiva a discussão do projeto em pauta e das devidas sugestões, em grupos de trabalho.	Encontro presencial aberto à comunidade museológica

Fonte: NEA/SECARTE/UFSC

Anexo 6: Decreto nº 4.163, de 29 mar. 2006 – Institui o Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina

DECRETO Nº 4.163, de 29 de março de 2006

Institui o Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina – SEM/SC e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência privativa que lhe confere o art. 71, incisos I e III, da Constituição do Estado,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina – SEM/SC, vinculado à estrutura administrativa da Fundação Catarinense de Cultura - FCC.

§ 1º A coordenação do Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina – SEM/SC, ficará a cargo de um coordenador da área museológica, indicado pela Fundação Catarinense de Cultura - FCC, à qual compete coordenar a sistematização das políticas públicas no campo museológico.

§ 2º O Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina – SEM/SC, não interfere na autonomia administrativa nas dotações orçamentárias e na gestão de pessoal dos órgãos que o integrem.

Art. 2º Constituem objetivos do Sistema Estadual de Museus do Estado de Santa Catarina – SEM/SC:

I – promover a articulação entre as instituições museológicas existentes no Estado, respeitando sua autonomia jurídico-administrativa, cultural e técnico-científica;

II – estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades museológicas que respeitem e valorizem o patrimônio cultural de comunidades populares e tradicionais de acordo com as suas especificidades;

III – divulgar padrões e procedimentos técnico- científicos que sirvam de orientação às equipes responsáveis pelas instituições museológicas integrantes do Sistema;

IV – estimular e apoiar os programas e projetos de incremento e qualificação profissional de equipes que atuam em instituições museológicas integrantes do Sistema;

V – estimular a participação dos diversos segmentos da sociedade, inclusive da iniciativa privada, de museus comunitários, ecomuseus, museus locais, museus escolares e outros no Sistema;

VI – estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades educativas e culturais das instituições museológicas integrantes do Sistema;

- VII – incentivar a criação de redes e sistemas municipais de museus;
- VIII – promover o intercâmbio com sistemas e redes nacionais e internacionais de museus;
- IX – contribuir para a manutenção e atualização do Cadastro Estadual de Museus e incentivar a inclusão dos museus do Estado no Cadastro Nacional de Museus;
- X – propor a criação e aperfeiçoamento de instrumentos legais para melhor desempenho e desenvolvimento das instituições museológicas no Estado;
- XI – propor medidas para a política de segurança e proteção de acervos, instalações e edificações dos museus do Estado;
- XII – incentivar a formação, atualização e valorização dos profissionais de instituições museológicas do Estado;
- XIII – estimular políticas de permuta, aquisição, documentação, investigação, preservação, conservação, restauração e difusão de acervos museológicos dos museus do Estado.

Art. 3º Integram o Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina – SEM/SC, todas as instituições museológicas do Estado de Santa Catarina cadastradas na Fundação Catarinense de Cultura - FCC.

§ 1º Poderão fazer parte do Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina – SEM/SC, mediante a assinatura de instrumento legal, conforme estabelecido, com a Fundação Catarinense de Cultura - FCC:

- I – as instituições museológicas municipais vinculadas ao Governo do Estado de Santa Catarina;
- II – as instituições museológicas estaduais vinculadas ao Governo do Estado de Santa Catarina;
- III – as instituições museológicas federais sediadas no Estado de Santa Catarina;
- IV – as instituições museológicas privadas ou mistas sediadas no Estado de Santa Catarina;
- V – as organizações sociais, museus comunitários, ecomuseus e os grupos étnicos e culturais que mantenham projetos museológicos no Estado de Santa Catarina;
- VI – as escolas e universidades, oficialmente reconhecidas pelo Ministério da Educação e pela Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia - SED, que mantenham cursos relativos ao campo museológico no Estado de Santa Catarina;
- VII – outras entidades organizadas vinculadas ao setor museológico com atuação no Estado de Santa Catarina.

§ 2º As instituições integrantes do Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina – SEM/SC, deverão efetuar seu registro no Cadastro Estadual de Museus, previsto no inciso IX do art. 2º, deste Decreto.

Art. 4º Para fins deste Decreto, as instituições museológicas são consideradas como práticas sociais colocadas a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, comprometidas com a gestão democrática e participativa, e que apresenta as seguintes características:

I – o trabalho permanente com o patrimônio cultural, compreendendo o patrimônio material, imaterial e natural;

II – a presença de acervos e exposições abertos ao público, com o objetivo de propiciar a ampliação do campo de possibilidades de construção identitária, a percepção crítica da realidade cultural brasileira, o estímulo à produção do conhecimento e à produção de novas oportunidades de lazer;

III – o desenvolvimento de programas, projetos e ações que utilizem o patrimônio cultural como recurso educacional e de inclusão social;

IV – aplicação das ações museológicas de comunicação, investigação, interpretação, documentação e preservação de testemunhos culturais e naturais.

Art. 5º Os Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina – SEM/SC, disporá de um Comitê Gestor, com a finalidade de propor diretrizes e ações para a área museológica, bem como apoiar e acompanhar o desenvolvimento do setor museológico brasileiro.

§ 1º O Comitê Gestor do Sistema Estadual de Museus do Estado de Santa Catarina – SEM/SC, será composto pelos coordenadores dos seguintes órgãos e entidades:

I – o coordenador do Sistema Estadual de Museus;

II – 1 (um) representante do Núcleo de Estudos Museológicos, eleito entre seus pares;

III – 1 (um) representante dos Museus Municipais do Estado de Santa Catarina, eleito entre seus pares;

IV – 1 (um) representante dos Museus Estaduais do Estado de Santa Catarina, eleito entre seus pares;

V – 1 (um) representante dos Museus privados ou mistos do Estado de Santa Catarina, eleito entre seus pares;

VI – 1 (um) representante dos museus federais localizados no Estado de Santa Catarina, eleito entre seus pares;

VII – 1 (um) representante das organizações sociais, museus comunitários, ecomuseus, grupos étnicos e culturais e entidades organizadas que tenham efetiva atuação na área museológica no Estado de Santa Catarina, eleito entre seus pares;

VIII – 1 (um) representante das escolas e universidades que tenham efetiva atuação na área museológica no Estado de Santa Catarina, eleito entre seus pares;

IX – 1 (um) representante do Conselho Regional de Museologia;

X – 1 (um) representante de museus universitários, eleito entre seus pares.

§ 2º O Comitê Gestor do Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina – SEM/SC, será dirigido pelo coordenador do SEM/SC.

§ 3º As deliberações do Comitê Gestor, inclusive seu regimento interno, serão aprovadas mediante resoluções.

§ 4º A organização e o funcionamento do Comitê Gestor, serão regulamentadas por regimento interno.

§ 5º O Comitê Gestor poderá instituir Grupos Temáticos, de caráter permanente ou temporário, destinados ao estudo e elaboração de propostas sobre temas específicos, que serão submetidos à sua composição plenária, definindo-se, no ato da criação do grupo, seus objetivos específicos, sua composição e prazo para conclusão dos trabalhos, podendo, inclusive, convidar para participar desses grupos representantes de órgãos e entidades públicos e privados, bem como dos Poderes Legislativo e Judiciário.

Art. 6º O Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina – SEM/SC, contará com um Fórum dos Museus de Santa Catarina, que terá as seguintes competências:

§ 1º Discutir e apresentar propostas para a Política Estadual de Museus.

§ 2º Indicar diretrizes de aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Museus e de outros recursos destinados à área museológica do Estado de Santa Catarina.

§ 3º Analisar e opinar sobre as resoluções e regimento interno do Comitê Gestor do Sistema Estadual de Museu de Santa Catarina – SEM/SC.

§ 4º Poderão, ainda ser convidados a participar do Fórum dos Museus de Santa Catarina, especialistas, personalidades e representantes de órgãos públicos, dos Poderes Executivos, Legislativos e Judiciários e de entidades privadas, sempre que da pauta constar tema de suas áreas de atuação.

§ 5º O Fórum dos Museus de Santa Catarina se reunirá a cada 2 (dois) anos mediante convocação do Comitê Gestor do Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina – SEM/SC.

Art. 7º Caberá ao Comitê Gestor regulamentar o Fórum do Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina – SEM/SC.

Art. 8º A participação nas atividades do Comitê Gestor e dos Grupos Temáticos será considerada função relevante, não remunerada.

Art. 9º À Fundação Catarinense de Cultura - FCC cabe prover o apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos de secretaria do Comitê Gestor e dos Grupos Temáticos.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 29 de março de 2006.

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

TUBARÃO-SC

**III ENCONTRO CATARINENSE DE MUSEUS
SEMANA CATARINENSE DE HISTÓRIA**

TEMÁTICA - UNIVERSO MUSEAL CATARINENSE:
HISTÓRIA, PESQUISA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA-UNISUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
CENTRO CULTURAL
MUSEU UNIVERSITÁRIO WALTER ZUMBLICK
CURSO DE HISTÓRIA

Abertura - Salão Nobre
Painéis/Oficinas - Centro Cultural
UNISUL - Tubarão

REFERÊNCIA: BOLETIM DA COMISSÃO CATARINENSE
DO FOLCLORE

ANO XXXII Nº 48 DEZ/1996, pág. 144

HEMEROTECA: BIBLIOTECA PÚBLICA DE S.C.

Anexo 8: Proposta de criação do Núcleo de Estudos Museológicos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Núcleo de Estudos Museológicos - NEMU
Campus Universitário -- Trindade -- Cx. P.: 476
CEP: 88040-900 -- Florianópolis -- Santa Catarina
Fone/Fax: (48) /

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA PRÓ-REITORIA DE CULTURA E EXTENSÃO

MUSEU UNIVERSITÁRIO PROF. OSWALDO RODRIGUES CABRAL

PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO NÚCLEO DE ESTUDOS MUSEOLÓGICOS

Por ser este um fórum de discussão importante, cujo tema central é “Museus Hoje para o Amanhã”, congregando ainda estudiosos de diversos países, pensamos que a oportunidade de colocar nossa intenção é preciosa.

Tal preciosidade reside no fato de que aqui nos será possível verificar até que ponto nossa intenção é positiva, assim como se esta experiência já foi realizada em outros lugares, e qual sua efetividade.

Assim após ler nossa proposta, DEIXE AQUI SUA OPINIÃO SOBRE ESTA IDÉIA.

MUITO OBRIGADO

1

INTRODUÇÃO

O pensamento museológico no Brasil, vem sofrendo uma reelaboração constante nos últimos anos.

A preocupação com o patrimônio como forma de educar, levou a necessidade do questionamento do papel dos Museus.

A definição de MUSEU como sendo “um estabelecimento permanente, administrado para satisfazer o interesse geral do conservar, estudar, evidenciar através de diversos meios e essencialmente expor, para deleite e educação do público, um conjunto de elementos de valor cultural: coleções de arte, científico e técnico, histórico, jardins botânicos, zoológicos e aquários etc.” (ICOM UNESCO), transcendeu a atual realidade que vivenciamos.

Documentos, como a Carta de Santiago do Chile - encontro promovido pela UNESCO em Santiago do Chile de 20 a 31 de maio de 1972 - evidencia a abrangência de conceito do ICOM, colocando o Museu como uma instituição que deve interagir com a região na qual esta inserido, propagando seu objeto com o comprometimento social e a formação da cidadania.

JUSTIFICATIVA

A dinâmica da museologia observada nos últimos anos, apontam uma preocupação que vai além do ato de preservar signos que denotem a cultura material do homem.

Observando a heterogênea composição humana que se remota ao período pré-colonial até etapas posteriores na ocupação territorial no Estado de Santa Catarina, percebe-se claramente a formação de um Estado bastante diverso, temos elementos de origem portuguesa, alemã, italiana, austríacos, poloneses, árabes, gregos, além de um contingente autóctone formado por grupos étnicos indígenas Xokleng, Kaingang e Guarani. Tal situação propicia um mosaico cultural permeado de padrões de conduta, idiomas e cosmovisões diferentes.

Esta formação impar possibilita uma visualização de um mosaico cultural, que pode ser compreendida através de seu acervo material, levando a melhor compreensão do “modus vivende” destes povos.

A utilização do espaço museal, dentro de técnicas e aprofundamentos teóricos, irá de encontro aos referenciais culturais e proporcionará condições de conhecimento das relações objetivas e subjetivas desta realidade.

Dentro deste enfoque, a revitalização ocorrerá através dos trabalhadores dos Museus inseridos nos Municípios do Estado de Santa Catarina.

OBJETIVOS

O Núcleo de Estudos Museológicos pretende desenvolver uma discussão do estágio atual do desenvolvimento das questões teóricas e práticas dos museus catarinenses, a partir da análise de sua ação.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1 - Promover a integração entre os museus catarinenses;
- 2 - Fomentar a discussão e desenvolvimento de técnicas museais;
- 3 - Construir vias de acesso a intercâmbio de exposições;
- 4 - Discutir diretrizes para os Museus de Santa Catarina;
- 5 - Orientar os trabalhadores em museus na questão da coleta de acervos, documentação, conservação e exposição;
- 6 - Oferecer cursos versando sobre a questão museológica e museográfica. Estes cursos pretendem:
 - preparar o conjunto de trabalhadores para as atividades e responsabilidades que implicam os serviços fundamentais em um Museu;
 - fornecer informações gerais sobre Museus e suas funções, comportamento e ética profissional;
 - elaborar estudos sobre as atividades e o potencial dos Museus catarinenses;
 - preparar os trabalhadores dos museus para os sentidos da instituição e suas oportunidades;
 - oportunizar a concretização de Colóquios Temáticos;
 - elaborar programas de atendimento aos Museus;
 - interferir de forma concreta e eficaz para a observância da legislação para a preservação do patrimônio cultural;
 - oferecer um sistema de consultoria;
 - elaborar quando solicitado pareceres museológicos-atestado de condições dos museus e seus acervos;
 - elaboração de projetos museográficos, quando solicitados, para eventos científicos e educativos;
 - propiciar aos seus membros a participação em palestras, oficinas, cursos, congressos, simpósios, debates, encontros e reuniões científicas de natureza museológica;
 - produzir textos, artigos para discussão museológica;
 - reestruturar a Associação Catarinense de Museus, de forma a buscar qualidade e o aprimoramento do fazer museal e ainda eliminar as disparidades entre os Museus de Santa Catarina.

METODOLOGIA

As propostas deverão ser executadas a partir de uma ação conjunta entre a Universidade Federal de Santa Catarina, através do Museu Universitário, Fundação Catarinense de Cultura - Departamento de Gerência e Funcionamento dos Museus, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Universidades Estaduais através de Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, Prefeituras Municipais, Fundações Culturais e Científicas além de outras instituições afins.

Os trabalhadores dos Museus serão estimulados a realizarem cursos e estágios supervisionados, já que o Museu Universitário Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral está se estruturando fisicamente, além de contar com corpo técnico interdisciplinar, permitindo as necessárias atividades fundamentais para a dinâmica museológica voltada para a pesquisa, ensino e extensão.

CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO

Se pretende lançar tal proposta em comunicação a ser efetuada dentro da programação constante do III Encontro Catarinense de Museus, a ser realizado na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, evento a ser realizado nos dias 28 a 01 de novembro de 1996.

Neste momento pretendemos propiciar uma discussão sobre este tema, como ainda lançar as bases para a elaboração de documentos, regulamento e estatuto.

Anexo 9: Ofício Prefeitura de Ibirama, De 03 mar. 1997.

Ibirama, 3 de Março de 1997

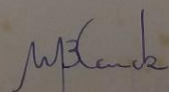
Prezado Sr. Diretor Gelci José Coelho

Queremos nos dirigir inicialmente com muita satisfação e alegria pela correspondência recebida, e agradecer - lhes a oportunidade compartilhada.

Enviaremos em anexo uma análise e sugestões sobre a proposta de projeto de criação do Núcleo de Estudos Museológicos.

Pedimos desculpas em não podermos nos fazer presentes, mas queremos manter contato e desejamos a todos sucesso nessa caminhada.

Atenciosamente



Marcelo Blanck

Análise

Em termos gerais, vejo o projeto como uma mola propulsora para o caminhar de uma estrutura que dará sustentação a mudanças na concepção de Museu. Dentro de uma perspectiva, que há muito tempo vem rondando todos quanto trabalham ou visitam os museus, penso que a criação do Núcleo vem como um espaço para oportunizar o desenvolvimento da prática de apresentação e visitação aos museus.

Ainda dentro da Criação do Núcleo, penso que deva ser fundamental a interação entre Departamentos de História das Universidades Estaduais pois as verdadeiras mudanças ocorrerão na medida em que preparamos um público com interesse científico. Pois ao preparar professores conscientes, atingiremos as crianças do ensino Fundamental, que no amanhã darão o devido valor a importância da leitura de sua própria História.

M. B. L.

Sugestões

A) No item 1 dos objetivos específicos, caberia o item 3 como uma alternativa para promover esta integração.

⇒ Sendo que SC tem uma formação étnica diversa, é fundamental que haja este intercâmbio.

B) O item 2 está ligado aos itens 5 e 6.

⇒ Quero ressaltar a importância da assessoria. Esta poderá ocorrer via Núcleo. Por exemplo, criando diretrizes comuns aos museus catarinenses, teremos que ter um ponto central de onde virão as orientações em qualquer data que se fizer necessária. Penso que entre os intervalos de cursos, surgirão necessidades, e estas deverão ser atendidas por esta equipe de assessores.

mp Cabral

Fonte: Acervo arquivístico: Museu de Arqueologia e Etnologia
Professor Oswaldo Rodrigues Cabral da UFSC/MARquE.

Anexo 10: Texto de produção de Elizabete Neves Pires, sobre o NEMU

HISTÓRICO DO NEMU: CONVENIADOS, ENCONTROS REALIZADOS (1997-2006)

O Núcleo de Estudos Museológicos do Estado de Santa Catarina, criado em 1997 com o objetivo de garantir a formação e qualificação dos profissionais de unidades museológicas, nasceu da experiência de dois profissionais ligados ao poder público, trabalhadores da área de museologia, que ao longo dos últimos anos vem acompanhando a implantação de museus no estado. Gelcy José Coelho (Peninha), diretor do Museu Universitário Oswaldo Rodrigues Cabral, e Elizabete Neves Pires, Gerente de Organização e Funcionamento de Museus da Fundação Catarinense de Cultura iniciaram esse trabalho a partir da constatação de que o Estado de Santa Catarina possui um importante patrimônio cultural retratado em acervos museológicos, com 143 unidades museológicas catalogadas pela Gerência de Organização e Funcionamento de Museus da Fundação Catarinense de Cultura. São valiosos acervos nas áreas de arqueologia, etnologia, entomologia, arte sacra e história da ocupação do território catarinense distribuídos em instituições com características muito diversificadas. Estas instituições vão desde o pequeno conjunto de curiosidades reunidos em uma sala de aula desativada da escola, até os grandes museus de caráter nacional organizados dentro das mais modernas técnicas de conservação e exposição. Entre estes extremos, encontraram museus de porte médio instalados em prédios históricos; pequenos museus municipais, acomodados em salas das prefeituras e casas de cultura; ou coleções particulares que evoluíram para museus abertos ao público. Encontraram trabalhando nestas instituições, pessoas que muitas vezes não possuíam qualificação técnica apropriada para desenvolver as atividades que um museu requer. Assim, a proposta de criação de um Núcleo de Estudos Museológicos tomou espaço na Universidade Federal de Santa Catarina e em conjunto com a Fundação Catarinense de Cultura realizam em junho de 1997, em Lages, o primeiro encontro do NEMU. Buscando parceiros para esse projeto, a Universidade Federal de Santa Catarina propõe a assinatura da [Portaria nº 008/PRCE /97, em 13/12/97 criando oficialmente o NEMU/UFSC](#), contando com a participação de Instituições de Ensino Superior do estado.

O Núcleo de Estudos Museológicos – NEMU – criado através da Portaria 008/PRCE. 97 de 03 de dezembro de 1997 da **Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da Universidad Federal de Santa Catarina**, com sede no Museu Universitário “Professor Oswaldo Rodrigues Cabral”, no Campus Universitário – Trindade.

Coordenador: Francisco do Vale Pereira (Licenciado)

Interino: Gelci José Coelho e Joi Cletison Alves

Endereço:

Universidade Federal de Santa Catarina

Pró-Reitoria de Cultura e Extensão

Museu Universitário “Professor Oswaldo Rodrigues Cabral”

Núcleo de Estudos Museológicos

Campus Universitário – Trindade

CEP – 88040 – 900 - Florianópolis – Santa Catarina

Fone: (48) 3331-9325 / 3331-8821 FONE FAX (48) 3331-9325 nemu@nemu.ufsc.br

Conveniados

1- UNISUL

Universidade do Sul de Santa Catarina

Av. José Acácio Moreira, N. ° 787

CEP: 88704-900 - Tubarão / SC
Caixa Postal: 370
E-mail: centro@unisul.rct-sc.br

2- UNOESC

Universidade do Oeste de Santa Catarina
Rua Senador Atílio Fontana, N. ° 591-E
CEP: 89809-000 - Chapecó / SC
Caixa Postal: 747
E-mail: reitor@unoesc.rct-sc.br

3- UNESC

Universidade do Extremo Sul Catarinense
Av. Universitária, N. ° 1105 - Bairro Universitário.
CEP: 88806-000 - Criciúma / SC
Caixa Postal: 3167
<http://www.unesc.rct-sc.br>

4- ACCR

Associação Catarinense de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais
Av. Mauro Ramos, 1.264 - Centro.
CEP: 88020-302 - Florianópolis / SC

5- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Rua Conselheiro Mafra, n. ° 141 - Antigo prédio da ex-alfândega.
CEP: 88010-100
Responsável: Prof. Dalmo Vieira Filho
E-mail: iphan@iphan.Sc.Gov.br

6- Fundação Franklin Cascaes

Rua Conselheiro Mafra, N. ° 656.
CEP: 88010-910

7- Fundação Catarinense de Cultura

Av. Governador Irineu Bornhausen, N. ° 5600 - Agrônômica.
CEP: 88025-202

8- Fundação Educacional Barriga Verde - FEBAVE

Rua Miguel Couto, 313 - Centro.
CEP: 88870-000 - Orleans
E-mail: febave@zaz.com.br
Fone/Fax: (48) 466-0192

9- Fundação Cultural Açorianista

Rod. Baldissero Filomeno, N. ° 10.106 - Ribeirão da Ilha.
CEP: 88064 - 002 - Florianópolis / SC
Fone: (48) 237-8148

10 - Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

Av. Madre Benvenuta, 2.007 - Itacorubi.
CEP: 88035-001 - Florianópolis / SC

11 - Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC

Av. Castelo Branco, 170 - Bairro Universitário.

CEP: 88509-900 - Lages / SC
Fone: (49) 251-1022
Fax: (49) 251-1051

12 - Instituto Luterano de Santa Catarina - IELUSC

Rua Princesa Izabel, 438 - Centro - C.P. 24.
CEP: 89201-270 - JOINVILLE - SC
Tel: (47) 433-0155
Fax: (47) 433-4737
<http://www.Ielusc.br>

13 - Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI

Reitor: Edison Villela
Rua Uruguai, 458 - Centro.
CEP: 88302-202 - Itajaí - SC

Encontros Realizados

Síntese dos Encontros Regionais do Núcleo de Estudos Museológicos

Por ocasião do Fórum de Dirigentes Culturais de Santa Catarina, em reunião no dia **14/03/97**, no auditório do Centro de Convivência da UFSC, foi apresentada, a proposta de criação do Núcleo de Estudos Museológicos da UFSC, segundo projeto elaborado pelo Museu Universitário Osvaldo Rodrigues Cabral. Após as discussões a plenária aprovou, por maioria dos votos, uma das três propostas apresentadas, qual seja: "A criação e instalação do NEMU/UFSC, como projeto piloto, podendo receber a universidades regionais e os museus como associados ou participantes". Na mesma ocasião foi formada uma Comissão Executiva composta por membros da UFSC, do IPHAN/SC, da Fundação Catarinense de Cultura, da Fundação Franklin Cascaes, do Museu Histórico de Lages, da UNIPLAC, da UNOESC, e da UDESC.

Nova reunião foi marcada e realizada em **11/04/97**, no auditório do Museu da UFSC, onde foi discutida, principalmente, a necessidade de realização de cursos de aperfeiçoamento para os profissionais da área museológica.

I NEMU

O **I Encontro Regional do NEMU** realizou-se em **Lages no dia 06/06/97**, quando foi criado um Grupo de Trabalho específico para a discussão da forma legal de estruturação do Núcleo: como uma ONG, como uma ONG com ligação com a UFSC, ou como um Núcleo da própria UFSC. Foi também proposta a inclusão, no

Regimento em estudo pela UFSC do item "**Defender junto aos dirigentes públicos e privados a efetivação e permanência dos profissionais de museus e a continuidade de seus trabalhos nas instituições museais**", dentre as atribuições do Núcleo.

Total de participantes: 50

Anexo 10: Texto de produção de Elizabete Neves Pires, sobre o NEMU

O Grupo de Trabalho reuniu-se na UFSC em **04/07/97** para a discussão das propostas levantadas em Lages. Dentre elas, optou-se pela criação do **NEMU/UFSC** como projeto piloto, ao terem sido consideradas as dificuldades da criação e operacionalização de uma ONG. Continuaram as discussões quanto à regulamentação do NEMU/UFSC, que foram levadas à reunião seguinte, em Joinville, em **15/08/97**.

II NEMU

Em **Joinville o II Encontro Regional do NEMU** contou com a participação de representantes do Conselho Federal de Museologia - COFEM e do Conselho Regional de Museologia - COREM - 5ª Região (Paraná/Santa Catarina), explicando a função e atividades desses Conselhos e aspectos jurídicos da profissão de Museólogo (Lei Nº 7287 de 18/Dezembro/1984). Também estavam presentes professores do Curso de Museologia da UNI-Rio (RJ). Assim, as discussões giraram em torno da necessidade de cursos para os trabalhadores de Museus e da redação da minuta da portaria de criação do NEMU/UFSC.

Total de participantes: 30

III NEMU

O **III Encontro Regional do NEMU** aconteceu em **16 e 17 de outubro, em Chapecó**, e marcou o início de uma nova etapa de trabalho: além das discussões plenárias foi realizada uma mesa redonda sobre as perspectivas museológicas contemporâneas, coordenada por Elizabete Neves Pires, e uma oficina teórico-prática sobre noções de inventário e catalogação de acervos museológicos, ministrada pelos museólogos Gelcy José Coelho e Angela Paiva, no Museu Antônio Selistre de Campos.

Total de participantes: 25

IV NEMU

O ano de 1997 culminou com a assinatura da Portaria nº 008/PRCE /97, assinada em 13/12/97 criando oficialmente o NEMU/UFSC.

Em **Rio Negrinho dias 19 e 20 de março de 1998, IV Encontro Regional do NEMU**, que contou com a presença de representantes de mais de vinte municípios catarinenses e três do Paraná. Desta feita foram dadas três palestras abordando História dos Museus, Marketing em Museus e Potencial Paleontológico da Região Norte e foi realizado um Mercado de Idéias, onde os Museus apresentaram painéis sobre suas atividades. Das discussões e comunicações apresentadas resultou a elaboração de um abaixo assinado visando a proteção de espécime de planta fóssil recentemente encontrada no Município de Lauro Müller e assunto veiculado pela mídia catarinense.

Total de participantes: 50

V NEMU

Em **Criciúma, dias 28 e 29 de setembro 1998, o V Encontro Regional do NEMU** organizado pela Universidade do Extremo Sul Catarinense, com palestras sobre "A Importância dos Museus Municipais para o Cadastramento de Sítios e Acervos Arqueológicos", proferida por Ms. Rodrigo Lavina - curso de História - UNESCO - Criciúma - SC. "Projeto Cultura Viva - Prêmio Estímulo aos Museus Catarinense" proferido pela Gerente de Organização e Funcionamento de Museus da Fundação Catarinense de Cultura Elizabete Neves Pires - Historiadora. "Elaboração de Projetos Culturais para Captação de Recurso" proferida pelo Especialista em Marketing Cultural "Fernando Romero".

Total de participantes: 30

VI NEMU

Em **Itapiranga , dias 9 a 11 de abril de 1999, realizou-se o VI Encontro Regional do NEMU**, organizado pela Universidade do Oeste de Santa Catarina através do Centro de Organização da Memória, Fundação Cultural de Itapiranga com a temática Museu e Arqueologia com palestras dos representantes do IPHAN(11 a CR - SC) , Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville , Departamento de História da UNESCO - Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Total de participantes: 20

VII NEMU

Em **Fraiburgo, dias 16 a 18 de junho de 1999, realizou-se o VII Encontro Regional do NEMU**, organizado pela Secretária Municipal de Educação de Fraiburgo com realização de duas oficinas temática – Instalação de Museus de Pequeno Porte ministrado por Elizabete Neves Pires Gerente de Organização e Funcionamento de Museus FCC, Gelci José Coelho Museu Universitário Oswaldo Rodrigues Cabral – Planejamento de Exposição ministrado por Maria Tereza Lira Collares - técnica do MASC.

Total de participantes: 40

VIII NEMU

Em **São Joaquim dias 6, 7 e 8 de outubro de 1999, realizou-se o VIII Encontro Regional do NEMU**, com a realização de duas oficinas temáticas, Montagem de Exposição, ministrada por Maria Tereza Lira e Elizabete Neves Pires, Gerente de Museu da Fundação Catarinense de Cultura; Conservação Preventiva de Acervos Museológicos, Angela Paiva, Associação Brasileira de Museologia.

Total de participantes: 30

IX NEMU

Em **Rio do Sul nos dias 1,2 e 3 de dezembro de 1999 realizou-se IX Encontro Regional do NEMU**. Com a realização de três oficinas temáticas: Instalação de Museus de Pequeno Porte, ministrado por Gelcy José Coelho - Museu Universitário Oswaldo Rodrigues Cabral; Conservação e Acondicionamento de Acervo Fotográfico, ministrado por Denise Magda Corrêa Thomasi, técnica do Museu da Imagem e do Som de Santa Catarina; Educação em Museus, ministrado por Elizabete Tamanini, técnica do Museu Arqueológico de Sambaqui e Joinville e professora do Instituto Educacional Luterano de Santa Catarina.

Total de participantes: 40

Anexo 10 (cont.): Texto de produção de Elizabete Neves Pires, sobre o NEMU

X NEMU

Em **Videira nos dias 13 a 15 de Março de 2000, realizou-se X Encontro Regional do NEMU**. Com a realização de 3 oficinas temáticas: Organização de Acervos Fotográfico, ministrado por Cleusa Regina Costa Martins - Técnica do Arquivo Público do Estado Santa Catarina; Adaptação de Arquitetura para Museus ministrado por Elisa Guimarães Ennes Arquiteta; Educação em Museus, ministrado por Elizabete Tamanini, técnica do Museu Arqueológico de Sambaqui e Joinville e professora do Instituto Educacional Luterano de Santa Catarina.

Total de participantes: 40

XI NEMU

Em **Pomerode nos dias 26 a 28 de Junho de 2000, realizou-se XI Encontro Regional do NEMU**. Com a realização de quatro oficinas temáticas: Educação em Museus, ministrado por Elizabete Tamanini, técnica do Museu Arqueológico de Sambaqui e Joinville e professora do Instituto Educacional Luterano de Santa Catarina, Planejamento e Montagem de Exposição, ministrado por Maria Tereza Collares, Técnica do Museu de Arte de Santa Catarina; Turismo /Marketing e Museus, ministrado por Ana Roldão, Museu Imperial - Rio de Janeiro; Museu?! Quem você? Como vai?, Ministrado Gelcy José Coelho - Museu Universitário Oswaldo Rodrigues Cabral, Angela Paiva, Associação Brasileira de Museologia.

Total de participantes: 50

XII NEMU

Em **Orleans nos dias 23 a 25 de Outubro de 2000**, realizou-se o **XII Encontro Regional do NEMU**. Com a realização de cinco oficinas temáticas: Educação em Museus, ministrado por Hilda Beatriz Dimtruk, CEOM - UNOESC, Função Social do Museu, ministrado por José Mauro Matheus Loureiro, Diretor da Escola de Museologia da UNIRIO; História Oral, ministrado por Rosana Nascimento, Chefe do Departamento de Museologia da Universidade Federal da Bahia; Documentação de Acervo Museológico, ministrado por Héliana Samyra de Souza Baumel, Chefe da Divisão Técnica 10ª SR / IPHAN do Paraná e Museus Formulação e Políticas, ministrado por Maria Lúcia Matheus Loureiro.

Total de participantes: 50

XIII NEMU

Em **Mafra nos dias 09 a 11 de abril de 2001**, realizou-se o **XIII Encontro Regional do NEMU**. Com a realização de seis oficinas temáticas: Museus: Adaptação de espaços arquitetônicos, ministrado por Elisa Ennes - Arquiteta/Museógrafa; Documentação de Acervo Museológico, ministrado por Héliana Samyra de Souza Baumel - Chefe da Divisão Técnica - 10 SR/IPHAN - Paraná; Educação em Museus, ministrado pelo Prof. Dr. Elisabete Tamanini - Diretora do Curso de Turismo do IELUSC - Joinville; Fósseis, Minerais e Rochas - Reconhecimento, Linguagem e Curadoria, ministrado por Luiz Weinschutz,

Christian Nehls e Oscar Rösler - Equipe CENPÀLEO/Unc - Mafra/SC; Comunidade e Patrimônio Sustentável, ministrado pela Prof.ª Virgínia Grace Ramos - IELUSC - Joinville/SC e Instalação de Museus de Pequeno Porte ministrado por Elizabete Neves Pires - Gerente de Organização e Funcionamento de Museus FCC, Gelci José Coelho - Museu Universitário Oswaldo Rodrigues Cabral.

Total de participantes: 100

Anexo 10 (cont.): Texto de produção de Elizabete Neves Pires, sobre o NEMU

XIV NEMU

Em **Chapecó nos dias 03 a 05 de setembro de 2001**, realizou-se o **XIV Encontro Regional do NEMU**. Com a realização de sete oficinas temáticas: Museu, Educação e Patrimônio I, ministrada por Judith Zuge e Gerson Machado ambos do Museu Arqueológico de Sambaqui; Museu, Educação e Patrimônio II ministrada pela Profª. Drª. Elisabete Tamanini - Diretora do Curso de Turismo do IELUSC - Joinville; Documentação Museológica, ministrada por Gelci José Coelho do Museu Universitário Oswaldo Rodrigues Cabral; Higienização e Acondicionamento de Acervo Fotográfico, ministrada por Denise Tomasi do MIS - Museu da Imagem e do Som de Santa Catarina; Arqueologia, ministrada pela arqueóloga do IPHAN /SC - Fabiana Comerlato; Instalação de Museus de Pequeno Porte ministrado por Elizabete Neves Pires - Gerente de Organização e Funcionamento de Museus FCC e Educação Patrimonial, ministrada por Evelina Grunberg, museóloga do Museu Imperial de Petrópolis.

Total de participantes: 70

XV NEMU

Em **Lages nos dias 26 a 28 de novembro de 2001**, realizou-se o **XV Encontro Regional do NEMU**. Com a realização de nove oficinas temáticas: Museu, Educação e Patrimônio I, ministrada por Judith Zuge e Gerson Machado ambos do Museu Arqueológico de Sambaqui; Museu, Educação e Patrimônio II ministrada pela Profª. Drª. Elisabete Tamanini - Diretora do Curso de Turismo do IELUSC - Joinville; Documentação Museológica, ministrada por HÉLINA Samyra de Souza Baumel, Chefe da Divisão Técnica - 10 SR/IPHAN - Paraná; Higienização e

Acondicionamento de Acervo Fotográfico, ministrada por Denise Tomasi do MIS - Museu da Imagem e do Som de Santa Catarina; Instalação de Museus de Pequeno Porte ministrado por Elizabete Neves Pires - Gerente de Organização e Funcionamento de Museus FCC e Gelci José Coelho do Museu Universitário Oswaldo Rodrigues Cabra, e Educação Patrimonial, ministrada por Adriane Queiroz Monteiro, museóloga do Museu Imperial de Petrópolis; Arquivologia, ministrada por Sueli Petry do Arquivo Público de Blumenau - FCB; Elaboração de Projetos e Captação de Recursos, ministrada por Maria Tereza Collares assessora do Chefe de Gabinete do Vice-Governador; Memória e Patrimônio ministrada por Zilma Isabel Peixer, Élio Cantalício Serpa, Iáscara Varela (UNIPLAC) e por Fátima Althof gerente de Patrimônio. Arquitetônico e Paisagístico da Fundação Catarinense de Cultura.

Total de participantes: 80

XVI NEMU

Em **Corupá nos dias 08 a 10 de abril de 2002**, realizou-se o **XVI Encontro Regional do NEMU**. Com a realização de oito oficinas temáticas: 1) Planejamento, educação e turismo: perspectivas para o desenvolvimento global, ministrada pela Prof^a. Dr^a. Elisabete Tamanini - Diretora do Curso de Turismo do IELUSC - Joinville; 2) Noções de Documentação Museológica, ministrada por Héliana Samyra de Souza Baumel, Chefe da Divisão Técnica - 10^a SR/IPHAN - Paraná; 3) Higienização e Acondicionamento de Acervo Fotográfico, ministrada por Denise Magda Tomasi do MIS - Museu da Imagem e do Som de Santa Catarina; 4) Instalação de Museus de Pequeno Porte ministrado por Elizabete Neves Pires - Gerente de Organização e Funcionamento de Museus FCC; 5) Objetos Indígenas no Museu por Gelci José Coelho do Museu Universitário Oswaldo Rodrigues Cabral; 6) Elaboração de Projetos para Leis de Incentivo à Cultura, ministrada por Maria Tereza Collares assessora do Chefe de Gabinete do

Vice-Governador; 7) Planejamento e ação de conservação ministrada por Angela Paiva, restauradora; 8) Elaboração de projetos museográficos ministrada por Elisa Ennes, Arquiteta, especialista em Museologia.

Total de participantes: 150

XVII NEMU

Em **Treze Tílias, nos dias 17 a 19 de junho de 2002**, realizou-se o **XVII Encontro Regional do NEMU**. Com a realização de 10 oficinas temáticas: 1) Patrimônio, educação e turismo: perspectivas para o desenvolvimento global, ministrada pela Prof^a. Dr^a. Elisabete Tamanini - Diretora do Curso de Turismo do IELUSC - Joinville; 2) Noções de Documentação Museológica, ministrada por Héliana Samyra de Souza Baumel, Chefe da Divisão Técnica - 10^a SR/IPHAN - Paraná; 3) Higienização e Acondicionamento de Acervo Fotográfico, ministrada por Denise Magda Tomasi do MIS - Museu da Imagem e do Som de Santa Catarina; 4) Instalação de Museus de Pequeno Porte ministrado por Gelci José Coelho do Museu Universitário Oswaldo Rodrigues Cabral; 5) Elaboração de Projetos para Leis de Incentivo à Cultura, ministrada por Maria Tereza Collares assessora do Chefe de Gabinete do Vice-Governador; 6) Planejamento e ação de conservação ministrada por Angela Paiva, restauradora; 7) Elaboração de projetos museográficos ministrada por Elisa Ennes, Arquiteta, especialista em Museologia; 8) Noções para organização de arquivos municipais, ministrada por Sueli Petry, Diretora do Setor Arquivístico e Museológico da Fundação Cultural de Blumenau; 9) Implantação de história. Oral em museus, ministrado por Rosana Nascimento, museóloga da Universidade Federal da Bahia; 10) Andando na cidade, ministrado por Elizabete Salgado de Souza, mestre e professora de história na Universidade Estadual de Santa Cruz - Bahia.

Total de participantes: 154

XVIII NEMU

Em **Rio do Sul, nos dias 23 a 25 de setembro de 2002**, realizou-se o **XVIII Encontro Regional do NEMU**. Com a realização de 08 oficinas temáticas: 1) Preservação do Patrimônio Arquitetônico e

Legislação de proteção, ministrada por Fátima Regina Althoff - Diretora de Patrimônio Cultural da FCC e Maria das Graças Prudêncio - Especialista em Museologia; 2) Acervo Paleontológico e Geológico, ministrada por Oscar Rösler - CENPÁLEO/Unc - Mafra; 3) Higienização e Acondicionamento de Acervo Fotográfico, ministrada por Denise Magda Tomasi do MIS - Museu da Imagem e do Som de Santa Catarina; 4) Patrimônio, educação e turismo: perspectivas para o desenvolvimento global, ministrada por Elizabete Neves Pires - Gerente de Museus da FCC; 5) Elaboração de Projetos para Leis de Incentivo à Cultura, ministrada por Maria Tereza Collares assessora do Chefe de Gabinete do Vice-Governador; 6) Limpeza de acervos museológicos, ministrada por Angela Paiva, restauradora; 7) Elaboração de projetos museográficos ministrada por Elisa Ennes, Arquiteta, especialista em Museologia; 8) Curadoria e montagem de exposições, dinâmica de museus, ministrada por Jói Cletison Alves e Gelci José Coelho - Museu Universitário Oswaldo Rodrigues Cabral.

Total de participantes : 130

Anexo 10 (cont.): Texto de produção de Elizabete Neves Pires, sobre o NEMU

XIX NEMU

Em **Caçador, nos dias 19 a 21 de março de 2003**, realizou-se o **XIX Encontro Regional do NEMU**. Com a realização de 11 oficinas temáticas: 1) Organização, Preservação e Conservação de Acervo Fotográfico, ministrada por Denise Magda Tomasi do MIS - Museu da Imagem e do Som de Santa Catarina ; 2) Planejamento Museológico: princípios e métodos, ministrado por Dra. Maria Cristina de Oliveira Bruno ; 3) Elaboração de Projetos para Leis de Incentivo à Cultura, ministrada por Maria Tereza Collares – Técnica em assuntos culturais da Fundação Catarinense de Cultura ; 4) Noções de Documentação Museológica, ministrada por Hélna Samyra de Souza Baumel ,Chefe da Divisão Técnica - 10ª SR/IPHAN – Paraná ; 5) Implantação de história oral em museus, ministrado por Rosana Nascimento, museóloga da Universidade Federal da Bahia; 6) Elaboração de projetos museográficos ministrada por Elisa Ennes, Arquiteta, especialista em

Museologia ; 7) Os Museus e o Patrimônio Paleontológico de Santa Catarina, ministrada Prof. Oscar Rösler – CENPALEO/ Unc Mafra ; 8) Patrimônio Cultural e Turismo: ação educativa e participação comunitária, ministrada pela Profª. Drª. Elisabete Tamanini - Diretora do Curso de Turismo do IELUSC - Joinville; 3); 9) Dinâmica de Museus, ministrado por Gelci José Coelho do Museu Universitário Oswaldo Rodrigues Cabral; 10) Arqueologia do Oeste Catarinense: identificação de materiais arqueológicos ., Ministrada por Ana Lúcia Herberts Arqueóloga e Historiadora; 11) Conservação em Museus, ministrada por Angela Paiva, Museóloga – Restauradora e Conservadora

Total de participantes : 110

XX NEMU

Em **Blumenau , nos dias 28 a 30 de julho de 2003**, realizou-se o **XX Encontro Regional do NEMU**. Com a realização de 8 oficinas temáticas: 1) Organização, Preservação e Conservação de Acervo Fotográfico, ministrada por Denise Magda Tomasi do MIS - Museu da Imagem e do Som de Santa Catarina ; 2) Planejamento Museológico: princípios e métodos, ministrado por Dra. Maria Cristina de Oliveira Bruno ; 3) Elaboração de Projetos para Leis de Incentivo à Cultura, ministrada por Maria Tereza Collares – Técnica em assuntos culturais da Fundação Catarinense de Cultura ; 4) Noções de Documentação Museológica, ministrada por Hélna Samyra de Souza Baumel ,Chefe da Divisão Técnica - 10ª SR/IPHAN – Paraná ; 5) Implantação de história oral em museus, ministrado por Rosana Nascimento, museóloga da Universidade Federal da Bahia; 6) Elaboração de projetos museográficos ministrada por Elisa Ennes, Arquiteta, especialista em Museologia ; 7) Patrimônio Cultural e Turismo: ação educativa e participação comunitária, ministrada pela Profª. Drª. Elisabete Tamanini - Diretora do Curso de Turismo do IELUSC - Joinville; 8) Ação Cultural e Educativa dos Museus , ministrada Profa. Dra. Maria Célia Teixeira Moura Santos, Museóloga.

Participantes: 120

XXI NEMU

26, 27 e 28 de Abril de 2004

Gaspar/SC

Conferência: Sistema Brasileiro de Museus – José do Nascimento Júnior – MinC.

Oficinas:

1. Organização, Preservação e Conservação de Acervos Fotográficos – Denise Magda Corrêa Thomasi – Diretora do Museu da Imagem e do Som – MIS/Fund. Cat. Cultura;
2. Elaboração de Projetos Museográficos – Elisa Guimarães Ennes – Arquiteta e Museóloga – Rio de Janeiro/RJ;
3. Criação de Banco de Dados de História Oral em Museus – Rosana Nascimento – UFBA/BA;
4. Dinâmica de Museus – Gelci José Coelho “Peninha” – Diretor do Museu Universitário/UFSC
5. Arqueologia e Preservação – Fabiana Comerlato – Historiadora e Arqueóloga
6. Da Palavra e da Memória – Mário Chagas - MinC

Total de participantes: 110 inscritos

XXII NEMU

05, 06 e 07 de Julho de 2004

Concórdia/SC

Conferência: Os Museus Contemporâneos: um olhar poético – Mário Chagas – MinC

Oficinas:

1. Organização, Preservação e Conservação de Acervos Fotográficos – Denise Magda Corrêa Thomasi – Diretora do Museu da Imagem e do Som – MIS/Fund. Cat. Cultura;
2. Arqueologia do Oeste Catarinense: identificação de materiais arqueológicos – Ana Lúcia Herberts – Historiadora e Arqueóloga – Fpolis/SC;
3. Dinâmica de Museus – Gelci José Coelho “Peninha” – Diretor do Museu Universitário/UFSC-SC;
4. Cultura e Turismo com base de desenvolvimento local – Elizabete Tamanini – IELUSC/Joinville-SC;
5. Princípios básicos para o registro de acervos museológicos – Rosana Nascimento – UFBA/BA;
6. Educação para uma compreensão crítica da arte: arte e educação em museus – Terezinha Sueli Franz – UDESC/Fpolis/SC
7. Noções de Conservação e Restauração de Documentos – Jéferson Antônio Martins – Bibliotecário/Restaurador/Conservador – Fpolis/SC

Total de participantes: 115 inscritos.

XXIII NEMU

11, 12 e 13 de Abril de 2005

Urussanga/SC

Conferência: Novas perspectivas para o turismo em SC – Dep. Gilmar Knaesel/Secretário de Estado(**não compareceu**)

Oficinas:

1. Organização, Preservação e Conservação de Acervos Fotográficos – Denise Magda Corrêa Thomasi – Diretora do Museu da Imagem e do Som – MIS/Fund. Cat. Cultura;
2. Dinâmica de Museus – Gelci José Coelho – Diretor do Museu Universitário UFSC.
3. Museu, Educação e Comunicação – Magaly Cabral – Mestre em Educação e Museus.
4. Educação para uma compreensão crítica da arte: arte e educação em museus – Terezinha Sueli Franz – UDESC/Fpolis/SC
5. Princípios básicos para o registro de acervos museológicos – Rosana Nascimento – UFBA/BA;
6. Elaboração de Projetos Museográficos – Elisa Guimarães Ennes – Arquiteta e Museóloga – Rio de Janeiro/RJ;

7. Noções de Conservação e Restauração de Documentos – Jéferson Antônio Martins – Bibliotecário/Restaurador/Conservador – Fpolis/SC
8. Cultura e Turismo com base de desenvolvimento local – Elizabete Tamanini – IELUSC/Joinville-SC;

Total de participantes: 105 inscritos

XXIV NEMU

25, 26 e 27 de Julho de 2005

Curitibanos/SC

Conferência: Comunicação e Educação em Museus. Prof. Magaly Cabral – Mestre em Educação e Museus.

Oficinas:

1. Organização, Preservação e Conservação de Acervos Fotográficos – Denise Magda Corrêa Thomasi – Diretora do Museu da Imagem e do Som – MIS/Fund. Cat. Cultura;
2. Educação, Museu e Comunicação - Profa. Magaly Cabral – Mestre em Educação e Museus; Coordenadora do CECA/ICOM-BR / RJ
3. Elaboração de Projetos para Leis de Incentivo à Cultura – Maria Teresa Lira Collares – Tec. em Assuntos Culturais – Fund. Cat. Cultura;
4. Educação para uma compreensão crítica da arte: arte e educação em museus – Terezinha Sueli Franz – UDESC/Fpolis/SC
5. Princípios básicos para o registro de acervos museológicos – Rosana Nascimento – UFBA/BA;
6. Elaboração de Projetos Museográficos – Elisa Guimarães Ennes – Arquiteta e Museóloga – Rio de Janeiro/RJ;
7. Noções de Conservação e Restauração de Documentos – Jéferson Antônio Martins – Bibliotecário/Restaurador/Conservador – Fpolis/SC
8. Cultura e Turismo com base de desenvolvimento local – Elizabete Tamanini – IELUSC/Joinville-SC;

Total de participantes: 81 inscritos

XXV NEMU

07, 08 e 09 de Novembro de 2005

São Francisco do Sul/SC

Conferência: Os Museus e Mundo Contemporâneo. Prof. Dr. Mário Moutinho – Vice-Reitor da Universidade Lusófona/ Lisboa/ Portugal; Diretor do Curso de Mestrado em Museologia Social/Univ. Lusófona.

Oficinas:

1. Organização, Preservação e Conservação de Acervos Fotográficos – Denise Magda Corrêa Thomasi – Diretora do Museu da Imagem e do Som – MIS/Fund. Cat. Cultura;
2. Educação, Museu e Comunicação - Profa. Magaly Cabral – Mestre em Educação e Museus; Coordenadora do CECA/ICOM-BR / RJ
3. Elaboração de Projetos para Leis de Incentivo à Cultura – Maria Teresa Lira Collares – Tec. em Assuntos Culturais – Fund. Cat. Cultura;
4. **Fomento e Elaboração de Projetos para Museus** - Vinícius Adalberto de Sousa Barcelos - Gerente de Ações Museológicas/DEMU/MinC

5. Princípios básicos para o registro de acervos museológicos – Rosana Nascimento – UFBA/BA;
 6. Elaboração de Projetos Museográficos – Elisa Guimarães Ennes – Arquiteta e Museóloga – Rio de Janeiro/RJ;
 7. Noções de Conservação e Restauração de Documentos – Jéferson Antônio Martins – Bibliotecário/Restaurador/Conservador – Fpolis/SC
 8. Cultura e Turismo com base de desenvolvimento local – Elizabete Tamanini – IELUSC/Joinville-SC;
- Total de participantes: 63

XXVI NEMU

23 a 26 de Abril de 2006

Porto União/SC

Conferência:

Museólogo Formação e Exercício da Profissão

Museóloga Telma Lasmar Presidente do Conselho Federal de Museologia COFEM.

Oficinas:

1. Organização, Preservação e Conservação de Acervos Fotográficos – Denise Magda Corrêa Thomasi – Diretora do Museu da Imagem e do Som – MIS/Fund. Cat. Cultura;
 2. Educação, Museu e Comunicação - Profa. Magaly Cabral – Mestre em Educação e Museus; Coordenadora do CECA/ICOM-BR / RJ
 3. Plano Museológico: implantação de museus - Rose Miranda – Museóloga; Mestre em Ciência da Informação e Técnica do Departamento de Museus e Centros Culturais – DEMU do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.
 4. Noções de Conservação e Restauração de Documentos – Jéferson Antônio Martins – Bibliotecário/Restaurador/Conservador – Fpolis/SC
 5. Elaboração de Projetos para Leis de Incentivo à Cultura – Maria Teresa Lira Collares – Tec. em Assuntos Culturais – Fund. Cat. Cultura;
 6. Arqueologia do Litoral Catarinense - Ana Lucia Herberts - Historiadora/Arqueóloga Doutoranda em Arqueologia/PUC-RS - Bolsista CNPq; Fpolis/SC.
 7. Turismo, Cultura e Educação como base de desenvolvimento local
Elizabete Tamanini – Doutora em Educação e Cultura; Diretora do Museu Histórico de Itajaí e Professora do Mestrado em Educação da UNIPLAC
 8. Elaboração de Projetos Museográficos – Elisa Guimarães Ennes – Arquiteta e Museóloga – Rio de Janeiro/RJ;
- Total de participantes: 95

Fonte: Arquivos de Elizabete Neves Pires (Betinha).

Anexo 10A: Planilha reuniões da formalização do NEMU: mar. a dez./1997

FORMALIZAÇÃO DO NEMU: MARÇO A DEZEMBRO DE 1997						
EDIÇÕES	DATA REALIZAÇÃO	LOCAL/ MUNICÍPIO	DESCRIÇÃO DE DELIBERAÇÕES	OBS.:	LISTA DE PRESENÇA	Nº DE PARTICIPANTES*
-	14/03/1997	Auditório do Centro de Convivência/UFSC/ Florianópolis (SC)	"[...] para deliberar sobre a criação e instalação do "Núcleo de Estudos Museológicos".	Registro desta informação consta em ata	Não	30
-	11/04/1997	Museu Universitário da UFSC/Florianópolis (SC)	Ficou definido que 3ª reunião seria realizada em 06 de junho de 1997, em Lages. [...] onde foi discutida, principalmente, a necessidade de realização de cursos de aperfeiçoamento para os profissionais da área museológica.	Registro consta em Of. Circ. nº 001/MU/97, de 14/05/97, emitido por Gelci José Coelho (membro da Comissão Executiva do NEMU/Diretor do Museu Universitário) Documentos localizados: No NEA e Elizabete Neves Pires	Não	x
I NEMU	06/06/1997 (I Encontro Regional)	Lages (SC)	"(...) Foi criado um grupo de trabalho específico para a discussão da forma legal de estruturação do Núcleo: como uma ONG, como uma ONG com ligação com a UFSC, ou como um Núcleo da própria UFSC".	Documentos localizados: No NEA e Elizabete Neves Pires	Não	50
-	04/07/1997	Museu Universitário da UFSC/Florianópolis (SC)	"O GT reuniu-se [...] para discussão das propostas levantadas em Lages. Dentre elas, optou-se pela criação do NEMU/UFSC como projeto piloto, ao terem sido consideradas as dificuldades da criação e operacionalização de uma ONG".	Documentos localizados: No NEA e Elizabete Neves Pires	Não	x

II NEMU	15/08/1997 (II Encontro Regional)	Fundação Cultural de Joinville/Joinville (SC)	<p>"Contou com a participação de representantes do Conselho Federal de Museologia - COFEM) e do Conselho Regional de Museologia - COREM - 5ª Região (Paraná/Santa Catarina), explicando a função e atividades desse Conselho e aspectos jurídicos da profissão de Museólogo. Também estavam presentes professores do Curso de Museologia da UNIRIO (RJ). Assim as discussões giraram em torno da necessidade de cursos para os trabalhadores de Museus e da redação da minuta da portaria de criação do NEMU/UFSC"</p>	Documentos localizados: No NEA e Elizabete Neves Pires	Não	30
			<p>"No período da tarde ficou definido, que a próxima reunião do Núcleo já terá características diferentes das ocorridas, que tiveram sentido deliberativo quanto à organização do Núcleo. A 5ª reunião será realizada em Chapecó nos dias 16 e 17/10/97, no Centro de Organização da Memória do Oeste de SC, da UNOESC [...] e nela será ministrado treinamento cujo tema será definido em função das necessidades locais. Na mesma ocasião foram definidos os nomes dos responsáveis pela criação de alguns Núcleos Regionais, a saber: Extremo Oeste/Chapecó: Hilda Beatriz Dmitruk - UNOESC; Florianópolis: Gelci José Coelho - UFSC; Joinville: Alexandrina Mello de Souto - Fundação Cultural de Joinville; Sul/Tubarão: Demétrio Verani e Ruth Nunes - UNISUL // Ed. Balod e Rodrigo Lavina - FUCRI; Vale do Itajaí/Blumenau: Sueli Petry - FURB // Balbino Mendes - UNIVALI; Planalto/Lages: Antúlius e Tereza de Castro - Museu Thiago de Castro.</p>	Documentos localizados: No NEA e Elizabete Neves Pires		
III NEMU	16 e 17/10/97 (III Encontro Regional)	UNOESC/CEOM/ Chapecó (SC)	<p>"Marcou início de uma nova etapa de trabalho: além das discussões plenárias foi realizada uma mesa redonda sobre as perspectivas museológicas contemporâneas, coordenada por Elizabete Neves Pires, e uma oficina teórico-prática sobre noções de inventário e catalogação de acervos museológicos, ministrada pelos museólogos Gelcy José Coelho e Angela Paiva, no Museu Selistre de Campos".</p>	Documentos localizados: No NEA e Elizabete Neves Pires	Não	25

Fonte: Planilha produzida pela autora.

Anexo 10B Of. Circ. nº001/MU/97, de 14 mai. 97. Museu Universitário “Oswaldo Rodrigues Cabral”.

MUSEU UNIVERSITÁRIO "PROF. OSWALDO RODRIGUES CABRAL"

Florianópolis, 14 de maio de 1997

Of. Circ. nº 001/MU/97

Prezado(a) Senhor(a)

Através deste, comunicamos que a III reunião do Núcleo de Estudos Museológicos de Santa Catarina será realizada no dia 6 de junho de 1997 no município de Lages, conforme ficou definido na última reunião, realizada no dia 11 de abril p.p., neste Museu.

Como pauta desta reunião discutiremos as questões da criação do NEMU segundo a proposta inicial do Museu Universitário "Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral" da Universidade Federal de Santa Catarina.

Sua participação nestas reuniões é de grande importância para que possamos definir, nesta primeira fase de discussão, de implantação do NEMU, a política museológica que adotaremos no Estado de Santa Catarina.

Contando com a sua inestimável presença, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,


Celso José Coelho

Membro da Comissão Executiva do Núcleo de Estudos
Museológicos - Diretor do Museu Universitário da UFSC

Maiores informações: Universidade do Planalto Catarinense (049) 224-1022
Fundação Cultural de Lages (049) 221-1150
Museu Histórico Thiago de Costa (049) 222-1944

Anexo 11: Ata da IV reunião geral do Núcleo de estudos museológicos. Joinville, de 15 ago.1997.

ATA DA IV REUNIÃO GERAL DO NÚCLEO DE ESTUDOS MUSEOLÓGICOS DA UFSC

JOINVILLE EM 15/08/97

O encontro foi aberto por **Gelci Coelho**, Diretor do Museu Universitário da UFSC, **Edson Busch Machado**, Diretor da Fundação Cultural de Joinville, **Jair Mendes**, Museólogo da FCJ e **Alexandrina Mello de Souto**, Coordenadora de Atividades Museológicas da FCJ. **Edson Machado** saudou os presentes e ressaltou que o trabalho proposto pelo NEMU/UFSC corrobora o trabalho da FCJ ao conceituar o museu na sociedade atual. **Jair Mendes** em sua fala de abertura ressaltou a importância da atualização em assuntos museológicos. **Gelci Coelho**, que presidiu os trabalhos, propôs que imediatamente se passasse à análise e discussão da Portaria da criação do NEMU/UFSC. Nesse momento frisou que o objetivo da criação do Núcleo era o de **provocar os interessados** no assunto, no Estado com o maior número de museus do país, para que se organizassem. Segundo ele, desde 1981, com a criação da Associação Catarinense de Museus, é feita esta tentativa sem resultados concretos. Sugeriu que fosse então realizado um trabalho criterioso para que fossem atingidos estes objetivos. Em seguida, passou à leitura da Portaria/Regimento, dando uma explicação detalhada dos objetivos do NEMU/UFSC, salientando que a criação do Núcleo dependia apenas da aprovação da Portaria pela plenária, a qual seria imediatamente assinada pela Pró - Reitora de Pesquisa e Extensão da UFSC, instituição que demonstra muito interesse na criação do Núcleo. A Portaria/ Regimento foi então aprovada.

A seguir serão relatadas intervenções e informes de diversos participantes. **Angela Paiva** do IPHAN/SC, ressaltou que o NEMU/UFSC deve ser encarado como um piloto para a formação dos NEMUs Regionais no Estado. **Tereza Collares**, do Museu de Arte de SC, alerta para que seja feita uma boa organização dos endereços dos participantes para facilitar o intercâmbio de informações. **Gelci Coelho** lembrou que este intercâmbio é fundamental para diminuir o isolamento das instituições museais do interior do Estado, notadamente o meio-oeste e o oeste, e que a UFSC tem condições de promover entre os interessados um intercâmbio de informações a nível mundial, que estão disponíveis no Museu Universitário. E sugeriu que no próximo encontro os representantes das instituições levassem o máximo de informações sobre as mesmas como forma de se estabelecer um mercado de idéias. **Jair Mendes** acha louvável a criação do NEMU/UFSC, mas prevê, no aspecto administrativo, algumas dificuldades, uma vez que a academia não pode participar diretamente da administração das instituições museais. E acredita que com o NEMU organizado e com representação, dentro de um espírito de cooperação, o problema poderá ser resolvido através de comissões compostas pelo Núcleo/ Estado/ e Municipalidade, citando como exemplo o Sistema Estadual de Museus do Paraná, o que propiciaria uma assistência mais direta a cada museu, de forma que o Núcleo não se tome apenas uma unidade consultiva e informativa. Ressaltou também que as atuações do COFEM e dos COREMs são restritas por estarem baseadas numa legislação que precisa ser revista. **Carlos Hoffmann**, do Museu Parque Malvee de Rio do Sul, relatou que existe uma tentativa de organização dos trabalhadores em museus para discussão destes assuntos, mas que há necessidade de assessoramento de um núcleo central para as regionais. **Jair Mendes** informou que a Fundação Cultural de Joinville vai promover um curso de "Capacitação Museológica" com duração de três dias em oito módulos mensais, sempre na última semana de cada mês. O curso é aberto a todos os interessados e vem suprir a extraordinária necessidade de orientação museológica existente no Estado. **Regina Bibiani** da UNIRIO declarou que no Brasil existe um promoção das instituições museais na Bahia, em Minas Gerais, no Rio de Janeiro e no Nordeste. Mas nós também somos Brasil, e que nos falta informação comum e integração entre o Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, através de um núcleo de museologia que permitisse

troca de experiências a exemplo do que ocorre entre a Bahia e o Nordeste brasileiro. Exaltou a particularidade do Estado através da forma como se deu a interação índio/colono, a qual deveria ser mais pesquisada como forma de se criar um museu mais brasileiro, da América Latina, do Mercosul. **Jair Mendes** concluiu que, infelizmente, a unidade nacional e a regional não está acontecendo por não haver uma unidade no Estado, reforçou que vê com simpatia a criação do NEMU/UFSC, e que as etapas progressivas para o alcance dos objetivos devem ser: a organização municipal, em seguida a estadual e depois a regional. Lembra que faltam COREMs em diversos Estados, e que a integração comercial do Cone Sul necessita da integração cultural para se concretizar. Aconselhou, então, "pés no chão" e que se começasse o trabalho por células menores, e que a UFSC sem vínculo estreito com as questões da política tradicional pode agilizar e criar livremente, resguardando as ações desenvolvidas da descontinuidade a que estão sujeitas. **Gina Esther Issbermer**, Presidente do COREM 5 Região esclareceu que este é um órgão de classe que conceitua e fiscaliza os museus e as atividades dos museólogos, e que está sendo agilizada a criação de uma delegacia regional para Santa Catarina, cuja delegada será **Angela Paiva** do IPHAN/SC. A mesma, logo em seguida descreveu o processo de criação da delegacia, e que como em breve vai estar aposentada do serviço público poderá se dedicar mais a esta representação que exige um trabalho intenso. **Gina Esther** observou que o COFEM está se reestruturando com a necessidade dos COREMs, e que seria oportuno contar com um cadastro dos museus de SC para que se trace um perfil destas instituições para que se tente evitar a política desencontrada que existe na área da cultura com as mudanças dos representantes políticos. Há necessidade de empenho na elaboração do cadastro para que possa ser traçado esse perfil, a partir do qual será redigido um documento sobre a situação dos 87 museus do Estado. **Gelci Coelho** relatou que existe necessidade de reforço do corpo técnico dos museus, e para isso cogita-se a criação, na UFSC, de um curso de graduação em museologia, idéia apoiada pelo Reitor e pela chefia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, que tem ainda a seu favor a posição geográfica desta Universidade que faria convergir para ela os interessados do sul do Brasil e do Mercosul. **Carlos Hoffmann** informou que as instituições brasileiras não aceitam a formação realizada na Argentina e que o curso que existe no Estado de São Paulo ainda não foi reconhecido. **Clarete Maganhott** do COREM 5 Região relatou a experiência do Paraná na tentativa infrutífera de criação de um curso superior no Estado. Conseguiram criar um curso de 2 grau que durou quatro anos, formou três turmas e os alunos não foram reconhecidos profissionalmente. Lembrou ainda que para a criação de um curso em Santa Catarina dever-se-á contar com apoio dos profissionais do Rio de Janeiro e São Paulo e registrou sua preocupação com a falta de estímulo governamental para a formação profissional já que dentro de pouco tempo com as aposentadorias não haverá mais profissionais registrados. **Gina Esther** sugeriu que fosse criado pelo NEMU/UFSC, um grupo de trabalho para estudar e elaborar a documentação necessária para a criação do referido curso em SC de maneira a ser apresentada uma proposta concreta e exequível. **Gelci Coelho** enfatizou a urgência da criação do curso. **Angela Paiva** concorda com esta posição, mas questiona a situação das pessoas que já trabalham em museus e que devem receber, também com urgência, o mínimo de capacitação profissional através de cursos de curta duração. **Balbino Rocha**, da FURB, comunicou que está sendo estudada a possibilidade de criação de um curso de pós-graduação na área de museologia, e para isso estão sendo analisadas as exigências da CAPES. O curso terá suas vagas divididas meio a meio entre pessoas com nível de escolaridade superior e de nível médio. **Jair Mendes** lembrou que cursos de pós-graduação em museologia não são reconhecidos legalmente para obter inscrição como museólogo. Sobre isso **Balbino Mendes** declarou não se preocupar com a falta de reconhecimento pelos COREMs e COFEM, e sim com a capacitação das pessoas que já estão trabalhando em museus. E foram encerrados os trabalhos relativos ao período da manhã.

No período da tarde ficou definido, que a próxima reunião do Núcleo já terá características diferentes das ocorridas, que tiveram sentido deliberativo quanto à organização do Núcleo. A 5ª reunião será realizada em Chapecó nos dias 16 e 17/10/97, no Centro de Organização da

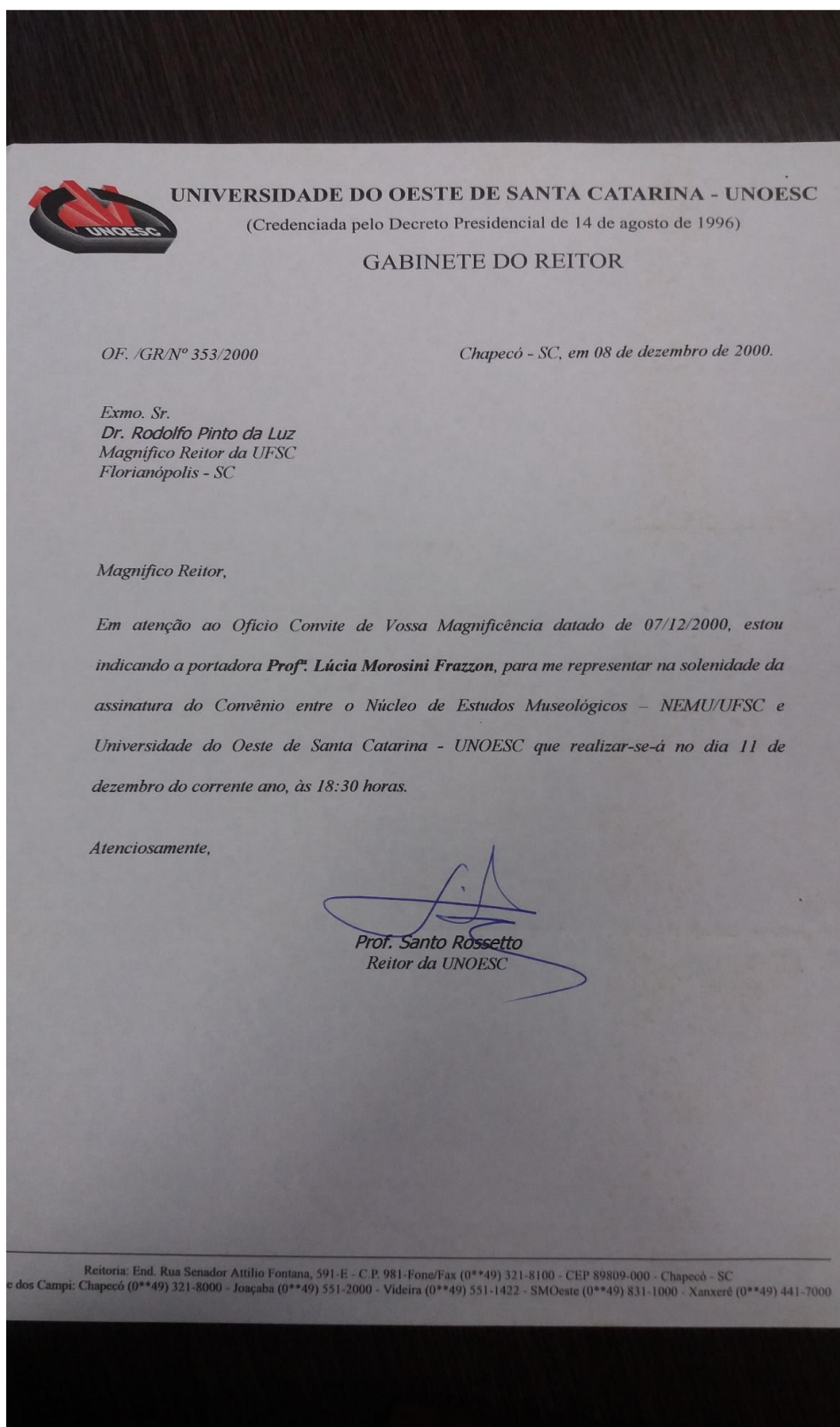
Memória do Oeste de SC, da UNOESC, será organizada pela professora Hilda Beatriz Dmitruk, e nela será ministrado treinamento cujo tema será definido em função das necessidades locais. Na mesma ocasião foram definidos os nomes dos responsáveis pela criação de alguns Núcleos Regionais, a saber:

Extremo Oeste - Chapecó - Profa. Hilda Beatriz Dmitruk - UNOESC
Região de Florianópolis - Gelci Coelho - UFSC
Região de Joinville - Alexandrina Mello de Souto - Fundação Cultural de Joinville
Região Sul - UNISUL(Tubarão) - Demétrio Verani e Ruth Nunes e FUCRI (Criciúma) - Ed Balod e Rodrigo Lavina
Vale do Itajaí - FURB - Sueli Petry e Balbino Mendes e representantes da UNIVALI
Região do Planalto - Lages - Antúlius e Tereza de Castro - do Museu Thiago de Castro.

Retomada a pauta, foi composta a mesa com as museólogas do Paraná: **Gina Esther Issberner, Maria Regina Furtado, Clarete Maganhott e Elina M. Riboli.** Gina, atual presidente do COREM 5ª Região PR/SC, colocou que a finalidade do COREM é fiscalizar os museólogos e museus, bem como efetuar o registro dos museólogos. Esclareceu as leis que regulamentam a situação dos museólogos provisionados e profissionais com nível superior. A próxima palestrante foi **Maria Regina Furtado**, atual presidente do COFEM, que fez um resumo da administração em 96/97 e colocou algumas dificuldades encontradas pelo COFEM e pelos COREMs, como a falta de sede e salas. Em seguida comentou sobre a revisão da lei de regulamentação e normalização da profissão de museólogo que está sendo realizada, sobre a definição do que é museu, a caracterização do museu brasileiro e a redistribuição regional dos COREMs. Falou também da urgência em se fazer o inventário dos acervos, assim como o tombamento dos mesmos, pois dentro dos meios governamentais há a pretensão de privatizar os pequenos museus, bibliotecas e arquivos, de forma que as instituições que não tiverem seus acervos tombados sairão prejudicadas. Encerrou a palestra mostrando-se muito satisfeita com a criação do NEMU/UFSC e colocou-se à disposição do Núcleo, solicitando que lhe seja enviado material para ser publicado no próximo boletim do COFEM. **Gelci Coelho** fez o encerramento do encontro às 17:30 horas, conclamando os presentes a participarem do próximo encontro em Chapecó.

A reunião foi secretariada, e a ata redigida, por Norberto Depizzolatti da Coordenadoria Executiva do NEMU/UFSC.

Anexo 12: Of. /GR/Nº 353/2000, de 08.dez.2000.Universidade do Oeste de Santa Catarina-UNOESC.



Fonte: Acervo arquivístico: Museu de Arqueologia e Etnologia
Professor Oswaldo Rodrigues Cabral da UFSC/MARQUE.

Anexo 13: Minuta do Termo de Convênio, de 1999. UFSC.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Campus Universitário - Trindade - Caixa Postal 476
CEP: 88.049-900 - Florianópolis - SANTA CATARINA
Tel. (048) - 231-9000 - Telefax: (048) 234-4069

**TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA E**

A **Universidade Federal de Santa Catarina**, doravante denominada simplesmente **UFSC**, sediada no Campus Universitário, S/N - Trindade, Florianópolis-SC, inscrita no CGC/MF sob o nº 83.899.526/0001-82, representada neste ato pelo seu Reitor, Prof. **Rodolfo Joaquim Pinto da Luz**, e o doravante denominada simplesmente....., sediada em(endereço completo)....., inscrita no CGC/MF sob o nº....., representada neste ato pelo Sr.....resolvem celebrar o presente Convênio, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio, tem por objetivo viabilizar o desenvolvimento de ações interdisciplinares relacionadas a questões museológicas e museográficas, visando o seguinte:

1. Integração das unidades museológicas catarinenses em trabalhos Cooperativos em nível regional através de encontros trimestrais;
2. Fomento à discussão, ao desenvolvimento de técnicas e à formulação de políticas museais através de oficinas, palestras, cursos,etc, de capacitação e atualização dos profissionais de museus em SC;
3. Incentivo à expressão das potencialidades das várias instituições museais catarinenses, através da ampliação progressiva dos canais de comunicação entre estas e demais segmentos da sociedade;

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - SÃO OBRIGAÇÕES DA UFSC:

- a. Promover e apoiar as atividades do NEMU.
- b. Promover intercâmbio com outras instituições ligadas à área museológica;
- c. Viabilizar a participação de profissionais para ministrarem cursos, oficinas e proferirem palestras dentro das atividades do NEMU;
- d. Divulgar junto aos meios de comunicação as atividades NEMU;

II - SÃO OBRIGAÇÕES DA (convenente)

- a. Participar das reuniões, encontros e atividades proposta pelo NEMU;
- b. Viabilizar a participação de seu representante nas atividades do NEMU;

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente Convênio, terá vigência a partir de sua assinatura, com validade para 02 (dois) anos.

CLÁUSULA QUARTA - DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser prorrogado o prazo mediante Termo Aditivo, bem como rescindido, de comum acordo entre as partes, observado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, ou unilateralmente, por inadimplemento de quaisquer de suas Cláusulas, de conformidade com a legislação em vigor.

CLAUSULA QUINTA - DO FORO

As questões porventura oriundas deste Convênio, deverão ser, preliminarmente, resolvidas em comum acordo pelas partes convenentes e na impossibilidade disto, fica eleito o Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária de Santa Catarina, para a solução da demanda.

E, por estarem assim de acordo e para validade do que pelas partes foi pactuado, firmam o presente instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor, as partes convenentes, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Florianópolis, de de 1999.

Prof. Rodolfo Joaquim Pinto da Luz
Reitor da UFSC

CONVENENTE

TESTEMUNHAS: 1.

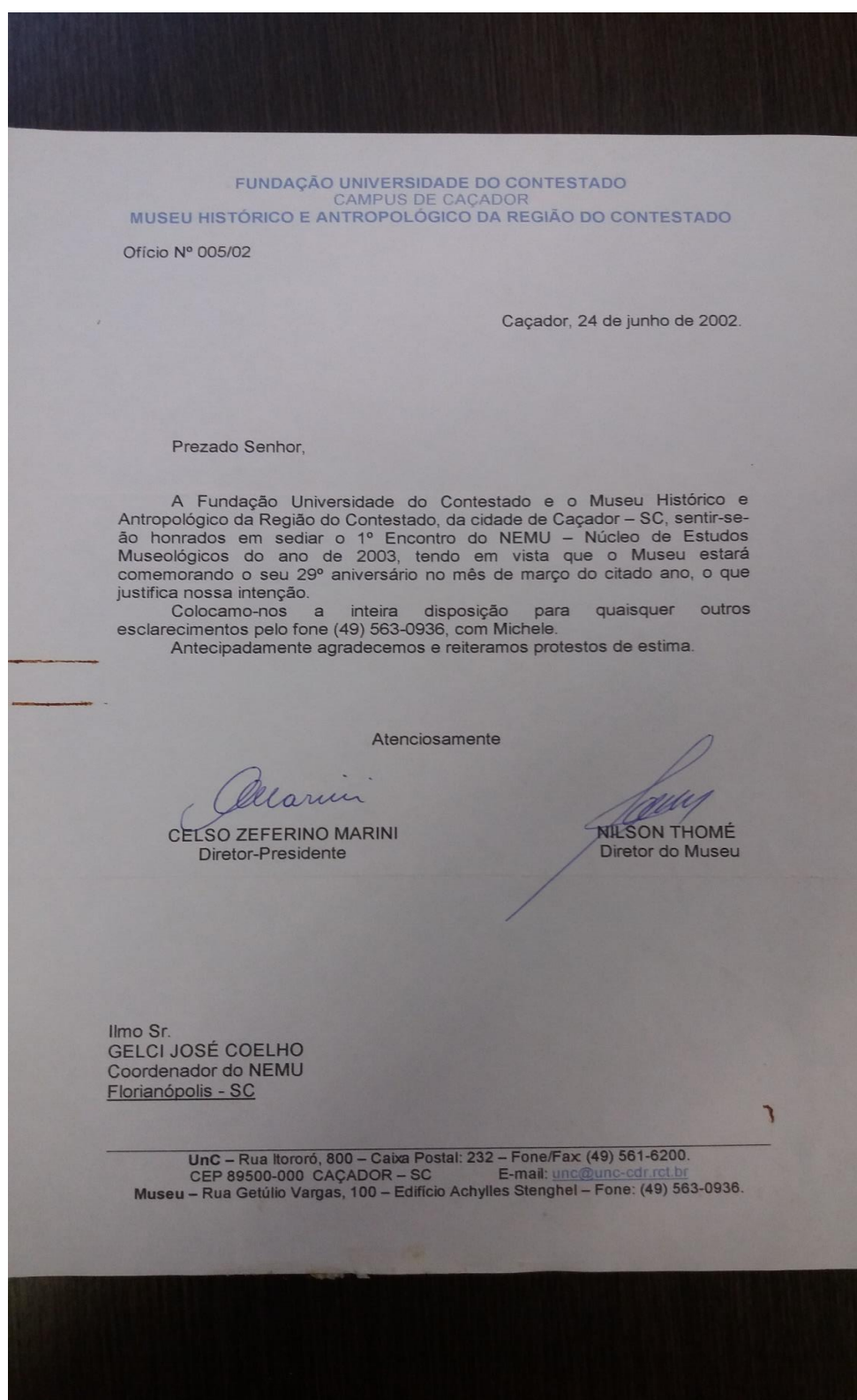
Nome:
RG:

2.

Nome:
RG:

Fonte: Arquivos de Elizabete Neves Pires.

Anexo 14: Ofício Fundação Universidade do Contestado, De Caçador (SC), 24 jun. 2002.



Fonte: Acervo arquivístico: Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral da UFSC/MARQUE.

Anexo 15: Ofício nº 190.MU.04, de 12 jul. 2004. Francisco coordenador NEMU.

MUSEU UNIVERSITÁRIO - UFSC

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Ofício nº 190/MU/04

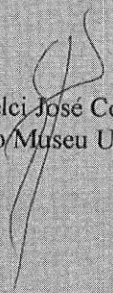
Florianópolis, 12 de julho de 2004.

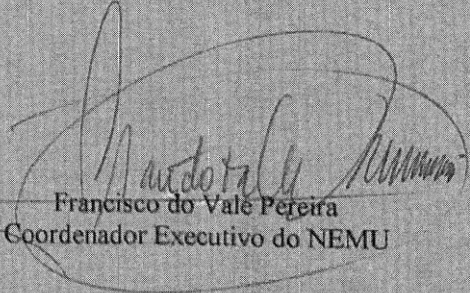
Prezado(a) Senhor(a),

O Núcleo de Estudos Museológicos – NEMU/UFSC, convida V. S^a para uma reunião, a ser realizada no dia 15 de julho próximo, às 9.00 horas, no Auditório do Museu Universitário da UFSC, com a seguinte pauta:

- Sistema Estadual de Museus;
- Reunião com a Secretaria de Organização de Lazer;
- Convênios;
- Avaliação do XXII NEMU.
- Assuntos Gerais.

Atenciosamente,


Gelei José Coelho
Diretor do Museu Universitário


Francisco do Vale Pereira
Coordenador Executivo do NEMU

Museu Universitário Oswaldo Rodrigues Cabral - Campus Universitário - Trindade - Florianópolis - SC - 48 331 9325 - 48 331 8821

Fonte: NEA/SECARTE/UFSC

Anexo 16: Tabela com os Encontros Regionais do NEMU, de 1997 a 2011.

ENCONTROS REGIONAIS PROMOVIDOS PELO NEMU: 1997 A 2011					
DATA	ENCONTRO	MUNICÍPIO	REGIÃO DO ESTADO	Nº OFICINAS TEMÁTICAS	Nº PARTICIPANTES
06/06/97	I Encontro Regional do NEMU Reunião Comissão Executiva	Lages	Serra	Organizacional NEMU GT estruturação NEMU	50
15/08/97	II Encontro Regional do NEMU Reunião Comissão Executiva	Joinville	Norte	Organizacional NEMU Proposta dinâmica NEMU	30
16 e 17/10/97	III Encontro Regional do NEMU Marca o início das oficinas temáticas	Chapecó	Oeste	Mesa-redonda e 01 oficina	25
19 e 20/03/98	IV Encontro Regional do NEMU	Rio Negrinho	Norte	03 oficinas	50
28 e 29/09/98	V Encontro Regional do NEMU	Criciúma	Sul	04 palestras	30
09 a 11/04/99	VI Encontro Regional do NEMU	Itapiranga	Oeste	Palestras Arqueologia	20
16 a 18/06/99	VII Encontro Regional do NEMU	Fraiburgo	Meio-Oeste	02 oficinas	40
06 a 08/10/99	VIII Encontro Regional do NEMU	São Joaquim	Serra	02 oficinas	30
01 a 03/12/99	IX Encontro Regional do NEMU	Rio do Sul	Vale do Itajaí	03 oficinas	40
13 a 15/03/00	X Encontro Regional do NEMU	Videira	Meio-Oeste	03 oficinas	40
26 a 28/06/00	XI Encontro Regional do NEMU	Pomerode	Vale do Itajaí	04 oficinas	50

23 a 25/10/00	XII Encontro Regional do NEMU	Orleans	Sul	05 oficinas	50
ENCONTROS REGIONAIS PROMOVIDOS PELO NEMU: 1997 A 2011					
DATA	ENCONTRO	MUNICÍPIO	REGIÃO ESTADO	Nº OFICINAS TEMÁTICAS	Nº PARTICIPANTES
09 a 11/04/01	XIII Encontro Regional do NEMU	Mafra (SC) e Rio Negro (PR)	Norte SC	06	100
03 a 05/09/01	XIV Encontro Regional do NEMU	Chapecó	Oeste	07	70
26 a 28/11/01	XV Encontro Regional do NEMU	Lages	Serra	09	80
08 a 10/04/02	XVI Encontro Regional do NEMU	Corupá	Norte	08	150
17 a 19/06/02	XVII Encontro Regional do NEMU	Treze Tílias	Meio-Oeste	10	154
23 a 25/09/02	XVIII Encontro Regional do NEMU	Rio do Sul	Vale do Itajaí	08	130
19 a 21/03/03	XIX Encontro Regional do NEMU	Caçador	Meio-Oeste	11	110
28 a 30/07/03	XX Encontro Regional do NEMU	Blumenau	Vale do Itajaí	08	120
26 a 28/04/04	XXI Encontro Regional do NEMU	Gaspar	Vale do Itajaí	08	110 inscritos
28 a 30/07/04	XXII Encontro Regional do NEMU	Concórdia	Meio-Oeste	06	115 inscritos
11 a 13/04/05	XXIII Encontro Regional do NEMU	Urussanga	Sul	08	105 inscritos
25 a 27/07/05	XXIV Encontro Regional do NEMU	Curitibanos	Serra	08	81 inscritos
07 a 09/11/05	XXV Encontro Regional do NEMU	São Francisco do Sul	Norte	08	63

ENCONTROS REGIONAIS PROMOVIDOS PELO NEMU: 1997 A 2011					
DATA	ENCONTRO	MUNICÍPIO	REGIÃO DO ESTADO	Nº OFICINAS TEMÁTICAS	Nº PARTICIPANTES
23 a 26/04/06	XXVI Encontro Regional do NEMU	Porto União	Norte	08	95
03 a 06/09/06	XXVII Encontro Regional do NEMU	Laguna	Sul	11	x
18 a 21/03/07	XXVIII Encontro Regional do NEMU	Caçador	Meio-Oeste	06	x
26 a 29/08/07	XXXIX Encontro Regional do NEMU	São José	Grande Fpolis	11	x
09 a 12/11/08	XXX Encontro Regional do NEMU	Brusque	Vale do Itajaí	06	x
02 a 05/08/09	XXXI Encontro Regional do NEMU	Porto Belo	Grande Fpolis	06	x
02 a 05/05/10	XXXII Encontro Regional do NEMU	Itapiranga	Oeste	07	x
10 a 13/07/11	XXXIII Encontro Regional do NEMU	Itajaí	Vale do Itajaí	07	x
100 DIAS / 30d = 3 meses e 3 dias	33 ENCONTROS	28 MUNICÍPIOS 5 municípios = contemplados 2 X	[1] Oeste= 4; [2] Meio Oeste= 6; [3] Serra= 4; [4] Sul= 4; [5] Gde. Fpolis= 2; [6] Vale Itajaí = 7 [7] Norte= 6	190 OFICINAS TEMÁTICAS 1 MESA-REDONDA 5 PALESTRAS	1.527 PARTICIPANTES 411 INSCRITOS

Fonte: Planilha elaborada pela autora utilizando dados dos documentos encontrados: NEA/SECARTE/UFSC, MARquE/UFSC e arquivos de Elizabete Neves Pires.

Anexo 17: Fôlder Encontro Regional do NEMU: Rio Negro (PR) e Mafra (SC).

TAXA DE INSCRIÇÃO: R\$ 30,00 (trinta reais).
 DEPÓSITO NO BANCO HSBC - BAMERINDUS
 AGÊNCIA 0144 - Cc.04003-07 - ACI MAFRA
 ENVIAR COMPROVANTE DE DEPÓSITO E FICHA DE INSCRIÇÃO
 NO ENDEREÇO DE COORDENAÇÃO. ESTA TAXA DARÁ DIREITO AO
 CREDENCIAMENTO, PARTICIPAÇÃO INTEGRAL, CERTIFICADO E
 TRANSPORTE ENTRE HOTEL, LOCAIS DE ALMOÇO, LOCAIS
 DO EVENTO E DAS ATIVIDADES PRÁTICAS DE CAMPO.

VAGAS: 70(setenta).

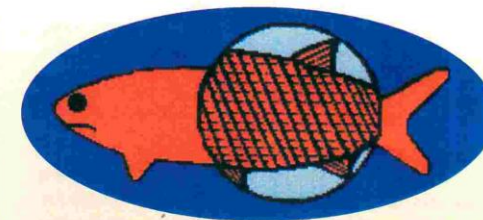
INFORMAÇÕES:

LOSPEDAGEM - Hotel Susin - Mafra/SC.
Hotel Emacite - Mafra/SC.

ALIMENTAÇÃO - Restaurante Status - Mafra/SC.
 RESERVAS E INFORMAÇÕES GERAIS NA VIA ÁPICA TURISMO -
 RISCILA G. MANFREDINI SAWAYA
 FONES/FAX: (47) 642-5001
 (47) 642-4567

COORDENAÇÃO:
 RUPU CENPÁLEO
 ENDEREÇO: CENPÁLEO - UNC
 AV. PRESIDENTE NEREU RAMOS, 1071
 CEP 89.300-000 - MAFRA/SC.
 FONE: (47) 642-3059 RAMAL 214
 FAX: (47) 642-3059 RAMAL 201
 E-MAIL: cenpaleo@unc-mfa.rct-sc.br

PATROCÍNIO:



09,10 e 11 de Abril de 2001
Mafra-SC e Rio Negro-PR

XIII ENCONTRO DO NÚCLEO DE ESTUDOS MUSEOLÓGICOS

NEMU

Mafra-SC e Rio Negro-PR
09, 10 e 11 de Abril de 2001

O QUE É O NEMU?

Por iniciativa do Prof. Gelci J. Coelho, diretor do Museu Universitário O.R. Cabral, da UFSC, com a colaboração de Elizabete Neves Pires, Gerência de Organização e Funcionamento de Museus da Fundação Catarinense de Cultura, entre outros, tem sido realizado um extraordinário trabalho de cadastramento, apoio e orientação técnica aos mais de 100 museus existentes em Santa Catarina. Essas atividades são realizadas em diferentes municípios, que são conhecidos como encontros do NEMU. No fim do XII Encontro, que ocorreu em Órleans, em outubro do ano passado, a cidade de Mafra foi sugerida para sediar o encontro seguinte em virtude de sua posição geográfica e pela existência do projeto CENPÁLEO e de seu Museu da Terra e da Vida. Como tem sido a política do CENPÁLEO, acatada pelo NEMU, este encontro se caracterizará também pela maior abrangência geográfica, incluindo participantes de outros estados. Portanto para caracterizar esta maior abrangência, o evento se iniciará em Rio Negro/PR, continuando em Mafra/SC, sendo sua organização um esforço conjunto das duas comunidades, além do próprio NEMU.

COORDENAÇÃO LOCAL: Grupo CENPÁLEO
Endereço: CENPÁLEO - UNC, Av. Pres. Nereu Ramos, 1071
CEP: 89.300-000 - Tel.: (47) 642-3059 ramal 214
e-mail: cenpaleo@unc-mfa.rect-sc.br

PROGRAMA PRELIMINAR

DIA 09/04 - SEGUNDA FEIRA

8:00 às 9:00h. - INSCRIÇÃO E CREDENCIAMENTO

9:30h. - ABERTURA OFICIAL DO XIII ENCONTRO DO NEMU
LOCAL: PALÁCIO SERÁFICO - PREF. DE RIO NEGRO
RUA JUVENAL FERREIRA PINTO, Nº 2.070 - SEMINÁRIO - RN/PR

10:00h. - PALESTRAS

1ª Palestra: PROF. DR. OSCAR RÖSLER.
COORDENADOR DO CENPÁLEO (CENTRO PALEONTOLÓGICO DE MAFRA/SC E RIO NEGRO/PR)

2ª Palestra: DR. CARLOS R.F. BRANDÃO.
DIRETOR CIENTÍFICO DO MUSEU DE ZOOLOGIA DA USP, SÃO PAULO/SP.

3ª Palestra: PROF. JOSÉ MAURO M. LOUREIRO.
DIRETOR DA ESCOLA DE MUSEOLOGIA DA UNIRIO/RJ.

12:00h. - ALMOÇO

14:00h. - OFICINAS TEMÁTICAS

CINCO OFICINAS TEMÁTICAS SIMULTÂNEAS
LOCAL: UNIVERSIDADE DO CONTESTADO
AVENIDA PRESIDENTE NEREU RAMOS, 1071 - MAFRA/SC

A) FUNÇÃO SOCIAL DO MUSEU

PROF. DR. JOSÉ MAURO MATHEUS LOUREIRO - DIRETOR DA ESCOLA DE MUSEOLOGIA DA UNIRIO/RJ.

B) DOCUMENTAÇÃO DE ACERVO MUSEOLÓGICO

HÉLINA SAMYRA DE SOUZA BAUMEL - CHEFE DA DIVISÃO TÉCNICA - IO SR/IPHAN - PARANÁ.

C) EDUCAÇÃO EM MUSEUS

PROF. DR. ELISABETE TAMANINI - DIRETORA DO CURSO DE TURISMO DO IELUSC - JOINVILLE.

D) FÓSSAIS, MINERAIS E ROCHAS

Reconhecimento, Linguagem e Curadoria - LUIZ WEINSCHUTZ, CHRISTIAN NEHLS E OSCAR RÖSLER - EQUIPE CENPÁLEO/UNC - MAFRA/SC.

E) COMUNIDADE E PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL

PROFª VIRGÍNIA GRACE RAMOS - IELUSC - JOINVILLE/SC

16:00h. - CAFÉ
16:15h. - OFICINAS TEMÁTICAS
18:00h. - COMUNICAÇÕES

DIA 10/04 - TERÇA FEIRA

8:00h: OFICINAS TEMÁTICAS
10:00h: CAFÉ
10:15h: OFICINAS TEMÁTICAS
12:00h: ALMOÇO
14:00h: OFICINAS TEMÁTICAS
16:00h: CAFÉ
16:15h: OFICINAS TEMÁTICAS
18:00h: COMUNICAÇÕES ORAIS, EM NÚMERO MÁXIMO DE 5 (CINCO), CADA UM COM DEZ MINUTOS DE DURAÇÃO. DEVERÃO SER INSCRITAS POR OCASIÃO DO ENVIO DO FORMULÁRIO EM ANEXO. SUA INCLUSÃO NO PROGRAMA SERÁ POR ORDEM DE RECEBIMENTO PELA COMISSÃO DE PROGRAMA.
20:00h: JANTAR DE CONFRATERNIZAÇÃO

DIA 11/04 - QUARTA FEIRA

8:00h: ATIVIDADES PRÁTICAS DE CAMPO
12:00h: ALMOÇO
13:30h: TÉRMINO DOS TRABALHOS DAS OFICINAS
14:00h às 17:00h: APRESENTAÇÃO DAS CONCLUSÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO

ATENÇÃO:

Paralelamente às OFICINAS TEMÁTICAS ocorrerá o MERCADO DE IDÉIAS sob forma de painéis. Estarão disponíveis 12 painéis com largura útil de 1m. O critério de inclusão será também o da ordem de inscrição.

Anexo 18: Relação dos municípios que participaram das reuniões do NEMU, sem data.

Municípios do Estado de Santa Catarina que participam das Reuniões do NEMU

- 1.ÁGUAS MORNAS
- 2.ARARANGUÁ
- 3.BALNEÁRIO BARRA DO SUL
- 4.BELA VISTA DO TOLDO
- 5.BLUMENAU
- 6.BOCAINA DO SUL
- 7.BOMBINHAS
- 8.BRUSQUE
- 9.CAÇADOR
- 10.CAMBORIÚ
- 11.CAMPOS NOVOS
- 12.CANOINHAS
- 13.CHAPECÓ
- 14.CONCÓRDIA
- 15.CORUPÁ
- 16.CURITIBANOS
- 17.CRICIÚMA
- 18.DESCANSO
- 19.DONA EMA
- 20.ERVAL VELHO
- 21.FRAIBURGO
- 22.FLORIANÓPOLIS
- 23.GAROPABA
- 24.GASPAR
- 25.GRAVATAL
- 26.GUARACIABA
- 27.HERVAL DO OESTE
- 28.IBIPORÃ
- 29.IBIRAMA
- 30.IÇARA
- 31.ILHOTA
- 32.INDAIAL
- 33.IPIRA
- 34.IPORÃ DO OESTE
- 35.ITAIÓPOLIS
- 36.ITAJAÍ
- 37.ITAPIRANGA
- 38.ITUPORANGA
- 39.JACINTO MACHADO
- 40.JARAGUÁ DO SUL
- 41.JOAÇABA
- 42.JOSÉ BOITEUX
- 43.JOINVILLE

- 44.LUÍS ALVES
- 45.LAGES
- 46.LONTRAS
- 47.MAFRA
- 48.MAJOR GERCINO
- 49.MARAVILHA
- 50.MARCAJÁ
- 51.MASSARANDUBA
- 52.MODELO
- 53.MORRO DA FUMAÇA
- 54.NAVEGANTES
- 55.NOVA ERECHIM
- 56.NOVA TRENTO
- 57.ORLEANS
- 58.OTACÍLIO COSTA
- 59.PARAÍSO
- 60.PENHA
- 61.PINHALZINHO
- 62.PINHEIRO PRETO
- 63.POMERODE
- 64.RIO DAS ANTAS
- 65.RIO DO SUL
- 66.RIO NEGRINHO
- 67.RIO DO OESTE
- 68.SALTO VELOSO
- 69.SANAT ROSA DO SUL
- 70.SÃO BENTO DO SUL
- 71.SÃO FRANCISCO DO SUL
- 72.SÃO JOAQUIM
- 73.SÃO JOSÉ
- 74.SÃO MIGUEL DO OESTE
- 75.S. PEDRO DE ALCÂNTARA
- 76.SOMBRIO
- 77.SEARA
- 78.TAIÓ
- 79.TIJUCAS
- 80.TRÊS BARRAS
- 81.TREZE TÍLIAS
- 82.TUBARÃO
- 83.TUNÁPOLIS
- 84.URUBICI
- 85.URUSSANGA
- 86.VIDEIRA

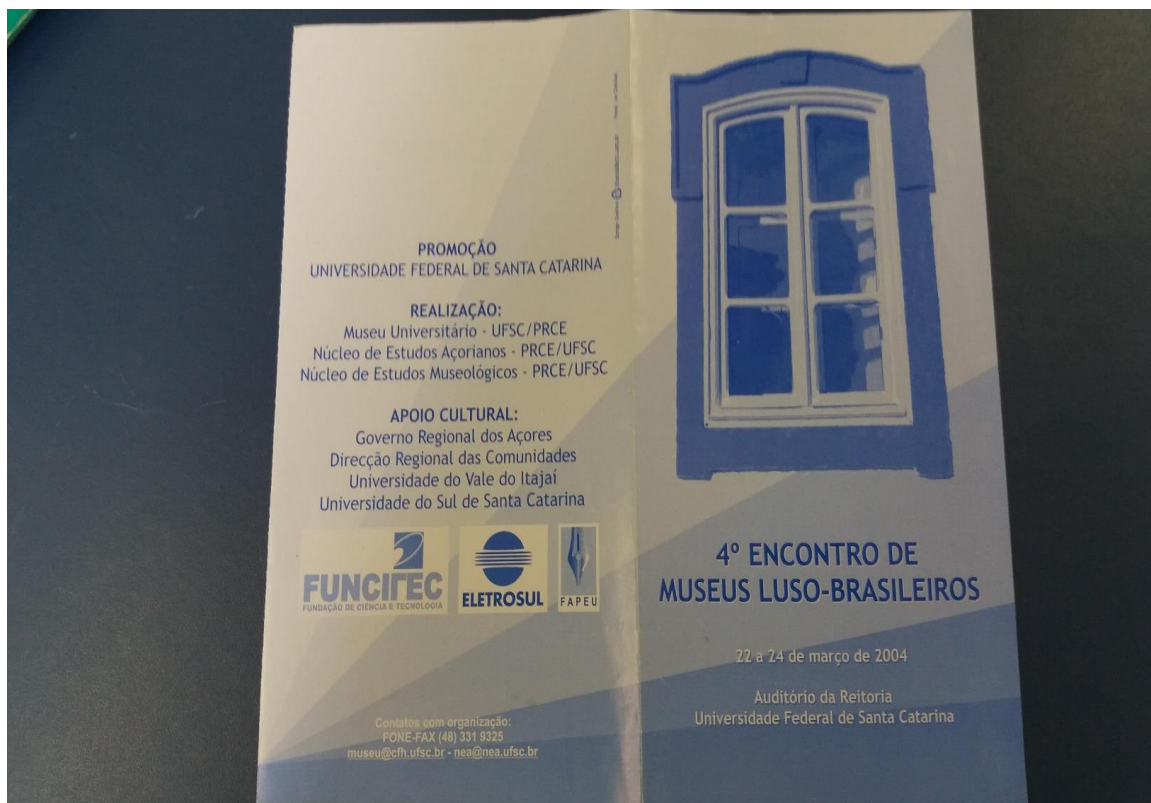
MUNICÍPIOS DE OUTROS ESTADOS

- 1.SANTA HELENA - PR
- 2.MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR
- 3.PATO BRANCO - PR
- 4.ROLÂNDIA - PR
- 5.NOVO HAMBURGO - RS
- 6.CURITIBA - PR
- 7.CARAZINHO - RS
- 8.TRINDADE DO SUL **RS***
- 9.LONDRINA - PR
- 10.PIÊN - PR
- 11.RIO DE JANEIRO - RJ
- 12.RIO NEGRO - PR
- 13.MISSAL - PR
- 14.SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR
- 15.TIBAGI - PR
- 16.CAMPO MOURÃO - PR
- 17.APUCARANA – PR

*Informação inserida por Marli Favero. 06 dez. 2019.

Fonte: Arquivos de Elizabete Neves Pires.

**Anexo 19: Fôlder do IV Encontro de Museus Luso-Brasileiros. Campus UFSC/
Florianópolis (SC)**



22/03 - SEGUNDA-FEIRA

- 09:00-Credenciamento
09:30-Abertura Oficial
10:00-Confabulações Degustativas
10:30-Conferência de Abertura "Museus nos Açores: A experiência numa cidade património mundial".
Conferencista: Dr. Francisco dos Reis Maduro Dias (responsável pela tombamento da Cidade de Angra de Heroísmo como Património da Humanidade junto a UNESCO e diretor do Museu Histórico de Angra/Iha Terceira/Açores/Portugal).
12:00-Almoço - Visitar Espaço Cultural do NEA, Engenho de Fabricar Farinha de Mandioca do MU, Obras do novo pavilhão do MU e Galeria de Arte da UFSC.
13:30-Painel: Instituições Culturais do Litoral Catarinense
Museu Etnográfico Casa dos Açores - Biguaçu
Museu da Baleia - Imbituba
Instituto Boi-de-Mamão - Bombinhas
Casa da Memória - Florianópolis
Museu Histórico Municipal - Itajaí
Museu Histórico - São José
15:30-Confabulações Degustativas
16:00-Painel: Museus Luso-Brasileiros no Sul do Brasil com representantes PR, RS e SC (Fpolis, Laguna e S. Fco Sul)
-Museu de Etnologia e Arqueologia de Paranaguá-PR
-Museu Histórico de São Francisco do Sul-SC
-Museu Histórico de Laguna-SC
-Museu Açoriano Sul-Rio-Grandense - RS
-Ecomuseu do Ribeirão da Ilha e Fundação Cultural Açorianista-SC
18:00-Apresentações Folclóricas
18:30-Degustação de produtos de referência cultural

23/03 - TERÇA-FEIRA

- 09:00-Patrimônio e Cultura como base de desenvolvimento e turismo: educação patrimonial e museus/perspectivas para o desenvolvimento local. Palestrante: Profª. Drª. Elizabete Tamanini (IELUSC/Joinville).
10:30-Confabulações Degustativas
11:00-Mesa Redonda
Núcleo de Estudos Museológicos - NEMU
Núcleo de Estudos Açorianos - NEA
Casa dos Açores Ilha de Santa Catarina-CAISC
Consulado de Portugal
12:30-Almoço-Visitar Espaço Cultural do NEA, Engenho de Fabricar Farinha de Mandioca do MU, Obras do novo pavilhão do MU e Galeria de Arte da UFSC.

- 14:00-Apresentação do vídeo: Fortalezas Históricas da Ilha de Santa Catarina
14:30-Visita Guiada à Fortaleza São José da Ponta Grossa
Coordenação: Gelci José Coelho
16:00-Convescote e possibilidade de banho de mar
17:30-Retorno

24/03 - QUARTA-FEIRA

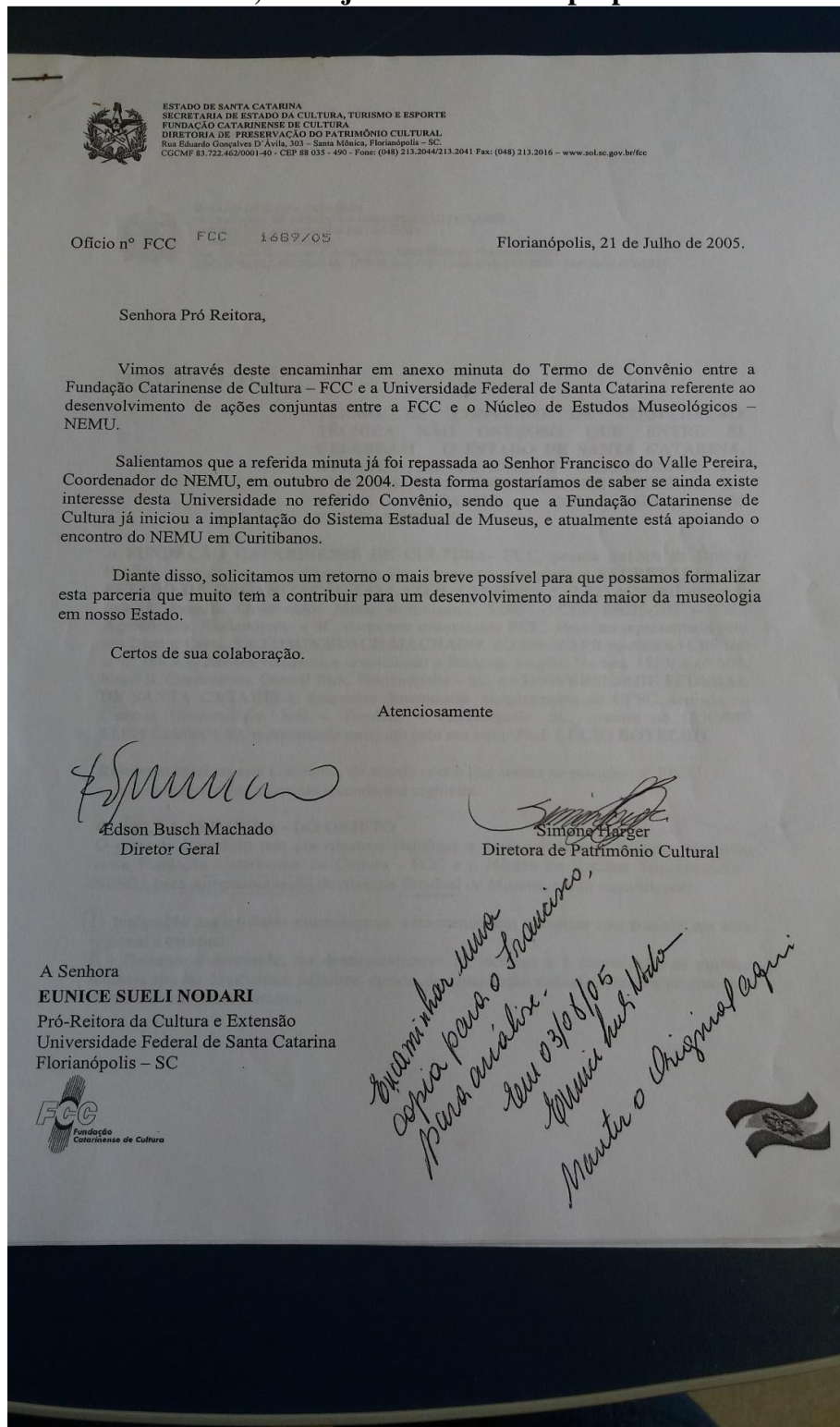
- 09:00-Patrimônio, Graça e Honra: categorias do pensamento açoriano. Palestrante: Prof. Dr. José Reinaldo dos Santos Gonçalves (UFRJ)
10:30-Confabulações Degustativas
11:00-Museu e Patrimônio Imaterial: campo aberto para práticas educacionais. Palestrante: Prof. Dr. Mário Chagas (Museu da República/RJ).
12:30-Almoço-Visitar Espaço Cultural do NEA, Engenho de Fabricar Farinha de Mandioca do MU, Obras do novo pavilhão do MU e Galeria de Arte da UFSC.
14:00-"Andando na Cidade" Visita de observação e estudos dos seguintes espaços culturais de herança luso-brasileira no centro histórico de Florianópolis: Museu Forte Santana, Fortaleza Santa Bárbara, Museu Casa Victor Meirelles, Museu Histórico Palácio Santa Catarina, Casa do Artista Popular e Mercado Público. Coordenação: Gelci José Coelho - Peninha.
16:30-Chá com biscoitos no MHPS
19:00-Comes e bebes ao gosto do freguês no Mercado Público
Apresentação: MPB com Neném Maravilha
O conagração do Evento será neste Museu Vivo sentindo-se odores, sons e sabores do cotidiano do povo Ilhéu.

EXPOSIÇÕES:

- Herança da Cultura Açoriana, fotografias dos Alunos do SENAC, orientados pelos professores André Sielski, Mauro Goulart e Luiz Fernando Albalustro.
- AÇOR Festa da Cultura Açoriana de Santa Catarina com fotos de Francisco do Vale Pereira e Joi Clétison.
- Cerâmica Figurativa de Eduardo Souza e Raquel Silva
- Rendas de Bilro de Sílvia Maria Vieira
- Artesanato em Crivo de Rute Silva da Costa
- Cerâmica Utilitária/torno demonstração com Tânia Regina Inácio Fernandes
- Engenho de fabricar farinha de Mandioca do Seu Zico demonstração no pátio do M.U.

Fonte: NEA/SECARTE/UFSC.

Anexo 20: Ofício FCC 1689/05, de 21 jul. 2005. Minuta proposta convênio FCC-UFSC.





ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ORGANIZAÇÃO DO LAZER
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA
CONSULTORIA JURÍDICA
Rua Eduardo Gonçalves D'Ávila, 303 – Santa Mônica – Florianópolis/SC.
CGCMF 83.722.462/0001-40 - CEP 88.035-490 - Fone: (048) 213-2000 - Fax: (048) 213-2021

CONVÊNIO N.º FCC-

TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA NÃO ONEROSO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA,
ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO CATARINENSE DE
CULTURA E A UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA, COM SEDE EM
FLORIANÓPOLIS.

A FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA- FCC, pessoa jurídica de Direito Público, ente de caráter cultural, sem fins lucrativos, vinculada a SECRETARIA DE ESTADO DA ORGANIZAÇÃO DO LAZER, CNPJ/MF n.º 83.722.462/0001-40, com sede à Avenida Governador Irineu Bornhausen, 5.600 – CEP 88025-202 – CIC, Agrônômica, Florianópolis – SC, doravante denominada FCC, neste ato representada pelo seu Diretor Geral, SR EDSON BUSCH MACHADO, RG 839.202 PR inscrito no CPF sob o n.º 168.936.209-00, residente e domiciliado a Rodovia Virgílio Várzea, 1510, apto 501, bloco B, Condomínio Central Park, Florianópolis – SC, e a UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, doravante denominada simplesmente de UFSC, sediada no Campus Universitário, S/N – Trindade – Florianópolis- SC, inscrita no CGC/MF 83.899.526/0001-82, representada neste ato pelo seu reitor Prof. LÚCIO BOTELHO.

Resolvem celebrar este Convênio, de acordo com o que consta no processo n.º PFCC o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objetivo viabilizar o desenvolvimento de ações conjuntas entre Fundação Catarinense de Cultura - FCC e o Núcleo de Estudos Museológicos - NEMU, para a implementação do Sistema Estadual de Museus, assim especificado:

- I - Integração das unidades museológicas catarinenses em trabalhos cooperativos em nível regional e estadual.
- II - Fomento à discussão, no desenvolvimento de técnicas e à formulação de políticas museais através de oficinas, palestras, cursos, de capacitação e atualização dos profissionais de museus em Santa Catarina.



III - Incentivo à expressão das potencialidades das várias instituições museais Catarinenses, através da ampliação progressiva dos canais de comunicação entre estas e os demais segmentos da sociedade.

IV - Unificação de informações do banco de dados do Sistema Estadual de Museus/FCC e das atividades do NEMU.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL
O presente Convênio é regido na forma do que determina o Decreto Estadual nº 307/03 e artigo 116, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SÃO OBRIGAÇÕES DO NEMU/ FCC:

- I. Promover e apoiar as atividades da Fundação Catarinense de Cultura - UFSC, quanto ao desenvolvimento da Política Estadual de Museus, através do NEMU;
- II. Viabilizar a participação de profissionais do NEMU, para ministrarem cursos, oficinas e proferirem palestras dentro das atividades do Sistema Estadual de Museus; (contribuição)
- III. Promover a divulgação das atividades, ações e eventos do NEMU/FCC.

SÃO OBRIGAÇÕES DA FCC - NEMU:

- I. Promover e apoiar as atividades do NEMU, no desenvolvimento da Política Estadual de Museus;
- II. Viabilizar o intercâmbio de técnicos para o desenvolvimento da área museológica; (?)
- III. Promover a divulgação das atividades, ações e eventos da FCC/NEMU.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

O prazo do presente Convênio expirar-se-á no dia 31 de dezembro de 2006, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo. Fee →

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O presente Convênio terá vigência a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 116, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

?
não é uma
PCC?



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ORGANIZAÇÃO DO LAZER
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA
CONSULTORIA JURÍDICA
Rua Eduardo Gonçalves D'Ávila, 303 - Santa Mônica - Florianópolis/SC.
CGCMF 83.722.462/0001-40 - CEP 88.035-490 - Fone: (048) 213-2000 - Fax: (048) 213-2021

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido, de comum acordo entre as partes, observado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias ou unilateralmente, por inadimplemento de quaisquer de suas Cláusulas, de conformidade com a legislação em vigor.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

As questões porventura oriundas deste Convênio, deverão ser, preliminarmente, resolvidas em comum acordo pelas partes convenientes e na impossibilidade disto, fica eleito o Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária de Santa Catarina, para a solução da demanda.

E por estarem assim de acordo e para validade do que pelas partes foi pactuado, firmam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, as partes convenientes, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Florianópolis SC,

DEP. GILMAR KNAESEL
SECRETARIO DE ESTADO
DA ORGANIZAÇÃO DO LAZER

EDSON BUSCH MACHADO
DIRETOR GERAL
FUNDAÇÃO CAT. DE CULTURA

LÚCIO BOTELHO
REITOR DA UFSC

JORGE DANILO HEXSEL

VALMIR ALBINO MARTINS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ORGANIZAÇÃO DO LAZER
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA
CONSULTORIA JURÍDICA
Rua Eduardo Gonçalves D'Ávila, 303 - Santa Mônica - Florianópolis/SC.
CGCMF 83.722.462/0001-40 - CEP 88.035-490 - Fone: (048) 213-2000 - Fax: (048) 213-2021

151.643.650-49

TESTEMUNHA

098.663.109-49

TESTEMUNHA

Anexo 21: Registro de Ata de reunião do NEMU, de 2 de janeiro de 2004.

Reunião NEMU / UFSC

Data: 02 de janeiro de 2004.

Presentes:

Elizabete / Fpolis

Fernando Romero / Fpolis

Peninha / Museu UFSC

Vera – São José

Gabriel / Blumenau Sec. de Cultura

Judite e Gerson / Joinville

Angela Paiva

Katiane

Denise e Andréa / FCC

Josiane / Chapecó

Micheli / Caçador

Iáscara / Lages

Francisco / UFSC

Mteresa / Fpolis

Pauta:

- 1- Programação para a Semana Nacional de Museus a pedido do Ministério da Cultura;
- 2- Reestruturação do NEMU
Decreto de criação / Estatuto do NEMU: leitura e discussão.
- 3- Geral

Betinha se compromete a encaminhar o Texto feito pelo Eixo 7, que já foi encaminhado ao MINC a todos os participantes da reunião para conhecimento.

1- Programação da Semana nacional de Museus

O Ministério da Cultura encaminhou carta para instituições públicas e privadas e participantes do NEMU que estão no mailing do Nascimento solicitando empenho para a organização de uma programação de Santa Catarina para a Semana Nacional de Museus.

Betinha apresentou a sugestão já discutida com o Reitor da UFSC Senhor Lúcio Botelho:

- Inauguração do Centro Cultural e de Convenções da UFSC;
- Desenvolvimento de um vídeo sobre os museus de SC que será mostrado na inauguração;
- Organização de uma exposição de banners dos museus que será apresentada no Centro Cultural na sua inauguração.

O vídeo será desenvolvido pela departamento de jornalismo da UFSC e outros parceiros.

Os Banners serão desenvolvidos pelas entidades museológicas e suas mantenedoras.

O NEMU encaminhará ofício aos participantes do NEMU, às prefeituras e secretárias de cultura comunicando sobre a Semana Nacional de Cultura e solicitando que cada um faça o banner dos museus de sua cidade, apresentando o formato com as dimensões e o tipo de material pois a exposição será itinerante, além de incluir alguns itens de extrema importância sobre o museu e seu funcionamento. Tal como: tipologia, horário de funcionamento, endereço, etc. Os representantes das regiões presentes (Chapecó, Caçador, Joinville, Blumenau, Fpolis, São José, Pomerode e lages) na reunião ficaram responsáveis em divulgar e comunicar outros museus de sua região e regiões próximas.

Denise Magda Administradora do Museu da Imagem e do Som comunica que a Fundação Catarinense de Cultura estará realizando uma reunião amanhã dia 05/02 para discutir a programação da Semana conforme solicitação do Ministério.

Betinha coloca que o MINC está organizando um evento no RJ para a comemoração da Semana.

2- Reestruturação do NEMU

Angela coloca sobre a necessidade de organização do NEMU.

Josiane pergunta sobre o funcionamento do NEMU em sua estrutura organizacional e ligação com a UFSC. Pergunta se tem orçamento definido para desenvolvimento de suas atividades. Fala da importância de sua organização como estrutura e vinculação institucional com a UFSC como forma de reforço para suas ações e credibilidade para realização de convênios e parcerias com outras instituições culturais. A UFSC é sua mantenedora, para tal precisa disponibilizar a estrutura mínima. Pergunta também sobre seus membros, quem são os membros oficiais dentro de sua estrutura de Coordenação, como cita a portaria.

Francisco explica que o NEMU é ligada a Pró-Reitoria de extensão da UFSC e tem recebido apoio no Senhor Lucio Botelho que era vice reitor e agora assumiu o cargo de Reitor. Que inclusive nas últimas eleições para Reitoria as ações para com o NEMU forma pauta de campanha de dois candidatos. Isto porque o NEMU já alcançou excelente resultados como um núcleo de estudos e que vem desenvolvendo um trabalho de credibilidade junto ao estado. É um núcleo de estudos que saiu das paredes da universidade e realmente fez jus ao termo extensão, e que conseguiu auto sustentação institucional. É um braço da UFSC.

E que foi em frente por causa da abnegação e dedicação de pessoas ligadas diretamente a sua estrutura: Betinha e o Peninha. Todos concordaram com isto.

A discussão prossegue falando sobre a importância de realizar os convênios entre outras instituições.

Angela fala da importância de reativar os convênios já firmados com o NEMU a algum tempo. Enviar correspondência para as instituições destes convênios pra ver do interesse de continuar e abrir para outras instituições também.

Peninha sugere que estes conveniados e outras cidades/museus realizem eventos através dos Núcleos regionais provocando a participação de todos membros do NEMU. Os núcleos regionais sempre meta do NEMU.

Andréia comenta que o NEMU sofreu uma crise depois que a FCC banuiu de sua estrutura a gerencia de Museus e no mesmo momento a Betinha saiu do cargo que ocupava na FCC, porque a FCC era como uma central, junto com a UFSC. O NEMU perdeu um pouco de sua estrutura. Comenta também sobre a falta de recursos do NEMU.

Betinha defende que sua saída não impediu a continuidade de seus trabalhos no NEMU.

Iáscara diz que a crise é o *salto de qualidade* do NEMU. É o desafio do NEMU para garantir o avanço de seus trabalhos. Para abrir as discussões de como será o NEMU daqui pra frente.

Josiane diz que é preciso buscar os novos objetivos: efetivar as parcerias com as instituições, pensar na participação junto ao Sistema Nacional de Museus, buscar orçamentos para suas atividades, dar uma característica institucional, formalizar sua situação com a UFSC. Ter o NEMU oficializado com nomes, orçamentos, ações e convênios.

Roseli questiona sobre quem vai administrar o Sistema Estadual de Museus.

Angela coloca que o NEMU até agora é reconhecido como um movimento e não como uma instituição. Andreia diz que a FCC esta pensando em repassar a responsabilidade de gerenciamento do Sistema para o NEMU.

Iáscara diz que é absurdo, isto é função do estado, faz parte de uma política cultural, o NEMU pode ser um de seus braços . Um parceiro, ter um representante legal em uma comissão. O NEMU é um realizador e precisa ser reconhecido como tal. O SEM deve ser papel da FCC com parcerias e gerenciamento junto a outros órgãos e instituições.

Formação de grupos de trabalho para desenvolver propostas sobre a estrutura e as próximas ações do NEMU:

- 1- Estruturação institucional: Francisco (coordenador), Iáscara, Andréia e Roseli.
- 2- Regionalização: Josiane(coordenadora), Michelle, Judite e Betinha
- 3- Sistema: Denise, Fernando(coordenador), Gerson e Katiane.
- 4- Divulgação, comunicação e articulação: Vera, Angela, Gabriel, Peninha e Teresa (coordenador)

Próxima reunião marcada para o dia 15 de março de 2004 na cidade de Lages.

Geral:

- Peninha divulgou sobre o **IV Encontro dos Museus Luso Brasileiros** que acontecerá nos dias 22,23 e 24 de março em Fpolis.
- Angela e Fernando comunicaram sobre a realização do Curso de Museologia na FEBAVE em Orleães

Formação de primeira turma com início a partir de março. Preenchimento das vagas até fim de fevereiro. Duração 4 anos. Aulas todas as sextas e sábados.

Contatos: febave@febave.org.br

Fone: 48-4662722

- Betinha se compromete a encaminhar o Texto feito pelo Eixo 7, que já foi encaminhado ao MINC a todos os participantes da reunião para conhecimento

Fonte: Arquivos Elizabete Neves Pires.

8 APÊNDICES

APÊNDICE A – Entrevista transcrita de Francisco do Vale Pereira.

Marli: Hoje é 5 de novembro de 2019, sou acadêmica Marli Fávero, de Museologia, trabalho de TCC, e o entrevistado de hoje é o Francisco do Vale Pereira, que coordenou por muito tempo o NEMU – Núcleo de Estudos Museológicos. E vamos saber dele o que ele pode contribuir então. Agradeço desde então a entrevista. Obrigada.

Francisco: Então vamos a isso, não é? É... Com relação, assim, à criação, ou podemos chamar fundação ou concretização, eu prefiro dizer assim, a concretização de ações nessa área da Museologia, do campo museal, da estruturação da Museologia, não só em Santa Catarina, mas como no Brasil, né, se se tomar o ano de 1997, né, como tendo um documento real, né, um documento que trata dessa questão, da criação do NEMU, eu efetivamente, nesse dia, da criação, melhor, nesse período, eu não estava aqui em Florianópolis, não participei da criação, em 1997, mas lembro que antes de 1997, mesmo já em 1995 e 1996, 1995, 1996, nós tivemos uma série de reuniões e encontros preparatórios para a criação do NEMU. Esses encontros foram realizados no Museu Universitário, no auditório do Museu Universitário e participavam pessoas já envolvidas com os encontros de museus catarinenses, né? Encontros pra discutir, planejar, organizar, trocas experiências daquilo que se fazia nos museus à época e então... uma comissão foi formada pra dar esse corpo, né, pra dar essa estruturação ao NEMU. E lembro que participavam pessoas como a Angela Paiva, a Sueli Petry, de Blumenau, a Rute... não vou lembrar o sobrenome dela, mas a Rute que era a responsável do museu da... da UNISUL, o museu universitário, hoje da UNISUL, a própria Angela Paiva também participou disso, o professor Nereu do Vale Pereira.... É... em algumas ocasiões também a Teresa Collares também esteve presente. Ora ela, ora outras pessoas que tavam no caso representando a Fundação Catarinense de Cultura. É... o Eugênio Lacerda também participou disso. É... Então, um grupo de pessoas, essa comissão trabalhou durante alguns anos, digamos, entre 1995 e 1996 até estruturar um encontro onde foi efetivamente foi criado o NEMU. Como eu disse, como eu tava no exterior, e nesse período então eu não participei da criação do NEMU, é... mas já em 1999 eu reintegrei à universidade, então eu tava aqui, estava já trabalhando e atuando dentro do NEMU, dentro das ações do NEMU... (Marli: Eras da pró-reitoria?) Sim... (Marli: Como servidor...) Sim, até porque eu era servidor, como ainda continuo servidor, vinculado à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão... (Marli: Ok...) Aonde o NEMU foi criado, não é? Então ele foi criado pra ser um órgão da Universidade Federal de Santa Catarina. E competia à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão dar o apoio administrativo, dar o apoio estrutural, dar espaço físico e até servidores para atuarem nessas ações que tavam sendo propostas para o NEMU. E então o Peninha que era a pessoa responsável por isso. O Peninha que era a pessoa de vinculação da universidade federal e da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão com o NEMU e... É... pronto, e assim foi estruturado e montado o NEMU. É... o NEMU foi estruturado pra ser um... um... um irmão gêmeo, vamos dizer, não é, uma estrutura assemelhada ao Núcleo de Estudos Açorianos (NEA). Ou seja, tinha uma coordenação, é também um órgão vinculado à universidade federal, mas a participação é de instituições fora da, da... universidade. E essa aproximação e esse trabalho conjunto se dá através da assinatura de um protocolo... de cooperação, de parceria, de trabalhos conjuntos, não é, de apoios, e através, então, é... dessa... dessa ideia que já existia e tava funcionando muito bem no NEA, então foi ela reproduzida para ser a mesma estrutura com o nome de NEMU. É... de ter essa característica de fazer extensão universitária, ou seja, não se restringir aos muros da universidade e à pesquisa interna na universidade, até porque nessa época não existia o curso de Museologia na universidade federal nem em Santa Catarina, né?

E no Brasil também, só existia nessa época os cursos ainda... (Marli: O da Bahia...) O da Bahia e do Rio de Janeiro, né? E... e daí foi feito esse movimento, ou seja, de, de trabalho, de aproximação, de ir conversar com as pessoas, com as instituições, para a celebração desses convênios... (Marli: E foram celebrados...) E foram celebrados esses convênios, foram assinados, não é? Eu lembro bem de num momento e... penso que existe essa documentação ainda... Aonde “tá” eu não sei, não é, mas existe... (Marli: Eu não encontrei nem aqui, nem no MARQUE [Museu de Arqueologia e Etnologia/UFSC - Prof. Osvaldo Rodrigues Cabral]. Então existe essa documentação desses protocolos assinados entre a universidade federal de Santa Catarina/NEMU com essas instituições integrantes desse movimento chamado DEMU. Então, as universidades regionais, eu lembro bem da UNISUL, a UNESC, a UNIVALI, UNIVILLE! (Marli: UNOESC talvez...) A UNOESC também, não é? É... (Marli: Não sei se já tinha a UNOCHAPECÓ, talvez até que foi com a UNOCHAPECÓ). A UNOCHAPECÓ talvez... A UNIPLAC... (Marli: Isso, em Lages...), a UNIPLAC também... (Marli: A UDESC já estava... a Fundação Franklin Cascaes...) Isso, além de outras instituições, como a própria Fundação Catarinense de Cultura, a Fundação Franklin Cascaes, é... e algumas instituições já estabelecidas, instituições museológicas, né, o Museu Thiago de Castro, o Museu Malinverní, também, de Lages, é... o Museu de Joinville – o Museu do Homem do Sambaqui. É... Então várias instituições também celebraram esse convênio. Então, como eu disse, a experiência que era do NEA foi projetada pra ser a experiência e o piloto que deu certo pra ser o NEMU. Então nesse sentido é que foi criado o NEMU. É... nessa estruturação, nessa forma de ser do... da participação da universidade federal com esse órgão através de convênios e protocolos trabalhando conjuntamente com outras instituições aí espalhadas pelo estado. Isso é o que eu posso tentar resumir da origem do NEMU. (Marli: Tá ótimo!)

Marli: Dando continuidade então com o Francisco...

Francisco: Então, com relação a essa questão documental referente à coordenação mesmo do NEMU, né, é... desde o início ficou, assim, é... estabelecido que o coordenador seria o Peninha, não é, por ser um... Por exemplo, o NEMU criado, um órgão da universidade, e a designação de coordenador alguém com vínculo à universidade, né? E desde o início foi o Peninha. É... mas num primeiro momento não houve, até onde eu sei, não é, e vasculhando documentos... A primeira designação oficial do Peninha como coordenador do NEMU vai se dar se não me engano em 2001, ou 2000, no ano de 2000, quando a professora Maria Nazaré Sanches, né, ela Pró-Reitora de Cultura e Extensão, ela vai então assinar a tal da portaria quando faz uma estruturação e uma visualização do organograma da universidade, e no organograma da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, da PRCE, vai aparecer, então, o NEMU, e tem que ter um vínculo de alguém para representar esse setor da universidade, e ali aparece o Peninha. Então, Gelci José Coelho é designado como coordenador. Ele fica alguns anos e depois ele vai declinar dessa coordenação em função de estar também acumulando a direção do Museu Universitário e... ele foi... categórico dizendo que não queria “tá” acumulando essas duas funções, apesar de continuar sendo a figura representativa do NEMU e... pronto, precisava designar uma outra pessoa, e... de conversas que eu tive com ele e até com colegas ali do Museu Universitário, e disseram “olha, então o Francisco vai ficar como coordenador”, “vamos fazer a portaria” e, pronto, aí fiquei oficialmente como coordenador com portaria.... (Marli: A partir de 2002?) É, a partir de 2002, se não me engano. Eu até tenho esses documentos, né, eu vou fazer, assim, uma varredura no computador e até num HD externo que eu tenho... (Marli: Se possível...) pra procurar esse documento, mas ele existe, esses dois documentos, tanto a designação do Peninha quanto a designação da... da minha designação para oficialmente ser o coordenador do NEMU. Então fiquei como coordenador até a extinção do NEMU, já... (Marli: Ela não precisava ser renovada anualmente, nada...) É, é... (Marli: Era uma portaria...) Não, assim que mudava a

administração e... (Marli: Ah, ok, ah, tá certo...) Havia sempre uma... (Marli: Uma necessidade de...) É... uma necessidade (Marli: de atualização...)... interna e de atualização. Aí renovava essa coordenação. (Marli: Quando mudava a gestão...) Até porque é uma coordenação como é a própria coordenação do NEA, é uma coordenação que existe, tá no organograma, mas ela não tá vinculada a uma comissão por esse cargo. (Marli: Perfeito...) Então não ganha nada mais por isso, é só uma designação, né? Não tem cargo comissionado, não tem chefia e etc. Então... é... e exercia então essa função de coordenador e dessas articulações todas com instituições, com pessoas e atendimentos das demandas que... até porque o NEMU foi criado mesmo pra suprir a necessidade... é... daquilo que constantemente acontecia no Museu Universitário, que era o Peninha receber telefonemas, visitas, não é, o Peninha ser chamado para auxiliar, pra dar um apoio, pra dar orientação, pra fazer uma assessoria, é... para a criação do museu, para melhorar o museu, pra resolver o problema do museu, e vinha de todos os cantos do estado. Então era uma procura, assim, constante e... e... e... sistemática de instituições, pessoas, não é? Instituições tanto públicas quanto privadas, como também de instituições, é... museológicas, instituições que, não tendo um representante da, do museu, ou que seja, mas instituições de ensino que vinham constantemente fazer pedido ao Peninha. Então é nesse movimento que também vai se fundamentar a criação do NEMU. (Marli: A necessidade de se criar o...) Essa necessidade de se organizar um setor ou uma estrutura que desse, é... que fosse centralizadora dessas demandas e ao mesmo tempo que fosse irradiadora das soluções daquilo que vinha se buscar, não é? (Marli: Ali tem duas questões: você acredita que, uma, por o Peninha ser museólogo também...) Sim, evidentemente, claro... (Marli: Contribuiu com essa procura... Como o estado não havia um museólogo, não havia um papel de museólogo, um profissional museólogo...) Sim... (Marli: Então, ele fazia esse papel... Em 1988, que ele terminou em São Paulo a especialização... E pela experiência que ele tinha no museu, pelo respeito com o pessoal que o conhecia. E o NEA, como era bem-sucedido, e viajava pelo estado, onde havia essas representações regionais, como colocaste... Então, isso traz uma proximidade, uma confiabilidade de que possa ampliar esse campo... Então... e o Peninha participava do NEA também...) Sim, o Peninha muitas vezes, é... Ainda hoje ele acompanha as ações de formação e capacitação do NEA, da realização da festa anual do NEA, e o Peninha sempre participa... Então, assim, a figura dele é uma figura muito vinculada, associada, muito, é... é... é... difícil de, de separar as ações do Peninha, tanto no NEA quanto no NEMU. E ele, enquanto pessoa, ele é... ao mesmo tempo que é cativante, é motivador, não é, é... uma pessoa especial como ele é, então ele foi chamando essas atenções, não é? E... as pessoas obviamente que, vendo o trabalho dele e confiando em tudo o que ele tem, o que ele faz, o que ele é, e aí as pessoas vêm em busca da solução, né, de ajudar a resolver problemas, e... então ele é que vai ser esse chamariz. E essa questão que tu “colocasse” mesmo, né? Talvez tenha sido a única pessoa, não só a única, né, tem um antecessor ao Peninha, mas a única pessoa que fez a formação em Museologia e que atuava... é... dentro dessa temática da... dos museus mesmo, né? Então o Peninha foi fazer essa especialização, com a Waldisa Rússio [Camargo Guarnieri], com a Cristina Bruno... (Marli: o [Pietro Maria] Bardi...) Com o Bardi, com a Marília Xavier Cury, é... Então é... ele conheceu e conviveu com essas pessoas, e... então era uma forma, digamos, de espelho daquilo que se pensava Museologia, com o curso de especialização em Museologia da USP... (Marli: da USP... E continuam atuando esses profissionais, né?) Todos eles continuam atuando... (Marli: Com... são respeitados, conhecidos e respeitados...) Sim... (Marli: Vieram muito para as oficinas do NEMU, em consideração...) Em consideração também a ele... A essa dinâmica, essa experiência que se estabeleceu em Santa Catarina. Então, todos esses profissionais, é... museólogos e museólogas, não é, todas essas pessoas, elas vêm gratuitamente, por acreditarem... na... na ação, na dinâmica, nesse processo, e por consideração a quem tava trabalhando, que era o Peninha, não é? Então eles vinham... Então vem Cristina Bruno, Marília Xavier Cury, Mário Chagas... (Marli: Magaly Cabral...) Magaly Cabral, é... Outra que nunca veio, mas se disponibilizou muitas vezes em encontros

nacionais, se apresentava pra vir gratuitamente, tanto Tereza Scheiner quanto a Vera Tostes, não é... (Marli: Maria Célia...) A Maria Célia Teixeira... (Marli: o professor Cícero...) O professor Cícero Almeida... É... (Marli: o professor Mário Chagas...) E até depois através de outras pessoas, né, de contatos... a própria professora Rosana Nascimento também, não é? É... que vão ser depois... (Marli: Convoca... convidadas...) integrando essa equipe... Convidadas, e depois vieram, vem gratuitamente pra essas ações do NEMU. Então são profissionais qualificados, profissionais com a formação específica e profissionais que têm vivência na área da Museologia e na área da Museografia, ou seja (Marli: Ok...) Tanto que discutem a teoria museológica quanto aplicam a prática museológica. Então são pessoas que têm vivência na área e todos sempre vieram gratuitamente. É... porque foi uma dinâmica que, assim, o NEMU, quando ele começou as suas ações, e as ações foram todas elas na área de capacitação, capacitação no sentido de ser sempre introdutória, a oficina, ou seja, é importante dar noções básicas, noções primárias, noções introdutórias sobre a prática museológica para atender essa necessidade dos museus de Santa Catarina. Então, foram buscando esses profissionais, cada um dentro da sua área específica. E era pra atender num encontro que fosse ao mesmo tempo o mais breve possível, porque os municípios, as pessoas não têm recurso pra “tá” atendendo, não é, ficar uma semana hospedado em algum lugar, uma semana comendo, é... e se transportando em um outro lugar, isso tem um custo, né? E como nunca foi pago esses eventos, nunca foi estruturado pra ser de pagamento nem pra “tá” oferecendo pra quem participa apoio de alojamento e alimentação, tudo era feito da forma de parcerias, de participações, é... então as pessoas vinham e se estabeleceu de ser esse modelo de encontro de três dias, não é, onde o foco principal do encontro eram as oficinas. (Marli: Vocês começaram com dois dias e depois aumentaram pra três dias...) Exatamente... (Marli: E... Isso tudo ocorreu antes do DEMU, não é?) Isso, o DEMU, quando foi estruturado no... (Marli: Em 2003?) Em 2003, foi criado dentro do Ministério da Cultura essa área para museus, não é... Lembro bem que o diretor desse DEMU era o Márcio, Márcio... vou lembrar o nome dele... Ele é um antropólogo, é... Poxa, quase veio o sobrenome dele... (Marli: Daqui a pouco vem...) Daqui a pouco vem... E trabalhava junto com o Márcio, trabalhava o... José do Nascimento Jr., que era gerente da área de museus dentro desse departamento, Departamento de... (Marli: de Artes Plásticas?) Não, era Departamento... de Centros Culturais... (Marli: Ok) e Museus. É... (Marli: Tá certo.) Era dentro da estrutura do Ministério da Cultura, já com o Gilberto Gil, né? Então foi criado esse departamento e dentro desse departamento tinha essa gerência que ficou o Nascimento. É... esse departamento é que foi depois transformado em DEMU, que ele era Departamento de Centros Culturais e Museus, né? Depois foi desmembrado, ficando a parte de Centros Culturais para as ações do próprio ministério e criado esse Departamento de Museus (Marli: Uhum...), que deu origem ao que é hoje o IBRAM, não é? E o Nascimento, pela experiência que fazia no Rio Grande do Sul, também de já ter um sistema de museus estruturado e de ter também ações de capacitação, ele veio a Santa Catarina buscar subsídios para transformar a experiência que tava dando muito certo do NEMU para o próprio DEMU, o Departamento de Museus do Ministério da Cultura, e logo em seguida o IBRAM, né? Então, foi tudo um processo, assim, de alargamento, né, de conquistas, de estruturação e de... (Marli: O próprio NEMU também teve essa abrangência, esse apoio do DEMU...) Sempre, sempre teve participação do DEMU e... (Marli: Tava um campo consolidado já... e reconhecido...) do IBRAM... Até uma das questões pergunta se foi reconhecido, né, o NEMU recebeu em 2006 – tenho até aqui o... (Marli: Ah, ok, ok, a gente tem que tirar uma foto...) Então, o NEMU recebeu em 2006 – foi declarado o ano nacional dos museus no Brasil – e... o NEMU recebeu um reconhecimento pelo trabalho que fazia já das oficinas... Então, nós fomos ao Rio de Janeiro, foi entregue essa... (Marli: Esse reconhecimento...) Esse reconhecimento... (Marli: Vou tirar uma foto pra colocar no meu trabalho...) numa cerimônia oficial – depois eu passo um pincelzinho ali pra limpar... (Marli: Ah, tudo bem...) É... e... (Marli: Agora, você considera que a experiência do Rio Grande do Sul,

como você citou, do Nascimento, aliada à experiência de Santa Catarina, é que o DEMU utilizou as duas e fez um formato do DEMU, ou você acha que só o NEMU que serviu de subsídios aí? Mas o Nascimento já tinha experiência também...) Ele tinha feito umas experiências, né... e... (Marli: no Sistema estadual de...) No sistema estadual, e lá o sistema deles, como é regionalizado, eles faziam esses encontros regionalizados também, e... Eu penso que... (Marli: Foi a soma dos dois...) um pouco daquela experiência, a soma... Agora, entendo que a experiência mesmo do NEMU de conseguir dar esse... essa importância que as pessoas davam às ações do NEMU... é... a constância das atividades feitas pelo NEMU, ou seja, houve anos em que eram quatro encontros no mesmo ano. Então, era um encontro que começava... um era feito em março, o outro era feito lá em junho, depois um... (Marli: em agosto, outro outubro...) em agosto ou setembro, e outro em outubro e novembro...) Então eram quatro encontros no ano... então uma dinâmica pra quem tava trabalhando nisso, assim, muito louca, né? (Marli: e não foi um ou dois...) Foram vários anos... (Marli: O reconhecimento é de um trabalho de 15 anos, sistematicamente) Sim... (Marli: Claro, teve anos que a gente percebe que houve três, houve duas, mas é... conjunturas, mudança de gestão, isso ocorre em qualquer instituição...) Sim... (Marli: Mas nunca deixaram de fazer...) No início do NEMU, a prática eram os quatro encontros por ano, né? (Marli: Que eram encontros de dois dias...) Encontros de dois dias... Então organizava, né, com o apoio de uma prefeitura local, de uma instituição local, de uma universidade local, não é, pra dar o apoio, digamos, do espaço físico, é... e de apoio... pra viabilizar a estrutura, que eram os equipamentos, as salas e um ou outro material que era necessário para as oficinas, não é? (Marli: Agora, uma... uma... não é nem uma queixa, é uma constatação, e que Betinha manifestou na entrevista, é que... não chegou a se consolidar talvez o mesmo sistema do NEA esses núcleos funcionais (ruído de comunicação). Eles dependiam exclusivamente da coordenação do NEMU, de Florianópolis. Eu não sei se ocorre isso no NEA também, e também eu, como cidadã, e também como servidora, concluí, é claro, que é muito mais fácil tu receber pronto, porque parece que todas as ferramentas estão na Capital, né? Parece que a UFSC tem mais estrutura do que qualquer outra universidade do interior do estado, mas não é um verdadeiro, é só uma suposição, ou uma conjuntura que acredita-se que seja uma estrutura maior, mas pode ser que ele tenha as mesmas dificuldades ou até maior do que uma universidade do interior. Então, segundo a Betinha, há um... o NEMU atingiu, sim, 99% os objetivos nesse quesito aqui, e não atingiu dos núcleos promoverem e os chamarem... quer dizer, assim, venham, Florianópolis, para cá... Então era sempre partia daqui. Você teve essa percepção também, que partia só de vocês? Ou isso se condicionou ser assim? Ou o NEA funciona num molde um pouco diferente?) É... o Núcleo de Estudos Açorianos foi funcionando de um modo diferente. O NEA tem um conselho deliberativo, não é, que é formado por representantes dessas instituições que também são conveniadas com o NEA e a UFSC, né? Então, são prefeituras municipais, são fundações culturais, são associações culturais, são grupos folclóricos estruturados, ou seja, oficialmente constituídos, né, que têm um CNPJ, é... associações com grupos folclóricos, associações com grupos de artesãos, é... uma associação de promoção cultural, de atividades culturais, são... são várias instituições... Então, há sistematicamente uma reunião, uma vez por mês, desse grupo de pessoas que... ou vem a Florianópolis, por “tá” mais centralizado no litoral catarinense, ou, como também fazemos, as reuniões são itinerantes, vai pra municípios, né, vai até São Francisco do Sul, ou vai até Sombrio também, no Sul do estado, e varia os municípios conforme o município ofereça estrutura. (Marli: A dinâmica de cada região...) Espaço físico, pronto... a reunião que vai ser feita aqui pode ser feita lá também. As pessoas se deslocam pra ir até à reunião. (Marli: Ok.) Então, essa estrutura tem funcionado com o NEA. Já o NEMU, diferente, o NEMU centralizava aqui na Capital, em Florianópolis, na universidade federal, as demandas e as necessidades dos municípios e de regiões. Então, digamos que a política de atendimento dessas demandas do NEMU era interiorizar as demandas, as... o oferecimento de oficinas. Então... (Marli: E não a

organização do evento em si...) Aí, a organização do evento era sempre em conjunto, com... (Marli: Compartilhada...) o NEMU e a prefeitura local, ou a fundação cultural local, ou a universidade local, ou... (Marli: Vários parceiros!) Vários parceiros. Obviamente que se levava lá e sempre foi dito assim “nós temos uma estrutura básica”, que é uma abertura, às vezes se fazia no domingo à noite, né, pra segunda-feira de manhã ter uma palestra, uma conferência, de um assunto geral, um assunto pra todos, e na segunda-feira à tarde, terça de manhã e terça à tarde, e na quarta-feira de manhã fazia-se então as oficinas, pra dar uma carga horária de oficina o mínimo possível com mais informação possível, não é? Então, essa estrutura já era apresentada e negociava-se, digamos assim, compartilhava-se, né, e definia-se as necessidades daquela região. Então, o encontro, quando foi feito lá em Guaraciaba, quase que no Extremo Oeste de Santa Catarina, não é, quando foi a Chapecó, quando foi a Concórdia, não é, quando foi Treze Tílias, quando foi a Canoinhas, não é, quando foi a..., como é? A Porto União, quando foi ao Sul, até Tubarão, quando foi a Laguna, não é... Então, era itinerante e a ideia era sempre levar para o interior do estado, ou seja, pra outras regiões do estado, para outros lugares do estado, que não ficasse só concentrado na Capital. (Marli: Tá certo.) Então, um único NEMU que foi feito aqui na região da Capital foi feita em São José. (Marli: 2009, me parece) Eu não lembro a data, mas foi feito em São José. É... nunca foi feito em Florianópolis o NEMU. Quer dizer, tendo sido o primeiro, de criação, as reuniões de, né, de estruturação, mas efetivamente com as oficinas e a estrutura montada, não. Então, Florianópolis recebia os oficineiros, como eram chamados, os palestrantes e os profissionais, e daqui é que saía então o que se chamou por muito tempo, a caravana do NEMU, né? Então colocavam essas pessoas todas numa van ou num micro-ônibus, em algumas vezes até num ônibus, né? E se oportunizava, também, às pessoas que quisessem ir participar do evento, que tivesse nesse trajeto, ou seja, nesse roteiro da viagem, passando por Florianópolis, talvez Lages, não é, quando fosse lá pro Extremo Oeste, não é, aí ia pegando as pessoas e ia até lá, até o local onde era feito o evento, não é? Então, era... a caravana ia carregando quem quisesse e quem tivesse a possibilidade de pegar. (Marli: E a seleção dessas cidades, como é? Você, quando foi coordenador, ou quando participou, mesmo sendo... porque não havia uma subordinação, não dá pra falar isso, mesmo sendo o Peninha, se trabalha muito de igual pra igual, né?) Sim... (Marli: A coordenação não faz tudo sozinha... Então, como é que vocês elegiam, como é que o NEMU elegia, selecionava? Os municípios se inscreviam? Como é que vocês adotavam?) Os municípios manifestavam o interesse em receber... o Encontro do... de Estudos Museológicos do NEMU. É... quando acontecia de ter dois ou três, é..., municípios para uma mesma (Marli: Ocasão ou data...) ou seja, ocasião ou data, era simplesmente negociado e conversado abertamente com o município, não é? (Marli: Aham...) A gente procurava priorizar aqueles que estavam, digamos, que... (Marli: Há mais tempo...) Solicitando ou até a região que não tinha sido atendida ainda... (Marli: Ok.) Pra não ficar, digamos só na região do litoral de Santa Catarina.. (Marli: Ou na Serra...) Ou logo na Serra, ou que seja no Vale do Rio Itajaí, ou que fosse só da região Sul, não é? É... (Marli: Vocês se espalharam bastante, dá pra ver...) Isso muito, a ideia e sempre foi uma, digamos, uma política, não é? (Marli: OK...) Uma intenção mesmo era de interiorizar sempre o quanto mais possível o encontro... (Marli: Diversificar os...) Em vez de virem as pessoas pra cá, imagina, do Planalto, ou seja, a região de Lages, Campos, ou Planalto Norte, ou até o Oeste e o Extremo Oeste, imagina, pra vir todas aquelas pessoas pra cá pro litoral. Então, levava-se um grupo menor de pessoas pra lá e se dava a estrutura de, nessa região, onde fosse feito o encontro as pessoas tivessem mais facilidade de se deslocarem. (Marli: É... aí também tem uma questão de... os agentes sociais, podemos falar assim, que tinham maior conhecimento, que tinham um valor simbólico talvez maior, né, supõe-se que sim porque especializados no assunto, eles... é bom eles conhecerem o local, eles levarem essa... É o que vocês faziam? Levavam essas pessoas que tinham conhecimento especializado...) Sim... (Marli: Que tinham esse conhecimento especializado até o interior do interior, que não... que não tinham nem

condições de... de exigir ou de provocar isso numa prefeitura, que tomasse uma atitude em relação à cultura, porque as nossas políticas públicas culturais, elas são muito... inconsistentes, por não serem sistematizadas...) Sim... (Marli: A cada gestão elas... Inclusive é um dos comentários na ata de 14 de março de 1997, que fala da inconsistência dos órgãos estaduais...) Exatamente... (Marli:... manterem essa posição sistemáticas independente de novas gestões, e que a universidade federal, por ser um meio de pesquisa, conseguia manter isso) E... (Marli: Então vocês também... E fizeram este papel, de quebra de tradições, né, em função de que os menores municípios não serem assistidos culturalmente, vocês poderem levar...) Sim... (Marli: Isso também foi um papel... Não só da Museologia, para a Museologia.) Isso, isso era uma experiência que já tínhamos no NEA, né, a alternância das gestões públicas, né? Então, o NEA, ainda hoje nas ações do NEA nós temos esse cuidado. É... de saber acompanhar a realidade de cada município. Então, são pessoas que sempre estão nas reuniões do NEA, mas quando muda a gestão pública, ela deixa de “tár” atuando lá diretamente, não é, porque não pertence àquela... àquela, digamos... àquela... sei lá, bandeira partidária, ou àquela composição partidária, que seja... Então, ela não pertence àquela... ela deixa de atuar diretamente, continua ainda, né, nos encontros, em qualquer momento ainda acaba encontrando com a pessoa, mas ela não é decisória e não é, digamos, o canal em que a gente faça... (Marli: de contato...) a aproximação, um contato, né? Então essa experiência também foi uma experiência espelhada no NEA para o NEMU. Então muitas vezes os encontros aconteciam com pessoas que já tinham vivido a experiência do NEMU, de um encontro, que tinham se aproximado por uma série de razões, não é, das ações (Marli: Uhum...) do estado de Santa Catarina, através da fundação, da universidade, ou até de nível federal, não é, através tanto do DEMU e depois com o IBRAM. Então, essas ações também foram importantes pra que depois essas pessoas pudessem se encontrar e fazer esses contatos. Então, digamos, que o canal era sempre uma pessoa, não é? E esses contatos com as pessoas é que permitia chegar nesses lugares onde, pronto, às vezes os municípios estão desassistidos, eles não “tão” privilegiados, eles não “tão” contemplados, eles não tão, digamos, o caminho das ações do governo, seja do estado ou federal, e com o NEMU se conseguia chegar bem, bem nesses lugares, não é? Através desse contato com as pessoas. E infelizmente porque não temos políticas de estado, temos políticas de governo, é que aí a gente assiste essas questões da inconsistência, não é, da alternância da gestão... (Marli: De nem todos que assumem serem responsáveis pelo que assumem, enfim...) Sim... porque daí acaba ficando em... com pessoas, e as pessoas é... (Marli: É.) Por razões todas, né... (Marli: É.) Muitas ou várias, elas têm que decidir por uma coisa ou por outra. E acabam decidindo... aquilo que elas querem... (Marli: Nem sempre pelo bem maior...) E nunca pelo bem maior... (Marli: É, é...) Porque é sempre um projeto individual, projeto partidário pra ser cumprido. Então, a decisão nunca é da pessoa mesmo, né? (Marli: Ainda bem que a gente não pode levar muito isso à risca, né...) Não (risos) (Marli: porque muita gente, muita gente assumiu e fez um papel bom. Isso...) Sim... (Marli: Isso em pleno século XXI, em pleno século XX, vamos ter exemplos de pessoas que entraram politicamente e cumpriram tanto quanto, ou mais, como servidor efetivo ou funcionário da instituição. Isso você como servidor viajante no interior do estado sabe afirmar, e eu também, porque convivemos com SDR [Secretaria de Desenvolvimento Regional], com várias instituições que ou... e realmente quem as representa são as pessoas. Então, o bem e o mal sempre conviveu junto, né?) Eu sempre digo, assim, que pra área da cultura a pessoa não precisa ser necessariamente um especialista de uma área específica, e até quanto mais específico pior fica a gestão na área da cultura, né? Então, se a pessoa é uma artista plástica que trabalha só com arte contemporânea, obviamente que ele vai privilegiar essa área e dificilmente, muito dificilmente, vai privilegiar outras áreas. (Marli: o folclore...) Ou que seja o folclore, a cultura popular, ou a música erudita, e tal. Ele vai ficar muito na contemporaneidade e nessa linguagem artística que ele domina, não é? É.. Então, nem tanto ao... à terra nem tanto ao mar, nem tanto à terra ou ao céu, como queiram usar o ditado... (Marli: É, é...) Mas a pessoa que assume a

gestão na área pública da cultura, ela tem que ter sensibilidade cultural, sensibilidade artística, tem que ter sensibilidade para conhecer o novo. Aí o que vier de demanda, vai administrando essa demanda e vai... propiciando o atendimento a todas as áreas que vão aparecendo... (Marli: E não querer inventar a roda também, né? Que isso aí é uma coisa absurdo do absurdo. Nós estamos falando de dinheiro público, que ninguém precisa sair hoje inventando um novo NEMU, um novo NEA...) Exatamente... (Marli: Quer dizer, já existe, é um bom trabalho, vamos continuar. Não interessa a bandeira partidária. Porque a partir do momento – isso é uma crítica genérica – mas a partir do momento que você está numa instituição, até diria, independente se pública ou privada, ela deve ser atendida ao bem comum, de forma geral. Claro, se for a privada, já pode ter algumas restrições. Agora, você assumir um cargo público, você jamais vai ser, embora... Tem às vezes problema de bandeira partidária... Todo dia a gente se defronta com questões, quer dizer, não, eu não estou aqui para defender uma bandeira partidária, estou defendendo o cidadão, quer dizer, a política pública está acima da bandeira partidária...) Assim como diz, a coisa pública, ela é o cerne da coisa, é o objetivo de qualquer pessoas que esteja à frente de um setor público, de uma área pública, de... do próprio serviço público, né? Tem que atender à demanda da sociedade... (Marli: Exatamente...) Nada mais do que isso... (Marli: Mas esses desvios sempre haverão, né? (ruído) mais ou por bem, vamos lá...Então, desse período de 2002, 2003, é..., eu lembro que o NEMU foi chamado pelo DEMU, né, para integrar um grupo de trabalho que iria construir e elaborar, discutir e a apresentar, é..., ideias e propostas para a Política Nacional de Museus. É... lembro de ter ido, então, com a Betinha até Brasília, lembro de duas reuniões que nós fomos no Ministério da Cultura, sendo que uma primeira reunião foi na presença do... Gilberto Gil, ministro da Cultura, que abriu os trabalhos, não é, é... é..., pra discutir essas questões e pra começar a falar sobre política é... nacional de museus, que já era demanda de encontros, de setores da área da Museologia, que queria discutir profundamente sobre isso, não é? Então lembro de ter ido representando o NEMU, né? E lembro que a Betinha também foi, é..., representando a Fundação Catarinense de Cultura, mesmo... (Marli: Mas isso foi no Rio de Janeiro?) Não... (Marli: Ou já em Brasília) Isso já em Brasília, já em Brasília. (Marli: Após o lançamento que houve então no Rio...) Depois, não sei se foi o lançamento já da política consolidada ou da abertura desses trabalhos, acho que já foi o resultado... (Marli: Também não lembro...), e pronto... Eu lembro também que na hora da estruturação dessas, dessa, dessa, desse grupo de trabalho, a professora Maria Célia Teixeira ficou responsável pelo eixo de Educação e Formação. E dentro desse, desse grupo, ela convidou tanto o NEMU quanto a Fundação, convidou especificamente a Betinha, que tava lá, e eu, para integrarmos esse grupo pra coordenar esse trabalho que seria feito em nível nacional, com... em alguns lugares, nem todos os lugares do Brasil, não é, mas em alguns lugares onde existia já alguma estrutura ou alguma... ou algum processo já de discussão do campo da Museologia. Então pessoas foram contatadas para fazer essa equipe, que iria discutir. Então nós trouxemos esse trabalho para Santa Catarina, que era discutir sobre isso, que era a criação de cursos de formação específica, cursos de graduação em Museologia, em universidades públicas, não é? Não se pensava e não se queria em universidades privadas por razões óbvias, né, é o direcionamento do curso, a demanda, o custo pra fazer um curso desse e tal... Então, isso foi uma questão que foi bem levantada. Depois, a continuidade dessas experiências de oficinas de capacitação, que já estavam sendo feitas em nível nacional, com equipes do DEMU, não é? É... E aí as experiências de Santa Catarina que estavam sendo destacadas nesse momento. É... depois é... montaram uma rede de... de professores e de profissionais da área da Museologia, não só de professores, que eram poucos, não é, mas de profissionais atuando em várias áreas... (Marli: Uhum...), em vários contextos, não é, mas que eram... (Marli: Pra discutir esse eixo...) Pra discutir esse eixo (Marli: Uhum...) e também para apresentar suas experiências (Marli: Uhum...) e também era uma proposta desse eixo, da criação dessa rede pra facilitar... (Marli: Ok.) as experiências, as demandas, as dificuldades (Marli: Uhum...), não é, a busca de soluções, não é, é... de coisas

bem integradas, para que fosse crescendo e fortalecendo a área da Museologia. (Marli: Então Santa Catarina foi responsável, por intermédio do NEMU, e da Fundação, no caso da Betinha...) Sim... (Marli: E você pelo NEMU... pela experiência que já havia, pelas capacitações do NEMU, de congregar essas pessoas, pra formatar um... justamente discutir esse eixo...) Sim... (Marli: Eixo 7, se eu não me engano...) Sete ou cinco, não me lembro também o número. (Marli: Mas então Santa Catarina foi responsável... Interessantíssimo, né?) É, não vou dizer que foi só Santa Catarina foi a responsável, mas Santa Catarina pela experiência que tava tendo... (Marli: que provocou a...) Que provocou a discussão... (Marli: Claro...) E quem coordenou esse eixo foi... (Marli: Vocês!) a Maria Célia Teixeira. (Marli: Ah, ok. E vocês ficaram agregados...) Ela que coordenou e... (Marli: Vocês foram assessores dela, então.) Nós fomos integrados a essa equipe e viemos então para Santa Catarina pra fazer essa discussão daquilo que tava sendo proposto. Então havia um texto-base e nós começamos a levantar uma série de ideias, de sugestões, de propostas, relatos de experiências, pra falar sobre esse eixo especificamente, que são coisas que estão contempladas hoje na Política Nacional de Museus... (Marli: Graças à experiência de vocês...) Sim, a experiência daquele período. Então lembro de ter ido pelo menos a duas reuniões em Brasília. Isso eu lembro muito bem... E depois tivemos também presentes no... agora me foge um pouco a memória, teria que recordar... (Marli: É... a gente não consegue...), sei lá, com alguma leitura dentro do próprio IBRAM, que ele tem esse histórico todo pronto lá, mas nós fomos no lançamento, não sei se lançamento ou da assinatura da Política Nacional de Museus, ou do fechamento desse trabalho, não é, que foi no Rio de Janeiro, então no Museu Nacional, no Museu Histórico Nacional, e no pátio externo, lembro bem, de... tinha coral, tinha... (ruído de comunicação)... o próprio Gilberto Gil, que fez um discurso mesmo, que, né, bem ao estilo dele, assim, marcante também nessa área da... da... da Museologia, e... (Marli: E foi bem...) já tava Mário Chagas (Marli: E foi bem frutífero, né?) Foi muito, muito, e (Marli: estivemos ali (ruído de comunicação)... e foi importantíssimo estar presente lá também, não é, ou seja, Santa Catarina também tava participando disso. (Marli: Através da Betinha, ou... Simone... Lembras?) Quem foi? (Marli: É...) Eu, a Betinha... É... (Marli: Não sei se fundação...) A Simone não foi, a Betinha acho que... foi por “tá” integrante do... desse grupo de trabalho. Ela já não tava mais com vinculação à fundação.... (Marli: Ok. Então não tem mais vinculação) É... Ela tinha, digamos, uma ligação com o NEMU sem nunca “tá” oficialmente vinculada ao NEMU, não é... (Marli: Você diz a Betinha?) A Betinha, é... Ela participou do processo de criação, não é, e como ela não era, digamos... (Marli: vinculada...) funcionária da universidade, não vinculação à universidade, o Peninha é que ficou com essa missão, porque também foi quem deu essa origem toda... (Marli: Sim...) Mas... e depois enquanto ela, Fundação Catarinense de Cultura, né, nessa gerência de museus, né... (Marli: Nove anos é bastante tempo...) Sim, então ela tinha essa participação em função do convênio estabelecido entre a universidade e a fundação catarinense... (Marli: Tanto que depois no cadastro, em 2006, ela foi chamada... o MinC, né...) Pra organizar e... (Marli: E proporcionou...) e... fazer novamente esse, esse ajuntamento das informações (Marli: Isso.) Buscar obviamente novas informações também sobre os museus de Santa Catarina... (Marli: Que nós não tínhamos equipe, e ela era uma pessoa que conhecia todo o estado, e o NEMU também não seria o papel dele, também não tinha equipe...) Sim, sim... (Marli: Contrataram pessoas...) Porque isso das ideias da caravana do NEMU, não é, então era conhecer a realidade local. Então não era algo que “tá” alguém pelo telefone dizendo, alguém que viu num panfleto escrito... (Marli: Ou alguém caiu de para-queda, que não vim fazer uma pesquisa...) Exatamente! Era tudo... a realidade, e que era atestada in loco, não é... (Marli: Pessoas que conheciam...) Então quando ia lá, por exemplo, pra Guaraciaba, pra Joaçaba... (Marli: Pinhalzinho...) Pra Itá, Pinhalzinho... aonde fosse, era in loco que iríamos e verificávamos, né, conversávamos com as pessoas lá, visitávamos... Sempre o NEMU tinha, dentro da sua programação uma parte cultural, não é, a tal das confabulações degustativas, que é o termo que o Peninha sempre primou de colocar... (Marli: E todos primam

até hoje por isso...) Porque é pela, é... a comida que tem que ser servida, e a gente levava essa orientação... Nós não queremos, assim, salgadinhos de quibe, coxinhas e etc., nós queremos... não queremos, é..., pão, sei lá, pão disso e pão daquilo, outro tal, o que nós queremos (ruído de comunicação) é comida. Nós queremos comida local. Se é broa, se é bolacha, se é cuca, se é strudel, se é, né, é... (Marli: Pé de moleque...) Bolo de milho, se é... o que fosse não é... (Marli: Calça virada...) Cueca virada... Então, o que a gente dizia, o que a prefeitura poderia oferecer, ou a estrutura local, era essa, esse lanche... (Marli: Típico) Então cortou-se a ideia do *coffee break*, por exemplo, que é uma expressão que nunca se usou, não é... é, cafezinho também não se usava e a expressão muito que o Peninha dizia, “não, tem que ser a confabulação degustativa”, o momento em que a gente tá conversando muito com as pessoas, mas a gente tá degustando aquilo que é a regionalidade daquela comida. Então, coisas, bolos, comida, pão, é... (Marli: Conhecer lugares que são só de lá mesmo...) Sempre tinha que conhecer o lugar... (Marli: Aham...) Conhecer ou o museu local, ou um espaço cultural, ou um espaço de memória, ou um espaço turístico referencial de memória, não é... Então nós... (Marli: Convidar o palestrante local, como vocês também faziam...) Sempre tinha uma questão bem local e uma questão nacional... (Marli: Valorização, né?) A valorização do local... (Marli: Aham...) E, assim, a satisfação, a alegria e o desejo desses que vinham de fora, desses profissionais, de querer ir junto pra poder conhecer também essa realidade. Então quando Santa Catarina se mostrava, não era, assim, por relatos de outros, não é? Então o fato de Santa Catarina ter essa participação na... nesse grupo da formatação da Política Nacional de Museus se deve a isso, não é... (ruído de comunicação) Duma realidade que foi conhecida... (Marli: E um reconhecimento ao trabalho...) E um reconhecimento ao trabalho, o próprio, né... (Marli: Sim, sim, sim, muito trabalho...) Esse, né... em 2006, esse chamado troféu, né, de ter recebido essa homenagem... a própria participação na... no Cadastro Nacional de Museus, de Santa Catarina por ter tido uma experiência também, não é? Então tudo isso é... foi credenciando... (Marli: Sim...) e era uma forma de tá no cenário nacional, mas com uma realidade bem concreta... (Marli: Como diz o Peninha, ele diz na entrevista, que eles tinham que limitar o número de oficineiros, porque muitos queriam vir...) Sim... (Marli: É claro, o processo de consolidação do NEMU, em 15 anos, é... e ele não foi... extinto porque ele morreu, ele foi extinto por uma decisão mais política, talvez daquele momento, da gestão daquele momento, mas tava atuando, tava no auge, e se você fizer uma pesquisa mais ampla, com certeza em cada cidade você vai encontrar alguém que participou do NEMU. Isso eu viajei muito e ainda ouve-se falar, né?) Muito... (Marli: Então nesse contexto que vocês estavam, de consolidação do mercado, de reconhecimento, como é que foi quando a fundação os chamou, chamou a participação de vocês pra contribuírem na Política Estadual de Museus?) Foi um desdobramento do... das ações em nível nacional, né, tanto (Marli: Uhum...) pra construção da política nacional de museus, não é... (Marli: Uhum...) como também das experiências e das reuniões – lembrei o nome do nosso colega do... departamento (Marli: Márcio...) Márcio Meira... (Marli: Ok...) antropólogo... gente boa, faz tempo que não vejo ele... Outro dia ainda escutei uma notícia que falava sobre ele, que ele é antropólogo e trabalha também com comunidades indígenas, (ruído de comunicação) de demarcação de terras, ele é pesquisador dessa área... (Marli: Ok.) É... Márcio Meira... (Marli: Mas sempre ter um antropólogo, um historiador, um sociólogo, essas coisas humanas...) Sim... (Marli: ... só somam, não é?) Sempre, sempre... (Marli: Na minha concepção...) É, eu também acho, assim, que... (Marli: Que é algo raro de haver concurso público...) Multidisciplinar, não é, e interdisciplinar... (Marli: E talvez é esse diferencial que o NEMU fez quando levava esses agentes sociais ao interior, que levava multi... equipes multidisciplinares... Emponderava essas pessoas que “tavam” no interior... E que havia uma carência... Se numa capital tem, tu imagina no interior...) Sim... (Marli: que isso não é assunto de primeira necessidade, que eles não têm seus pares para discutir. Então o papel do NEMU foi muito importante nesse aspecto também. Então voltando à participação de vocês lá, do estado...) Isso foi, assim, como eu disse, é o

desdobramento dessas ações, é..., que vinham sendo feitas tanto em nível nacional e principalmente a construção local, né? Eu digo local o estado de Santa Catarina, né? É... foi muito importante esse chamamento do NEMU pra poder contribuir também com a construção dessa, dessa política estadual de museus... (Marli: Sim... na práxis, né?) Sim, porque tinha vivência, não é, tinha a experiência, tinha a realidade vista no local e não... Então, essa participação foi, assim, fundamental pra poder construir uma política estadual de museus que fosse realmente realizável... (Marli: Condizente, né?) Exatamente... condizente com a realidade, que fosse o espelho daquilo que havia sido visto, né, é... é... assim, acho que foi importante... foi muito, assim, digamos que politicamente e estrategicamente correto juntar essas forças pra poder construir essa política que ainda existe, que é muito atual, apesar de ter sido feita um tempo atrás, não é, mas ela é muito atual, porque ela espelha a realidade vivida, né, a realidade testada, digamos, em cada canto do nosso estado. É... (Marli: Depois teve o Plano Setorial com o Maurício...) O Plano Setorial, sim... (Marli: Que de certa forma foi se atualizando, não é...) Isso... (Marli: E essa convivência com o NEMU e com o Sistema Estadual de Museus, é..., provavelmente muitos cidadãos não compreenderam ou acharam que era uma disputa de campo, é... Você acredita que... houve um momento de atrito entre essas duas instituições ou você achou que foi... coerente... Me parece que não houve momentos de atrito, né?) Não, as pessoas talvez, é... (risos), de ver as situações ou de... é... (Marli: Ou não compreenderem...) e não compreenderem... Verem e não compreenderem, é... acabam interpretando e influenciado por um, por outro, influenciado por tantas condições que possam tá ali sendo colocadas... é... eu também, assim, eu particularmente, assim, não percebo que houve, assim, atrito... (Marli: Não...) porque, é..., historicamente tá provado de que o NEMU universidade federal caminhou junto com a fundação durante a existência do NEMU, né? Não houve nenhum momento em que houvesse... (Marli: As logos estão lá...) Sempre, em vários, né, talvez em todos, né... (Marli: Poucos, não...) Talvez em todos, talvez em todos... (Marli: Poucos, não, na maioria, sim) É, é... da maioria. Então, é... Eu particularmente também não percebo que tenha havido essa disputa e... querer, digamos, que definir o território de Santa Catarina e estabelecer que cada um tem seu próprio quinhão... Nada disso... (Marli: Havia um objetivo em comum?) Nada disso justifica (Marli: Havia um objetivo comum?) Havia... Um objetivo comum, como foi dito, e essa parceria que, enquanto existiu o NEMU, existiu essa parceria... (Marli: Certo!) Não é? Obviamente que, em função das políticas internas de cada instituição, que seja da universidade federal, que seja da Fundação Catarinense de Cultura, não ela em si, mas o estado como um todo, né? É... então, é... quando... é... muda um pouco o foco, ou quando há outros interesses, pode não “tá” “tão” junto ou tão afinados quanto deveriam estar, não é? Mas em nenhum momento houve racha, em nenhum momento houve disputa, em nenhum momento houve... (Marli: O público era o mesmo... Os oficinairos eram os mesmos...) (Marli: O que você acredita que fez com que a universidade extinguisse... É algo que até hoje eu me questiono. O que fez a universidade, de livre e espontânea vontade? Foram questionados? Esses grupos, essas instituições conveniadas foram questionadas?) Não, em nenhum momento foi que..., assim, conversado, foi consultado. Essas instituições que... (Marli: Foi ditatorial?) Foi ditatorial, foi ditatorial... E na minha visão e pode ser mostrado... (Marli: Foi uma decisão política?) Foi uma decisão política, unilateral, autoritária, é... (Marli: E com desconhecimento de causa... porque...) Total desconhecimento de causa! (Marli: Perfeito.) Total desconhecimento de causa... (Marli: Porque se fizesse um levantamento do papel do NEMU, né...) Exatamente... (Marli: Você acredita então que a...) Do papel, da capilaridade... (Marli: Da responsabilidade...) Da ramificação, da responsabilidade, da qualidade daquilo que se oferecia... é... (Marli: Da sustentação que vocês deram durante 15 anos...) Sim... tudo isso, tudo isso não foi considerado e nada disso foi analisado pra tomar a decisão da extinção do NEMU, que foi, volto a dizer, uma atitude, é..., política, unilateral... (Marli: reacionária...) reacionária, autoritária, muito autoritária... E lembro de ter recebido o comunicado do... secretário de cultura da época dizendo

que havia sido publicado a portaria de extinção do NEMU e que a partir daquele momento eu nem iria mais trabalhar na secretaria de cultura. Até... eu estava sendo convidado e, efetivamente fui, colocado à disposição do departamento de pessoal para que eu fosse colocado em qualquer outro lugar da universidade que não fosse a secretaria de cultura. (Marli: Bom, sendo gravado ou não, mas não vem ao caso, é... isso é danos morais, né?) Sim... (Marli: Porque, na realidade, vocês assessoravam um grupo durante 15 anos. Não é 15 dias e nem 1 dia e meio. Então quer dizer, como é que você abandona? Isso não é uma questão de... isso é uma questão de irresponsabilidade governamental de gestão. Você tem que ter um prazo pras coisas terminarem. “Ó, em 30 dias...”, você se despede, quer dizer, né, justifica que tal...) Isso foi em 2013, se eu não me engano... (Marli: Eu não tenho... não encontrei nenhum documento que fale da extinção... Procurei...) Eu, como vou procurar os documentos lá das portarias de designação, tanto a do Peninha quanto a minha designação... (Marli: Talvez...) Talvez encontre também essa, porque... (Marli: Talvez a (ruído de comunicação) foi feita uma portaria extinguindo o NEMU a partir daquela data e... (Marli: Deve ter duas...) É... (Marli: Dever ter uma tua, que deixa de ser coordenador, e a outra de... tá!) Mas assim... (Marli: Você acha que o curso de graduação...) Eu ia chegar logo ali, assim... o... (Marli: Porque nos objetivos de vocês tá muito claro que vocês primavam e há em algumas atas que vocês, como você acabou de dizer, você fez parte desse eixo da política do Sistema Brasileiro de Museus, de valorizar e fomentar a criação de novos cursos de graduação, tanto, que, né, de 2 ou 3 subiu pra 14, 15, né, enfim... É... em 2009 então houve a assinatura, né, em setembro, eu sei que foi no segundo semestre; em 2010 começa efetivamente a Museologia. Você acha que também é uma das razões, da universidade entender dessa gestão, entender que o NEMU não seria mais necessário?) Até a criação do curso de graduação Museologia foi um processo, aqui internamente na universidade, bastante nebuloso, não é? É... (Marli: Da criação?) Da criação do curso, né? Havia... (Marli: CFH [Centro de Filosofia e Ciências Humanas]?) Havia um projeto... um projeto feito de... criação do curso de Museologia, que já estava na Câmara de Graduação... da Pró-Reitoria de Graduação da UFSC, e esse projeto havia sido aprovado ad referendum pra criação do curso, né? É...(Marli: Quem encaminhou foi o centro?) Não, foi o departamento de EGR [Expressão Gráfica], do Centro de Comunicação e Expressão... (Marli: Ah, ok...) Um projeto que, em função... a expressão que usavam sempre lá da expertise da área da... da expressão gráfica especificamente para os museus então seriam museus virtuais... (Marli: Ok...) Não que fosse só museu virtual, mas pra trabalhar essa tecnologia no museu. Então seria um curso com essa... esse enfoque. (Marli: Ah, ok... Então partiu do Centro de Comunicação e Expressão). Sim, porque tanto o Departamento de Antropologia quanto o Departamento de História não viam a necessidade de criar um curso de... (Marli: Museologia...) Museologia... Eles não tinham interesse e não tinha nenhum foco. Entretanto, com o surgimento do projeto REUNI, né, da criação de novos cursos, com abertura de vagas e tal, houve um retrocesso nessa negativa desses departamentos, e do próprio Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), de, através da criação desse curso, então ter a possibilidade de ter professores para os departamentos que estivessem envolvidos na criação do curso. (Marli: Ok.) Então foi o Departamento de Antropologia e Departamento de História, que ganharam professores... (Marli: Que assumiram...) ganharam em função da criação do curso de Museologia. (Marli: Ok.) E o curso de Museologia... (Marli: Mas aí foi através daquele projeto? Ou tiveram que entrar com outro projeto?) Foi feito um outro projeto (Marli: Ok.), em parte desse projeto, muito semelhante ao projeto já existente, evidentemente, né? (Marli: Sim...) Com todas as fundamentações e tudo, né... (Marli: Não tem como inventar a roda também, né?) Não tem como inventar a roda, pronto e... E então foi por debaixo dos panos criado esse novo projeto, foi encaminhado, e foi um projeto que foi aprovado... É... (Marli: Mas vocês estavam acompanhando... Você fazia parte daquele grupo? Ou não?) De criação do curso? (Marli: Do Centro de Comunicação e Expressão) Sim, sim... (Marli: Ok.) Tinha professor do Departamento de... de... (Marli: Provavelmente pela

experiência do NEMU?) Ciência da Informação... (Marli: Provavelmente pela experiência do NEMU?) Sim, por isso mesmo. E... fomos buscar essas informações nos cursos existentes na época, não é, tanto da Bahia quanto do Rio de Janeiro, com contato com os professores, não é, e lembro de uma ação feita, muito concreta, com relação à criação do curso de Museologia, foi quando foi o Fórum Nacional de Museus, realizado aqui em Florianópolis... (Marli: Dois mil e oito...) Dois mil e oito... Então foi feito um momento em que coloquei numa sala, para discussão sobre a criação do curso de Museologia, a professora... que tá na Holanda, tem lá, a ação dela é toda nessa formação da área de Museologia, Paula... Assunção, Paula Assunção, da Holanda, professora Judite Primo, da Universidade Lusófona, de Lisboa, professor Mário Moutinho, reitor da Universidade Lusófona, de Lisboa... (Marli: O nosso reitor, provavelmente...) Não tava presente, não, mas tava... o professor... Mário Chagas, a professora... Maria Célia Teixeira, a professora Graça Teixeira... (Marli: Certo.), a professora Rosana Nascimento... tinha mais dois professores ainda, que vou recordar... (Marli: O Nascimento, provavelmente, não?) Não, aí o Mário Chagas tava representando o... (Marli: Ah, o cargo, o Nascimento...) o DEMU, né? Já o projeto de IBRAM... (Marli: Ok.) Já estávamos em 2008, já.. (Marli: Sim, sim... Pra 2009) É... Mário Chagas, é... mais outro... o Cícero Almeida... (Marli: Ok, quem que era representante aqui da UFSC? Alto escalão? Tinha algum?) Não, não tinha. Tava... (Marli: Praticamente você?) Eu e o professor Milton Vieira Horn, do Departamento de Comunicação e Expressão... (Marli: Ok.) E tava também a vice-diretora do Centro de Comunicação e Expressão (Marli: Ok.), a professora Maria... (Marli: O cargo mais superior era...) Maria... Maria... vou lembrar... É... isso, ela já com a ideia... (Marli: Sim, porque vocês já estavam com o projeto... já o projeto já todo... (Marli: Já tava aprovado... Ad referendum...) Sim, já tava lá já encaminhado... (Marli: Sim...) É... Ainda estavam representantes do, do... CFH, o professor Marnio Teixeira e o professor... (Marli: Ah, o professor Marnio? Marnio Teixeira... (Marli: Sim...) e o professor... (Marli: Ah, foi meu professor...) e o professor [Marco] Montezuma... (Marli: Sim...), do Departamento de História. (Marli: Sim, marido de uma, que foi uma que assumiu a gestão, não foi?) Foi... (ruído de comunicação). E tinha ainda os representantes do Museu Universitário... (Marli: Mas eles estavam...) O Hermes... (Marli:... eles estavam nessa reunião porque estavam interessados em trazer pra cá o curso, será?) Não... pronto (Marli: Era pra apoiar...) até então não sabia... era pra apoiar e saber se tinha alguma intenção de criar e tal. E lembro que das palavras de professor Montezuma queria conversar com o colegiado do Departamento de História, porque até então a História não queria criação de curso, realmente... (Marli: Eles foram pra apoiar, na realidade...) Não sei se foram pra apoiar (Marli: A princípio...) ou pra saber o que que ia ser feito. (Marli: Mais informações... Aham). Então nessa reunião foi então... (Marli: Decisória...) falado sobre o projeto e dali pra frente é que o projeto então desandou, digamos, né... Ele ainda foi pra frente, como eu disse, recebeu a aprovação ad referendum... (Marli: O aval, aham...) Mas quando voltou a pró-reitora de graduação da época, a professora Sônia Probst, acho que era ela, e... aí quando ela voltou, aí... reconsiderou aquela decisão da Câmara de Ensino. E daí surgiu um novo projeto. Então, é... Isso tudo talvez tenha contribuído pra esse... pra esse momento de, talvez, de apagamento, de tudo isso que tava sendo feito, talvez de... de retrocesso desse... é... desse processo que tava em andamento, e o NEMU vai entrar nessa, nessa... (Marli: Que não tinha nada a ver, né?) Tinha porque quando... (Marli: Sim... Pra nós...) ele participava de tudo isso... (Marli: Pra nós não tinha nada a ver...) Sim... (Marli: Claro, era como uma forma de apagar a memória do que o NEMU foi... (Marli: É... Você acredita, que é uma das perguntas que eu faço, que o fato de haver a graduação, que já fez dez anos este ano, né...) Fez... (Marli: É...), completou... (Marli: Ah, não dez anos de aprovação, mas o ano que vem é que é dez anos de execução. É 2010 que começou... Eu queria te perguntar: poderia ter existido concomitante a graduação de Museologia, independente do que o papel do NEMU?) Sim, poderia, não vejo que seria sobreposição nem disputa de território, nem disputa de, sei lá... (Marli: De espaço...) De espaços... (Marli: Territorial nem conhecimento...) Nem de

conhecimento, até porque o NEMU nunca teve uma proposta de ser... (Marli: Política pública, né?) um centro de pesquisa e de investigação. Poderia contribuir e estimular, sim, e acho que deveria continuar fazendo isso... (Marli: Poderia ser um laboratório...) Até poderia ser um laboratório, é... (Marli: Para os alunos, no caso...) Exatamente... é... mas não “taria” roubando a possibilidade de qualquer pessoa, de qualquer outra instituição de... também de “tá” fazendo isso. Penso até que poderia contribuir muito mais pra valorização, para o conhecimento, para, digamos, que a visibilidade do curso de Museologia. (Marli: Mas você acredita que o centro, o CFH, ele fez alguma campanha pra extinção do NEMU, não? Nunca pensaste nisso?)... (Marli: Também nunca pensei nisso. Foi algo que me surgiu agora...) Pode ter sido, né? Porque não foi, uma ação, assim, isolada... A atitude, é..., enquanto gestora pública da reitora foi, como eu disse, né... (Marli: Incrementada por outros...) Foi... (Marli: Subsidiada...) talvez subsidiada por outros, né? Certamente que o Departamento de Antropologia via nisso, né... (Marli: Ok, uma invasão...) Um problema muito grande, uma invasão... é... o Departamento de História... é... e talvez até o curso de Museologia, que nessa época ainda era todo... (Marli: Incipiente. Inseguro.) É... Incipiente, inseguro e muito abafado pelo Departamento de Antropologia... (Marli: Ok.) Porque o início do curso de Museologia é junto com a Antropologia, né... (Marli: Os professores, a maioria...) E no início não existia Museologia, né? (Marli: Não. Teve até denúncia...) Assim, visibilidade... de tudo não existia, tanto que nem existia professor de Museologia! (Marli: Depois das denúncias é que o...) Aí depois da denúncia do Ministério Público é que o Ministério Público veio à universidade e disse “Olha, vocês têm um curso de Museologia, se existe uma lei de regulamentação, só pode dar aulas de Museologia quem for museólogos, então tratem de fazer o concurso.” (Marli: É... Talvez até...) E nesse contexto, nesse contexto é que foi feito o concurso, porque... (Marli: Sim...) os outros concursos feitos foram todos pra áreas tanto de Antropologia quanto de História. (Marli: Eu, como acadêmica, foi até bom eu ter ficado mais tempo, porque daí eu peguei propriamente os professores especializados, né? Agora, os que se formaram rapidamente não tiveram esse acesso e tal, porque o curso mudou bastante. Agora, talvez nem tenha ocorrido nenhuma dessas conjunturas, né, que a gente só levantou uma hipótese, né?) Sim... (Marli: Pode ter sido somente reacionariamente política, e por não entender, principalmente a... enfim, é uma outra pesquisa que teria que ser feita. Eu... eu, como Sistema Estadual de Museus, em relação à época, eu acredito que o NEMU não atrapalharia nem a Museologia, da UFSC, e nem o Sistema, que são papéis totalmente distintos, e que, na realidade, quem ganha com isso é a sociedade.) Sim... (Marli: Se fomenta mais informações... Fomenta mais informações (Marli: Circula), mais ações (Marli: Circula...), mais atividades, é, mais discussões, e tudo, eu volto a dizer, quando nunca houve, digamos, essa disputa que algumas pessoas, né, começaram a ver... (Marli: Podem entender...) Podem entender... (Marli: É...) Pronto, todos têm a liberdade de pensar... (Marli: De interpretar...) De interpretar como quiserem... (Marli: É...) Mas, muito pelo contrário, a minha avaliação: acho que o somatório dessas ações, dessas políticas, dessas atividades, dessas discussões é que iria melhorar a questão da Museologia no estado. Pra mim isso é certo! (Marli: Uma das últimas perguntas diz, assim: Você acredita... não é uma questão de dar uma nota, mas... qual a maior contribuição, ou as maiores contribuições, que o NEMU proporcionou aos municípios, aos profissionais de museus, às pessoas, como é que você diria, assim, em relação aos objetivos, porque às vezes extrapola os objetivos, né?) (risos) (Marli: O que que você pode dizer sobre isso?) Acho que o NEMU foi, assim, fundamental para a discussão da área museológica ou a área da Museologia, ou a discussão museológica em Santa Catarina. É... não fosse a ação... do NEMU, é... a repercussão e... a... a capilaridade dessas informações da área da Museologia não teria chegado em todo o território de Santa Catarina... (Marli: E não teria fortalecido o campo...) Aí não teria fortalecido o campo, o campo não “taria” hoje abrindo a própria possibilidade de ter também na fundação catarinense os museólogos, não é, que tiveram, já saíram e vai ter que abrir novamente agora... (Marli: Com certeza...) um concurso pra atender

essa área, não é? (Marli: Uhum...) É... não “taria” cobrando também, agora de uma forma muito mais efetiva... (Marli: Talvez até a própria política...) a Política Estadual de Museus, a... (Marli: Não seria tão democrática, se não tivesse havido...) Exatamente, as ações da própria fundação nesse campo da Museologia, é..., para o estado através das políticas... (Marli: Uhum...) e das próprias casas próprias do... da fundação, os seus museus, não é? É... (Marli: O campo seria muito mais, não sei se posso usar o termo, ignorante – entre aspas –, não é? Seria com menos conhecimento quando o Sistema adotou a postura, o Sistema Brasileiro, se não houvesse tido o NEMU, durante esses 9, 10 anos, que depois 4, 5 anos a gente coexistiu, o Sistema e o NEMU, é um tempo muito vasto de... de escuridão, diríamos, desse conhecimento, porque havia... mesmo havendo uma gerência, na FCC, sozinha você atende pontualmente...) Sim... (Marli:... a situação do município X e que ela não vai reverberar a médio e longo prazo...) É... (Marli: É muito pontual...) Isso que eu ia dizer, assim, é... as ações do NEMU foram... quando interiorizou, né, quando foi a todos os cantos do estado, levou essa notícia da Museologia, levou uma prática museológica, né? Por mais que fosse uma... (Marli: uma legislação...) Houve, sim, uma legislação, uma realidade museológica, né, levou um movimento pela Museologia para o estado, não é, para discussões da Museologia, para novas percepções de Museologia, é... tudo isso foi, assim, como eu disse, foi fundamental para, digamos, dizer que pra falar em Museologia em Santa Catarina, deve-se à existência do NEMU... (Marli: Com certeza.) É... né? (Marli: Por isso que tem que registrar essa história, né?) Porque, assim, a fundação tem um papel, assim, muito importante, né, nesse trabalho, mas a fundação ainda “tá” presa a essas, essas questões da falta de continuidade, não é? Então, quando consegue estabelecer o Sistema Estadual de Museus, quando consegue estabelecer uma Política Estadual de Museus, e quando consegue estabelecer, não é, é... esses marcos regulatórios para a Museologia, é... isso vai cobrar mais ações agora da fundação catarinense, de “tá” mais no terreno, mais concreta, mais voltada para o estado, né, não só para suas casas, né, pras suas unidades museológicas, mas pra atender à necessidade e as demandas das várias regiões, e não ficar fazendo o picadinho de atender uma coisinha de cada vez, porque isso não mostra a integração da Museologia no estado. E era isso o que o NEMU fazia quando levava e juntava regiões. Então, como disse, o município de Guaraciaba, então tinha gente lá de Itapiranga, tinha gente de... (Marli: Maravilha...) Maravilha... (Marli: Xanxerê, Xaxim...) e Xanxerê, e Peritiba, e São João do Sul, é... tem outro “municípiozinho” ali que é fronteira com a Argentina, que eu vou lembrar agora... (Marli: Dionísio Cerqueira...) Dionísio Cerqueira... (Marli: Barracão...) Descanso, Barracão... Então, quando ia e conseguia juntar esses municípios, conseguia formar uma rede, né, uma proximidade entre as realidades daquele território catarinense. Então... Isso era importante (Marli: Uma distribuição.. mais aprimorada com seus pares...) Sim, são os exercícios de mostrar as experiências: “olha, nós temos essa dificuldade, nós resolvemos assim...”, né, “achamos esse caminho pra resolver...”, “olha, que bom, nós que estamos aqui do lado podemos fazer igual vocês, não é? Se é uma experiência que deu certo e nós também estamos precisando, vamos fazer aqui também...” Então, nesse sentido é que foi muito importante o NEMU “tá” no terreno pra poder, assim, trazer essa discussão, necessidade e apoio a essa área de museus. (Marli: E conhecer seus vizinhos, né? Uma grande oportunidade... Eu lembro que houve uma enchente, uma enxurrada em Águas de Chapecó e quem foi socorrê-los, até os técnicos do Atecor [Ateliê de Conservação e Restauro/FCC] chegarem – sabe que isso é burocrático, são capaz de chegar quando os livros já estão tudo colados) (risos) (Marli:... foi São Carlos...) São Carlos, sim... (Marli:... que tinha a Casa da Memória lá, muito bem trabalhada, trabalhavam muito bem e... Então, em função das oficinas...) Em função de uma oficina de uma pessoa que tava lá e que ainda “tá” lá, que é o Alexandro... (Marli: Aham...) e lembro, assim, de... (Marli: Historiador...) Isso... Historiador... (Marli: Muito dedicado...) Bastante... Gente boa aquele rapaz. E, assim, as ações que são feitas lá, é... têm a ver com aspectos que o próprio NEMU foi responsável de levar essa discussão pra lá, que era a cobrança, por exemplo, da ação da usina tanto de Itá quanto

de... de... aqui de Campos Novos, não é, que... (Marli: Uma compensação...) que afetaram e que tiveram que fazer a compensação, não é, mas foi feita a compensação e depois os prefeitos foram relaxando, né, essa compensação... E... (Marli: Foi o caso de Piratuba também...) Sim... Aí quando houve uma ação pública de cobrança da responsabilidade do ente público, do gestor público... (Marli: Uhum...) com relação ao patrimônio, que é o museu lá de São Carlos... (Marli: Uhum...), quando chegou a intimação no prefeito, aí ele teve que reestruturar e aí, sim, começar a pensar de que... é importante também... (Marli: Sim, sim...) Porque tá, né, com... sendo forçado a isso, mas essa “forção de barra”, né, de, de chegar nessa realidade, foi importante pra que aquilo fosse então ramificado na sociedade de São Carlos e dos municípios próximos, né? (Marli: Mas é esse empoderamento que nós, como servidores, que temos uma sensibilidade, e muitos outros também o têm, e que bom se a maioria tivesse, é que fortalece eles, porque essa falta de confiança no seu trabalho, neles que estão lá postos às vezes temporariamente, ele não se sentem capaz de, e com essa motivação toda, através dos encontros do NEMU, ou oficinas promovidas pelo Sistema, eles conseguem subsídios, também esse objetivo de motivá-los a procurar, buscar, e correr atrás, que tem legislação, que tem... é possível. Então, acho que é um papel que o NEMU não poderia ficar sem um registro de história, na história, né, da cronologia da política pública museal de Santa Catarina, não é? Deixo aqui o meu reconhecimento. Se você quiser colocar mais uma palavra aí sobre o NEMU...) Não, é só agradecer por essa... é..., como é que eu vou dizer, dedicação de... de levar um pouco da história do NEMU, da sua relevância para a sociedade catarinense, né, e até para o Brasil, não é, já que tem uma repercussão nacional as ações que aqui foram realizadas né, e... e... é uma pena que ele tenha sido extinto, né, é... poderia “tá” continuando aí com ações de... (Marli: Até em concomitante ao Sistema, porque não é papel do Sistema, é, sim, papel do Sistema fornecer capacitação, desde que ele tenha uma equipe...) Sim... (Marli:... que consiga atender às assessorias técnicas no mínimo. Como a gente sabe que não tem, o grande parceiro poderia ser o NEMU, né, nesse aspecto...) Eu acho que o próprio Sistema, ele... ainda pra mim é ainda controverso se deve ou “tá” fazendo capacitação”, mas “tá” lá no Sistema que ele também pode proporcionar... (Marli: Sim...) Então... (Marli: Mas talvez não tanto quanto, né?) Mas em função da realidade que nós temos da fundação catarinense, que nunca disponibiliza recursos... (Marli: Números...), equipe e uma política para atender essa área, poderia o NEMU “tá” continuando com as ações em parceria, com, com... (Marli: a fundação...) com o Sistema, como sempre fez, não é? E... era importante até trabalhar com o NEMU e o próprio curso de Museologia, não é, porque se tem hoje os professores que tem aqui, poderiam eles também, juntamente com outros profissionais, “tá” suprindo a... a... atendendo, vamos supor, à demanda do... das realidades que nós vamos tendo aí pelo estado... (Marli: O que não tem, como você mesmo relatou desde o início, da experiência do NEA, que serviu o NEMU, que até hoje é um exemplo o NEA, né, é... não dá pra trabalhar isolado...) Não... (Marli: Então temos o Sistema trabalhando isolado, a universidade trabalhando isolado, que se encontram eventualmente num encontro, de dois em dois anos, quando é realizado de dois em dois anos, que isso também não tem uma sistemática...) É... o Fórum Estadual de Museus, ele também não teve continuidade por conta disso, da falta de... (Marli:), de sistematização, de equipe e da própria fundação, não é? (Marli: Sim...) Já ficamos tantos anos sem ter o Fórum Estadual de Museus, não é? (Marli: Sete anos...) É... isso é inadmissível, não é? (Marli: Inadmissível...) Então tivesse, talvez, ações mais curtas, mais pontuais e mais específicas pelo estado... (Marli: Uhum...) “taria” fomentando, não é, uma discussão, uma necessidade, uma demanda pra que no momento todos estivessem juntos para... pra essa troca de experiências, não é? Aí seria o Fórum Estadual de Museus, que podia ter mais continuidade. (Marli: É isso, então, Francisco, muito obrigado.) Ô, brigado eu. (Marli: Eu tenho mais algumas perguntas aí, vamos ver se dá pra resolver alguma coisa...) (risos) (Marli: Obrigado.)

Fonte: Entrevista realizada pela autora.

APÊNDICE B - Entrevista transcrita de Elizabete Neves Pires (Betinha).

Marli: Estamos aqui dia 12 de setembro de 2019, entrevistando a Elizabete Neves Pires, que já tem um histórico bem conhecido no meu TCC, a respeito de conhecimento de museus e que participou da construção do NEMU, e foi gerente da Gerência de Organização de Museus da Fundação Catarinense de Cultura (FCC). Fique à vontade Betinha, obrigada pela possibilidade de entrevistá-la.

1ª) Quando chegaste na FCC, havia um setor na Diretoria de Patrimônio para as políticas de museus? Lembras quem trabalhava neste setor?

a) Lembras as ações que foram executadas de imediato?

b) A FCC mantinha relações técnicas com o IPHAN relativa aos museus?

R: Sim, havia a GEOMU – Gerência de Organização e Funcionamento de Museus. Quem era a Gerente antes de mim era a Patrícia Mazzon. O Diretor de Patrimônio era o Prof. Dalmo Vieira Filho; a Gerente de Patrimônio Arquitetônico era a Lilian Mendonça; a Gerente de Pesquisa e Documentação era a Ana Lúcia Coutinho, e tinha a Gerência de Organização e Funcionamento de Museus.

Betinha lê a pergunta de letra a, da questão 1: Lembras as ações que foram executadas de imediato? Betinha pergunta: Em relação ao NEMU ou em relação ao Funcionamento da gerência?

Marli responde: da Gerência, acho, por que pelo que eu vi você assumiu em 94 e o NEMU já só aconteceu em 97, mas, já havia reuniões provavelmente dessa Associação.

Betinha: as primeiras ações o que que era. Eu tentei atender a demanda, a procura de informações que havia. Trabalhavam comigo duas pessoas, o Valério Carioni (já faleceu), a Dolores Caroline Tomaselli que está em Joinville e nós duas é que mais faziam estas ações de imediato. Mas em relação ao NEMU foi a partir de 95, mais foi quando a Dolores saiu da Fundação e eu me vi muito sozinha pra dar conta, de atender todas as demandas, todas as solicitações de assessoria aos municípios.

Betinha lê a pergunta de letra b, da questão 1: A FCC mantinha relações técnicas com o IPHAN relativa aos museus? Quando eu entrei não. Só se resumia ao Museu Nacional do Mar. Quando eu entrei o Museu....Isso é um desabafo que eu já falei até pro Dalmo. Quando eu entrei em 94 o Museu acho que foi inaugurado em 95, eu não participei de quase nada, em relação ao Museu Nacional do Mar. Participavam sempre a Lilian, da Gerência de Arquitetura, a Ana da Gerência Pesquisa e Documentação e o Dalmo. E eu fiquei fora mesmo. E uma vez... vamos fazer uma parte: quando o Dalmo saiu da Diretoria de Patrimônio Cultural aonde o Dalmo me procurou e a vida sempre dá a volta por cima, né. E o Dalmo veio procurar, veio com aquela fala mansa, como ele é, ele é um ótimo técnico, mas um péssimo chefe, falei pra ele isso e ele veio falar sobre o Museu Nacional do Mar e eu cheguei e disse pra ele, olha Dalmo, pode ter certeza, tu me deixou a par?, né, fora da montagem do Museu, mas, eu não vou abandonar o Museu Nacional do Mar e essa foi um tapa com luva de pelica. Eu sou assim, despachada, eu falo.

Marli comenta: então na realidade o IPHAN só apoiava. Betinha: É... (Marli: por conta de ser o Dalmo). Betinha: É... (Marli: de ter o trâmite) Betinha: É... (Marli: de ter acesso...) Betinha: É... (Marli: apoiava o Museu Nacional do Mar). Betinha: É...

2ª) As atas de criação do NEMU cita uma Associação Catarinense de Museus:

a) Tens conhecimento sobre essa Associação, como funcionava, quem coordenava, quem participava? Marli pergunta: tu conhece essa associação...

R: Ah é... agora que eu tô me lembrando vagamente, era uma pessoa que chegou através do Peninha, eu não me lembro... (Marli: talvez o Peninha saiba melhor). Betinha responde: acho que nem ele... era uma senhora, uma senhora de mais idade, mas eu, sinceramente, se tu for perguntar pros Museus de... Catarinenses que fizeram parte acho que pouquíssimos, acho que era uma iniciativa particular, particular que eu digo, dela, nem sei se ela era vinculada a um órgão... (Marli: eu percebi que tem encontros, né, havia até encontros dessa Associação... Enfim...) Betinha: mas se tu for ver, grande maioria dos museus do Estado, não faziam parte dessa Associação. (Marli: pois é, mas e antes de você ser, quem é que trabalhou, será que foi o Fernando?) Betinha: com esta Associação? (Marli: não...não, antes quando você chegou na Fundação, antes de você assumir quem é que trabalhava no setor de Museus, ou não havia...) Betinha: não...era o Fernando, mas era outro nome...era outro nome... era o Fernando e a Dolores Tomaselli. (Marli: provavelmente quando houve o primeiro, a implantação do Sistema de Museus). Betinha: Sim, que teve a oficina de Laguna, e em Curitiba, acho que foram três que ele mencionou lá no Fórum, era um outro setor, da Diretoria de Patrimônio, mas tinha um outro nome. A Gerência de Organização e Funcionamento de Museus foi criado no Governo Kleinubing.

3ª) A Ata de criação do NEMU (1997) cita a parceria da FCC e da UFSC, por meio do Museu Universitário Prof. Osvaldo Rodrigues Cabral:

a) Ainda em 1996 houve um grupo que se reuniu e preparou um projeto para a criação do Núcleo. A Gerência da GEOMU/FCC, participou desse Projeto, desde a formulação?

b) A iniciativa de fazer esse Projeto, de criar um Núcleo, inicialmente foi uma ideia individual ou em conjunto: do Gelci (Peninha), ou sua e do Peninha ou dessa Associação ou de outros envolvidos?

c) Lembra se foi efetivado o Convênio de parceria técnica entre FCC e UFSC e / ou UFSC com as outras instituições?

R: Marli lê a pergunta número 3: Betinha: Sim, desde o início, o que que a gente fazia? A gente procurou algumas pessoas, tipo, Angela Paiva, a Maria Teresa Collares, a Graça, algumas pessoas do CEOM, a Iáscara, algumas pessoas que trabalhavam com esta questão de políticas culturais, políticas públicas, né, porque... Ah... não tinha, não existia isso em... em relação a Santa Catarina. (Marli: sabes o que eu percebi, que os documentos não conseguem contar tudo, por isso é que tem que ter as entrevistas. Tem momento que há enaltecimento de você e do Peninha, da Betinha e do Peninha que o NEMU só sobreviveu, só cresceu com essa sólida, essa solidez em função da Betinha e do Peninha. E tem momento daí que parece que quem teve a ideia súbita foi o Peninha, ou foi de ambos?) Betinha: Foi de ambos. Foi uma necessidade minha, de eu não dar conta de dar os atendi..., das assessorias e o Peninha, por ser museólogo era muito procurado pelos municípios, pelos museus municipais e foi daí que eu passei uma

tarde e depois dessa tarde eu não, não saia lá do Museu Universitário e foi nessas conversas que nós, quem sabe a gente não cria algum mecanismo, alguma coisa que a gente possa ajudar a esses municípios, uma vez que as informações estão tudo aqui na Capital, né, a Fundação, a Gerência e foi a partir da nossa união, eu necessidade de atender e ele não dar conta de atender sozinho. (Marli: e queira ou não queira, provavelmente eram os 2 únicos museólogos, Angela Paiva e o Peninha). Betinha: Tanto é que no começo das reuniões ficava até uma coisa chata, assim, porque eu fui atrás de informações, de estudar, depois fiz a especialização e então, era assim, oficina era eu, Peninha, Angela. Angela, Peninha e eu. Com o decorrer, com o reconhecimento do NEMU, a gente trouxe muita gente boa (Marli: pras oficinas). A gente conseguiu profissionais do Rio, de São Paulo, Brasília, vários lugares. Mas, por reconhecimento (Marli: ao NEMU), e como diz o Peninha pelo reconhecimento nosso, ao NEMU e ele sempre dizia óh, a gente não tem dinheiro prá pró-labore, a gente recebe bem, muito amor e carinho e sem beijinho... (Marli: risos). É uma peculiaridade do Peninha (Marli: certo), né, então o NEMU cresceu, porque a gente... Eu me sinto muito orgulhosa, e o Peninha também, pelo reconhecimento de pessoas, como Maria Célia, que vinha da Bahia, Cristina Bruno, que vinha de São Paulo, a Maria de Lourdes Parreiras Horta, que vinha do Rio, sabe, profissionais que vinham, se deslocavam e vinham aqui pra trabalhar e era assim, botava num, chegava, a gente hospedava, botava numa van e ia lá pra Chapecó. Era super divertido, mas, super cansativo (Marli: Claro), sem pró-labore (Marli: só as despesas mesmo, é, é...) (Marli: A letra C, da questão 3, pergunta: Foi assinado esse Convênio, né, ou você não sabe?) Betinha: Foi, tenho. (Marli: tem o documento? Diz que vai procurar no... (Betinha solicita que pare a gravação e sem o áudio comenta que todas empresas conveniadas assinaram, somente a FCC não assinou. Que ela tem os documentos assinados. Justifica que os manteve devido ao receio de os mesmos não serem conservados/preservados).

4ª) Na reunião de março de 1997, antes de formalizar a criação do NEMU (dez/1997), criaram uma coordenação executiva houve uma Portaria da FCC, para sua indicação?

Betinha: Tá, referente aqui à questão 4, as nossas reuniões eram sempre, aconteciam na grande maioria das vezes lá no Museu Universitário, onde tinha auditório. Sim, teve uma portaria minha, né, me indicando pela Fundação como representante do Governo do Estado no NEMU. (Marli: você tem essa, se não eu vou atrás lá na Fundação). Betinha: será que não tem lá na Fundação? (Marli: deve ter, é de 97? Tu lembra?) Betinha: Acho que pode ter sido 96. (Marli: Ok, ok, vou procurar lá. Por que deve ter uma pasta de você como servidora, servidora não, como funcionária, né? Porque eles têm que ter, eles são obrigados a ter. Você não fica nove anos numa instituição e não tem. Deve ter, vamos lá). Betinha: tá bom. (Marli: Deveria estar na tua pasta, pelo menos. Procurar no RH ou enfim...) Betinha: tá.

5ª) De imediato o NEMU teve o Museu Universitário como sede, como cita o Regimento Interno.

a) Como era a logística em termos de organização das oficinas, passagens, fôlder, convite aos oficinairos/palestrantes, definição e tratativas com o município e etc., quem fazia a administração disso tudo? Qual era o papel da GEOMU/FCC e das demais instituições?

R: Sim. O NEMU teve sempre como sede o Museu Universitário e a maioria dos meus diretores, muito, a Graça, entendia muito bem, a Graça Prudêncio, a Fátima, a Lilian, nunca tive essa coisa, vou pro museu, passava a tarde no museu para resolver as coisas do NEMU. Nesse nível de Diretoria de Patrimônio nunca, nunca fui impedida de participar do NEMU, nesta instância. (Marli: Mas havia restrição da Diretoria Geral da FCC ou eles não compreendiam?) Betinha:

Não compreendiam, daí só quando eu ia pedir passagem, ou quando eu ia pedir alguma coisa, de diária... (Marli: Mas também era uma zona de conforto pra... pro Governo, né? Porque de certa forma, você, como gerente, estava trabalhando por algo que tava sendo concretizado por meio de outra instituição que era de credibilidade). Betinha: Claro. (Marli: Então pra eles também era tranquilo, só que poderiam ter ampliado mais [inaudível]) Betinha: apoiado mais, (Marli: ter mais equipe, né?) Betinha: Não. Todos os diretores de patrimônio me apoiaram. Direção de Fundação, as restrições haviam quando implicavam de eu pedir custas financeiras, aí sim tinha um.... (Marli: quando você viajava pro NEMU você tinha direito à diária da FCC...) Betinha: sim (risos)... (Marli: aquela mesma diária... continua, a mesma diária). Betinha: (risos)

a) (Marli: Quem é que fazia essas tratativas de oficinairo, palestrante? O município, era através da GEOMU?) Betinha: Era parceria. Era eu e o Peninha. O que que acontecia? Era definido o município, a gente... tipo um mês, 15 dias antes, a gente ia, um mês antes a gente ia no município e ver as necessidades que aquele museu... porque geralmente é a mesma necessidade dos museus da região, e definia os palestrantes, as oficinas, e fazia parceria com a prefeitura. Aí o Peninha pedia uma coisa aqui, eu pedia uma coisa lá, a prefeitura dava uma coisa ali, era sempre assim... um jogo. (Marli: não havia um projeto, como se manda para Lei Rouanet, por exemplo, nem dentro da UFSC e nem dentro da FCC?) Betinha: não. (Marli: até porque tinha um período que nem tinha a Lei Rouanet, né?) Betinha: não. (Marli: Enfim, era mesmo... Então alguma despesa era bancada pelo município também? Coffee break?) Betinha: Sim, o município que recebia bancava hospedagem e estadia dos palestrantes, coffee break, hospedagem, estadia, alimentação. (Marli: e o transporte, era a UFSC?) Betinha: às vezes a UFSC, às vezes Governo do Estado, com quem a gente conseguia, era assim. Os fôlderes geralmente era o município que fazia (Marli: que cedia...). A gente coordenava, mas o município imprimia e aí, muitas vezes, a gente dividia: esse encontro eu mando pela Fundação, despachava pelo correio, esse encontro eu mando pela Universidade e assim, como dizia o Peninha, a gente ia levando... (Marli: era mais uma política interpessoal entre vocês do que institucional). Betinha: era jogo de cintura... nosso! (risos) (Marli: mais, ah, mesmo que houvesse as outras instituições envolvidas, conveniadas, sobrecarregava muito mais vocês porque a responsabilidade era de vocês dois) Betinha: na verdade essas outras instituições que assinaram o convênio nunca participavam efetivamente com questão monetária. Não. (Marli: Era mais de...) Apoiavam quando era na região. (Marli: Merchandising mesmo, propaganda, chamavam...). Mas o que acontecia era sempre: a Prefeitura que receberia o NEMU arcava com as despesas lá, e aqui a gente corria atrás de passagens, essa estrutura toda pra chegar à realização do evento). (Marli: e as inscrições era o município também?) Betinha: Era o município que administrava. (Marli: OK). E geralmente ficava, vou te ser bastante sincera, pra arcar com as despesas de alimentação, hospedagem e xerox do município. Tanto é que quando eles queriam recibo, é claro, você sai pra viajar tu tem que ter o comprovante, então era sempre um recibo da prefeitura que sediava o NEMU. Eu e o Peninha nunca, nunca mexemos com dinheiro, nunca recebemos. (Marli: era o coordenador?) Eu, coordenador e coordenadora, mas a gente nunca ficou com dinheiro, nunca recebemos pró-labore. As inscrições eram da Prefeitura, porque a Prefeitura é que tinha que dar o recibo. (Marli: aquela taxa simbólica, era simbólica era pra xerox, era pra essas coisas simbólicas mesmo). Betinha: mas como tinha que ter, as pessoas que participavam tinham que ter um comprovante pra prestar contas, era a Prefeitura é que dava um recibo, nota fiscal.

6ª) O primeiro Coordenador do NEMU, conforme a ata de março/1997, foi o prof. Nereu do Vale Pereira, da Fundação Cultural Açorianista, previsto no Regimento Interno, “Art. 6º, #1º - Os membros da coordenação executiva, serão escolhidos entre, um representante da UFSC e das demais instituições envolvidas”, pergunto:

Marli: O primeiro coordenador, conforme a Ata, foi o Prof. Nereu do Vale Pereira, não sei se lembra dessa Ata, né? Betinha: Coordenador do NEMU? (Marli: Ele foi naquela, naquela Executiva antes de formatar definitivamente. Foi, em março, acho que nesta de março, cita o nome dele). Betinha: Não, ele, tanto é que a Associação Açorianista faz parte do Convênio, mas, ele não foi coordenador do NEMU. Ele foi coordenador das... Ele foi representante. O coordenador do NEMU, de imediato, sempre foi o Peninha, porque o NEMU era da Universidade Federal de Santa Catarina. (Marli: Ah ok, então, o 1º foi o Peninha). Betinha: Sempre foi o Peninha! (Marli: Ah, sempre foi o Peninha?) Betinha: Sempre foi o Peninha. (Marli: Quando é que mudou? O Peninha deve saber...) Betinha: O Peninha deve saber, porque foi quando ele saiu. (Marli: Certo, o Peninha saiu em 2010, 2012, uma coisa assim...) Betinha: Mas o coordenador, não sei se nessa ata ou no regimento interno... Tu achou o regimento interno do NEMU? (Marli: Achei, mas lá não cita nomes). Betinha: Mas lá não diz, não diz nem o cargo, tipo, o diretor do Museu Universitário é o Coordenador do NEMU? (Marli: Não, diz que ele tem que ser da Universidade, tá?) Betinha: Ah, tá. (Marli: Tá? Mas não cita nomes. Talvez tem que ter uma portaria, né? É... mas quem deve saber isso é o... Né?) Betinha: Não sei... (Marli: Eu fiquei com dúvidas... Olha aqui... porque diz

aqui, ó! Essa é a... Desculpa, essa aqui é quando foi feita a proposta, não sei se tu lembra, ó! Ficou deliberado...) Betinha: Não. (Marli: Então ele ali tava só como representante). Betinha: Nessa ata aqui não existia o NEMU... (Marli: Não, não existia... Ainda era uma proposta). Betinha: Antecede à proposta. (Marli: É, antecede). Betinha: Quem sempre foi o Coordenador do NEMU foi o Peninha. (Marli: Certo. Eu tenho o documento dele aqui assinado. Depois eu vou te mostrar. É, então nesse meio tempo houve a mudança, e quem que vai saber responder é o próprio Peninha, né?) Betinha: É esse “a” também não... em relação... (Marli: Bom, vamos ver...)

6ª) Qual o papel que você, na qualidade de membro-fundador do NEMU, atribuiu/atribui ao NEMU? a) Acredita que ele cumpriu o papel a que se propôs?

Betinha: O meu papel? (Marli: É não, eu acho que...) Betinha: Ó, o meu papel, eu já vou te dizer. (Marli: Não, acho que o papel do NEMU em si, mas eu falo na qualidade de membro fundador que você conheceu a fundo. Eu conheci como plateia o NEMU. Você conheceu por dentro o NEMU. Então você acha que ele cumpriu o papel? A instituição NEMU...) Betinha: Não! Ele auxiliou muito aos museus. Como é uma coisa que a gente, eu e o Peninha, a gente vivia falando, de não fazer a coisa errada, né? De como fazer... Mas a intenção do NEMU, nossa, até acho que tu vai pesquisar, é que houvesse vários núcleos regionais do NEMU. E o Peninha disse: — Nossa, a gente sempre vai ficar aqui... Se não partir da nossa iniciativa a realização dos encontros, não acontecia. E a gente falou, discutia em plenária: — Gente, a gente quer ser convidado pra vim participar do encontro regional que vocês organizam. A gente dá as dicas, as orientações, mas a ideia é que vários núcleos de NEMUs pelo estado. E isso nunca aconteceu. Sempre, desde que eu tive no NEMU, sempre era uma iniciativa daqui, da Universidade. A gente que tomava a iniciativa de criar os encontros regionais. E a nossa proposta, a nossa ideia, minha e do Peninha, era que houvesse núcleos, várias células. (Marli: O núcleo piloto seria aqui... mas não...) Betinha: É, não aconteceu... (Marli: Sim, na realidade, um dos objetivos então foi esse, que não foi atendido, mas como atendimento de capacitação...) Betinha: Ah, acho que isso sim, porque várias... A cada encontro que a gente ia, vinham pessoas com fotos: — Ó, o meu museu tava assim antes... aí mostravam: — Olha como ficou! Faziam, forravam com papel kraft, sabe? Tiravam aqueles feltros, forravam com papel kraft... Isso era um retorno muito bom pra nós. (Marli: Renovava, renovava). Betinha: Renovava... Uma coisa que eu tenho que achar essa foto, porque é uma pessoa que me emociona até hoje, o seu Edivino,

lá de Guaraciaba, ele tinha um mercadinho, não sei o que que era dentro do museu, se era um café, se era o que... Eu sei que ele... A foto é uma janelinha, o seu Edivino com uma placa de papelão escrito “cafeteria”. Como é que o seu Edivino, lá em Guaraciaba, na linha Límpio (?) poderia ter essa ideia, de botar uma placa escrita “cafeteria”, sabe? Isso é um retorno, e esse retorno a gente tinha, sempre, das pessoas, a cada encontro: — Ó, eu fiz isso. — Ó, eu fiz aquilo. Então esse retorno a gente tinha a cada encontro. Nesse quesito de um pequeno treinamento, isso sim. Acho que o NEMU cumpriu esse papel. (Marli: E foi reconhecido no Brasil todo. Teve...) Betinha: Agora, a ideia inicial de ter um núcleo em cada região do estado, isso não. Se não fosse a iniciativa daqui, não saía reunião nenhuma. (Marli: Mas, Betinha, se fores pensar, mesmo hoje, em pleno século XXI, nesse formato de núcleos regionais, é difícil de funcionar). Betinha: Não... (Marli: Você cria uma confiabilidade do grupo aqui. Olha a dificuldade do interior, mesmo que fossem pessoas que conhecessem o assunto...) Betinha: É, eu acho que pode ser, porque eu e o Peninha eram muito utópicos, muito sonhadores. (Marli: E também tinham o conhecimento especializado, vocês tinham conhecimento especializado...) Betinha: É, a gente tinha essa pretensão de que um dia, quem sabe... Todo mundo mexia: — Ah, o dia em que tu for, vai emancipar o teu filho, que chamavam o NEMU de meu filho. Eu digo: — Não, não tá pronto ainda pra ser emancipado, quando fez dez anos. Não, ele não tá pronto pra ser emancipado... A minha saída foi dolorosa, mas... cumpri o meu papel.

7ª) Em março de 2003, você participou como representante de SC, convidada pelo IPHAN, no encontros dos profissionais da área museológica em Brasília, para formatação da PNM e, inclusive coordenou um Eixo da mesma.

(Marli: Você foi convidada a Brasília em 2003 pra formatação da Política Nacional de Museus e inclusive coordenou um eixo, que eu nem lembro qual foi... o sexto ou sétimo?). Betinha: É... Acervos, é o sétimo. (Marli: O sétimo, né? Acho que era Acervos; Pesquisa e acervos, alguma coisa assim... Na sequência em 2004, você foi convidada pela FCC, a colaborar na formatação e implantação da Política Estadual de Museus – PEM [justamente porque você havia participado lá em Brasília, em 2003...]) Betinha: A convite teu e da Simone... (Marli: e também pelo fato de você ter tido nove anos de convivência com os museus de Santa Catarina. Então quem tinha esse domínio, esse conhecimento e a confiabilidade era a Betinha). Betinha: Eu acho assim, ó! Eu nunca sou de sonegar informação. Eu repasso. Eu não sou daquela opinião de que quem tem a informação tem um poder. Eu não acho... A informação que eu tenho é para passar. Eu não nego informação. Nunca... Tanto é que eu tô aqui (risos). Aberta a tudo... (Marli: Tanto é que continuamos a parceria de 15 anos atrás, ou até mais, né? Dois mil e quatro... Quinze anos atrás... Se houvesse um abuso de um lado ou de outro, né? Mas enfim...)

a) Você, na condição de ex-gerente do Setor de Museus da FCC e como cofundadora e ainda atuante no NEMU/UFSC, acreditou na possibilidade efetiva de colaborar com essa trajetória do SEM/SC (por ser do Estado? No sentido assim... quem estava sendo acreditado no momento, quem estava em expansão era o NEMU. O Sistema estava chegando e era um marco zero. Só que era um dever do Estado. Então acho que é aí que você entra...)

Betinha: Seguindo aqui o nosso roteiro, sétima pergunta, questão a), eu como ex-gerente, se acreditava no Sistema Estadual de Museus, sempre acreditei, tanto que participei das reuniões, dei opiniões, nunca me mantive quieta, calada, de não dar ideia, ou de discordar ou estar de acordo. E

acreditei, tanto é que fui contigo pra Chapecó, ministrando a oficina de instalação de museus de pequeno porte. E acredito, porque tem que ter. O Estado tem que ter uma política de museus.

(Marli: E você não foi convidada simplesmente por um papel simbólico. Você tinha um conhecimento de causa, com nove anos de gerência. Você tinha confiabilidade, que o Sistema tinha que recuperar... Que, mesmo que houvesse um decreto de 1991, que não foi implementado, e depois a política federal também não deu apoio, não é? Exterminou, quer dizer, ficou em stand by, você... o Estado colaborou de forma, de outra forma, usou a ferramenta do NEMU para colaborar, e a gente justamente te chamou em 2004, pelo teu conhecimento do estado e a confiabilidade que havia, e o conhecimento, sem sombra de dúvida. E você tinha o conhecimento de práxis mesmo, né?) Betinha: É, eu sou muito aquela coisa da prática, de ver, fazer... a coisa da Literatura eu deixo pros alunos que tão vindo agora. Já que a gente tem o curso da UFSC, deixa eles entrarem na Literatura. Eu era museóloga. (Marli: Fazer acontecer, né?)

b) Acreditou/acredita que o SEM atendeu às proposições a que se dispôs com a implantação e implementação da PEM?

Betinha: Eu acredito que sim. Se não alcançou, foi falta de apoio político, né? Porque é uma construção constante, essa questão do Sistema, mas não havendo um apoio, nada se concretiza. (Marli: Não havendo recursos humanos...) Betinha: Nada! (Marli: Não havendo projeto financeiro). Betinha: Mas eu acho que com os recursos que tu tinhas dentro da Fundação, até Maurício [Rafael], tudo, conseguiram, chegaram longe!

8ª) Como você teve o privilégio de participar das políticas públicas voltadas ao setor museológico de SC, como Gerente da GEOMU/FCC, antes da criação do NEMU, durante a sua consolidação e até um determinado período de sua ascensão, posteriormente, colaborou na construção da PEM quando ambos atuaram concomitantemente por alguns anos, pergunto:

a) Conhecendo naquele período, as potencialidades do NEMU e do SEM/SC, acreditou / acredita que poderiam seguir como parceiros, para melhor atender aos museus de SC?

Betinha: Eu sim, eu como Betinha, fazendo parte do NEMU, eu acreditava. Eu e Peninha te garanto, mas não era só eu e o Peninha. Tinham pessoas que não acreditavam que essa parceria não ia dar certo. Tentavam colocar uma certa concorrência. E a coisa que eu sempre falava: — Não podemos dividir. Nós temos é que somar. Somar ações para poder concretizar uma política museológica para Santa Catarina. (Marli: É isso mesmo!)

9ª) Quando (ano) e qual a razão que a fez desligar-se do NEMU?

Betinha: Eu deixei o NEMU, como eu te falei, em 2005, de Urussanga, por... Me desapontei com as pessoas, algumas pessoas do NEMU, e também não concordei a partir do momento que o NEMU virou um negócio. Jamais, em momento algum, enquanto eu, Betinha, eu e Peninha nunca, em nenhum momento, teve circulação de dinheiro. A gente fazia, a gente se rebojava pra conseguir uma passagem aqui, um fôlder, um correio, eu e o Peninha usávamos nossos cartões de crédito. Num mês eu pagava a passagem da Maria Célia... Num encontro eu pagava a passagem da Maria Célia, da Bahia, que era uma das mais caras. No outro, daí o Peninha pagava a da Cristina Bruno, que era de São Paulo. Isso porque a gente tinha um grande amor pela causa. Eu acho que se não fosse isso, se não fosse essa coisa de eu e o Peninha acreditar tanto no que a gente tava fazendo, o NEMU não chegaria a dez anos como chegou. E eu saí do NEMU desapontada. (Marli: Mas o tempo que você ficou, você acha que valeu a pena, né?) Betinha: Muito! Muito! Aprendi, aprendi a falar em público, coisa que eu nunca fiz na minha vida. O Peninha me ensinou isso. Aprendi a me soltar mais, a respeitar as pessoas, aprendi a ser

humilde, a respeitar as pessoas, os trabalhadores de museus, que são pessoas simples, humildes... A gente não pode chegar com o nariz empinado, como se... “eu venho da Capital”. Isso não pode acontecer. Você não precisa se rebaixar, você tem que respeitar, saber respeitar os outros. Isso eu agradeço muito. E essa simplicidade do Peninha... Até hoje ele tem. Eu aprendi com ele, eu acho que isso é um grande mérito, êxito do NEMU. Esse amor, esse respeito a esses trabalhadores de museus. (Marli: Que ótimo! Obrigada!

Fonte: Entrevista realizada pela autora.

APÊNDICE C - Entrevista transcrita de Gelci José Coelho (Peninha).

Marli: Boa tarde, estamos aqui, então, com Gelci Coelho, conhecido como Peninha, que é o meu entrevistado... É uma pessoa que sempre trabalhou com os museus e tem muito a contribuir, e sempre contribuiu e ainda tem muito a contribuir. Então a primeira pergunta, Peninha...

Peninha: Hoje que dia é? (Marli: Hoje é dia 26 de setembro de 2019). Peninha: Bom... É... (Marli: Bem lembrado, tá aí, ó, o historiador em voga...)

Marli: Peninha, você tem graduação em História pela UFSC, ano de colação, e depois você já vai me dizendo alguma coisa sobre como é que você acessou como servidor da UFSC, com quem você trabalhou até chegar ao museu, tá bom? Vamos lá...

Peninha: Perfeito... Então, eu era funcionário do Centro de Estudos Básicos e fui destacado pra ir trabalhar junto ao Departamento de História da UFSC, datilógrafo, eu fazia de tudo... E daí ali eu descobri, só lá que eu descobri que eu tinha escolaridade o suficiente pra fazer vestibular, que eu não tinha a menor consciência, eu só tava procurando emprego! E fui fazer aqueles concursos tudo. Daí me disseram: “– Ah, tu tens escolaridade suficiente”. Aí eu fiz o vestibular de História, porque tinha História da Arte, tinha Filosofia da Arte. Mas Filosofia... pra mim era inatingível. Então eu fiquei com História da Arte. E acabei passando no vestibular, e ali naquele afã todo de trabalhar no museu... trabalhar no Departamento de História, e fazendo o curso, aconteceu em intermédio acabei indo ao museu, ao museu a pedido da professora de História da Arte... pra ir lá. Lá a minha professora de Antropologia, Ana Maria Beck, me apresentou o artista Franklin Cascaes. E eu fiquei entusiasmadíssimo com aquilo! Porque aquilo era o Instituto de Antropologia. E esse instituto era muito fechado, era uma coisa pra algumas pessoas. E de repente, com a reforma universitária, ele virou... não podia ter o instituto lá. Então eles transformaram em museu. O Oswaldo Cabral, que tinha criado o instituto, ficou bem furioso, acabou saindo até fora da coisa. E aquele... o museu foi dividido em três setores: Arqueologia, Etnologia indígena e Cultura Popular. Cultura Popular nunca ninguém quis, porque não é científico. E aquele lugar tava bem vago. O Silvio Coelho dos Santos tentava montar ali coisas referente a aspectos da colonização açoriana, mas tinha o Cascaes, que tava abandonado, e foi lembrado por eles. E trouxeram pra ele montar esses conjuntos que ele fazia em escultura, mostrando uma praia de pescaria completa, uma pesca artesanal, e os engenhos de fabricar farinha de mandioca. Era tão interessante! E eu fiquei tão entusiasmado com aquilo, que acabei descobrindo que o Franklin Cascaes era artista de São José... era de São José. Aí eu fiquei tão orgulhoso, porque eu sou de São José! E eles diziam que em São José não tinha artista. E ele era de São José! (risos) E aconteceu outros fenômenos que me aproximou muito ao Franklin Cascaes. Onde eu morava, ao lado, tinha a irmã dele que cuidava de dois velhinhos, que por sinal eram os pais dele. E eu conhecia demais a dona Catarina e o seu Serafim... como falava com ele normalmente... ele ficou tão emocionado, que se apegou muito a mim... E já no primeiro momento que ele... que eu conheci, eu convidei ele pra gente visitar, se ele não queria ir numa exposição de arte coletiva, que tava acontecendo, e ia acontecer naquela noite, no Clube Doze de Agosto... E ele se dispôs, ele ficou entusiasmado, que ele era um homem que tava muito deprimido, sabe? Por mil razões, a esposa tinha falecido, ele tava meio assim... (Marli: Que ano isso?) Peninha: Isso era 1970? (Marli: É, quando...) Peninha: Não, já era 1973... É, é, era 1973 já... (Marli: Você entrou em 1974 em História, né?) Peninha: Não, eu entrei em 1971... Marli: 1971? Peninha: É, e agitei demais na universidade. (risos) Eu fiz teatro, fiz artes plásticas, menos História (risos). Do curso de História eu só me lembro de “subjacente ao

texto”. É tudo o que eu lembro “é subjacente ao texto”. Eu achava tão lindo! (risos). (Marli: Você trabalhou dez anos daí com...) Peninha: Aí com o Franklin Cascaes eu fiquei tão espantado, porque o homem... eu ganhei a primeira grande aula de arte da vida através dele olhando essa exposição coletiva. Foi bem interessante. E dali a gente começou a amarrar, e dá, dá, dá... Eu comecei a ir muito ao museu, e descobri que o Franklin Cascaes tinha o Menino Jesus, tamanho bebê, grande assim... Muito entusiasmado aquilo... Eu ouvi o Alroino Baltazar Eble, com outra pessoa, lá no Estudos Básicos, falando de que era o problema o museu, o museu não vai ninguém lá. Não tinha ninguém pra ir... Né? o museu... Ninguém tem tradição de museu. E aquilo era uma coisa meio assim... Embora tivessem coisas super interessantes, mas não tinha frequência. E eu ouvia ele dizer isso e disse que sabia... “- Eu sei como fazer pra levar gente!” Até eu disse uma bobagem: “— O escândalo é a base do sucesso!” Depois eu mudei pra “polêmica é a base do sucesso”. Como assim? Ah, porque o Franklin Cascaes tem bé, bé, bé, bé, bé, bé... Eu lembrei de coisas que eu tinha visto do Franklin Cascaes... Um anjo estilizado de piteira, que eu tinha visto... Ah, isso é complicado de explicar... Mas na conversa... E eu tinha visto a Bienal em 1972, e a Bienal foi os alunos do curso da universidade, tinha um grupo que fazia teatro, artes plásticas, e faziam intercâmbio com a Universidade Gama Filho, do Rio de Janeiro, com a Delci Canela, professora de arte. E no retorno, acabamos vendo a Bienal. Eu pirei! Pirei e descobri que a arte era a expressão da liberdade! Não tem erro na arte. Tu gosta ou não! Mas aquilo pirou. Daí como aquela extravagância toda da Bienal, em conversa com o Franklin Cascaes, e o Menino Jesus, e um anjo de piteira que ele tinha feito num presépio, dentro da Catedral, uma coisa estilizada, que eu me lembro quando era criança, que a minha mãe me levava pra ver o presépio, e aquilo ficou na minha memória, aquele anjo estilizado... E conversando com ele sobre isso, ele acabou criando um tema que era muito popular na Ilha, nossa tradição, que era a montagem dos presépios... E ele adorava essa coisa dos presépios... E acabamos montando um presépio falando já de preservação da natureza, a delicadeza da natureza da Ilha de Santa Catarina, um presépio todo em vegetais, que foi uma loucura! Era uma coisa extraordinária, fora do comum! Tão incomum que os grandes da UFSC ficaram apavorados... Gente importante se reuniu e disseram que aquilo era um absurdo. Permitir uma coisa daquelas dentro da universidade, na frente do museu? E eu ouvi isso, e achei “pronto, já era um sucesso!” Era a polêmica que eu tava buscando. E eles me queimaram... Sofri por causa disso. (ruído de comunicação) ah, é o sucesso, é o sucesso! Menina... (Marli: A imprensa falou? Todo mundo falava...) Peninha: Menina, foi tanta gente pra ver o tal do presépio, tanta gente! Pela primeira vez, literalmente, a comunidade invadiu o câmpus pra ver o tal do presépio. E ao ver o presépio, arrastava pra ver o museu. E aquilo criou uma roda viva, uma bola de neve... (Marli: A associação de amigos deve ter saído daí...) Peninha: Aí a grande dinâmica do museu começou aí. E por causa disso tudo eles me transferiram do Departamento de História pra trabalhar com o Franklin Cascaes no museu. Aí fiquei dez anos trabalhando com ele. Nesse ínterim, acabei indo fazer o curso de especialização em Museologia... (Marli: Em São Paulo...) Peninha: Em São Paulo, no MASP. Fui aluno do Pietro Maria Bardi, da Lina... (Marli: Nossa!) Peninha: E, olha, gente importantíssima! (risos). (Marli: Sim...) Peninha: Eu nem sabia que eles eram importantes. (Marli: Respeitadíssimos!) Peninha: E eu não sabia. Eu conversava com o Bardi adoidado! (Marli: (risos) Peninha: Falando dentro das minhas preocupações com a coisa aqui, com a obra do Cascaes. Ele até propôs fazer uma exposição dele lá, de tão curioso que ficou. Mas quando ele descobriu que tudo era de barro cru, que tudo era muito frágil, ele desistiu. (Marli: É... é frágil.) Peninha: Ele até sugeriu que a gente fizesse cópia das figuras em silicone pra poder viajar. (Marli: Certo...) Peninha: E tá, daí eu volto de São Paulo, e daí... era a dinâmica do museu que era importante, né? (Marli: Mas você se afastou daí daqui, pediu uma licença, ou ia e vinha pra São Paulo? Pra fazer essa especialização...) Peninha: Não, eu fui lá estudar... (Marli: Ficaste dois anos lá?) Peninha: Três... (Marli: Três anos?) Peninha: Três anos! Mas eu vinha todo mês... (Marli: Ok...) Peninha: montava a... desmontava a exposição

temporária e montava de novo... (Marli: Nossa! Continuaste a...) Peninha: Todo mês! Marli: Como efetivo da UFSC, recebendo normal... Peninha: Sim... eu era funcionário da UFSC. (Marli: Só tava liberado pra fazer o curso...) Peninha: É... eles me liberaram, mas eu não tive ajuda alguma... Eu fui com o meu salário de datilógrafo... (Marli: OK, OK). Peninha: Passei dificuldade, mas não desisti! (Marli: Não, claro...) Peninha: E aprendi muito, acho... ou não? (Marli: Então na realidade você não foi um museólogo só provisionado. Além de ser provisionado, você também tinha um curso de especialização...) Peninha: É, esse provisionado foi depois, né? (Marli: Sim...). Peninha: Depois desse curso todo que eu fiz... parece, eu acho. (Marli: Mas três anos de curso é uma boa especialização...). Peninha: É... (Marli: E você tinha uma base que era a História...) Peninha: Sim... (Marli: Além da experiência prática...) Peninha: É... Aí o que que aconteceu? Aí por causa disso, constantemente, tinha alguém que chamava a gente pra ver se ajudava o museu ali... E eu ia... (Marli: Os municípios de Santa Catarina te chamavam...) Peninha: É... E eu ia... Ia lá, ia cá, e descobri que o problema principal deles era a falta de documentação, era as coisa muito desorganizada, era tudo “à la vonté”, era muito precário... (Marli: Rotatividade de funcionários...) Peninha: É... Era na verdade desagradável... Aí descubro que a Betinha tava fazendo um... (Betinha: Assessoria, não... O livro Guia de Museus era bem depois... Eu te procurei, porque também tinha a mesma demanda, que os municípios me procuravam pra dar assessoria. Foi daí que a gente se uniu...) Peninha: É... (Betinha: pra conseguir cumprir, né, essa nossa tarefa de ajudar os museus catarinenses). Peninha: Então daí eu fazia parte do Núcleo de Estudos Açorianos... (Marli: do NEA...) Peninha: que é um trabalho ao longo do litoral, e ele tinha ali toda a formalidade, tudo... Aí com aquela formalidade a gente adaptou pra criar o Núcleo de Estudos Museológicos. (Marli: Sabes que, fazendo uma parte, nessa procura de documentos, tem um monte de documentos do NEA junto com o NEMU. E a gente percebe que funcionaram juntos, sabes? Embora o Jôe ficou muito tempo e tal, que agora o Francisco é o coordenador... Peninha: É... (Marli: mas a gente percebe que eles trabalha... Era um mesmo lugar, enfim, né? Porque no início o NEMU... mesmo antes nas reuniões informais de vocês, antes de ser NEMU, vocês se reuniam no Museu Universitário, não é?) Peninha: É, sim... (Marli: E as ideias começaram ali? Betinha: A maioria das coisas acontecia lá no museu). Peninha: É... (Betinha: As reuniões, quando havia a convocação do (inaudível)... Peninha: É porque lá na Fundação tinha uma contrariedade... Até tinha aquele um, que dizia que o que a gente tava fazendo era muito bizantino. (Marli: O Iaponan [Soares]?) (risos) Peninha: É, é... E eu questionei dele o que que ele queria dizer com isso, eu não sabia o que que ele queria dizer com isso. “— Ai, isso é muito bizantino!”. Ele era contra! Imagina ser contra um trabalho desse que tava integrando o estado? Aí foi a ideia da Betinha e tal, a gente começou a fazer oficinas em regiões do estado, que era importantíssimo pra facilitar o povo daquela região. E foi maravilhoso! E a Betinha tinha uma influência muito grande. Atraía os melhores museólogos do Brasil. E que vinham com o maior prazer! Aí tem uma porção de nome, né? (Betinha: Não, nós dois, né? Isso é mérito meu e mérito teu, porque...) Peninha: Tu é que conseguia as coisas... (Betinha: Não, senhor...) Peninha: Ela conseguia as passage, as hospedage... (Betinha: Mas tudo vinha pelo amor e carinho a ti. Marli: Como diz o Fernando Romero, diz que quando o Iaponan... ele tava lá com o Iaponan, o Iaponan via a Betinha e “— Ih, lá vem aquela mulher do NEMU” (risos), porque já sabe que ela ia pedir passagem. E olha só o depoimento da Fátima Althoff, que ela tá em Portugal. Porque ela foi acompanhar o marido pra fazer uma pós, aliás, fazer um doutorado, e agora já tão voltando, daqui a pouco, esse ano ainda. E aí ela disse assim... A gente conversando pelo whats, eu e ela, ela me disse assim: “— A Betinha organizava tudo lá na fundação, a parte administrativa, muitas tardes ficava no museu, mas ela trabalhava muito pelo NEMU, porque ela não tinha equipe lá na Fundação”). Peninha: É, não tinha nada... (Mali: Então eles liberavam ela pra ir lá no NEMU, mas ela articulava muita coisa lá dentro da Fundação. Claro, usava o telefone institucional, porque ela tava representando a instituição, né? Vamo dar uma pausinha?)

Peninha: Não, sabe por que que eu quero dizer que a gente conseguia tudo isso? Porque fazia parte da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão. E esse trabalho de extensão era muito valorizado. É a universidade fora do câmpus. (Marli: Perfeito). Peninha: Por isso que ele davam apoio, porque essa coisa era interessante pra essa pró-reitoria. (Betinha: É, e uma coisa à parte assim. A gente teve muito apoio... Quando o professor Rodolfo Pinto da Luz e o professor Lúcio foram reitor, eles deram muito apoio pra nós). Peninha: Foi, foi... (Marli: Porque vocês sobreviveram). Peninha: Não, a universidade sempre deu apoio. (Marli: Alguns mais, outros menos, talvez, mas... vocês sobreviveram 15 anos. É bastante tempo!) Peninha: É... (Marli: De 1997 a 2011?) Peninha: Era muito legal, era muito legal! Eu adorava! E a gente conhecia pessoas de... (Marli: do estado todo...). Peninha: de qualidade, né? Conheci até a Magaly Cabral, a gente conheceu (risos). (Betinha: Magaly, a Maria Célia...) Peninha: A Maria Célia... (Betinha: A Lourdinha...) Peninha: Ai que saudadinha! Tava querendo lembrar o nome dela! A Teixeira lá da plumária, a índia... Fantástica! Esqueci... (Betinha: A Maria Célia é da Bahia). Peninha: É... Não, mas tem a de São Paulo. Xavier! (Betinha: Maria Helena Cury Xavier. Marli: Marília...) Peninha: Marília... Gente, maravilhosa! E o... famoso... o museólogo famoso? (Betinha: Mário Chagas?) Peninha: Mário Chagas... (Marli: Que hoje tá em Florianópolis...) Peninha: É mesmo? (ruído de comunicação) o quê? Fazendo o quê? Marli: Peninha, você já respondeu várias perguntas, uma dentro da outra e tal, e depois eu vou captando, vou tirando o que eu preciso pro trabalho... Naquele processo de criar o NEMU, você e a Betinha tiveram a ideia pela dificuldade de criar um mecanismo, uma ferramenta que atendesse o interior do estado, porque você via, sentia a dificuldade que essas pessoas passavam. E... quem que vocês chamaram pra formatar o documento. Enfim, você lembra dessas pessoas, além de você e da Betinha, que ajudou a fomentar, a organizar o documento, o regimento interno? Peninha: Não... a Betinha... (Betinha: Eu não passei isso pra ti em arquivo?). Peninha: A Betinha que fez tudo isso... Peninha: Eu só convocava... (ruído de comunicação) (Marli: Eu achei umas atas, eu achei umas atas... Betinha: Assim, ó, quem que participou primeiro? A Angela Paiva, o Fernando Romero, dentro da universidade pouquíssimas pessoas...) Peninha: Ninguém... (Betinha: E algumas pessoas que vieram de fora, representantes do CEOM, que sempre participaram...) Peninha: Ah, é, é, é, é... aquela moça lá de... aquela lá de... (Betinha: De onde? Marli: Lages? Peninha: Não é Lages... (Betinha: Joinville?) Peninha: Não... uma argentina... (Betinha: A Bete, que é lá do CEOM) Peninha: É... (Betinha: Lá de Chapecó...) Peninha: De Chapecó... Ela atuava bastante... (Betinha: É...) Peninha: É... Ela era bem esperta nessas coisas... (Betinha: É...) Peninha: Eu não... (Marli: O CEOM já existia então? Betinha: Já, há muito anos, muitos anos...) Peninha: É, ela participou bastante... A Bete, eu não me lembrava mais dela... (Marli: A Iáscara também, de Lages, lembram da Iásca? Betinha: Foi um dos primeiros encontros fora foi Chapecó). Peninha: Foi Chapecó... (Betinha: Depois em Lages...) Peninha: É... (Marli: E teve Joinville também, acho foi que mais pra frente... Betinha: É... Marli: Em agosto me parece que foi, em Joinville. Betinha: Depois que a gente começou a sair pro estado todo.) Peninha: É... (Marli: E no início quem dava oficina era você, a Angela e o Peninha. Betinha: É... Marli: E na outra era o Peninha, a Angela e a Betinha. Betinha: A gente ficou assim uns dois, três NEMUs, né? Marli: Algum tempo... Betinha: Aí depois a gente conseguiu conquistar a Cristina Bruno, pela proximidade, porque a Cristina fez o curso com o Peninha...) Peninha: Comigo, é... E depois a Magaly Cabral... (Betinha: Antes a Lurdinha) Peninha: A Lourdinha mais a Célia (Betinha: A Maria Célia...) Peninha: E a Nascimento! (Betinha: a Rosana...) Peninha: Que acabou ficando aqui... (Marli: Mas a Rosana foi mais tarde, eu acho... Betinha: Foi... Marli: Tu lembra mais ou menos que NEMU mais pra frente? Ah, isso tem nos fôlderes. Nos fôlderes tem... Betinha: Não, tem ali que eu te passei, ali dentro dessa histórica tem cada encontro as oficinas que eram ministradas... Marli: E quem é que é ministrava... Betinha: E quem ministrava... Marli: Perfeito! Betinha: A partir dali, porque agora de cabeça.... Marli: Não, não, não, é muito NEMU! É muito encontro... Betinha: Tá escrito lá! Marli: Tá escrito, tá escrito... Betinha: As informações estão

registradas lá! Marli: É, tá certo! Betinha: E... mas as pessoas que vieram no fim... Marli: Pois é, nesse período, ou Peninha ou você quem podem lembrar, do Sistema Federal, o MinC, o IPHAN, ainda eles não davam muita ajuda... Era meio vocês... Vocês e tipo, se a Magaly... Peninha: Era independente! (Marli: Era uma organização de vocês...) Peninha: É... Depois nós conseguimos trazer o congresso de museus pra cá por causa do NEMU... (Marli: Mas daí foi em 2008 já...) Peninha: É... (Marli: Mas daí já tinha o Sistema Brasileiro de Museus... Betinha: Já...) Peninha: É... (Marli: Daí isso tudo ficou mais fácil...) Peninha: Mas eles podiam fazer em qualquer lugar, mas fizeram em consideração! Inclusive se dizia que o nosso sistema do Núcleo de Estudos Museológicos devia ser adotado no Brasil inteiro. O nosso sistema de oficinas assim... (Betinha: Aliás, enquanto era Departamento de Museus, que não era o Instituto Brasileiro de Museus, o que era o coordenador, o Nascimento, as oficinas de capacitação que eles davam, ofereciam, eram baseadas na nossa experiência do NEMU). Peninha: É, é... (Betinha: Quantas vezes o Nascimento participou?) Peninha: É, é... (Betinha: Que eu me lembro umas três... Blumenau, Gaspar, uma no Oeste também). Peninha: Foi, foi... foi, foi... (Marli: Que ótimo!) Peninha: E eles chegaram a ouvir às vezes que o nosso sistema devia ser adotado no Brasil inteiro, tanto que daí a gente conseguiu trazer o congresso museológico pra cá. (Marli: Eu percebi, eu não consegui ler esses detalhes ainda, porque eu não cheguei lá, Betinha, nesses detalhes aí, dos oficineiros, mas eu percebi o quanto cresceu o número de oficineiros. Tinha três, quatro nos primeiros... Os últimos tinha dez, onze. Betinha: Não, a gente tinha e era... cabia a mim, porque o Peninha era o bonzinho, eu é que dizia não, né? Peninha: É, é... (Betinha: Né? A gente tinha que restringir...) Peninha: Muita gente queria... (Betinha: restringir o número de oficinas, porque até era um custo muito alto...) Peninha: É... (Betinha: pra viabilizar um encontro. Então a gente tinha que restringir...) Peninha: Porque também tinha... (Betinha: Outra coisa que a gente teve que restringir: o número de encontros anuais...) Peninha: É... (Betinha: Porque por eles, eles queriam todo mês!) Peninha: Era, era... (Marli: Daí caiu acho que pra três...) Peninha: Tinha mais constância... (Betinha: É, não...) Peninha: E era legal porque ao mesmo tempo no lugar onde a gente se implantava eles mostravam as seus talentos culturais lá. Era artesanato, era culinária, era o passeio, já fazia turismo também... turismo cultural, né? (Marli: Tanto que vocês ampliaram. No início eram dois dias, depois ampliou pra três dias... dá pra ver por aquela tabela...) Peninha: É... (Marli: Vocês começaram com dois dias, depois pra três dias...) Peninha: Quem nos recebia fazia questão disso. E era legal, porque a gente acabava aprendendo mais sobre a nossa terra, né? (Marli: Com certeza!) Peninha: A minha preocupação era que estendesse pra todo o estado. Que todo o estado pudesse ter essa possibilidade de animação cultural, e... (Marli: Porque mexia com o patrimônio de uma forma geral, né?) Peninha: Sim, sim... (Betinha: movimentava o município...) Peninha: provocava, mais gente conhecia os acervos, mais gente sugeria soluções, né, e as cidades se organizavam. Então melhorou alguma coisa nas apresentações dos museuzinhos. Melhorou, começou a melhorar, mas as pessoas de maneira geral eram colocadas lá nos museus de castigo. Era assim, ó: um partido ganhou a eleição. Daí tem gente de carreira que eles tavam querendo castigar, mandavam pro museu. Ir trabalhar no museu era um castigo até então. Depois mudou. (Betinha: É...) Peninha: Ir trabalhar no museu era uma honra! (Betinha: Uma parte, assim, porque essa parte social do NEMU sempre “cabeu” ao Peninha. O meu era parte operacional). Peninha: É... (Betinha: Viabilizar...) Peninha: É... (Betinha: E muitas pessoas chegavam pro Peninha com fotos, com depoimentos, da transformação que eles faziam dentro dos seus museus. Não era?) Peninha: Era... (Betinha: Várias pessoas “- Ó, a minha exposição...”. Tirava uma foto de como era e de como ficou. Às vezes era uma exposição simples que eles inven... botava, adaptava com papel kraft, pega... tiravam aqueles feltro que a gente vivia falando, e faz... montavam etiquetas, montavam um histórico. E esse retorno ia mais pra ele, que ele era social, eu era o operacional). Peninha: E a minha preocupação era documentação. Tinha que documentar aquelas coisas. Por quê? Porque elas podiam desaparecer facilmente também. (Marli: Como

desapareceram, né?) Peninha: É... (Marli: Tem coisas que nunca mais vamos saber...) Peninha: É... (Marli: E acho que ainda é uma grande problemática é a documentação, ainda hoje). Peninha: É... (Marli: Ainda hoje... Apesar de que hoje, veja só, uma das grandes preocupações do NEMU também, pelo que consta no regimento interno, era a criação do curso de Museologia, da graduação...) Peninha: É... (Betinha: Nossa!) Peninha: Era o objetivo principal. Era criar um curso de graduação pra formar mais gente pra esse campo de atividade. (Marli: Sabe quantos museólogos tem hoje no COREM de Santa Catarina e Paraná? Cento e treze!) Peninha: Olha! (Marli: Cento e treze!) Peninha: É... (Marli: É um bom número, embora sejam dos dois estados). Peninha: Eu não sei como é que tá, porque eu sonhava com a implantação do curso de graduação na UFSC... (Marli: Sim, continua, tá bom...) Peninha: É, é... (Betinha: A Marli tá fazendo... Marli: Agora o meu TCC é disso...) Peninha: Que legal! Isso me deixa muito feliz! Saber disso... Porque era um dos objetivos que a gente tinha. (Marli: Vocês atingiram esse objetivo...) Peninha: Porque não era mais possível continuar com essa simplicidade, essa tentativa, essa tentativa toda do Núcleo, do NEMU, né? Era complicado, era difícil... E a gente não ia durar pra sempre! Então tinha que ter a formação de profissionais nessa área. E eu acreditava que o curso pudesse resolver bastante. E me deixa feliz saber que tá acontecendo, embora parece não é bem como eu gostaria, né, não sei). (Marli: Nunca é 100%). Peninha: É... (Marli: Nenhum curso é 100%... a grade...). Peninha: Ele tá onde? (Marli: Ele tá vinculado ao Centro de Humanas...) Peninha: É... (Marli: CFH. Ele ainda é especial, uma coordenadoria especial, porque tem que ter um número x de professores pra ser uma coordenadoria apropriada, né? Então ele ainda é coordenadoria especial... Betinha: Mas a atual coordenadora é uma pessoa super legal... Marli: Sim, a Tainá... É muito legal!) Peninha: Tu sabes que as meninas muito entusiasmadas, a Katia e outra, conseguiram que o Departamento de História permitisse que eu fizesse uma aula optativa de Museologia. Aí eu (risos)... Eles deram dois horários: segunda-feira de manhã e sexta-feira à noite pra fazer a graduação. (Betinha: Piores horários...) Peninha: Os alunos... Piores horários, que ninguém queria. Menina... (Betinha: Era lotado!) Peninha: Era tão bom, tão bom, tão bom, tão bom! Segunda-feira de manhã já lotava. Não faltava ninguém. Sexta-feira à noite, eles traziam as família. (risos) Namorada, namorado, mãe, pai, vizinho. Era o maior barato! E eu tive um entusiasmo, né, muito grande, né? Era muito legal! E aí quando tava fazendo quase dois anos de aula, o departamento cortou, porque eu podia reivindicar direitos. Eu nem sabia disso! (Marli: Mas é assim mesmo, Peninha. Quando a pessoa... É, dois anos no máximo o contrato sem concurso, né? No caso você acho que você já tava desligado como servidor ou enfim... Betinha: Não!) Peninha: Não! (Marli: Ainda era, ainda era? Betinha: Ele era diretor do museu! Marli: Mas decerto tu ia entrar como professor, exigir legalmente, né?) Peninha: É... (Betinha: Mas ele era o diretor do museu...) Peninha: Eu era o diretor do museu! (Betinha: Quando tinha essa optativa...) Peninha: Eu nem sabia disso! (Betinha: Era chefe do departamento de História (?)... (ruído de comunicação) Peninha: Eu nem sabia. Por quê? Ai que pena que parou. Uma dó, né? Todo mundo chateado. “- Ah, porque (Marli: A legislação trabalhista). Peninha: Se desse dois anos eu podia reivindicar direitos. (Marli: Direito como professor né?) Peninha: Não sabia disso! Marli: Peninha, é claro que daria pra falar três dias sobre o NEMU ou até mais, mas você lembr... poderia dizer em algumas palavras... Você acredita que, do seu ponto de vista, o NEMU atendeu o seu objetivo e você acredita que ele poderia ter continuado paralelo ao Sistema Estadual de Museus? Não precisava ter sido extinto? Ou você acha que ele foi extinto (é, várias perguntas ao mesmo tempo...) Você acha que o NEMU foi extinto porque criou a graduação e substituiu, embora não seja exatamente isso, né? Porque o NEMU não substitui a graduação, e vice-versa, cada um faz o seu papel. Tá, então vamos por partes: você acha que ele cumpriu o seu papel, o NEMU? Peninha: Ah, sim, cumpriu... (Betinha: Totalmente não). Peninha: Cumpriu... As pessoas, as pessoas se acreditaram, se valorizaram no seu trabalho e aprenderam coisas que não sabiam, não tinham ideia. Então nesse sentido... Que ele devia continuar? Mesmo com o curso de graduação, devia

continuar pra beneficiar aqueles que não vão fazer vestibular, as pessoas que estão lá cuidando... os cuidadores dos acervos. E sempre... e sempre essa dinâmica era muito importante. Mesmo que tivesse graduação, a graduação é que podia levar essas coisas... (Marli: Que na realidade são papéis... Betinha: (ruído de comunicação)... Sair da Ilha e pra ir pra lá, né...?) Peninha: É... (Betinha: sair daqui e...) Peninha: sair do ovo e se estender pra eles serem estágios maravilhosos... Seria um conhecimento... (Marli: Sim...) Peninha: Um conhecimento de causa, de acervos, de... (Marli: Oficina prática!) Peninha: É... (Marli: Aliás, cada um tem um papel, né?) Peninha: É... (Marli: São papéis bem distintos...) Peninha: Eu acho que o curso de graduação devia aproveitar o sistema do NEMU... (Marli: Aham...) Peninha: e continuar fazendo isso como... atendendo, atendendo como um médico, atendendo...) (Marli: E por que que você acha que foi extinto o NEMU? Você já não estava mais presente, é uma pergunta também que eu quero te fazer: por que que... Você se desligou em 2008 da UFSC, mas o NEMU existiu até 2011, 2012, não sei exatamente quando que foi extinto, por portaria, porque... você continuou indo ao NEMU depois de se desligou...) Peninha: Não, eu não fui mais... (Marli: Mas por alguma razão especial? Você deixou de participar do NEMU...) Peninha: Não, não... (Marli: Se desligou, se desligou...) Peninha: É, é... Eu tive um (ruído de comunicação) assim... Eu... (Marli: da UFSC?) Peninha: É, eu, na verdade, eu tava buscando um lugar menorzinho pra morar, porque eu queria fazer uma casa-biblioteca, eu (me preocupava ?) com esse projeto de vida, assim... A UFSC tava me incomodando demais, demais... Os pós-doutorados... Porque assim, ó, eu segurei as pontas enquanto que eles fizessem titulação, titulação, e eu segurei as pontas. Depois que eles fizeram titulação, eu não tinha titulação, e eles tinham... pós-doutorado. Aí eles se sentiam mal estando sob a direção de alguém que não tinha a categoria científica, que eles pretendiam. E tinha um cara que tava me incomodando imenso, imenso mesmo. Depois é que eu aprendi que o que ele tava fazendo era assédio moral, mas nós só aprendemos isso há pouco tempo. E pra não incomodar eu achava que inteligente era... era ignorar, sabe? Em vez de agredir... Aí me chamaram lá no Departamento de Pessoal... As pessoas sabiam o que tava acontecendo, essa coisa grave, e mostraram que eu tinha direito à licença-prêmio que eu nunca tinha tirado. Eu só trabalhava... Eu achava um absurdo essa licença-prêmio, sabe? Aí de cinco em cinco anos tinha três meses. E eu achava um absurdo! (Marli: Tava tudo acumulado!) Peninha: Tava tudo acumulado... (Marli: É um ano e nove meses... (ruído de comunicação)) Peninha: Daí tinha uma querida lá que me convenceu, pra eu me afastar do gajo, que eu pegasse a licença-prêmio, porque senão eu ia logo me aposentar e aí ia jogar tudo isso fora. Daí eu concordei com ela... (Marli: Você entendeu?) Peninha: É, e concordei com ela, e fui buscar o lugarinho. Aí eu gostei demais de ter ido buscar o lugarinho. Ah, foi tão bom e tão rápido! Fui pegando, fui pegando, fui pegando... Faltava um mês pra me aposentar. E esgotou as licença. Não voltei mais... Nem voltei mais. Até a Teresa Fossari disse que podia caracterizar abandono de emprego. Como abandono de emprego? Eu ficava (risos) na universidade sábado e domingo. Eu abria o museu sábado e domingo. Feriado... (Betinha: Ah, quantas vezes nós trabalhamos no NEMU no sábado e domingo!) Peninha: É... hora extra... Incontáveis, sem nunca ganhar nada... (Marli: A UFSC é que tava devendo pra você!) Peninha: Sim... sem dúvida! Se botasse dentro dos papel, eles que tavam devendo. E passou, me aposentei tranquilo... um afã, arregança as manga... (Betinha: Tinha cartão de crédito pra pagar passagem (risos)). Peninha: É, é, não é nada disso... (Betinha: Não foi? Quantas vezes nós fizemos isso?) Peninha: É... (Marli: Agora, você acha que a única razão de o NEMU ter terminado foi a criação da graduação ou teve outros motivos?) Peninha: Não... (Marli: O fato de você saiu, o fato da Betinha contribuiu também?) Peninha: Foi, foi... Não, o nosso afastamento é que fez com que... (Marli: Reduzisse a...) Peninha: o NEMU desaparecesse... (Marli: A principal razão). Peninha: Porque o Francisco não tem esse feeling... não tá preocupado com essas coisas... Foi a nossa... nós que tínhamos muito entusiasmo, entendíamos da beleza, da necessidade e da beleza do trabalho... Aí eu e a Betinha sentíamos isso, a gente sabia de que a gente tava contribuindo e se embregava (ruído de

comunicação). Agora, as outras pessoas não tão aí... (Marli: Certo, não era o mesmo entusiasmo.) Peninha: É, não, não... e por isso... e o Núcleo de Estudos Museológicos desapareceu e temo que outros núcleos desapareçam (risos) (Marli: Esse tem mais tempo que o NEMU. Não sei se vai ser tão fácil, mas enfim... Vou dar uma pausa, tá?) Marli: Bom, dando continuidade então, Peninha... Até agora tá ótimo, bastante informação, e vamos lá. Você acredita que essa construção do NEMU ela foi mais interpessoal, entre você e a Betinha, outros colaboradores, ou mais institucional... Começou mais por ser interpessoal mesmo? Peninha: É, começa como interpessoal, da maneira da gente, tinha muito entusiasmo, sabendo que esse... o que a gente tava pretendendo era uma coisa útil. Era importante que fizesse aquilo. Essa dinâmica carecia, mas claro que eu valorizava muito... Eu fazia parte do setor da pró-reitoria de cultura e extensão... E essa extensão eu valorizava muito, essa... a universidade fora dela, né? E que pudesse auxiliar de alguma maneira... Era sempre a oportunidade também da gente ter acesso aos acervos, aos documento, ao conhecimento dessas coisas todas, e (risos) não só dos acervos, mas do espaço, da geografia do lugar, das pessoas, dos... até dos atrativos que a... (Betinha: Costumes...) Peninha: comunidade oferecia, né? Então... Mas era bem isso... Ela tinha assim muito entusiasmo, vontade de fazer acontecer, vontade de fazer chegar ao resultado que auxiliasse, valorizasse as nossas condições culturais, né, que eram muito incipientes, eram muito partida, e a gente queria integrar, a gente queria que todo o estado de Santa Catarina, que é o melhor estado do mundo (risos)... É o único estado que homenageia a mulher com nome feminino, Santa Catarina de Alexandria, padroeira dos eruditos, filósofos, estudantes... Nós somos muito chiques (risos). E Santa Catarina sempre parecia ser o zero da 101, né? A gente sempre tava esquecido de tudo, e era uma pena, porque a gente é um estado maravilhoso, com um povo sensacional. É uma colcha de retalho cultural. Nós temos todas as etnias aqui: japonesa, polonesa, italiana, alemã... É uma riqueza extraordinária! E eu acho que essa pujança tinha que ter uma presença, uma representação. E muito importante que fosse através da memória dela também, dos seus acervos, dos seus... enfim, dos seus... saberes. Todos! Entrava aí muito mais... Além da geografia, a culinária também valia. Tudo. Saber fazer, né? E seus elementos de... representativo dessa herança cultural. O material, o imaterial... Era uma coisa... um conjunto de valores que tava precisando ser reconhecido. E a gente acreditava que esse trabalho pudesse colaborar. E colaborou, quer dizer, de alguma maneira acordou dessa modorra, né, de alguma maneira... E formou pessoas, esclareceu gente. Gente que nem imaginava que aquilo pudesse ser tão interessante, e acabou se apaixonando, e dependendo... Aquela gente que antes foi colocada nos museus como castigo, pra cumprir, né, por causa de negócio de política, acabou sendo hoje, até hoje, defensores dessa... e se orgulham de ter participado desse momento, dessa... E participam até hoje, né, das suas... (Marli: dessa reconstrução...) Peninha: dessa defesa, é, da defesa do que é cultural, do que é... (Marli: É...) Peninha: fundamental pra nossa herança cultural... (Marli: Perfeito. Você trabalhou como diretor do Museu Universitário de 1996 – é o que diz lá no site, né, dos diretores, o site do Museu Universitário – até 2008, quando você deixou de ser servidor. Concomitante, você foi coordenador do NEMU, ou não havia um coordenador do NEMU... Todos organizavam junto e comandavam juntos? Não havia um coordenador? Não lembra? Se você foi definido como coordenador? Ou a Betinha?) Peninha: É... (Marli: Porque o Francisco se dizia, depois de 2008, coordenador do NEMU. (Marli: Mas é porque ele organizava, mas esse também não era o teu papel?) Peninha: Sim, meu e da Betinha, mas a gente não tava preocupado com essa titulação de nada. (Betinha: de papel...(risos)) Peninha: É... A gente nem tava preocupado com isso. A gente queria que acontecesse (Marli: independente de quem fosse o coordenador...) Peninha: Ah, isso pouco importa! Importa é que a universidade dava um apoio e a Fundação Catarinense de Cultura também, né? Dava esse apoio... E a gente aproveitava pra poder realizar esse sonho de... garantir a valorização, a... da nossa herança cultural. (Marli: Agora, você acredita que, como servidor e como Peninha, você acredita que, se você e a Betinha não tivessem dado essa entrega, fazer

acontecer, você acha que institucionalmente nem a UFSC e nem a FCC não iam se preocupar muito. Era assim: 90% de vocês dois e os 10% das instituições. Seria isso ou...? Peninha: Ah, eles simplesmente ignorariam. Só se... (Betinha: 99...) Peninha: Hã? (Betinha: 99...) Peninha: 99, é... porque assim, ó, se algum município tivesse algum abnegado, podia... querendo buscar informação, talvez viesse buscar informação, mas se não viesse, tanto faz quanto fez. O que na verdade hoje, a gente lembra, né, é que nós fomos abnegados, nós fomos, assim, intensos, constantes, mostrando, olha, esse setor... porque era um setor que nós não tinham tradição... os (ruído de comunicação). Nunca, ninguém se lembra de domingo à tarde, enjoado, por exemplo, de aproveitar isso e visitar o museu? Ninguém lembra. Vai a uma praça de alimentação de shopping, mas no museu? Então nós queríamos criar esse espírito, esse espírito de busca, né, e às vezes eu ficava muito feliz quando eu abria o museu da universidade aos domingo à tarde e apareciam pessoas. Eu ficava num entusiasmo só! Valeu, né? E isso acontecia intensamente! Era assim: “- Olha, tantas pessoas hoje!”, “- Trinta”, “- Olha, o museu domingo à tarde!” Eles podiam tá na praia! E quantos turistas vinham à Ilha e descobriam que tinha um museu... Antes de qualquer coisa, a primeira coisa que iam fazer era visitar o museu, pra ter uma noção do espaço, e isso era muito importante também, né? Como um portal... E sempre que o turistas vão numa cidade pequena, eles... (Betinha: O que que eles tinham que visitar?) Peninha: Duas ou três coisas... Eles vão ver três coisas pra ver como que é aquela sociedade, dá pra ler: é a igreja, é o cemitério e o museu! Se tu visitar esses três pontos, tu tens uma noção de como é que a gente daquela cidade... (Betinha: Nos encontros do NEMU a gente fazia isso...) Peninha: E a gente fazia isso... Então é um portal, portal importante de conhecimento, né, de, enfim, de incorporar aqueles... E aí o cenário tá ali, o cenário tá... mas se tu fizeres essa visitação, tu tem, olha... (Marli: Sobrenome das famílias...) Peninha: É, não, tem uma grande vantagem de ter uma noção da alma daquele lugar. (Betinha: É... Marli: Peninha, como a Betinha foi uma construtora, como você, do NEMU, que vocês construíram juntos, depois as instituições tiveram seus louros em função da dedicação de vocês, e outras pessoas também do próprio NEMU, que também formam vangloriadas em função desse trabalho inicial de vocês, você acredita que se a Gerência de Organização de Museus, que naquela ocasião a Betinha tava respondendo, na época tivesse implantado o Sistema Estadual de Museus, que é uma outra estrutura, porque cuida da legislação, que é necessário, porque o NEMU não teria esse poder de legislação, mas o Estado tem essa competência...) Peninha: É... (Marli: tem esse dever... Você acredita que o Sistema Estadual de Museus, independente de ser hoje ou ontem, ou no tempo que a Betinha foi gerente, que ele tem que fazer o seu papel, independente de existir um NEMU ou não. Você acredita que ele tenha que... o Estado tem que fazer o seu papel de legislação, de estrutura, de apoio, e oferecer também o trabalho que o NEMU hoje não faz, mas poderia ser concomitante, né? Daria pra sobreviver os dois? Em qualquer... vamos falar de Santa Catarina... Daria pra sobreviver NEMU e Sistema Estadual de Museus...) Peninha: Sim, assim como tem o curso de graduação, o NEMU podia continuar sendo essa dinâmica, essa coisa do exterior, essa, como é, a extensão... (Betinha: É, abranger mais o estado, né?) Peninha: É... (Betinha: Porque não é uma coisa pontual, Capital (ruído de comunicação) Marli: E não é uma coisa só teórica, né? Betinha: E a importância do NEMU é sair pro Oeste, sair pro Sul...) Peninha: É... (Betinha: Sair pro Norte...) Peninha: Os cantinho... Eu até queria criar uma... Era frota cultural? Não científica? Ai, como é que era? Caminhões... (Betinha: Sim...) Peninha: De Ana Raio... Cada caminhão é uma coisa: um é o teatro, outro é farmácia, o outro é Odontologia (risos)... (Marli: Sim...) Peninha: Que pudesse chegar a todos os cantinhos, sabe? (Marli: Ambulante...) Peninha: Aquele lugar mais remoto... eu não vejo isso acontecer... Chega lá e “pluft”, ah, aquele circo pra atender, pra atender às comunidades mais remotas, sabe? Eu vejo isso, assim... (Marli: Que seria o papel da extensão da universidade...) Peninha: É, é... (Marli: E seria o papel do Estado também...) Peninha: É, é... (Marli: Não ficar só...) Peninha: De alguma forma... (Marli: Fechado...) Peninha: Esses recursos chegassem nos lugares mais ermo, sabe?

(Marli: Uhum...) Peninha: Assim... E, pô, seria fantástico se pudesse chegar o teatro, cinema, ah, e tudo... (Marli: Sim...) Peninha: Oficinas, a Odontologia, a Medicina, sabe? Eu vejo os caminhões da Ana Raio (risos) transformado... Será que vocês sabem do que eu tô falando “caminhão da Ana Raio”? (Betinha: Sei... Eu sou desse tempo Marli: Não, nunca vi... Betinha: Da novela... Marli: Ah, é?) Peninha: É, esses caminhãozão baú... Hoje o SESC tem coisas parecidas! (Marli: Tem, tem, tem... Tem umas experiências...) Peninha: É uma frota científica... É... (Marli: Tem umas experiências... Isso em Minas Gerais também... a Secretaria de Cultura fez) Peninha: Ah, é? (Marli: Caravanas...) Peninha: É, caravanas, é! (Marli: Bem interessante. Tem até um livro sobre isso...) Peninha: Ah, é? (Marli: Mas enfim, eu não vou lembrar o nome...) Peninha: Eu sonhava com isso... (Marli: Bem interessante!) Peninha: Eu tô vendo eles lá no Oeste, porque o meu primeiro sonho de consumo era ser professor no lugar mais ermo do estado, tanto que eu fiz o curso normal pra ser professor, pra ir dá aula lá nos cafundó! Eu imaginava que lá eu pudesse ser útil. Eu podia fazer, organizar grupo de teatro, de folclore... eu podia ser professor dinâmico, sabe? Lá naquele sertãozão, assim... (Marli: Mas você foi dinâmico...) Peninha: É... (Marli: E fez tudo isso só no...) Peninha: Pois é, mas eu gostaria de viver isso... (Marli: Mas aqui também precisou...) Peninha: Só que daí de repente a universidade apareceu no meio do caminho e eu desisti do projeto... (Marli: Mas você acabou...) Peninha: Porque o Divino Espírito Santo existe e dizia que eu precisava salvar o Cascaes. E daí me botou nos... (Marli: no caminho...) Peninha: (ruído de comunicação) Cascaes, pra trazer à tona esse valor! (Marli: Exatamente.) Peninha: Hoje em dia o que que eu lamento? Eu lamento muito – que ele tá bem guardado, bem conservado, mas tá hermético, tá sonogando informação. O que mais tá acontecendo é a sonogação de informação. Então nós temos acervos incríveis. De arqueologia do Colégio Catarinense, de outros lugares, monte de acervos importantes, como o do Cascaes e outros... (Betinha: Não tem visibilidade...) Peninha: Não tem, eles tão herméticos, eles tão sonogando informação. E então uma coisa que eu mais lamento é essa falta. Por isso eu imaginava criar o Memorial da Ilha de Santa Catarina, que pudesse... esses acervos pudessem ser apresentados de forma adequada e que a nossa gente pudesse se reconhecer... A nossa gente quando ele vem aqui fica encantada, que eu já fiz experiência... Eles ficam encantados vendo a obra do Cascaes, por exemplo. E podia ser um apoio à educação e seria fabuloso pra quem nos visita. Então nós teria um aparelho cultural, que eu chamo de Memorial da Ilha de Santa Catarina, que podia ser imprescindível, antes de mais nada, como um hospital, tá, hospital de alma, hospital de vida. Então... esses acervos é uma dó, porque tá bem conservado. Ainda bem que tá bem conservado, mas tá... as informações tão se perdendo... (Marli: Só que o tripé do museu não é só a conservação. É também expor ao público.) Peninha: É... (Marli: É dinamizar. Mas às vezes o museu, não vamos generalizar, mas às vezes os museus eles são, mesmo expondo, eles são hermeticamente fechados, porque eles não conseguem narrar, encantar... Betinha: Eles ficam encaixotados... Marli: Porque o que... É, então, é...) Peninha: E o que aconteceu lá no Museu da Universidade Federal de Santa Catarina, eu virei guia. Então eu recebia as pessoas, e às vezes mostrando entusiasmo, e ia falando pra elas, porque as pessoas também querem ouvir, elas querem ouvir, aquela não é só observar o objeto, ele quer saber o que que é, né, de que que é. E a conversa, o diálogo, com as visitas foi... Outro dia desse eu tava numa lanchonete “— Oi, professor...” Uma moçona, era já uma moça, assim... “- Eu nunca esqueço daquele dia assim, assim, que o senhor falou aquilo assim, assim... Ela era criança... “— Eu nunca esqueço...” tá, tá, tá, tá, tá, tá, tá, porque ficou tão marcado na memória, por causa da nossa mise-en-scène e dá, dá, dá, que ela nunca esqueceu daquilo que ela ouviu no museu... (Marli: Do encantamento...) Peninha: É... Aí outra vez era uma menina do caixa. Quando ela me viu, ela assim, “— Pá, tu não é o fulano de tal? Assim, assim, assado”. Eu fiquei encantado, claro, né? Quer dizer, alguma semente foi plantada... (Marli: Com certeza!) Peninha: E aquilo ficou, né, ficou na pessoa, na alma dela também... (Marli: Pode ser, ó, vamos chutar, de cem, no mínimo 90% ficou encantado). Peninha: Não sei, eu tava no médico agora, um homem me

olhava tanto! Eu fiquei até meio encabulado, assim, o homem me olhava tanto... Ele não resistiu, foi ao meu encontro... “— Escuta, tu não é o fulano?”. Cara, ele veio quase às lágrimas, quase às lágrimas, de emocionado que tava perto de mim, como se eu fosse um pop star, assim... E começou a falar das vezes que ele me ouviu, das palestra lá não sei aonde, assim, que eu nem lembrava direito. E ele “— Eu tive naquele lugar, assim, assim, ass... lá, lá, lá, lá...”. Eu disse “- Olha só, ein?”. Quer dizer então a gente contribuiu. (Marli: Bastante!) Peninha: É... E sempre foi bom, né? Foi importante mesmo! Hoje eu ganho às vezes umas medalha, uns prêmio, eu morro de vergonha. (risos) Morro de vergonha. E agora eu sou patrimônio, né? (Betinha: Fosse tombado?) Peninha: É, não sabes, ali, depois te mostro a placa ali... (Betinha: Ham...) Peninha: Tá ali, verde... (risos). (Marli: Cidadão, deve ser, alguma coisa...) Peninha: É... (Marli: Peninha, pra encerrar então: queres deixar alguma mensagem, assim, do tipo valeu a pena o NEMU?) Peninha: Ahhhh... (Marli: Valeu a pena o que você fez?) Peninha: Eu gostaria de ter fôlego e tá continuando esse processo todo! Porque as pessoas tão ávidas por isso. Porque as pessoas que tão aí trabalhando pelo interior têm vontade de acertar, mas elas não sabem como fazer, não tem quem diga “eu te ajudo”. E hoje, né, hoje fica um pouco melhor, mais feliz com a formação de profissionais, mas são profissionais que não sei se eles vão fazer essa dinâmica, essa dinâmica espontânea, essa dinâmica de... (Betinha: garrar a estrada...) Peninha: É... (Betinha: Numa van, com Maria Cristina Bruno, Maria Célia, Rosana, o Mário Chagas e levar até Chapecó, como a gente fazia.) Peninha: É... Aventuras mesmo sabe? (Betinha: É, não tem essa disposição). Peninha: É... (Marli: A espontaneidade... Peninha: Mas as pessoas tão ávidas. Elas gostariam muito que isso acontecesse. O pessoal que trabalha nos museus, sabe? Gostaria muito que acontecesse... (Marli: Que ainda é... continua essa política... Muda de governo, muda o profissional...) Peninha: E daí que é o desastre... (Marli: E aí ninguém se apega a...) Peninha: O grande desastre é essa coisinha... (Marli: É... Betinha: De descontinuidade) Peninha: É... Então é um dos problemas sérios que nós temos. Que a pessoa quando garra gosto eles tiram... (Marli: A alta rotatividade, né?) Peninha: É isso não devia mais acontecer... (Marli: Não...) Peninha: Não, por isso a minha esperança do profissional, que o profissional, quem sabe, fica, né? Mas as pessoas mesmo que, abnegadas, estão trabalhando nos museus gostariam que essa dinâmica acontecesse, sabe? (Marli: Porque vocês levavam a autoestima, muito mais...) Peninha: É, é... (Marli: do que valores técnicos... Betinha: Não, eu acho que uma coisa que a gente levava, e eu acho que eu já te dei como depoimento, que eu aprendi com ele, é o respeito pelas pessoas...) Peninha: É... (Betinha: E é o que a gente tinha, muito, sabe? A gente sabia respeitar. Eram pessoas simples...) Peninha: Simples é... (Betinha: que tavam lá como guardiões daquele acervo, daquela memória...) Peninha: Graças a Deus... (Betinha: mas a gente sabia respeitar. Não sabia chegando, sabe? “— Nós somos da Capital, nós viemos aqui fazer...) Peninha: Ahhhh, a gente, como é, desmontava a universidade, e lá tinha uma expressão que eu usava, desmistificava a universidade, porque a universidade era assim: tu chegava, tu era da universidade, era impressionante. Eu não sentia isso, sabe? Não sentia, mas eu percebia que eles tinham quase uma reverência, porque a gente era da UFSC, e a gente desmistificava. Aí eles sentiam... (Marli: Muito próximos...) Peninha: Muito “tété e a tété”, né? Onde vinha a grande alegria de tudo. E a vontade... Daí se abria tudo... Ahhh, perfeito. Esse trabalho foi perfeito. Graças à Betinha, que teve coragem... (Betinha: (risos) Graças... a culpa é tua, Peninha!) Peninha: A culpa é minha porque eu provoço! (Betinha: (risos) Marli: Deixo meu depoimento que, realmente, se não fosse por vocês dois, Santa Catarina estaria com sequelas muito mais graves no setor de museus. Então graças aos bons caminhos, às boas luzes, às boas energias, que vocês cumpriram essa parte. Betinha: Que dois louco... Essa é a verdadeira...) Peninha: Graças a Deus... (Betinha: (risos)) Peninha: Graças a Deus... (Marli: Muito obrigado, Peninha muito obrigada).

Fonte: Entrevista realizada pela autora.

APÊNDICE D - Entrevista transcrita de Fernando Romero.

A ENTREVISTA PROPOSTA ABAIXO, TEM O INTUITO DE COLABORAR NA ELABORAÇÃO DA TRAJETÓRIA DA POLÍTICA PÚBLICA DO CAMPO MUSEAL CATARINENSE, NUM MOMENTO EM QUE OS MARCOS REGULATÓRIOS AINDA ERAM INCIPIENTES E FORAM SENDO CONSOLIDADOS. ESSA PESQUISA SE LIMITA AO PERÍODO DE 1997 A 2012 (É NESTE PERÍODO QUE OCORRE A CRIAÇÃO, CONSOLIDAÇÃO E EXTINÇÃO DO NEMU). O SERVIDOR INATIVO, DA FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, PROF. FERNANDO ROMERO É O ENTREVISTADO.

Marli: Boa tarde, estamos aqui com Fernando Romero, inativo da Fundação Catarinense de Cultura, que faz parte do projeto de TCC de Marli Fávero. Então, hoje é 24 de setembro de 2019. Fernando, muito obrigado. E... e vamos construir essa história juntos aí. As perguntas ficam ao teu critério aí. Vai lendo e respondendo. Fernando: Então tá bom. A primeira questão é sobre o meu tempo como servidor e o que que eu fiz na Diretoria de Patrimônio Cultural da fundação.

1ª) QUANTO TEMPO VOCÊ, COMO SERVIDOR, PRESTOU SERVIÇOS À DIRETORIA DE PATRIMÔNIO CULTURAL, NA FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA?

a) DESTE PERÍODO, QUANTO TEMPO NA ÁREA ESPECÍFICA DE POLÍTICA PÚBLICA PARA OS MUSEUS?

b) VOCÊ ACOMPANHOU A IMPLANTAÇÃO DO 1º SISTEMA NACIONAL DE MUSEUS DE 1986 E QUE FOI EXTINTO EM 1990?

c) PARA CONSTAR, NA DISSERTAÇÃO DE RAFAEL PEREIRA OLIVEIRA, 2007, CONSTA NA PÁG.85: “A superintendência da FCC é dirigida de 1987 a 1989 pela artista plástica Ligia Roussenq Neves e, de 1989 a 1991, pela própria secretária de cultura, que acumula as duas funções. Unidade de Ciências da Fundação, que passa a se chamar Unidade de Museus, é coordenada pelo arte-educador e funcionário efetivo da FCC, Fernando Romero. (grifo meu)”

Fernando: Eu entrei em 1979, com a fundação recém-fundada, e fui trabalhar direto na área de Patrimônio, e nos dedicavam naquela época a fazer os primeiros mapeamentos culturais e os primeiros levantamentos das cidades históricas de São Francisco, Laguna e Florianópolis, principalmente de patrimônio edificado. Fiquei nessa área até 1986, quando foi criado o Sistema Nacional de Museu, e no próximo ano, 1987, no governo Pedro Ivo Campos, é criado o Sistema Estadual de Museus, que eu passei a coordenar. Na verdade, antes eu coordenava a Unidade de Museus, né, que foi a nova unidade herdeira da Unidade de Ciências da Fundação. E a partir daí se implanta uma política de museus pela primeira vez no estado de Santa Catarina. Eu acho que eu... Quer que eu fale um pouquinho dessa experiência? (Marli: Pode ser, pode ser). Fernando: Então, essa política era muito ligada, muito tributária, eu diria assim, da política nacional. Houve uma política a nível nacional que envolveu os museus dos estados todos... E eles incentivavam a criação dos sistemas estaduais. Então foi aí que nós nos organizamos e criamos o Sistema Estadual de Museu, que, na verdade, não funcionava como hoje, assim, como um colegiado. Era mais uma articulação nossa com os municípios de Santa Catarina. Nunca houve um órgão que discutisse essas questões todas. A gente trabalhou mais respondendo a demandas de cada região, de cada município. Então aí nós criamos uma série de ações, né? As oficinas de Museologia, as primeiras oficinas de Museologia, trouxemos gente do Ministério

da Cultura, também, pra ministrar essas oficinas, e também o Peninha, o Gelci Coelho, daqui, o Max Müller, que era um museólogo daqui da nossa área, a própria Dolores também trabalhou nesses projetos. Além das oficinas, nós criamos o primeiro boletim do Sistema Estadual de Museus, que era distribuído por praticamente toda Santa Catarina. E a gente também trabalhou na captação de recursos do governo do estado e também na apresentação de projetos dos museus de Santa Catarina no sistema nacional. Então anualmente a gente reunia os projetos que apresentavam... os museus que apresentavam projetos aqui no estado, e levava pro comitê nacional, e defendia esses projetos lá. E nessa época nós realmente conseguimos recursos pra vários museus, inclusive bem no interior do estado assim. Me lembro, assim, de municípios lá do Oeste, assim, que foram contemplados com recursos importantes. Havia dinheiro nessa época. Havia uma estrutura... Eu ia a Brasília... Volta e meia eu ia a Brasília, que o Ministério pagava, não era aqui o Estado, pra apresentar projetos, pra reuniões técnicas, né? Eu fui do primeiro comitê de educação patrimonial, que foi um comitê nacional que se reunia em Brasília também... Então era o que se fazia. E dávamos muita assessoria técnica também. O museu chamava pra resolver demandas na área de catalogação, de inventário, de... uma série de questões, né? Então nós tínhamos uma equipe... Isso que é... Houve muito incentivo nessa época, e nós tínhamos pelo menos quatro técnicos de nível superior... Não, é... (Marli: o Max...). Fernando: o Max Müller... Os outros éramos eu, Dolores... (Marli: Mas áreas afins, né?) Fernando: É, das áreas afins. Exatamente. Mas como a gente já tinha uma experiência já grande lidando com isso aí então a gente conseguia atender a essas demandas. Então foi... Eu considero uma época muito profícua e de organização do campo museal em Santa Catarina. (Marli: Antes que você passe para a segunda, Fernando, os municípios é que pediam essas oficinas ou vocês através de sondagem ou havia... às vezes vocês, às vezes eles?) Fernando: Na verdade, o seguinte: a gente trabalhou com o pessoal que tava mais articulado. Assim, né... Joinville, Joinville tá sempre articulado. (Marli: Blumenau). Fernando: Blumenau. Curitiba. Laguna. Laguna não tava tão articulada, mas tinha a demanda do Ministério pra gente atender Laguna porque era uma cidade histórica. (Marli: Ok, partia do profissional de museus dessas cidades ou do patrimônio. Como a Sueli Petry, de Blumenau). Fernando: Exatamente. Gente que tava articulada). (Marli: Que saía em busca de...) Fernando: Isso. Depois o pessoal do Oeste entrou, né?... (Marli: Já tinha o CEOM?) Fernando:

Já tinha o CEOM... Foi o nosso grande parceiro lá no Oeste. (Marli: Ok. Passar pra segunda?)

2ª) SABEMOS QUE EM 1991, SANTA CATARINA TEVE O DECRETO Nº 615, QUE CRIAVA O SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS E O MUSEU NACIONAL DO MAR, PERGUNTO:

a) DE ALGUMA MANEIRA, CHEGASTE A PARTICIPAR DESTES PROCESSOS OU FOI UM PROCESSO ISOLADO SEM A PARTICIPAÇÃO DA FCC?

Fernando: Não participei. Não participei em nada. Eu já tava fora da Fundação aí... Quer dizer, eu tava na Fundação, mas tava no Museu Histórico. Então, eu fiquei sabendo mais ou menos o que foi feito, mas isso foi feito à revelia da fundação, dos técnicos... Quando nós vimos tinha o tal do decreto este, que foi feito, foi elaborado mais para atender à questão do Museu [Nacional] do Mar. (Marli: É ele... segundo a Betinha, nunca foi implementado como Sistema Estadual de Museus). Fernando: Não, não, a Betinha continuou sozinha... (Marli: Exato). Fernando: Aí é que entra o NEMU, acho, né? (Marli: Em 1997). Fernando: Ah, é mais tarde... (Marli: Mas ela começou em 1994. Ela fica três anos, quando sai a Dolores... Aí ela precisou de ajuda). Fernando: Uhum...

3ª) O QUE VOCÊ COMO SERVIDOR QUE ATUOU NA ÁREA ESPECÍFICA DE MUSEUS, NA FCC, PODE NOS DIZER DAS AÇÕES QUE ERAM EFETIVADAS PARA OS MUSEUS CATARINENSES?

(Marli: Acho que você já relatou na primeira...)

a) POR PARTE DO ESTADO

Fernando: Isso que eu relatei na primeira.

b) POR PARTE DA FEDERAÇÃO/SPHAN/IPHAN

Fernando: Todas essas nossas ações eram respaldadas pelo IPHAN, pelo Sistema Nacional de Museus, né? Eles mandavam gente pras oficinas, como mandaram sempre né? E inclusive algumas eles patrocinavam, tá? Pagavam diárias pra nós, pra nós irmos pra lá. Que às vezes a Fundação não tinha o recurso. (Marli: Mas era o Escritório que fazia isso ou regionalmente?) Fernando: Não, era direto lá... (Marli: No Ministério da Cultura). Fernando: Porque o Sistema Nacional de Museus não tinha nada a ver com o IPHAN. O Escritório era do IPHAN. (Marli: Ok. Ah, ok). Fernando: O IPHAN só tratava de patrimônio edificado. (Marli: O sistema não ficou vinculado à estrutura do Ministério da Cultura como hoje, uma autarquia, como é hoje?) Fernando: Não, ele era um... ligado... (Marli: Porque o IPHAN...) Fernando: ligado a uma Secretaria lá do Ministério, que eu não me lembro qual era, mas direto lá. O IPHAN era uma... (Marli: Tinha uma instância separada...) Fernando: um instituto, né?... com direção própria, com política própria... Inclusive tinha muito conflito entre o Ministério e o IPHAN, tá? (Marli: Ok).

Fernando: E o IPHAN basicamente se dedicava à pedra e cal, que era o patrimônio edificado. (Marli: A número 4 então?)

4ª) DURANTE A CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO NÚCLEO DE ESTUDOS MUSEOLÓGICOS – NEMU – PARCERIA CONVENIADA ENTRE ESTADO DE SC/FCC/SOL E UFSC/MUSEU UNIVERSITÁRIO - DE 1997 A 2012, VOCÊ TEVE AGUMA PARTICIPAÇÃO DIRETA OU INDIRETA?

Fernando: Não, é aqui que eu te digo, Marli. Eu não participei de nada aqui, tá? Marli: Ok. Só também ficava sabendo... Fernando: Mas eu ficava sabendo... Ficava sabendo porque a Betinha me informava muito. E eu... . (Marli: Talvez ali na quinta...)

5ª) MESMO ESTANDO LOTADO EM INSTITUIÇÕES MUSEOLÓGICAS VINCULADAS À FCC (MIS) E OUTRAS, COMO FOI A UNIBAVE, CHEGASTE A PERCEBER AS AÇÕES PROMOVIDAS PELO NEMU E A IMPACTAÇÃO NO CAMPO MUSEAL CATARINENSE?

Fernando: Sim, eu cheguei a perceber isso... E uma coisa que me chamou a atenção foi essa retração, essa ausência da fundação de cultura, que seria o órgão natural pra implementar essa política, né? Porque a universidade não tem essa função... Inclusive houve muita polêmica lá dentro da universidade né? Por que que a universidade tá fazendo isso, né? A universidade... Porque ela faz pesquisa, mas não capacitação num campo que ela inclusive não tem nem curso... Agora tem! Então, foi única e exclusivamente por causa as ausência da fundação por causa que se abandonou em termos de política essa área de museus. Ninguém... o governo simplesmente

não... Não era prioridade do governo. (Marli: E quando você tava na UNIBAVE, você provavelmente recebia profissionais acadêmicos... Os profissionais eram de museus). Fernando: Sim. (Marli: Eles era acadêmicos do UNIBAVE. Então você provavelmente viu comentários sobre as oficinas de capacitação, o quanto os auxiliava). Fernando: Sem dúvida, sem dúvida. (Marli: Que foi um momento importantíssimo...) Fernando: Não, foi, foi muito importante. Exatamente. Eu falei do ponto de vista da política que eu achei que foi uma pena a Fundação ter se ausentado disso aí, e a universidade tomou esse espaço, né, que eu achei muito bom, porque alguém tinha que fazer isso... E realmente foi uma coisa muito importante... (Marli: E necessária...) Fernando: E necessária. Eles se articularam muito bem. Eles tinham um apoio muito grande do reitor. Então isso aí foi... E tinha a figura do Peninha, que foi uma figura muito importante nessa articulação toda. Porque o Peninha é muito bom nisso, de detalhar (ruído de comunicação), de articular e tal, e com isso aí então se manteve aceso esse campo que foi criado lá na minha época, depois morreu, e aí se reacendeu com o NEMU. (Marli: Justamente a Betinha coloca que como gerente ela se sentiu muito sozinha. E ela e o Peninha também se sentia sozinho, porque recebia demanda. E os dois se uniram...). Fernando: Exatamente. (Marli: Agora, uma coisa que eu percebi e que esta é a maior razão de eu fazer o trabalho, esse TCC, é que eu não ouvia... Eu fui uma frequentadora do NEMU como plateia, eu não ouvia falar que o Estado estava presente). Fernando: Mas exatamente... Inclusive, Marli, essa coisa de política, né?... Era uma política da universidade de simplesmente ela ser a protagonista... Marli: a progenitora... Fernando: a protagonista da coisa. Claro, o governo não fazia nada. O governo só dava a Betinha, o Governo do Estado. Claro, eles foram os protagonistas, e o Estado simplesmente se apagou. E aí com isso cada vez mais o Estado botava pra baixo, porque ele não aparecia. Então a Betinha, coitadinha, sozinha lá. Então ela... Marli: Foi uma heroína Fernando: Foi uma heroína de ter segurado essa peteca aí, porque simplesmente eles não queriam saber: “— Ah, isso é coisa da universidade, não é nossa!” (Marli: Ficou confortável. Eu comentei isso com a Betinha. Até tá gravado... Ficou confortável pros governos, que a GEOM, a gerência estava fazendo um trabalho, só que o nome do Estado não aparecia. E na realidade...) Fernando: Na verdade, sabe o que que aparecia, Marli? (Marli: Era a Betinha no trabalho...) Fernando: A Betinha, a Betinha... (Marli: A parte administrativa...) Fernando: A Betinha que... Ela criou um vínculo com esse pessoal de museus aí, que hoje ela é uma referência. (Marli: Ainda é, continua sendo). Fernando: Ainda é, né? Então quem aparecia era ela. Com toda a razão. (Marli: Certo). Fernando: Com toda a... Marli: a razão...

6ª) A PARTIR DE 2004, COM A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA BRASILEIRO DE MUSEUS, O ESTADO DE SC IMPLEMENTOU A POLÍTICA ESTADUAL DE MUSEUS-PEM E ATUOU EM PARALELO COM O NEMU ATÉ 2012, QUANDO O MESMO FOI EXTINTO, PERGUNTO:

a) VOCÊ QUE ATUOU NA DISCUSSÃO DA PEM EM 2004, COMO SERVIDOR DA FCC E ACOMPANHOU POR MAIS ALGUNS ANOS, AINDA COMO PROFESSOR DA UNIBAVE, O TRABALHO DE IMPLEMENTAÇÃO, PERCEBEU UM FORTALECIMENTO DO/NO CAMPO MUSEAL COM AS DUAS ENTIDADES, NEMU E SEM/SC ATUANDO CONCOMITANTEMENTE?

Fernando: Então... esse período do NEMU, também essa ação se beneficiou com o ressurgimento a nível federal da Política Nacional de Museus, que foi uma maravilha. Foi outro época de ouro da política... de cultura em geral, né? Sem se entrar em detalhes de política de governos, de tal e tal, mas realmente foi uma época em que se deu muito incentivo nessas áreas, e essa ação do NEMU, e com a Betinha, vamos dizer assim, não vou dizer com a Fundação, se beneficiou muito disso aí. Então é uma época em que floresceram as oficinas, floresceram os

encontros de museus, e floresceram os financiamentos também de projetos. Isso aí tudo também eu não participei diretamente, mas eu tava vendo, eu tava vendo tudo isso aí. E achei que foi uma época florescente, né, nessa área de museus. (Marli: Você participou da construção aqui, na construção da Política Estadual de Museus... Eu lembro que você ficou na...) Fernando: Sim, sim, foi quando teve alguns eventos, não me lembro se foram fóruns já de museus... (Marli: No fórum de 2005, você participou da mesa ali... Você era um coordenador...) Fernando: E aí se começou a discutir a política... (Marli: Exatamente). Fernando: ... de museus. (Marli: E ali na b)?) Fernando: Aqui, aqui nessa época acho que já começara... A fundação já começou a ter mais... estrutura. (Marli: Era o Edson Busch Machado aqui). Fernando: Aqui... Não, não... É? (Marli: É, é... 2004, ó!) Fernando: É... (Marli: Dois mil e quatro você participou d... Dois mil e quatro começou os preparativos pro Fórum 2005. Você acho que tava no MIS). Fernando: Tava no MIS, exatamente.

b) EM ALGUM MOMENTO CARACTERIZOU CONCORRÊNCIA ENTRE AMBOS?

Fernando: Concorrência entre ambos? (Marli: Você chegou a...) Fernando: Na verdade aqui... A Fundação encarava como concorrente. (Marli: A Fundação?) Fernando: A Fundação encarava... Inclusive, como eu falei na pergunta anterior, botava pra baixo o trabalho, porque justamente achava que era uma concorrência, que ela não era a protagonista. Agora, entre Betinha e os técnicos não havia concorrência nenhuma. Era uma cooperação. Bem ou mal... a atuação da Betinha foi muito importante pra isso aí. Apesar de não ter o mínimo respaldo, nada, mas foi importantíssimo, porque ela era meio articuladora. Ela entendia muito mais de museu do que o Peninha. O Peninha entendia do Museu de Antropologia, mas a Betinha entendia de política. Ela sabia como articular essa gente toda. Por isso que ela é conhecidíssima, né, e muito... (Marli: e mantém até hoje, né?) Fernando:... como é que se diz, muito reconhecida nessa época, nessa área. (Marli: Sim, com certeza. Fernando: Então, não houve, eu acho que não houve concorrência, a não ser esses ciúmes da fundação enquanto estrutura de governo. (Marli: Que quando viu que concretizou o NEMU ela já não tinha mais como recuperar a imagem). Fernando: Exatamente. (Marli: Agora, em 2004, quando você participou ali da...) Fernando: da política? (Marli: do retorno da implantação e a implementação do Sistema Brasileiro de Museus, aí como é que você achou que... o Sistema já nos moldes atuais, por algum momento você percebeu que os alunos da UNIBAVE ou você demonstrou que o NEMU e o Sistema Estadual de Museus... Porque nessa ocasião a FCC já dava apoio...) Fernando: Claro, porque inclusive o NEMU termina em... (Marli: em 2012 só...) Fernando: Em 2012 só... (Marli: Então aqui ele tava numa... (ruído de comunicação) Fernando: Ele continuava aqui... (Marli: Tava concreto...) Fernando: E quem é que coordenava o Sistema aqui? (Marli: Aqui era eu...) Fernando: Era tu já... Marli: Era essa (ruído de comunicação). Fernando: Pois é, eu não me lembro direito o que que acontecia ali... (Marli: Acho que se você não percebeu que era uma coisa que chamasse a atenção, que havia uma concorrência... porque eu nunca vi como uma concorrência também...) Fernando: É... (Marli: Então acho que isso não existiu). Fernando: Não, não... (Marli: Eu te pergunto mais se... às vezes fora dos bastidores...) Fernando: Não, não... (Marli: Quem tá dentro não vê, né?) Fernando: Na verdade, quem aparecia mesmo era a Universidade. (Marli: Sim, sim). Fernando: Então as pessoas... (Marli: E era um papel concreto, eles já tavam concretizados...) Fernando: Claro... (Marli: Quer dizer, quem tava chegando tinha que...) Fernando: É... As pessoas não... Quem tava lá na ponta não percebia essas coisas, se era Fundação, se era não sei o que, tal... (Marli: Não, não...) Fernando: Alguém tava atendendo eles. (Marli: Exatamente). Fernando: E era a universidade. (Marli: Sim, sim...) Fernando: Quer dizer, essa concorrência, esses ciúmes aí, não... (Marli: Eram de bastidores...) Fernando: Eram de bastidores... (Marli: Se existia, eram de bastidores...) Fernando: Existia, claro, mas era de bastidores...

7ª) SOB SUA TRAJETÓRIA NO PATRIMÔNIO CULTURAL, QUAL FOI O PERÍODO DE MELHOR RECONHECIMENTO/VALORIZAÇÃO À ÁREA DE MUSEUS PELOS GOVERNOS?

a) Âmbito estadual

c) Âmbito federal

Fernando: Eu acho que foi esse aqui... (Marli: A partir de 2004, 2003, quando...). Fernando: A partir de... É... quando começa a Política Nacional, né?... Marli: OK. Fernando: E começa a se estruturar mesmo o Sistema, contigo, depois vem Maurício [Rafael], depois vem Andréa [Dal Grande]... (Marli: Foi uma década...) Fernando: Andréa, né? Ali foi muito legal. (Marli: Uma década rica). Fernando: Muito legal! Eu acho que foi a melhor. (Marli: OK). Fernando: Tá? (Marli: Porque na realidade há uma legislação...) Fernando: É... (Marli: Há uma estrutura...) Fernando: É, não, era... (ruído de comunicação) muito democrático também... as pessoas todas dando opinião... Isso aí envolve (ruído de comunicação)... (Marli: Em 2003, a Betinha foi representar o estado de Santa Catarina. Tu veja como ela se desligou em 2002 do governo). Fernando: Chamaram ela pra... (Marli: Essa é uma pergunta que eu tenho que fazer pra ela... Eu não sei se em 2003, quando ela foi convidada, ela foi em função do NEMU...) Fernando: Foi... (Marli: ou em função da fundação). Fernando: Foi do NEMU. (Marli: Pelo trabalho como o dela (ruído de comunicação). OK. Mas de qualquer forma ela representou Santa Catarina. Quer dizer, foi como eu coloquei pra ela). Fernando: Mas daí vocês entraram e a coisa floresceu. (Marli: Certo...) Fernando: Porque foi realmente... Eu acho muito rica, achei muito rico isso. Até... Não sei como tá hoje, mas até... (Marli: Até quando eu saí, fiquei doente...) Fernando: Até quando tu saiu tava muito legal, muito legal. (Marli: Depois a equipe foi desmantelada...) Fernando: É, é... (Marli: O Maurício foi embora, a Renata também, a Lisandra saiu... Mas foi uma época de ouro, foi uma década importantíssima). Fernando: Foi, foi...

8ª) ALGUMA CONSIDERAÇÃO/REGISTRO QUE DESEJA FAZER: Fernando: Pois agora, o que que eu poderia considerar aqui? Marli: Se você acha importante. Se não tem nada de obrigação... Fernando: Não, acho que já falei pelos cotovelos aqui, né? Marli: Tá bom, obrigada então... Fernando: Tá?

Fonte: Entrevista realizada pela autora.

APÊNDICE E – Áudio transcrito de Denize Gonzaga Santos

Áudio Denize Gonzaga Santos

Boa noite, Marli. Eu me chamo Denize Gonzaga Santos e conforme a gente combinou, venho trazer um relato a respeito da minha experiência com o Núcleo de Estudos Museológicos e falar um pouco da importância que o núcleo teve no início da minha carreira profissional. Bom, em 2007, eu cursava História na UFSC e tava um pouco indecisa com os rumos que eu ia tomar. Eu inicialmente passei no curso de história e queria ser professora, mas no decorrer do curso eu vi que era uma coisa que eu não tinha aptidão e, digamos, queria seguir. Então, em 2007, em julho, em agosto, desculpa, eu fui indicada pela minha mãe a fazer um curso do NEMU, e me inscrevi, e fiz a oficina da Maria Célia Teixeira Santos, chamada Museu e Comunicação. Lá neste curso que durou dois dias, ou três, eu tive contato com os arte-educadores do Núcleo de Arte-educação do MASC, do museu de arte, e a gente trocou e-mails ao fim da oficina. Bom, daí, disso resultou que eu, em início de outubro, fui convidada pra fazer a mediação de uma exposição... de centenário de um artista catarinense, chamado Martinho de Haro, e... apesar de eu não ter noção nenhuma de como se fazia mediação, eu topei o desafio e trabalhei durante dois meses... com o público geral do museu... depois eu realizei também mediação em outras exposições, que foi a Primeira Missa no Brasil, assim que ela foi restaurada, e... a exposição 100 Anos de Arte Brasileira, com o acervo do Chateaubriand. Logo depois eu comecei a fazer trabalhos na Fundação [Catarinense de Cultura], em outras áreas, uma delas foi de artes visuais, quando eu executei, com a Palmira Pizetti... o projeto do Salão Victor Meirelles, o X Salão Victor Meirelles. Depois eu fui convidada a trabalhar no Prêmio [Nacional] Cruz e Souza de Literatura e... logo com o jornal Ô Catarina!, e com o projeto COCALI, que escolhia livros pras bibliotecas públicas estaduais... Na sequência eu trabalhei com a execução do Edital Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura [2013], depois com o Cadastro Catarinense de Museus, no Sistema Estadual de Museus. Então... fiquei por 8 anos na fundação, e tive um arcabouço de conhecimento, o que me fez trabalhar com produção cultural e com elaboração de projetos para leis de incentivo... Atualmente eu trabalho com produção de projetos na área de música, executo projetos na área de música e... faço alguns projetos na área de museus, mas em menos quantidade, no sentido de pesquisar e elaborar textos expositivos. Bom, essa minha trajetória mostra um pouco... a experiência que eu tive no campo cultural, que eu acredito só tenha acontecido por conta desse contato que eu tive na XXIX edição do NEMU. Eu... assim, nesse sentido, eu tenho uma gratidão muito grande por esses profissionais que faziam esses cursos acontecerem e... agradeço muito essa oportunidade, e acredito que ele contribuiu nesse sentido: nessa rede de contatos que até hoje eu mantenho. Seria mais ou menos isso a contribuição que eu tenho pro teu trabalho, Marli. Obrigada!

APÊNDICE F – Áudio transcrito de Sueli Maria Vanzuita Petry.

Falar do NEMU é uma... é falar das primeiras iniciativas desencadeadas por profissionais de museus e arquivos que, dentro do seu idealismo profissional, se uniram e organizaram reuniões, encontros, para discutir as questões relacionadas à situação dos museus e arquivos do estado de Santa Catarina. A preocupação maior era proporcionar aos trabalhadores de museus e arquivos discussões e ajudas a estas instituições, carentes de apoio técnico e logístico voltadas à área da Museologia, num primeiro momento, e os grandes líderes desse movimento iniciado lá [~~no final da década de 1980 e início dos~~] anos 90 eram a Betina (sic), o Peninha, a Marli Favero*, a Maria Cristina, e outros nomes que no momento eu não me recordo, que eram pessoas que lideraram essa iniciativa, que foi criando corpo e passou a circular por regiões do estado de Santa Catarina, lá no Oeste, no Sul do estado, lá no Vale do Itajaí – inclusive Blumenau também foi sede de um encontro desse – e que na época elas continham o apoio da FCC. É importante dizer que nesses encontro nós fomos orientados como proceder para participarmos de editais e também recebermos orientação para que pudéssemos dar nos nossos espaços museológicos uma certa... uma credibilidade em torno do processamento técnico, de como envolver a educação patrimonial nas nossas instituições. E estas visitas técnicas, que passaram a ser agora a orientadas pelo NEMU, foram muito importantes porque nós ganhávamos nesse momento além desse apoio técnico, eles nos proporcionaram orientações, sugestões para que transformássemos as nossas instituições em algo muito interessante, e eu diria que foi o NEMU que desencadeou todo o trabalho de conscientização, de valorização do espaços de... dos museus de vários municípios que deram coragem para iniciar um novo projeto de criação de museus, e que veio dar origem também ao que nós tivemos lá no Sul do estado, a criação do curso de Museologia. O NEMU, então, eu poderia dizer neste meu depoimento, ele deu oportunidade a muitos profissionais, que se capacitaram, que despertaram neles esse sentimento de busca de melhoria, de “melhor fazer” os seus eventos, os seus projetos, participar de encontros estaduais, e nesses momentos da participação do NEMU, a colaboração desses técnicos foi de vital importância. E, para ser bem franca, o momento da participação do NEMU era um momento de cordialidade, de trocas de experiências, que hoje temos esses encontros, mas não tem aquela marca que eu diria do NEMU. Muito obrigada!

* não houve participação neste momento.

APÊNDICE AA – Perguntas ao entrevistado Francisco do Vale Pereira.

A ENTREVISTA PROPOSTA ABAIXO, TEM O INTUITO DE COLABORAR COM A PESQUISA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC), DO CURSO DE MUSEOLOGIA/UFSC, DA ACADÊMICA *MARLI FÁVERO* (MATR. 11102218), QUE TRATA DA TRAJETÓRIA DA POLÍTICA PÚBLICA DO CAMPO MUSEAL CATARINENSE, NUM MOMENTO EM QUE OS MARCOS REGULATÓRIOS AINDA ERAM INCIPIENTES E FORAM SENDO CONSOLIDADOS.

ESSA PESQUISA SE LIMITA AO PERÍODO DE **1997 A 2012**. É NESSE PERÍODO QUE OCORRE A CRIAÇÃO, CONSOLIDAÇÃO E EXTINÇÃO DO NÚCLEO DE ESTUDOS MUSEOLÓGICOS (NEMU), VINCULADO A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). EM 2004, OCORRE A CRIAÇÃO DO SISTEMA BRASILEIRO DE MUSEUS (SBM), CUJOS DESDOBRAMENTOS LEVAM O ESTADO A CRIAR O SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS DE SANTA CATARINA (SEM/SC).

O ENTREVISTADO, O SERVIDOR PÚBLICO, SR. *FRANCISCO DO VALE PEREIRA*, (ATUAL COORDENADOR DO NÚCLEO DE ESTUDOS AÇORIANOS - NEA), COORDENOU POR ALGUNS ANOS O NÚCLEO DE ESTUDOS MUSEOLÓGICOS - NEMU. OS DOIS NÚCLEOS CITADOS, SÃO VINCULADOS A ATUAL SECRETARIA DE CULTURA E ARTE (SeCArte), DA UFSC. O NEMU FOI EXTINTO EM 2011 / 2012 (NÃO TEMOS CLAREZA QUANTO À DATA CORRETA*).

ENTREVISTA:

1. O SENHOR PARTICIPOU DO NEMU DESDE A SUA FORMAÇÃO, DO INÍCIO? PODE EXPLICAR COMO FOI SUA PARTICIPAÇÃO?
2. HOUVE PORTARIA POR PARTE DA SECRETARIA RESPONSÁVEL PELO NEMU/UFSC, QUE DESIGNASSE O SENHOR E OUTROS FUNCIONÁRIOS DA UFSC, PARA PARTICIPAREM DO NEMU? SE SIM, AONDE LOCALIZO ESSES DOCUMENTOS*?
3. EM ALGUNS DOCUMENTOS (COMUNICADOS E CONVITES) CONSTAM O SENHOR GELCI JOSÉ COELHO COMO COORDENADOR DO NEMU. EM OUTROS, O SENHOR, FRANCISCO DO VALE PEREIRA, COMO SENDO O COORDENADOR. PERGUNTO:
 - a) O SENHOR TEM CLAREZA SE AMBOS ASSUMIRAM ESSE CARGO*? SE SIM, SABERIA PRECISAR OS PERÍODOS? SE NÃO, SABERIA JUSTIFICAR SE FOI UMA DENOMINAÇÃO VISANDO A ORGANIZAÇÃO INTERNA DO NÚCLEO?
 - b) HOUVE PORTARIA POR PARTE DA SECRETARIA RESPONSÁVEL, PARA A COORDENAÇÃO DO NEMU?
4. HÁ REGISTROS DAS INSTITUIÇÕES COLABORADORAS QUE PARTICIPARAM DAS REUNIÕES NO PROCESSO DE FORMATAÇÃO DOS DOCUMENTOS LEGAIS PARA A CRIAÇÃO DO NEMU/UFSC E, TAMBÉM, APÓS A LEGALIZAÇÃO. PARA CITAR ALGUMAS: FCC, UDESC, UNIPLAC, UNISUL, ACCR, IPHAN, UNOESC E OUTRAS. PERGUNTO:

- a) TEM CONHECIMENTO DESSES DOCUMENTOS DE CONVÊNIOS/ACORDOS COM ESSAS INSTITUIÇÕES, SE EFETIVAMENTE FORAM ASSINADOS OU FORAM SOMENTE MINUTAS PROPOSTAS?
 - b) SE ESSES CONVÊNIOS FORAM ASSINADOS, AONDE PODEM SER LOCALIZADOS ESSES DOCUMENTOS*?
5. EM 2003, QUANDO O MINISTÉRIO DA CULTURA, POR MEIO DA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO, MUSEUS E ARTES PLÁSTICAS, PROMOVEU A ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS (PNM), CONSTA QUE O SENHOR E A SRA. ELIZABETE NEVES PIRES, ESTAVAM PRESENTES. PERGUNTO:
- a) AMBOS ESTAVAM COMO REPRESENTANTES DO NEMU?
 - b) SE SIM, CONSIDERA QUE FOI UM RECONHECIMENTO AO TRABALHO DO NÚCLEO EM SANTA CATARINA?
 - c) SE NÃO, FIQUE A VONTADE, CASO DESEJE JUSTIFICAR.
 - d) HOVE ALGUMA OUTRA HOMENAGEM/RECONHECIMENTO QUE O NEMU TENHA RECEBIDO DO DEMU OU OUTRO ÓRGÃO?
6. A PARTIR DE 2004, QUANDO A FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA (FCC) INICIOU AS DISCUSSÕES PARA FORMATAR AS BASES DA POLÍTICA ESTADUAL DE MUSEUS (PNM), EM SANTA CATARINA, O NEMU ESTEVE REPRESENTADO PELO SENHOR, PERGUNTO:
- a) O SENHOR CONCORDA COM AS DISCUSSÕES PROMOVIDAS PELA FCC, PARA A POLITICA ESTADUAL DE MUSEUS?
 - b) DE ALGUMA MANEIRA, O NEMU SENTIU-SE CONSTRANGIDO / VIOLADO PERANTE A POSTURA DO ESTADO NA IMPLANTAÇÃO / IMPLEMENTAÇÃO DO SEM/SC, JÁ QUE O CAMPO MUSEAL CATARINENSE CONSTAVA O NEMU COMO O PRINCIPAL ARTICULADOR, NAQUELE MOMENTO?
7. SEGUNDO ENTREVISTA COM OS DOIS MEMBROS PRECURSORES DO NEMU: SRA.ELIZABETE NEVES PIRES, DA FCC E SR. GELCI JOSÉ COELHO (PENINHA), DO MUSEU UNIVERSITÁRIO PROF. OSWALDO R. CABRAL/UFSC, AMBOS NÃO FICARAM ATÉ O NÚCLEO SER EXTINTO. SEGUNDO A SRA. ELIZABETE, DESLIGOU-SE EM 2005, E O PENINHA, EM 2008, QUANDO DE SUA APOSENTADORIA NO MUSEU/UFSC. PERGUNTO:
- a) DE ALGUMA FORMA, A SAÍDA DE AMBOS, AFETOU AS ATIVIDADES DO NEMU?
 - b) AS DEMAIS INSTITUIÇÕES CONVENIADAS (OU NÃO), CONTINUARAM PARTICIPANDO?
8. EM 2008, O DEPARTAMENTO DE MUSEUS E CENTROS CULTURAIS – DEMU/IPHAN/MinC, REALIZARAM O 3º FÓRUM NACIONAL DE MUSEUS, NO CAMPUS DA UFSC, EM CONJUNTO COM APOIADORES LOCAIS: NEMU/UFSC, SEM/SC/FCC, FFC/PMF, IPHAN E OUTROS. PERGUNTO:

- a) FOI UM RECONHECIMENTO AOS ESFORÇOS DO NEMU EM RELAÇÃO AO CAMPO MUSEAL CATARINENSE?
9. NÃO TEMOS CLAREZA QUANTO A DATA DE EXTINÇÃO DO NEMU*, SE 2011 OU 2012, PERGUNTO:
- b) QUAIS AS RAZÕES QUE A UFSC ALEGOU, PARA A EXTINÇÃO DO NÚCLEO?
c) ACREDITA QUE MESMO COM A CRIAÇÃO DA GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA/UFSC, EM 2009, O NEMU PODERIA CONTINUAR ATUANDO?
10. AMBOS, NEMU/UFSC E SEM/SC/FCC, CONVIVERAM POR ALGUNS ANOS PARALELAMENTE, ATENDENDO A DEMANDA DOS MUSEUS CATARINENSES DE 2004 A 2011/2012). PERGUNTO:
- a) QUAL A SUA PERCEPÇÃO, COMO COORDENADOR DO NEMU, SOBRE ESSA CONVIVÊNCIA CONCOMITANTE?
b) SERIA POSSÍVEL QUE AMBOS CONTINUASSEM ATUANDO CONCOMITANTEMENTE?
- 11.QUAL SUA AVALIAÇÃO SOBRE O NEMU, EM RELAÇÃO AO CAMPO MUSEAL CATARINENSE.
- 12.UMA PERGUNTA DE CUNHO MAIS PESSOAL, JÁ QUE ATUALMENTE ÉS ACADÊMICO DA MUSEOLOGIA/UFSC: A OPÇÃO EM CURSAR MUSEOLOGIA, SERIA UM DESDOBRAMENTO DA CONVIVÊNCIA COM O NEMU/UFSC?
- 13.DEIXO EM ABERTO PARA ALGUMA COLOCAÇÃO QUE QUEIRA FAZER.

*INFORMO QUE NÃO LOCALIZEI ESSE (S) DOCUMENTO (S) CITADO (S), JUNTO AOS DEMAIS, DISPONIBILIZADOS NO NEA. TENHO CONTATADO COM A SRA. ANA LÚCIA MORAES, CHEFE DA ADMINISTRAÇÃO DO SeCARTE.

Muito obrigada!

Fonte: Entrevista com perguntas semiestruturadas, elaboradas pela autora.

APÊNDICE BB - Perguntas à entrevistada Elizabeth Neves Pires (Betinha).

Elizabeth Neves Pires:

- Gerência de Organização de Museus – FCC:
1994 (2º sem.) – 2002 (31/12/2002): 8 1/2anos
- Participou da criação e consolidação da NEMU:
na Coordenação Executiva e ministrante: de 1997 a 2005

1ª) QUANDO CHEGASTE NA FCC, HAVIA UM SETOR NA DIRETORIA DE PATRIMÔNIO PARA AS POLÍTICAS DE MUSEUS? LEMBRAS QUEM TRABALHAVA NESTE SETOR?

- A) LEMBRAS AS AÇÕES QUE FORAM EXECUTADAS DE IMEDIATO?
- B) A FCC MANTINHA RELAÇÕES TÉCNICAS COM O IPHAN RELATIVA AOS MUSEUS?

2ª) AS ATAS DE CRIAÇÃO DO NEMU CITA UMA ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE MUSEUS:

- A) TENS CONHECIMENTO SOBRE ESSA ASSOCIAÇÃO, COMO FUNCIONAVA, QUEM COORDENAVA, QUEM PARTICIPAVA?

3ª) A ATA DE CRIAÇÃO DO NEMU (1997) CITA A PARCERIA DA FCC E DA UFSC, POR MEIO DO MUSEU UNIVERSITÁRIO PROF. OSVALDO RODRIGUES CABRAL:

- A) AINDA EM 1996 HOVE UM GRUPO QUE SE REUNIU E PREPAROU UM PROJETO PARA A CRIAÇÃO DO NÚCLEO. A GERÊNCIA DA GEOMU/FCC, PARTICIPOU DESSE PROJETO, DESDE A FORMULAÇÃO?
- B) A INICIATIVA DE FAZER ESSE PROJETO, DE CRIAR UM NÚCLEO, INICIALMENTE FOI UMA IDEIA INDIVIDUAL OU EM CONJUNTO: DO GELCI (PENINHA), OU SUA E DO PENINHA OU DESSA ASSOCIAÇÃO OU DE OUTROS ENVOLVIDOS?
- C) LEMBRAS SE FOI EFETIVADO O CONVÊNIO DE PARCERIA TÉCNICA ENTRE FCC E UFSC E / OU UFSC COM AS OUTRAS INSTITUIÇÕES?

4ª) NA REUNIÃO DE MARÇO DE 1997, ANTES DE FORMALIZAR A CRIAÇÃO DO NEMU (DEZ/1997), CRIARAM UMA COORDENAÇÃO EXECUTIVA HOVE UMA PORTARIA DA FCC, PARA SUA INDICAÇÃO?

5ª) DE IMEDIATO O NEMU TEVE O MUSEU UNIVERSITÁRIO COMO SEDE, COMO CITA O REGIMENTO INTERNO.

A) COMO ERA A LOGÍSTICA EM TERMOS DE ORGANIZAÇÃO DAS OFICINAS, PASSAGENS, FÔLDER, CONVITE AOS OFICINEIROS / PALESTRANTES, DEFINIÇÃO E TRATATIVAS COM O MUNICÍPIO E ETC, QUEM FAZIA A ADMINISTRAÇÃO DISSO TUDO? QUAL ERA O PAPEL DA GEOMU/FCC E DAS DEMAIS INSTITUIÇÕES?

6ª) O PRIMEIRO COORDENADOR DO NEMU, CONFORME ATA DE MARÇO/1997, FOI O PROF. NEREU DO VALE PEREIRA, DA FUNDAÇÃO CULTURAL AÇORIANISTA, PREVISTO NO REGIMENTO INTERNO, “ART. 6º, #1º - OS MEMBROS DA COORDENAÇÃO EXECUTIVA, SERÃO ESCOLHIDOS ENTRE, UM REPRESENTANTE DA UFSC E DAS DEMAIS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS”, PERGUNTO:

A) APÓS O PROF. NEREU DO VALE PEREIRA, QUAIS MEMBROS ASSUMIRAM A COORDENAÇÃO DO NEMU?

6ª) QUAL O PAPEL QUE VOCÊ, NA QUALIDADE DE MEMBRO-FUNDADOR DO NEMU, ATRIBUIU / ATRIBUI AO NEMU?

A) ACREDITA QUE ELE CUMPRIU O PAPEL A QUE SE PROPÔS?

7ª) EM MARÇO DE 2003, VOCÊ PARTICIPOU COMO REPRESENTANTE DE SC, CONVIDADA PELO IPHAN, NO ENCONTRO DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA MUSEOLÓGICA EM BRASÍLIA, PARA FORMATAÇÃO DA PNM E, INCLUSIVE COORDENOU UM EIXO DA MESMA.
NA SEQUÊNCIA EM 2004, VOCÊ FOI CONVIDADA PELA FCC, A COLABORAR NA FORMATAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE MUSEUS – PEM.

A) VOCÊ, NA CONDIÇÃO DE EX-GERENTE DO SETOR DE MUSEUS DA FCC E COMO CO-FUNDADORA E AINDA ATUANTE NO NEMU/UFSC, ACREDITOU NA POSSIBILIDADE EFETIVA DE COLABORAR COM ESSA TRAJETÓRIA DO SEM/SC?

B) ACREDITOU / ACREDITA QUE O SEM ATENDEU AS PROPOSIÇÕES A QUE SE DISPÔS COM A IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA PEM?

8ª) COMO VOCÊ TEVE O PRIVILÉGIO DE PARTICIPAR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO SETOR MUSEOLÓGICO DE SC, COMO GERENTE DA GEOMU/FCC, ANTES DA CRIAÇÃO DO NEMU, DURANTE A CONSOLIDAÇÃO DO MESMO E ATÉ UM DETERMINADO PERÍODO DE SUA ASCENSÃO, POSTERIORMENTE, COLABOROU NA CONSTRUÇÃO DA PEM QUANDO AMBOS ATUARAM CONCOMITANTEMENTE POR ALGUNS ANOS, PERGUNTO:

A) CONHECENDO NAQUELE PERÍODO, AS POTENCIALIDADES DO NEMU E DO SEM/SC, ACREDITOU / ACREDITA QUE PODERIAM SEGUIR COMO PARCEIROS, PARA MELHOR ATENDER AOS MUSEUS DE SC?

9ª) QUANDO (ANO) E QUAL A RAZÃO QUE A FEZ DESLIGAR-SE DO NEMU?

Fonte: entrevista com perguntas semiestruturadas, elaboradas pela autora.

APÊNDICE CC - Perguntas ao entrevistado Gelci José Coelho (Peninha).

A ENTREVISTA PROPOSTA ABAIXO, TEM O INTUITO DE COLABORAR NA ELABORAÇÃO DA TRAJETÓRIA DA POLÍTICA PÚBLICA DO CAMPO MUSEAL CATARINENSE, NUM MOMENTO EM QUE OS MARCOS REGULATÓRIOS AINDA ERAM INCIPIENTES E FORAM SENDO CONSOLIDADOS. ESSA PESQUISA SE LIMITA AO PERÍODO DE **1997 A 2012** (É NESTE PERÍODO QUE OCORRE A CRIAÇÃO, CONSOLIDAÇÃO E EXTINÇÃO DO NEMU).

O SERVIDOR INATIVO, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, **GELCI JOSÉ COELHO (PENINHA)** É O ENTREVISTADO.

- 1ª) PENINHA, VOCÊ TEM GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA PELA UFSC? ANO DE COLAÇÃO?
- 2ª) QUANDO INGRESSOU COMO SERVIDOR NA UFSC FOI PARA O MUSEU OU AINDA ERA COMO INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA? (ATÉ 1968, O INSTITUTO FUNCIONAVA JUNTO AO CURSO DE HISTÓRIA/UFSC. NA DÉCADA DE 1970, TRANSFORMOU O INSTITUTO NO MUSEU DE ANTROPOLOGIA. EM 1978, PASSOU DE MUSEU DE ANTROPOLOGIA PARA MUSEU UNIVERSITÁRIO).
 - a) VOCÊ FOI “ASSISTENTE E APRENDIZ DO ARTISTA, FOLCLORISTA E PESQUISADOR FRANKLIN JOAQUIM CASCAES²⁴¹”? AOS 21 ANOS? OU FEZ OUTRA FUNÇÃO ANTES DISSO?
 - b) O LOCAL DE TRABALHO ERA AONDE HOJE É UTILIZADO COMO RESERVA TÉCNICA DO MARQUE, OU EM OUTRO LOCAL?
- 3ª) QUAL A RAZÃO QUE LEVOU OS MUNICÍPIOS DE SC E OS MUSEUS A PROCURAREM O MUSEU UNIVERSITÁRIO?
 - a) CARÊNCIA DE INFORMAÇÃO SOBRE O FUNCIONAMENTO DE UM MUSEU?
 - b) LEMBRA O PERÍODO QUE INICIOU ESSA PROCURA OU O PERÍODO EM QUE AUMENTOU?
- 4ª) O QUE O LEVOU A SER UM MUSEÓLOGO PROVISIONADO? VOCÊ BUSCOU OU FOI INICIATIVA DE ALGUM ÓRGÃO FEDERAL/COFEM/IPHAN/? O COREM PR/SC É DE 1986.
 - a) NECESSITOU FAZER ALGUM CURSO ANTES DE SER PROVISIONADO?
 - b) SERÁ QUE VOCÊ FOI O 1º MUSEÓLOGO DE SANTA CATARINA?

²⁴¹ <https://arqsc.com.br/grande-contador-de-historias-e-guardiao-das-tradicoes-populares-do-litoral-peninha-lanca-autobiografia-no-mesc/>

- 5ª) APÓS SUA TITULAÇÃO DE MUSEÓLOGO, AUMENTOU A OU ISSO JÁ ACONTECIA NORMALMENTE?
- 6ª) ANTES AINDA DA RELAÇÃO PROFISSIONAL / TÉCNICA QUE RESULTOU NA CRIAÇÃO DO NEMU (1997), HAVIA ALGUMA RELAÇÃO INSTITUCIONAL ENTRE O MUSEU UNIVERSITÁRIO/UFSC COM A FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA/SETOR DO PATRIMÔNIO? E COM O MINISTÉRIO DA CULTURA/IPHAN, HAVIA ALGUM CONTATO?
- 7ª) ANTES DA FORMALIZAÇÃO DO NEMU (DEZ/1997), HÁ DOCUMENTOS QUE REGISTRAM O **III ENCONTRO CATARINENSE DE MUSEUS – REALIZADO NA UNISUL/TUBARÃO – EM NOVEMBRO DE 1996.**
- QUEM/QUAL INSTITUIÇÃO ORGANIZAVA ESSES ENCONTROS CATARINENSE DE MUSEUS?
 - VOCÊ ACOMPANHOU, GEM CONHECIMENTO DOS ENCONTROS ANTERIORES, I E II? ONDE OCORRERAM?
 - QUEM PODERIA SABER MAIS SOBRE ESTA ASSOCIAÇÃO?
- 8ª) O VOCÊ PODERIA NOS DIZER SOBRE OS ANTECEDENTES DA CRIAÇÃO DO NEMU:
- COMO SURTIU A IDEIA
 - QUEM FORAM OS PRINCIPAIS ENVOLVIDOS DE IMEDIATO
 - ESSES PRINCIPAIS ENVOLVIDOS – CONFORME A ATA DE 14/03/1997 FORAM OS QUE FORMATARAM O DOCUMENTO DE CRIAÇÃO E REGIAMENTO INTERNO?
- 9ª) VOCÊ FOI O COORDENADOR DO NEMU DE SUA CRIAÇÃO, DE 1997 ATÉ QUANDO DEIXOU DE SER SERVIDOR, EM 2008?
- ENTÃO, FOI CONCOMITANTE A DIREÇÃO DO MUSEU UNIVERSITÁRIO DE 1996 A 2008, COM A COORDENAÇÃO DO NEMU?
- 10ª) ACREDITAS QUE O NEMU CUMPRIU OS OBJETIVOS A QUE SE PROPÔS?
- 11ª) APÓS SEU DESLIGAMENTO COMO SERVIDOR/UFSC, DEIXASTE DE PARTICIPAR DO NEMU?
- HOUVE ALGUMA RAZÃO PARA TAL?
- 12ª) COM A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA BRASILEIRO DE MUSEUS, EM 2003, PELO GOVERNO FEDERAL, E A IMPLEMENTAÇÃO EM SANTA CATARINA, DO SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS, ACHAS QUE ATRAPALHOU AS FUNÇÕES DO NEMU?
- AMBOS, NEMU E SEM/SC PODERIAM TER CONTINUADO CONCOMITANTE, OS TRABALHOS?
- 13ª) ALGUMA CONSIDERAÇÃO QUE QUEIRA DEIXAR.

APÊNDICE DD - Perguntas ao entrevistado Fernando Romero

A ENTREVISTA PROPOSTA ABAIXO, TEM O INTUITO DE COLABORAR NA ELABORAÇÃO DA TRAJETÓRIA DA POLÍTICA PÚBLICA DO CAMPO MUSEAL CATARINENSE, NUM MOMENTO EM QUE OS MARCOS REGULATÓRIOS AINDA ERAM INCIPIENTES E FORAM SENDO CONSOLIDADOS. ESSA PESQUISA SE LIMITA AO PERÍODO DE **1997 A 2012** (É NESTE PERÍODO QUE OCORRE A CRIAÇÃO, CONSOLIDAÇÃO E EXTINÇÃO DO NEMU).

O SERVIDOR INATIVO, DA FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, PROF. **FERNANDO ROMERO** É O ENTREVISTADO.

1ª) QUANTO TEMPO VOCÊ, COMO SERVIDOR, PRESTOU SERVIÇOS À DIRETORIA DE PATRIMÔNIO CULTURAL, NA FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA?

- a) DESTE PERÍODO, QUANTO TEMPO NA ÁREA ESPECÍFICA DE POLÍTICA PÚBLICA PARA OS MUSEUS?
- b) VOCÊ ACOMPANHOU A IMPLANTAÇÃO DO 1º SISTEMA NACIONAL DE MUSEUS DE 1986 E QUE FOI EXTINTO EM 1990?
- c) PARA CONSTAR, NA DISSERTAÇÃO DE RAFAEL PEREIRA OLIVEIRA, 2007, CONSTA NA PÁG.85:

“A superintendência da FCC é dirigida de 1987 a 1989 pela artista plástica Ligia Roussenq Neves e, de 1989 a 1991, pela própria secretária de cultura, que acumula as duas funções. Unidade de Ciências da Fundação, que passa a se chamar Unidade de Museus, é coordenada pelo arte-educador e funcionário efetivo da FCC, **Fernando Romero**. (*grifo meu*)”

2ª) SABEMOS QUE EM 1991, SANTA CATARINA TEVE O DECRETO Nº 615, QUE CRIAVA O SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS E O MUSEU NACIONAL DO MAR, PERGUNTO:

- a) DE ALGUMA MANEIRA, CHEGASTE A PARTICIPAR DESTE PROCESSO OU FOI UM PROCESSO ISOLADO SEM A PARTICIPAÇÃO DA FCC?

3ª) O QUE VOCÊ COMO SERVIDOR QUE ATUOU NA ÁREA ESPECÍFICA DE MUSEUS, NA FCC, PODE NOS DIZER DAS AÇÕES QUE ERAM EFETIVADAS PARA OS MUSEUS CATARINENSES?

- a) POR PARTE DO ESTADO
- b) POR PARTE DA FEDERAÇÃO/SPHAN/IPHAN

4ª) DURANTE A CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO NÚCLEO DE ESTUDOS MUSEOLÓGICOS – NEMU - PARCERIA CONVENIADA ENTRE ESTADO DE SC/FCC/SOL E UFSC/MUSEU UNIVERSITÁRIO -, DE 1997 A 2012, VOCÊ TEVE ALGUMA PARTICIPAÇÃO DIRETA OU INDIRETA?

- 5ª) MESMO ESTANDO LOTADO EM INSTITUIÇÕES MUSEOLÓGICAS VINCULADAS A FCC (MIS) E OUTRAS, COMO FOI A UNIBAVE, CHEGASTE A PERCEBER AS AÇÕES PROMOVIDAS PELO NEMU E A IMPACTAÇÃO NO CAMPO MUSEAL CATARINENSE?
- 6ª) A PARTIR DE 2004, COM A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA BRASILEIRO DE MUSEUS, O ESTADO DE SC IMPLEMENTOU A POLITICA ESTADUAL DE MUSEUS- PEM E ATUOU EM PARALELO COM O NEMU ATÉ 2012, QUANDO O MESMO FOI EXTINTO, PERGUNTO:
- a) VOCÊ QUE ATUOU NA DISCUSSÃO DA PEM EM 2004, COMO SERVIDOR DA FCC E ACOMPANHOU POR MAIS ALGUNS ANOS, AINDA COMO PROFESSOR DA UNIBAVE, O TRABALHO DE IMPLEMENTAÇÃO, PERCEBEU UM FORTALECIMENTO DO/NO CAMPO MUSEAL COM AS DUAS ENTIDADES, NEMU E SEM/SC ATUANDO CONCOMITANTEMENTE?
 - b) EM ALGUM MOMENTO CARACTERIZOU CONCORRÊNCIA ENTRE AMBOS?
- 7ª) SOB SUA TRAJETÓRIA NO PATRIMÔNIO CULTURAL, QUAL FOI O PERÍODO DE MELHOR RECONHECIMENTO/VALORIZAÇÃO À ÁREA DE MUSEUS PELOS GOVERNOS?
- a) Âmbito estadual
 - c) Âmbito federal
- 8ª) ALGUMA CONSIDERAÇÃO/REGISTRO QUE DESEJA FAZER:

Fonte: Entrevista com perguntas semiestruturadas, elaboradas pela autora.